



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**GRUPO GLOBO E A CRÍTICA CONSERVADORA AO I PEE-CIEP:
CONFLITOS NOS CAMPOS EDUCACIONAL, POLÍTICO E DA
PRODUÇÃO CULTURAL**

ANDRÉ DE SOUZA LEMOS

Sob a orientação do professor
Máximo Augusto Campos Masson

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação** no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ

Fevereiro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L555g Lemos, André de Souza , 1980-
Grupo Globo e a crítica conservadora ao I PEE-CIEP:
conflitos nos campos educacional, político e da
produção cultural / André de Souza Lemos. -
Seropédica; Nova Iguaçu, 2023.
169 f.

Orientador: Máximo Augusto Campos Masson.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2023.

1. Sociologia. 2. Educação. 3. Comunicação. 4. Campo
Social. 5. Conhecimento. I. Masson, Máximo Augusto
Campos, 1957-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**



TERMO Nº 315 / 2023 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.019214/2023-87

Seropédica-RJ, 29 de março de 2023.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES**

ANDRÉ DE SOUZA LEMOS

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/02/2023

Membros da banca:

MAXIMO AUGUSTO CAMPOS MASSON. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

RAMOFLY BICALHO DOS SANTOS. Dr. UFRRJ (Examinador Interno).

LIA FARIA. Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 30/03/2023 10:03)
RAMOFLY BICALHO DOS SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matrícula: 1426576

(Assinado digitalmente em 30/03/2023 18:30)
MAXIMO AUGUSTO CAMPOS MASSON
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 424.720.087-91

(Assinado digitalmente em 31/03/2023 09:20)
LIA CIOMAR MACEDO DE FARIA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 376.494.777-20

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **315**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **29/03/2023** e o código de verificação: **8d10afe5d7**

AGRADECIMENTOS

A produção deste texto ocorreu em um contexto adverso, pois coincide com o período da pandemia do Covid-19 no Brasil, de modo que ocorreu atraso no início do ano letivo de 2020, prorrogação de curso e, com isso, exigência das aulas de forma remota. E assim foi o meu Mestrado, remoto. A não ser pela defesa que ocorreu de forma presencial no dia 28 de fevereiro de 2023, no Instituto Multidisciplinar (IM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com direito a público. Cabendo, o registro, no qual o Brasil, 6º (sexto) maior país em população, alcançou a marca de 2º (segundo) país com maior número de óbitos pela pandemia no mundo, alcançando em torno de 700 mil óbitos até a conclusão da apresentação dessa dissertação, tendo como fator o negacionismo do governo federal da gestão 2019-2022.

Nesta órbita, e somada às pessoas que se foram pelo Covid-19, muitas outras se foram em função de outras comorbidades e realidades, se integrando a elas algumas pessoas bem próximas ao meu núcleo familiar. Portanto, dedico esta dissertação: à saudosa Leonor de Souza Poço, minha Vó de coração, alma e sangue; à saudosa Maria Áurea Lemos Martinhago, minha Tia de coração, alma e sangue; e ao saudoso Gregório de Souza Poço, meu Tio de coração, alma e sangue.

Outro registro, é de que a pandemia do Covid-19 em nosso país demonstrou a necessidade de órgãos públicos preparados no qual se fez presente em toda sua concretude e importância o vigor do Sistema Único de Saúde (SUS) na atenção básica para a população. Símbolo de defesa pela vida, reforçado através da mobilização da comunidade científica e da sociedade civil. Pois foi relativizado pelo governo já citado.

Desta maneira, ressaltamos que tal contexto possui similitude com uma das questões da presente pesquisa: o da importância de políticas públicas qualificadas e acessíveis. E, neste sentido, cabe destacar que ela (a pesquisa) não existiria sem a orientação do professor Máximo Masson, que por sua vez coordena o grupo de estudos “Habitus e Práticas”. Além disso, com as adversidades presentes em diferentes esferas e dimensões, o Máximo demonstrou ser um professor que soma sapiência, resiliência e afeto na vida pessoal e acadêmica. Um intelectual de proa.

Sendo assim, não poderia deixar de tratar aqui de mais uma passagem na minha vida pessoal durante esse percurso, na qual em meio ao mesmo contexto fui surpreendido com a mágica da vida, tendo nascido o meu filho de nome Inácio, que etimologicamente significa “ardente como o nascer do sol”, sendo meu despertador desde então, agosto de 2020. E é preciso dizer, despertar esse, às vezes muito antes do sol nascer. E no qual se faz mais do que necessário homenagear a minha companheira Juliana Casemiro, para além da criação da vida, pelo amor, pela dedicação, pelo humanismo e pela socialização da estante de livros.

Além da estante, foi socializando no clássico fundo de quintal da família brasileira, no caso, a família Pereira Casemiro, que de maneira espontânea surgiu minha primeira entrevista para a pesquisa, através do Sr. Hélio Pereira, o tio Hélio, por ter sido operador de vídeo na TV Rio, na Bandeirantes e outras, dando várias dicas, do dia a dia midiático às inovações de operações, saindo de suas palavras quem se impunha naquele período como “mídia oficial” na transição das décadas 1970 e 1980.

No fundo deste quintal tinha o progenitor, Sr. José Carlos Casemiro, o Cacá, que além da estreita relação com a vida política e cultural do Rio de Janeiro, chegou a trabalhar na editora Abril, no início da década de 1990, e com ele estava presente o aguçado senso crítico nos bate-papos. Porque além de tudo este “quintal” fica no município de Mendes, gerando uma coincidência mais do que nostálgica, quase “umbilical” com o tema em pesquisa, se

tivermos como referência o “Encontro de Mendes”, que ocorreu naquela cidade em novembro de 1983, via poder público e professores do Rio de Janeiro, que discutiu as bases para implantação do Primeiro Programa Especial de Educação dos Centros Integrados de Educação Pública (I PEE-CIEP).

Para reforçar a relação com o mundo que adentrei, conforme a pesquisa, fiz contato com a Dra. Lia Faria, que foi membro da equipe pedagógica do I PEE-CIEP, gerando a oportunidade de entrevistá-la numa conversa descontraída e de muita confiança. E que, dentre outras coisas, me indicou o jornalista Luiz Erthal, ex-membro da equipe oficial de imprensa no primeiro governo Leonel Brizola, com quem fiz algumas das consultas imprimidas na investigação.

Acessei ainda: a Denise Lobato, ex-professora e ex-diretora de CIEP, expressando suas interpretações contemporâneas; a Rosana Alcântara, que se formou Colégio Pedro II em 1987, e participou do movimento estudantil secundarista, expressando suas percepções no período e na atualidade; e a Gilmara Corrêa, estudante do CIEP-021, em Nova Iguaçu, entre 1986 e 1987, explanando uma comovente realidade social e de relação com a escola.

Além desses contatos diretos, muitas outras pessoas participaram de forma indireta em bate-papos informais que tinha início de forma despreziosa, afinal é um tema que faz parte da história do Rio de Janeiro, e posso colocar o amigo Caique Tibiriçá como um representante destes eventos. Acessei também colegas que pesquisam a comunicação no Brasil, através dos quais obtive referências bibliográficas. Até mesmo meus pais participaram, pois, minha mãe Maria da Penha assistiu minha qualificação, e meu pai João Batista recordou seu início na militância estudantil expressando suas percepções do objeto em pesquisa naquele período, sintetizando o acompanhamento próximo por parte deles.

Tal experiência não me permite concluir estes agradecimentos sem antes defender a imponderável necessidade cada vez maior das ciências sociais nos currículos e instituições afins (de forma geral), no Brasil, pois a presença estruturada da própria é um símbolo de maturidade da sociedade e da Nação. No tocante ao retorno acadêmico (e científico) espero que a presente pesquisa venha para somar qualitativamente na pauta em questão. Enfatizando que é contemporânea. E, posso afirmar, é instigante no exercício das ideias.

*“Faço versos pro palhaço que na vida já foi tudo
Foi soldado, carpinteiro, seresteiro e vagabundo
Sem juízo e sem juízo fez feliz a todo mundo
Mas no fundo não sabia que em seu rosto coloria
Todo encanto do sorriso que seu povo não sorria”*

Nara Leão

RESUMO

LEMOS, André de Souza. **Grupo Globo e a crítica conservadora ao I PEE-CIEP: Conflitos nos campos educacional, político e da produção cultural**. 2023. 169p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

O trabalho analisa o comportamento crítico do Grupo Globo (antes Organizações Globo) ao Primeiro Programa Especial Educação dos Centros Integrados de Educação Pública (I PEE - CIEP), ocorrido no período do primeiro governo do Leonel Brizola, 1983-1987, no Rio de Janeiro. Emprega-se como referencial teórico os conceitos sociológicos de Pierre Bourdieu e procura-se incorporar elementos da teoria da hegemonia de Antônio Gramsci. Utilizou-se também elementos dos debates relativos à “teoria da dependência”, à “teoria do conhecimento” (de inspiração frankfurtiana), e à sociologia da educação brasileira. Ou seja, conceitos e debates que ajudam a identificar os determinantes da atuação do Grupo Globo, correlatos ao seu campo social, inerentes a sua expansão de poder político e econômico a nível nacional, resultando no domínio da indústria cultural. Prima-se, contudo, por não relegar a importância do setor cultural na sua vasta atividade (inclusive econômica), seja nos âmbitos de produção, disseminação ou arte, e nem fazer juízo de valor dos funcionários do Grupo Globo, nos diversos segmentos, do jornalismo aos auditórios, pois ela é uma empresa precisamente fonte de trabalho e renda. Procura-se contextualizar o conflito entre o Grupo Globo e o governo Leonel Brizola, considerando as características do campo político brasileiro em momentos finais da ditadura militar, em que se delineiam diferentes visões políticas e econômicas sobre os rumos possíveis do país. Realizou-se exaustivo levantamento de matérias jornalísticas, inclusive editoriais, de O Globo sobre o I PEE-CIEP a partir, principalmente, do próprio Acervo Digital de O Globo. Foram contatados e entrevistados agentes sociais atuantes no I PEE-CIEP e no setor de comunicação do primeiro governo Leonel Brizola, que para além de relatarem a experiência, indicaram bibliografia, documentos e matérias da mídia alternativa. Os resultados da pesquisa evidenciam um comportamento crítico nas centenas de matérias do jornal O Globo dirigidas ao I PEE – CIEP, com argumento mais geral relacionado a “má” eficiência da gestão pública, visando desqualificar o modelo de ensino público que se demonstrava contrário aos seus interesses em dois sentidos preponderantes, ainda que indiretos, o de incorporar uma pedagogia socialmente crítica e por consequência gerar maior resiliência cultural na nova geração carioca. Por consequência, e, simultaneamente ao resultado imediato, cristalizou-se o antagonismo entre a mídia hegemônica e a educação pública de qualidade, ou mais diretamente entre a indústria cultural e a educação popular.

Palavra-chave: Campo Social. I PEE-CIEP. Grupo Globo.

ABSTRACT

LEMOS, André de Souza. **Grupo Globo and the conservative criticism of the I PEE-CIEP: Conflicts in the educational, political and cultural production fields.** 2023. 169p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

The work analyzes the critical behavior of Grupo Globo (formerly Organizações Globo) towards the First Special Education Program of the Integrated Public Education Centers (I PEE - CIEP), which took place during the first Leonel Brizola government, 1983-1987, in Rio de Janeiro. Pierre Bourdieu's sociological concepts are used as a theoretical framework and an attempt is made to incorporate elements of Antônio Gramsci's theory of hegemony. Elements of debates related to the "theory of dependency", the "theory of knowledge" (inspired by Frankfurt) and the sociology of Brazilian education were also used. That is, concepts and debates that help to identify the determinants of Grupo Globo's performance, correlated to its social field, inherent to its expansion of political and economic power at the national level, resulting in the dominance of the cultural industry. It strives, however, for not relegating the importance of the cultural sector in its vast activity (including economic activity), whether in the spheres of production, dissemination or art, nor making a value judgment of Grupo Globo employees, in the various segments, of the journalism to audiences, as it is precisely a source of work and income. It seeks to contextualize the conflict between Grupo Globo and the Leonel Brizola government, considering the characteristics of the Brazilian political field in the final moments of the military dictatorship, in which different political and economic views on the possible paths of the country are outlined. An exhaustive survey was carried out of journalistic articles, including editorials, by O Globo about the I PEE-CIEP, based mainly on O Globo's own Digital Collection. Social agents active in the I PEE-CIEP and in the communication sector of the first Leonel Brizola government were contacted and interviewed, who, in addition to reporting the experience, indicated bibliography, documents and materials from the alternative media. The research results show a critical behavior in the hundreds of articles in the newspaper O Globo addressed to the I PEE - CIEP, with a more general argument related to the "poor" efficiency of public management, aiming to disqualify the model of public education that proved to be contrary to its interests in two preponderant, albeit indirect, directions, that of incorporating a socially critical pedagogy and consequently generating greater cultural resilience in the new generation in Rio de Janeiro. Consequently, and simultaneously with the immediate result, the antagonism between the hegemonic media and quality public education, or more directly between the cultural industry and popular education, crystallized.

Key words: Social Field. I PEE-CIEP. Globo Group.

LISTA DE ABREVIACÕES

ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
BANERJ	Banco do Estado do Rio de Janeiro BNDES
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CNTT	Confederação Nacional dos Transportes Terrestres
CEC	Conselho de Escola-Comunidade
CIEP	Centros Integrados de Educação Pública
CONTEL	Conselho Nacional de Telecomunicações
D.O	Diário Oficial
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
FEEM	Fundação Estadual de Educação do Menor
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FNT	Fundo Nacional de Telecomunicações
FAPERJ	Fundação de Amparo  Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FUNARJ	Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro
I PEE	Primeiro Programa Especial de Educação dos Pública
II PEE	Segundo Programa Especial de Educação
GALLUP	Workplace Consulting & Global Reseach
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
=LDB	Lei de Diretrizes e Bases
NEC	Nippon Eletric Company
PNE	Plano Nacional de Educação
SEEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SME	Secretaria Municipal de Educação
SNI	Serviço Nacional de Informação
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TER	Tribunal Regional Eleitoral
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PERSPECTIVAS SOCIOLOGICAS: CONFLITOS EM CAMPOS SOCIAIS	21
1.1 Educação e cultura: poder simbólico e dominação de classe	24
1.2 Campo político e o campo educacional: dominação, hegemonia e <i>habitus</i> de classes	33
1.3 Um debate político-econômico no Brasil: educação e capitalismo dependente	40
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRAJETÓRIAS: GLOBO E CIEP	45
2.1 Trajetórias e Considerações: A indústria cultural e o Grupo Globo	54
2.2 Trajetória e Considerações: A Educação Popular e o I PEE-CIEP	67
3 O CONFLITO: GRUPO GLOBO VERSUS PROJETO CIEP	80
3.1 Análise dos dados das páginas do O Globo em relação ao I PEE-CIEP	82
3.2 Observações das notícias do I PEE-CIEP: de 1984	88
3.3 Observações das notícias do I PEE-CIEP: de 1985	91
3.3.1 Temas: Esporte, Transporte, Segurança, Saúde, Pedagogia e Obras	91
3.3.2 A incipiente mobilização no tema Cultura	94
3.3.3 O tema Mídia é desconsiderado.....	96
3.3.4 O tema Concurso é o elo com o professorado	97
3.3.5 O tema Funcionamento é problematizado	98
3.3.6 Na Política há conflito	99
3.3.7 O foco na Administração	107
3.4 Observações das notícias do I PEE-CIEP: de 1986 ao fim	115
3.4.1 Temas: Transporte, Esporte, Diplomacia, Saúde, Obras, Pedagogia e Segurança.....	115
3.4.2 O tema Greve é o elo com o servidor público	119
3.4.3 O tema Funcionamento é problematizado	120
3.4.4 O tema Cultura é mobilizador	121
3.4.5 O tema Política é conflituoso	124
3.4.6 A exaltação da Mídia.....	131
3.4.7 O foco na Administração	138
3.5 O conflito em termos reflexivos: política, sindicalismo e educação pública.....	144
3.6 O conflito em bases teóricas.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
ANEXOS/Entrevistas (2021): A - Lia Faria; B - Denise Lobato; C - Gilmara Correa..	163

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto de análise o comportamento crítico do Grupo Globo (antes Organizações Globo), ao Primeiro Programa Especial de Educação dos Centros Integrados de Educação Pública (I PEE - CIEP) implantado no primeiro governo de Leonel Brizola, 1983-1987, no Rio de Janeiro. Tal comportamento crítico, em especial expresso no jornal O Globo, é notório por ser denso, e pelo condicionante de existirem declarações manifestas pelo próprio fundador¹ das Organizações Globo, o jornalista e empresário Roberto Marinho, dirigidas criticamente ao governador Leonel Brizola. Por consequência, cristalizou-se em um embate político-midiático promovido por uma empresa privada, então já principal expressão da indústria cultural brasileira e dominante no campo telejornalístico², direcionado a um programa educacional público, laico, pedagogicamente emancipado, com orçamento inédito, e declarado objetivo de atender às classes populares.

O I PEE-CIEP, 1983-1987, teve por organizador e coordenador o antropólogo, e ex-ministro da educação (1962-1963), Darcy Ribeiro, eleito para vice-governador e nomeado presidente da Comissão de Educação e Cultura. Tendo ao lado e compondo sua equipe educacional, Iara Vargas³, nomeada Secretária Estadual de Educação e Maria Yedda⁴, nomeada Secretária Municipal de Educação, ambas com a incumbência de implementar o Programa Especial de Educação.

No “Livro Preto”, como é conhecido “O Livro dos CIEPs⁵”, elaborado por esta equipe, e publicado em 1986, é apresentado o dado do Censo Nacional sobre o índice de analfabetismo no Brasil da década de 1980: era de 26% da população, cerca de 19 milhões de pessoas. O livro é enfático na crítica ao sistema educacional brasileiro visto como

¹ A trajetória do Grupo Globo tem início com a fundação do jornal O Globo, em 1925, pelo jornalista Irineu Marinho. Sendo o herdeiro, o também jornalista Roberto Marinho, o responsável por criar as Organizações Globo a partir de um conglomerado de veículos de comunicação, incluindo a Rádio Globo fundada em 1944. Com a morte do Roberto Marinho, em 2003, a empresa passa a ser dos seus três filhos (herdeiros), e em 2014 estes mudam o nome das Organizações Globo para Grupo Globo.

² Atualmente, como informa o site do Grupo Globo: “Sua produção nas áreas de Jornalismo, Esporte e Entretenimento atinge 99,6% da população, e a programação de seus canais lineares atinge mais de 100 milhões de brasileiros todos os dias.” (grupoglobo.globo.com - acessado em 26 de outubro de 2021).

³ Iara Vargas possui uma biografia com longa trajetória na atuação política. Além de ser sobrinha de Getúlio Vargas, amiga de Leonel Brizola desde os idos de formação escolar, e assessora de Maria Teresa Goulart. Teve seu mandato de deputada estadual, junto ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cassado em 1969 pela ditadura militar, retornando como deputada estadual mais votada em 1982, no Rio de Janeiro, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

⁴ Maria Yedda é a primeira mulher livre docente do Brasil, e possuía fortes referências no antigo Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB.

⁵ RIBEIRO, D. O livro dos CIEPs. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

antipopular e responsável pelo analfabetismo: “Só queremos adiantar agora que a razão causal verdadeira não reside em nenhuma prática pedagógica. Reside, isto sim, na atitude das classes dominantes brasileiras com o nosso povo” (RIBEIRO, 1986, p.13).

No tocante a questão político-partidária, a vinculação de Leonel Brizola com o Rio de Janeiro inicia-se quando ao voltar do exílio escolhe a antiga capital brasileira para residência⁶, como parte de sua tática política para confrontar o conservadorismo no país. No cerne da sua perspectiva estratégica estava o nacional desenvolvimentismo com a primazia da valorização do trabalho, e por este e outros fatores é o possível dizer que estava conectado às ideias progressistas da política nacional. Seu projeto político no governo do estado foi logo apelidado de “socialismo moreno”, terminologia essa muito explorada por colunistas e editores midiáticos. Que no caso do Grupo Globo, visivelmente com referências políticas, culturais e institucionais sobremaneira norte-americanas, ao menor sinal demonstrou sua forte oposição através de um jornalismo crítico que muitas vezes parecia se comportar mais como “*brasilianistas*” do que propriamente uma mídia nacional em desavença.

O tema da educação foi uma destacada bandeira política da campanha eleitoral do governador Leonel Brizola, e reverberou em múltiplas discussões e consequências, seja no campo educacional, seja no campo político. Elencadas principalmente pela sociologia da educação no tema trajetória da educação brasileira, por se destacar dentre os programas de caráter público em geral, e, especialmente, por ser implantado num período histórico peculiar. Característica que coaduna com a biografia política do Leonel Brizola, enquanto uma personalidade que se posicionou incisivamente contra o Golpe Militar de 1964, sendo inclusive exilado, e que já havia dado provas do seu ideário de valorização da educação pública quando governou o Rio Grande do Sul (1959-1963), multiplicando escolas e combatendo o analfabetismo.

O maior exemplo de que o Grupo Globo buscava influenciar os rumos políticos deste período, ocorreu na eleição para governo do estado do Rio de Janeiro em 1982, quando ficou clarividente seu envolvimento no polêmico e conturbado processamento de votos da empresa Proconsult, de computação, ligada à marinha brasileira e o Serviço Nacional de

⁶ Subsequentemente perde a sigla do seu partido, o PTB, importante expressão partidária da época e que representava ideologicamente o trabalhismo, para uma tendência interna liderada por Ivete Vargas com o apoio do governo militar. Assim, resolve fundar o PDT que se formou via de união de quadros políticos que estavam de certa forma insatisfeitos com o reducionismo das possibilidades políticas. O PDT se tornou o partido mais vitorioso da ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no início da década de 80.

Informação (SNI), escolhida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) para apuração de votos. A Globo reportava notícias das eleições em forma e ritmo contestatório antes, durante e após a apuração de votos gerando um clima de vitória ao candidato Moreira Franco⁷, sendo que havia diferenças regionais no cronograma de votação. Depois da denúncia aberta pelo candidato Leonel Brizola e o seu partido, juntamente com a mobilização de seus eleitores, gerando repercussão internacional, se conseguiu pressionar para que o TRE-RJ pedisse à Polícia Federal abertura de inquérito e auditoria eleitoral, confirmando a tentativa de fraude eleitoral, e finalmente a vitória foi dada ao então candidato Leonel Brizola (AMORIM, 2005).

Além de fatos específicos e empíricos, o conflito em análise revela pelo menos dois temas caros à sociologia nacional, quais sejam, o da modernização do Estado brasileiro e a interpretação do pensamento social brasileiro. Nos quais, por sua vez, o Grupo Globo enquanto empresa midiática (formadora de opinião) age sobre ambos, seja por defender explicitamente determinadas políticas econômicas, seja por interagir com as correntes do pensamento que lhe convém, a partir dos seus veículos de comunicação.

Desta forma, percebemos o quanto nosso objeto de análise se relaciona ainda mais com a discussão sobre a modernização do Estado, e implicitamente à industrialização, onde há diferentes interpretações, as quais basicamente o debate preponderante é se o Brasil deve ou não perseguir a soberania nacional. Bem como, no debate da interpretação do pensamento social, no qual existe a corrente nomeada “culturalista”, que tem em seu arcabouço a negação da reflexão das bases estruturais da sociedade e uma visão histórica antidialética. Ou seja, conservadora, dando margem para preconceitos e discriminações insinuando que o Brasil tem uma má formação social, e, portanto, é culturalmente rebaixado e não tem condições de alcançar os níveis de civilização dos países do capitalismo central, significando um pensamento que se refugia ou pela cópia de costumes ou pela subserviência econômica.

Ao nosso ver as correntes de pensamento que argumentam o reducionismo cultural do Brasil, tem um caráter de subalternidade (ou dependência) perante as grandes potências econômicas, e por consequência tratam a cultura sob o viés estritamente

⁷ Então membro do Partido Democrático Social (PDS) e com o apoio de seu sogro, o influente Amaral Peixoto, que era um representante das elites regionais. O PDS tornou-se o herdeiro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que aglutinava as bases sociais de apoio à ditadura. Dele se originou o atual Partido Progressista (PP).

mercadológico. Não compreendem as desigualdades sociais existentes no espectro da relação capital-trabalho, numa tipologia brasileira que puniu sobretudo os negros através da escravidão, corroendo nossa sociedade não pelo “rebaixamento cultural”, mas entre outros fatores pelo racismo estrutural.

Por outro lado, historicamente, ainda que com as mazelas do capital se gerou uma sociedade heterogênea em matizes culturais, virtuosa em termos de diversidade, e que conseqüentemente são símbolos de resistência contra a espoliação. Condição, esta, não suprida e potencializada a nível de política nas esferas de poder institucional na devida proporção demandada pela realidade social, demonstrada principalmente na contemporaneidade. E, assim, compartilhamos da defesa do professor Jessé de Souza na perspectiva de que:

“A ideia de uma gramática social profunda só tem sentido se for possível determinar a hierarquia material e valorativa que preside a institucionalização de estímulos seletivos para a conduta de indivíduos que a compõem. Essa seletividade, por sua vez, exige a consideração da variável do poder relativo de grupos e classes envolvidos na luta social por hegemonia ideológica e material, ou seja, exige que o tema do poder e da luta pelo poder e hegemonia social seja tematizado.” (SOUZA, p.79, 2015)

Assim, no pensamento conservador, o modelo econômico, o sistema jurídico, as relações de classes e a dominação territorial são doravante “marginais” para a problematização (crítica) da projeção cultural, social, econômica, política e soberana do Brasil. Desta forma, buscamos apresentar a partir do nosso referencial teórico (no capítulo 1) o impreterível fator político, econômico e cultural das razões da oposição do Grupo Globo ao I PEE - CIEP. Dando o sentido de que o Grupo Globo não estava alheio à preocupação com a questão pedagógica, ao contrário havia motivação conflituosa não só pelo conteúdo na formação de uma sociedade mais crítica e exigente, mas também pelo modelo de oferta e procura de produtos culturais onde situam-se os interesses de mercado, no âmbito doméstico, ou seja, no território nacional.

Logo, um ensino integral, e integrado à outras políticas públicas, laica e de qualidade é uma ameaça à tipologia da mercantilização de determinados produtos culturais, e da própria educação na qual independente da gestão ou do gestor, o I PEE-CIEP, não era

“eficiente” para tais fins. Quanto ao fator político-pedagógico, demonstraremos que I PEE-CIEP era uma política pública democrática, laica e emancipatória, tendo como um dos exemplos as homenagens a diferentes personalidades políticas e representantes da sociedade civil nos nomes de cada escola implementada. E por estes, e, outros fatores, verificamos que a chamada “doutrinação” é algo que está longe até mesmo do suplício dos críticos mais ardentes, esta condição é querela nos argumentos dos diferentes agentes políticos.

Alguns dos resultados da presente pesquisa indicam que o Grupo Globo tinha nas suas críticas ao I PEE-CIEP uma das ações para ascensão empresarial e avanço na imbricação com a indústria cultural nacional. Tendo como sinalização primeira sua decisão pela oposição ao governo Leonel Brizola. Sendo possível dizer, e será demonstrado, que o Grupo Globo se apropriou da realidade de um problemático campo político e, da complexidade do contexto da implantação do I PEE-CIEP, e os superdimensionou publicitariamente caracterizando os CIEPs como uma experiência de gestão educacional negativa. Esse ímpeto de poder do Grupo Globo, inclusive se comportando como instituição líder de uma visão (ou consórcio) empresarial privatista, perpassa impreterivelmente pela ordenação social, e mostra que no tocante a este conflito, adentrou ao futuro político do governo do Rio de Janeiro. Portanto entendemos que há um caráter problematizador, do I PEE-CIEP, para as elites regionais avessas a um projeto nacional de desenvolvimento. Que é justamente o fato de fornecer às camadas populares, no que hoje poderia ser chamado de ensino politécnico, via de Estado, tornando os estudantes entre outros fatores culturalmente mais dialógicos, conseqüentemente mais exigentes em relação ao mundo do trabalho e à sociedade.

É tendo como objetivo analisar toda essa problemática, de alguma forma aqui contextualizada, que nos fundamentamos metodologicamente na socioanálises, e na teoria social de Pierre Bourdieu, com os seguintes conceitos: campo social, capital (em suas diferentes modalidades e tipos) e *habitus* de classe. Pelos quais, procuramos compreender os determinantes que ensejaram aquele aparentemente paradoxal conflito sobre um projeto educacional, por serem instrumentos imponderáveis à medida que interpretam as relações de poder nos diversos segmentos da sociedade.

Cabendo registrar que um dos nossos interesses compreende a sistematização dos campos sociais e a investigação da formatação (formação) de “hierarquização” deles. Pois, noutra dimensão da pesquisa se tornou visível uma educação pública relegada, um

jornalismo classificatório e articulador, uma oposição política difusa e agressiva, em uma indústria cultural⁸ em franca expansão. Ressaltamos que o sentido de “indústria cultural”⁹, aqui, é o de uma categoria de análise conceitual onde a “cultura de massas” está direcionada à concorrência de mercado visando lucro financeiro, e inerentemente, está atrelada à fatores que subsidiam a hegemonia das classes dominantes.

O uso dos conceitos acima referidos possibilitou apreender ações que articulam nesse conflito dois campos distintos: o jornalístico e o educacional, possibilitando, ao final de nosso trabalho, demonstrar alguns interesses pouco visíveis que motivaram as críticas exacerbadas do Grupo Globo ao I PEE-CIEP. Notadamente quando essas críticas se apresentavam sob o formato de considerações “técnicas” e não explicitamente como juízos de valor de inspiração “política” ou “ideológica”, inclusive porque de nenhuma maneira o Grupo Globo se colocava frontalmente contrário a esforços governamentais de elevação da escolarização da população ou em prol da educação pública. Algo que ao senso comum, legitimaria mais ainda os propósitos governamentais no campo educacional. Sobretudo porque as críticas ao I PEE-CIEP não se apresentavam como manifestações contrárias a esforços, inclusive ou especialmente, governamentais, em prol da educação pública. Como à frente expomos, o jornal O Globo, como outras empresas de comunicação do Grupo, sempre afirmou ter como um de seus propósitos contribuir para elevação da qualidade escolar da população brasileira¹⁰.

Para o desenvolvimento de nosso trabalho tornava-se necessário primeiro considerar aspectos nem sempre salientados nas relações entre o campo jornalístico e outros campos, como, no nosso caso, o educacional. Relações, que dada a condição singular do campo educacional na sociedade brasileira, possibilita que, novamente um aparente paradoxo, um espaço não dotado propriamente de legitimidade instituída, como o da grande imprensa, possa delimitar a validade de proposições pertinentes aos campos, como o

⁸ Ponderamos, que em nenhum momento, sobremaneira, objetivamos o sentido restritivo de relegar a importância do setor cultural na sua vasta atividade (inclusive econômica), seja nos âmbitos de produção, disseminação ou arte, os quais consideramos imprescindíveis nas relações humanas e sociais. E nem mesmo fazer qualquer generalização de juízo de valor ou de relativizar a qualidade dos funcionários do Grupo Globo, nos diversos segmentos, do jornalismo aos auditórios, pois ela é uma empresa precisamente fonte de trabalho e renda com seus devidos serviços.

⁹ Indústria Cultural é pensado como um conceito, na teoria marxista, sendo desenvolvida por proponentes da sociologia do conhecimento, que tem como representantes autores da Escola de Frankfurt.

¹⁰ É necessário observar que no curso da trajetória do Grupo Globo a educação nunca deixou de ser objeto de atenção, sendo organizados diferentes projetos, inclusive para educação de adultos como os cursos supletivos na televisão.

educacional, o qual por suas características intrínsecas deveria ser dotado de suficiente autonomia e não se ressentir tão fortemente de críticas advindas de um campo em que se privilegia e dissemina a opinião e não necessariamente conhecimentos decorrentes da posse de capital cultural institucionalizado, como por exemplo, aquele próprio à educação, entendida como uma área de conhecimento transpassada por diferentes áreas científicas, em especial, mas não somente, as das ciências humanas, além da filosofia. Portanto, como demonstra a análise a seguir, há uma efetiva hierarquização entre os campos sociais, decorrentes dos modos que se estabelecem historicamente as relações entre esses.

Indo um pouco mais além, estabelecer a hierarquização é imprescindível para compreendermos conflitos como o que tratamos em nosso trabalho e porque, efetivamente, ações no campo jornalístico contribuíram significativamente para a reprodução de condições da escolarização públicas tão adversas e da condição subalterna do campo educacional na sociedade brasileira¹¹. Entretanto, apenas atentar para a hierarquização entre os campos não é suficiente estratégia analítica para o entendimento de conflitos como o que veio a ser nosso objeto de estudo. É necessário observar para características pertinentes aos referidos campos, em especial ao que neles é objeto de disputa, pois como salientou Bourdieu todo campo social é um campo de luta, de disputa entre os agentes neles inseridos pela posse de determinado capital (BOURDIEU, 1989). Também devemos observar que no próprio processo de luta, o capital em disputa pode, por vezes, ser alterado, relativamente transformado e redefinida sua legitimidade social. Essas são observações importantes pois os dois campos a que nós temos nos referido – o campo jornalístico e o campo educacional – são campos em que se produzem e/ou difundem produções culturais, o que nos permitiria considerá-los como subcampos do campo produção de bens culturais.

Pondo momentaneamente à parte o pertencimento desses campos ou a condição de serem “subcampos”, deixamos para o capítulo 3, intitulado “*O conflito: Grupo Globo versus Projeto CIEP*”, no qual tratamos mais detalhadamente o conceito de campo social, importando mais imediatamente salientar que tanto no campo jornalístico como no campo educacional se produzem ou, sobretudo, se difundem, formas de classificação da realidade. Metaforicamente poderíamos dizer que classificações da realidade, decorrentes de processos de socialização dos agentes sociais e de consequentes posses de tipos de capital cultural,

¹¹ Tema discutido na tese: MASSON, Máximo. A situação dos professores na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, PPG, 1997.

seriam “visões de mundo” e nesse sentido, independente da motivação, os processos educacionais intrinsecamente possibilitam “olhar o mundo”, atitude inconsciente, mas como salientado por Freire (1996), na obra *“Pedagogia da Autonomia”*, pode ser um objetivo consciente dos educadores a fim de contribuir para que os educandos possam apreender aspectos fundamentais e inerentes à realidade social como o ambiente geopolítico, as relações políticas e econômicas, por exemplo, configurando visões menos ingênuas e próprias ao senso comum¹².

Por sua vez, o campo jornalístico, com características próprias, notadamente a de “produzir” algo que Bourdieu de forma irônica afirmou não existir, ou seja, a “opinião pública” (BOURDIEU, 1997). Inexiste por não ser efetivamente “pública”, mas sim a expressão das classificações da realidade e dos interesses correlacionados daqueles agentes sociais que ocupam espaços institucionais dotados de elevado poder simbólico, de violência simbólica e verdadeira autoridade pedagógica pela forma ao mesmo tempo exclusiva desses meios (são únicos em dimensão de abrangência e velocidade de comunicação) como pela aparente excepcional capacidade intelectual dos que neles estão inseridos, o que reafirma a legitimidade social de suas práticas e discursos. Embora não sejam obrigatoriamente concorrentes, em determinadas conjunturas históricas podem se transformar em espaços de violentos antagonismos interrelacionados.

Deve-se observar que o campo jornalístico assumiu uma dimensão “industrial”, especialmente desde o início do século XX, ainda que sinais nesse sentido já fossem percebidos no final do século XIX, principalmente em grandes cidades norte-americanas. Essa dimensão “industrial”, também encontrável no âmbito das artes e dos esportes, só se fez possível pela caracterização dos produtos culturais realizados como mercadoria e por consequência regendo a sua produção segundo a lógica econômica capitalista. Iniciativas jornalísticas por força da concorrência tenderam ou a desaparecer ou se transformarem em grandes conglomerados passando também atuar em outros setores econômicos, geralmente correlatos como veio a ser o caso do Grupo Globo, que do jornal vespertino original se transformou em rede de rádio e televisão, se constituindo em um verdadeiro “império das comunicações” a partir da década de 1970.

O caráter empresarial dos meios de comunicação de massa implica em fortes

¹² Deve ser observado que a obra de Paulo Freire, sempre antagonizado pelo conservadorismo brasileiro, era objeto de incorporação pelo I PEE-CIEP

disputas pelo mercado, pela expansão e manutenção da fidelidade dos consumidores, portanto uma adequação – e mesmo tentativas de domínio – do senso comum, pois não pode haver, sem prejuízos, um hiato entre produtos oferecidos e potenciais agentes consumidores, os quais somente consumirão os produtos oferecidos se houver algum tipo de interesse pessoal, de gosto. E o gosto, ao contrário de ser uma característica estritamente pessoal, é resultante das relações sociais e expressão de posse de determinado capital cultural. Nesse sentido, os processos educacionais escolares, que trabalham fundamentalmente com modos de apropriação de capital cultural, podem – e geralmente o fazem – reafirmar aspectos básicos do senso comum ou produzir fissuras na apropriação e reprodução do senso comum.

Considerando os campos econômico, político e o da produção de bens culturais na sociedade brasileira entre o final dos anos 1970 e início da década de 1980, conjuntura em que se acirraram os conflitos entre o Grupo Globo e o governo de Leonel Brizola, manifesto em relações entre o campo jornalístico e o campo educacional, a dimensão explicitamente política dos conflitos, mas que por vezes dissimulava como procuramos demonstrar em nosso trabalho, o que nos levou a considerar as possibilidades de empregar, mas não simplesmente justapor, ao lado do aparato conceitual de Bourdieu elementos da “teoria da dependência”¹³, dado inclusive o forte tom nacionalista do trabalhismo renovado proposto por Leonel Brizola e Darcy Ribeiro.

A releitura de “teóricos da dependência” e de seus posicionamentos sobre as possibilidades de “desenvolvimento associado ao capital internacional”, que sempre foi manifesto e defendido pelo Grupo Globo, contribuiu para compreender certos aspectos da crítica ao I PEE-CIEP por mais aparentemente distantes que estivessem os “debates escolares” dos “debates sobre a política nacional”. Lembrando que o debate da “teoria da dependência”, surge na década de 1970 e permeia as ideias críticas na década de 1980, e tem como base de que as relações das economias nacionais fazem parte de um mesmo sistema orgânico do capital, justificado pelo fato de que a relação capital-trabalho resulta num modelo de produção de excedente econômico, impactando na moldagem do mercado mundial e na divisão internacional do trabalho, respectivamente na estrutura social e na luta de classes das respectivas Nações, propondo como parte das soluções a integração latino-

¹³ Tendo por base a percepção, de Bresser Pereira, no artigo “As três interpretações da dependência” (2010), em que as três vertentes da teoria da dependência seguem como nomenclaturas: dependência pela superexploração, dependência associada e dependência nacional-dependente.

americana e a substituição de importações.

Esse conjunto de tensões e contextos políticos tornam o conceito de "hegemonia", do autor Antônio Gramsci, ainda mais fundamental para a presente pesquisa. Pois ele demonstra como o domínio das elites sobre os meios de produção é o objetivo pela qual a ideologia dominante busca manter a ordem social. Utilizando, o Estado, quando não através do monopólio da violência, através do que Gramsci (2020) conceitua de “Estado ampliado”, no qual o Estado é engendrado pelas classes dominantes à uma institucionalidade pró-coerção (e não pró-emancipação) da sociedade civil, na forma de dominação política, forjando uma adesão consensual. Então, para uma breve sistematização dos conceitos relacionados que articulamos entre Pierre Bourdieu e Antônio Gramsci, trabalhamos com a possibilidade de aproximações entre conceitos como: poder simbólico, violência simbólica, consenso e ação de intelectuais.

Expostas essas considerações de caráter introdutório, a dissertação é organizada com a seguinte disposição em capítulos e metodologia. No primeiro expomos o conjunto dos conceitos que empregamos para apreender os determinantes do comportamento crítico do Grupo Globo ao I PEE-CIEP, procurando articulá-los em diferentes dimensões (política, econômica e “cultural”). No segundo contextualizamos às trajetórias do Grupo Globo junto à indústria cultural, e, do Projeto CIEP junto a educação popular, no Brasil, através de uma breve revisão bibliográfica e auxílio de informações adquiridas em entrevistas com protagonistas¹⁴ de alguns dos eventos. Ou seja, faz-se um breve mergulho, porém peculiar, na história da indústria cultural e da educação pública (popular), destacando a condição de linhas paralelas entre as duas trajetórias, desde idos de outrora até ao que consideramos a cristalização do conflito, na década de 1980.

No terceiro, consta a execução investigativa efetiva, analisamos o conjunto das matérias publicadas em O Globo referentes aos I PEE-CIEP, por vezes diferenciando as “notícias” dos posicionamentos oficiais do Grupo Globo expressos nos editoriais. Diluímos a pesquisa na análise de dados das 1543 páginas do jornal O Globo, que noticiam ou citam o I

¹⁴ As entrevistas em anexo têm as seguintes referências: Dra. Lia Faria, foi membro da equipe pedagógica do I PEE-CIEP; Sr. Hélio Pereira, ex-operador de vídeo na TV Rio, Bandeirantes e outras; Dra. Denise Lobato, ex-professora e ex-diretora do CIEP; Sra. Rosana Alcântara, formada no Colégio Pedro II em 1987, e integrante do movimento estudantil secundarista; e a Sra. Gilmara Corrêa, ex-estudante do CIEP-021 General Osório, no bairro Botafogo, em Nova Iguaçu, entre 1986 e 1987.

PEE-CIEP, entre 1984¹⁵, ano que é anunciado a implantação, até 15 de março de 1987, último dia do primeiro governo Brizola no Rio de Janeiro. Para isso, como parte do escopo metodológico, geramos um banco de dados com categorias de análise que nos fornecem informações concisas da tendência do jornalismo do O Globo para com o I PEE - CIEP.

E, encerrando, no quinto capítulo apresentamos as considerações finais, que entre outros fatores justificam os resultados através da metodologia aplicada basicamente explorando: a periodicidade do contexto; a periodicidade das edições do jornal O Globo em relação ao I PEE-CIEP; o contato com interlocutores; e a base teórica utilizada. Assim, no plano da modalidade científica a pesquisa está enquadrada em um estudo de caso, que se utiliza das formas de investigação exploratória, teoria aplicada e bibliográfica. E é de caráter qualitativa e quantitativa por não só fazer a pesquisa documental, mas produzir um banco de dados (qualitativo e quantitativo) das notícias estritamente sobre o elemento do objeto de análise.

Finalmente, queremos salientar que o PEE - CIEP (I e II) é objeto de pesquisas científicas, notícias e artigos de opinião, que remetem a posicionamentos políticos favoráveis ou críticos à proposta de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. Mas apesar de ter sido originalmente empreendido a quase quatro décadas atrás, o tema continua candente, sendo que a crítica conservadora ao I PEE – CIEP como objeto de análise foi relativamente pouco explorada. O que reforça a permutação do debate sobre o Projeto CIEP, na medida que sob diversas facetas a crítica conservadora continua sendo funcional, vistos nos tantos ataques que a educação pública continua sofrendo na contemporaneidade.

1 PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS: CONFLITOS EM CAMPOS SOCIAIS

Pelas observações feitas introdutórias depreende-se que nossa referência teórica maior vem a ser as proposições sociológicas de Pierre Bourdieu sobre as práticas sociais. Por consequência, desenvolvemos algumas hipóteses para nossa investigação, entre as quais a principal é de que o I PEE-CIEP, mesmo indiretamente, entrava em conflito com os interesses do Grupo Globo quanto as possibilidades de continuidade e aumento do seu sucesso na oferta de "produtos da indústria cultural", em especial, os veiculados pela sua rede de canais de televisão. Para tanto, a análise teórica priorizou esforços no levantamento dos

¹⁵ É no segundo semestre de 1984 que aparece a primeira matéria do O Globo mencionando o I PEE-CIEP, mais especificamente no dia 02 de setembro com o título “Governador anuncia plano de duas escolas por dia”. Fonte: acervodigital.oglobo.globo.com

elementos das críticas feitas pelo Grupo Globo objetivando apreender os possíveis determinantes destas críticas.

A teoria social, do sociólogo Pierre Bourdieu, busca compreender a relação entre sociedade (feita de estruturas sociais) e o indivíduo (agente social), através dos conceitos de *habitus* de classe, campo social e capitais (em suas diferentes modalidades e tipos), concentrando-se na superação da antinomia que atravessa metodologicamente toda a trajetória das ciências sociais entre estrutura e agente e nas formas específicas de constituição das classificações da realidade pelos indivíduos (a construção de suas "consciências") por força de processos de socialização. Tais classificações são correlatas, também, pela tipologia do consumo de produtos culturais, e para nossa investigação inclui-se saber como a indústria cultural engendra a preferência, ou mais diretamente, o "gosto" dos indivíduos.

Segundo Bourdieu (2007), entre a classe dominante, proprietária dos capitais cultural, econômico e social, e a classe dominada, dependente da venda de força de trabalho e com "capitais" dissuadidos, opera-se o poder simbólico como consequência da tipologia das estruturas sociais, sendo ele um provedor de inculcações psicossociais na consciência dos agentes sociais. Essa condição ocorre através do aferimento do *habitus* de classe dos agentes sociais em um determinado campo social (ambiente relacional), tendo como elos a estrutura de posições (sociais) objetivas, e a subjetividade dos indivíduos, se constituindo no que considera uma dimensão flexível para escolhas e ações desses agentes sociais em situações concretas.

Basicamente, para conteúdo introdutório, na teoria "bourdieusiana", o conceito de *habitus* de classe está estreitamente ligado à teoria do campo social, na condição em que "habitus (capital) + campo = prática social" (BOURDIEU, 2008, p. 97). Onde o campo social é tido como um sistema de relações sociais relativamente autônomo uns aos outros e que possuem seus próprios sistemas simbólicos (ou violência simbólica). E, "a cada momento, é o estado de relações de poder entre os jogadores que define a estrutura do campo" (BOURDIEU, 2005, p. 152), como sendo análogo há um jogo social, traduzindo uma realidade social que se configura em distinção de classes, legitimadora da dominação de classe e da violência simbólica através das práticas sociais.

Cabe registrar que Pierre Bourdieu dialoga com um escopo abrangente das ciências sociais e humanas, destacando mais precisamente o caráter científico e não a posição política ou ideológica dos autores. Nas quais possui como referência, em destaque, as três

matrizes da sociologia, onde extrai principalmente: de Karl Marx, as relações sociais; de Émile Durkheim, o conformismo lógico; e de Max Weber, o racionalismo institucional. Numa perspectiva histórica e dialética que rejeita categoricamente qualquer aproximação com a fenomenologia de caráter metafísico (não social) por considerar subjetivista, e com o positivismo por considerar objetivista (mecanicista).

Tais demarcações teóricas são elo preponderante das influências filosóficas e nos problemas sociológicos desafiados por Pierre Bourdieu. Nas quais, se sustenta pelo diálogo com o estruturalismo num determinado período por se opor ao empirismo-positivista (e a metafísica), tendo como referência a antropologia de Claude Lévi-Strauss pelo foco nos sistemas sociais, mas posteriormente tornando-se crítico justamente por compreender a existência da dialética entre a estrutura e o indivíduo. E pelo diálogo com o idealismo, especificamente com a teoria Kantiana¹⁶, no que tange a ideia fundante da teoria do conhecimento (com foco na ontologia do indivíduo) em oposição à metafísica (e ao empirismo-positivista), mas rejeitando em sua perspectiva teórica o idealismo pelos mesmos motivos os quais se tornou crítico ao estruturalismo.

Bourdieu argumenta respaldado em Marx acerca da importância do conhecimento, como demonstrado no trecho: “trata os diferentes universos simbólicos, mito, língua, arte, ciência como instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objetos, como – formas simbólicas – do conhecimento, como nota Marx (Teses sobre Feuerbach), o – aspecto ativo – do conhecimento” (BOURDIEU, 2003, p.8). Para um melhor esclarecimento, a temática é abordada da seguinte forma:

“(…) seguindo o programa sugerido por Marx, em suas Teses sobre Feuerbach, ele visa tornar possível uma teoria materialista do conhecimento que não abandona nas mãos do idealismo a noção de que todo conhecimento, seja ele mundano ou acadêmico, pressupõe um trabalho de construção. Mas enfatiza o fato de que este trabalho não tem nada em comum com o trabalho intelectual, e consiste em uma atividade de construção prática, de reflexão mesmo prática, que noções comuns de pensamento a consciência e conhecimento nos impedem de apreender adequadamente”. (BOURDIEU, 2005, p.181)

Ou seja, as grandes estruturas sociais da sociedade, como já exposto na referida

¹⁶ Immanuel Kant, filósofo prussiano do século XVIII. Um dos fundadores do idealismo.

citação, a exemplo da ciência, da arte, da religião, da língua, e outros, incluindo-se, o Estado e o mercado, fazem parte de um sistema também simbólico, e se consomem como “estruturas, estruturadas, estruturantes”, no qual o conhecimento tem destaque, e se enreda nos diferentes campos sociais (econômico, político, educação, cultura, comunicação etc.). Desta forma, os agentes sociais são incorporados de objetividade e subjetividade, numa sincronia dialética entre *modus operandi* (de tradição idealista) e o *opus operatum* (de tradição estruturalista).

Considera-se, ainda, que as relações sociais (ou as sócioanálises) são preponderantes na teoria social do Pierre Bourdieu, nomeada por ele próprio de “Teoria Prática” e “Sociologia Reflexiva”. Propondo uma metodologia científica a qual refere-se, como “praxiologia”, que consiste analisar os fatores objetivos e subjetivos na relação agente social/campo social, indivíduo/sociedade, mulheres-homens/história. Em que a partir de uma ordem epistemológica das razões, entre ciências humanas e ciências da natureza, se extrai da abstração uma comprovação científica de determinados fenômenos sociais. Sempre numa perspectiva de “*defender juntamente com Bachelard que o fato científico é conquistado, construído, constatado*” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON; 1999, p. 22).

1.1 Educação e cultura: poder simbólico e dominação de classe

A educação no seu signo amplo (conceitual) é um ente inerente a natureza humana, é uma construção social e vinda dos primórdios. Dialogando com o teórico e educador, Paulo Freire (1996), no que tange estritamente a educação enquanto instituição conectada ao conhecimento do indivíduo, o prisma gerador ou impulsionador é a consciência de inconclusão, do inacabamento, da incompletude dos seres humanos, fazendo-os buscarem sua plenitude e, adquirindo assim, um caráter ontológico específico da espécie humana. Porém, a educação nos moldes do sistema de ensino moderno adquire problematizações sociológicas quando se observa principalmente a relação de classes. Assim, para Pierre Bourdieu a educação escolar ocupa expressivo papel para a dominação de classe nas sociedades modernas sendo elemento central no constructo de legitimação da ideologia dominante, isto é, a das classes dominantes.

As práticas presentes nos processos escolares se constituem em elemento fundamental para a ocorrência de formas de distinção social. Como Bourdieu demonstrou (BOURDIEU, 2008) a posse de capital cultural institucionalizado (certificados escolares,

diplomas universitários), legítima, pela formação atribuída, a presença dos agentes sociais em determinadas posições nos campos sociais, contribuindo, mesmo que indiretamente, para o consentimento da maioria dos agentes sociais à ordem social existente, às relações entre dominantes e dominados. Na sociedade brasileira, relações entre posse de capital cultural e posição de classe se manifestam de forma bastante explícita dado o fato de que a “educação básica” dos dominantes ocorre de forma quase universal em instituições particulares. Em situação inversa, a maioria dos socialmente dominados é alocada em redes públicas de ensino que apresentam significativas debilidades dificultando a apropriação de capital cultural legítimo. Como assinalou Bourdieu, em seu provavelmente mais mencionado trabalho:

“(…) o sistema escolar, com as ideologias e os efeitos gerados pela autonomia relativa, é para a sociedade burguesa em sua fase atual o que as outras formas de legitimação da ordem social e de transmissão hereditária dos privilégios foram para as formações sociais que diferiam tanto pela forma específica das relações e dos antagonismos entre as classes quanto pela natureza do privilégio transmitido.” (BOURDIEU, 1992, p.217)

Ao contribuir para a reprodução das relações de classe, nas sociedades modernas¹⁷, os sistemas escolares possuem importância expressiva para a conformação da subjetividade dos agentes sociais – na condição de indivíduos – que cada vez mais são inseridos em “escolas de massa”, as quais são também “escolas nacionais”, pois os sistemas de ensino surgem e se ampliam conforme o Estado Moderno, em intrínseca relação com a afirmação do capitalismo como modo de produção dominante, se fazendo presente em diferentes sociedades (MASSON, 1997). A educação escolar, como parte integrante das políticas públicas, vem a ser uma das esferas responsáveis pela constituição disciplinar (em termos econômicos, políticos, intelectuais e morais) necessária à reprodução dos diferenciados conjuntos de agentes sociais que integram as sociedades modernas e das relações que esses, sejam como dominantes, sejam como dominados, estabelecem em diferentes campos sociais. Não se desconsiderando os efeitos provenientes das posições (centrais ou periféricas) dessas sociedades em âmbito mundial sobre esses mesmos agentes, em particular nas percepções que vêm a ter sobre si mesmos.

¹⁷ Empregamos a expressão “sociedades modernas” não para diferenciá-las das que seriam “tradicionais”, mas para designar o conjunto das sociedades em que em algum grau e forma o capitalismo se desenvolveu, bem como o conjunto das sociedades que empreendem a construção de formas de superação da ordem capitalista.

A importância em salientar a contribuição da escolarização para a constituição da subjetividade dos agentes sociais decorre não apenas do poder da escola como instituição em que se realizam processos marcados por eficiente violência simbólica mas também para que se atente a aspectos importantes do conceito de *habitus* de classe, por vezes exclusivamente correlacionado a processos de socialização realizados (internalização de dispositivos necessários ao vivenciar o social cotidiano) em âmbito familiar e, não menos importante, que o *habitus* de classe que um agente social vem a ser dotado seria algo monolítico e não “transformável”. De forma bastante diversa de tais compreensões, para Bourdieu o *habitus* de classe não é estático, mas sim dinâmico transformando-se sob determinados limites conforme as situações sociais vivenciadas pelos agentes sociais (BOURDIEU; WACQUANT, 2012).

O emprego do conceito de *habitus* de classe tal como formulado por Bourdieu e com as consequentes relações com o de capital cultural nos permite ressaltar um aspecto relativo aos processos educacionais que, à primeira vista, seria óbvio: a estreita relação entre práticas escolares e conhecimento, sobretudo se tivermos em mente que conhecimento aprendido nos espaços escolares pelos agentes sociais não se restringe estritamente a domínio escolástico, em maior ou menor grau, de determinados conteúdos curriculares, mas sim formas e modos de “pensar” o real e, por consequência, de produzir classificações sobre o mesmo, de produzir apreciações e mesmo usufruir de bens culturais que, de uma maneira ou outra, se relacionam a essas formas de classificação (positivas ou negativas) de aspectos sejam esses “da natureza”, sejam “da sociedade”. De forma sumária, pode-se dizer que os modos de compreensão/classificação são fundamentais para a constituição de algo, aparentemente individual, mas que é, como sublinhou Bourdieu, essencialmente de origem social (BOURDIEU, 1989).

Nessa perspectiva, apesar das diferenças quanto a perspectivas filosóficas intrínsecas aos seus procedimentos analíticos e formulações teóricas, é possível, dentro de determinados balizamentos, estabelecer elementos de proximidade entre Bourdieu e Freire (1996)¹⁸, pois em ambos os autores, os processos de socialização (concebidos em Freire (1996) como próprios à educação dos homens) acompanham permanentemente a existência dos agentes sociais e, por consequência, produzem mesmo que mínimos efeitos de alterações nas percepções individuais. As possibilidades de mudança por efeito dos processos

¹⁸ Nessa perspectiva, veja-se Masson e Van Acker (2018).

educacionais, embora não incorporando nas análises de Bourdieu, mas em parte as de Freire, animará e procura ser como à frente apontaremos elemento das justificativas da criação do I PEE pelo governo Leonel Brizola/Darcy Ribeiro.

Sem entrarmos em considerações sobre as possíveis aproximações entre Freire e Bourdieu e tão somente observando os elos entre modos de apropriação de capital cultural institucional e relações entre as classes sociais no Brasil, podemos afirmar que nos últimos setenta anos de nossa história esses elos se manifestaram de forma bastante explícita. A “educação básica” dos socialmente dominantes ocorre de forma quase universal em instituições particulares ou em alguns poucos estabelecimentos públicos de maior excelência. Em situação inversa, a maioria dos socialmente dominados é alocada em redes públicas de ensino estaduais ou municipais que apresentam significativas debilidades, dificultando a apropriação de capital cultural legítimo.

Para muitos analistas, entre os quais Darcy Ribeiro, esse quadro de desigualdade escolar seria uma decorrência em última instância da condição subalterna do Brasil no cenário internacional. Tendo sido formada como sociedade colonial (uma colônia de exploração), que, rompidos os laços com a metrópole portuguesa, manteria a condição subalterna, como sociedade periférica no sistema econômico internacional, a exemplos das demais sociedades latino-americanas. Portanto sob os efeitos decorrentes do imperialismo inglês no século XIX e primeiras décadas do XX e a partir de meados deste último, do norte-americano. Essa condição subalterna marcaria toda a história educacional brasileira, que segundo Demerval Saviani (2009) apresentaria historicamente algumas grandes características que demarcariam períodos distintos. Características como: a educação jesuítica, colonizadora e essencialmente religiosas; a convivência a partir do século XVIII de iniciativas leigas e com ensinamento religioso, sempre dotados de fortes traços tradicionais escolásticos; as tentativas não concretizadas de organização de um sistema nacional no período monárquico e as proposições da pedagogia nova, do produtivismo tecnicista e neoprodutivista, as três últimas presentes no século XX e ainda influentes nas primeiras décadas do atual século, ainda que com variantes. Apesar das diferentes proposições e subsequentes propostas de reforma, a escolarização desigual da população brasileira permaneceria constante, marcada pela diferença de posição de classe.

Essa desigualdade quanto ao acesso à escola, manifesta nos historicamente elevados índices de analfabetismo (ou de “analfabetismo funcional”), seria para Darcy

Ribeiro (1984), ainda presente quando idealiza o I PEE, ao qual o projeto dos CIEPs estava integrado, uma decorrência dos aspectos estruturais do sistema escolar (na verdade das redes de ensino) brasileiro. As escolas brasileiras, independente dos níveis de ensino ofertados, expressaria o caráter de classe da educação brasileira, dual tanto quanto ao ensino ofertado, quanto, sobretudo, à sua qualidade. Se produziriam padrões discricionários: uma “educação para as elites”, de traços mais sofisticados, proporcionando aos membros dessas “elites” condições de exercerem “postos de comando” na sociedade. Em contraposição, teríamos a “educação dos trabalhadores”, de escassa qualidade, própria a indivíduos que venderiam, em condições de permanente competição, sua força de trabalho ao capital, sob as características da exploração próprias às sociedades dependentes.

Ainda que se reconhecendo as diferenças entre uma sociedade capitalista avançada, como a francesa, e uma periférica, como a brasileira, o arcabouço conceitual de Bourdieu nos permite analisar os sistemas de ensino brasileiro, compreendendo a partir do conceito de campo e as disputas que nele ocorrem entre os agentes sociais pela posse de capital cultural institucional, importante instrumento para possível concretização de projetos individuais de mobilidade social (ou, ao menos, de reprodução de uma posição de classe original). Essas disputam pelo capital cultural apropriável pela escolarização se fazem em mudanças nas demandas do mercado de trabalho provenientes, inclusive ainda que não só, por reorganização dos processos de trabalho, o que por sua vez provoca processos de classificação, desclassificação e reclassificação de certificados escolares e diplomas universitários, possibilitadores de distinção social, ou seja consagração simbólica da posição ocupada nos campos sociais (pertinente à posição de classe) pelos agentes sociais (BOURDIEU, 2008).

Consagração que, em geral, redundando de uma interposição da posse de capital econômico, capital cultural legítimo e capital simbólico – este último de modo geral um efeito do grau de posse dos dois outros. Deve-se observar também que pela própria dinâmica das relações presentes nos campos sociais, para a quase totalidade dos agentes sociais a luta pela distinção e igualmente uma luta permanente contra a “desclassificação”, sobretudo contra a perda do valor simbólico de capital cultural obtido pela escolarização. A universalização do acesso à escola e o aumento dos percursos escolares, em última instância um efeito da ordem capitalista, tende a tornar muito efêmero o valor de determinados certificados ou diplomas, pois eles deixam de ser objetos escassos, acelerando o grau de

competição por certificações mais raras e conseqüentemente dotadas de poder consagratório muito maior, isto é, de poder simbólico. Conseqüências de característica da produção e circulação na sociedade e de sua distribuição entre os agentes sociais daqueles bens que por força das relações sociais apresentam graus variados de consagração social, pois como assinalou Bourdieu: “o sistema de produção e circulação de bens simbólicos define-se como o sistema de relações objetivas entre diferentes instâncias definidas pela função que cumprem na divisão do trabalho de produção, de reprodução e de difusão de bens simbólicos” (BOURDIEU, 2007, p. 105).

Esse aspecto de consagração social pela posse de capital cultural legítimo ou seu inverso, a legitimação da posição subalterna pela ausência de capital cultural legítimo ou fracasso em tentativas de apropriação, não é para Bourdieu uma decorrência exclusiva de características inerentes aos agentes sociais, ou seja, ao seu *habitus* de classe, o qual como acima mencionado não é algo imutável, porém transformável. As características e propriedades das instituições de ensino são fundamentais e necessárias para a realização do sucesso ou fracasso escolar, em especial, os modos de execução das ações pedagógicas e da violência simbólica que lhes é pertinente, os modos de seleção e eleição dos que nelas serão bens sucedidos, enfim os *ethos* institucionais que lhes seriam característicos, constituintes da pedagogia, nem sempre conscientemente explicitada, que rege cotidianos institucionais. Quando a repetição das práticas institucionais se transforma em “tradicionalismo”, a afirmação, mesmo inconsciente, da reprodução da ordem social é consequência quase imediata e o insucesso daqueles que não possuem as qualidades esperadas, que deveriam ser próprias ao seus *habitus* de classe, é praticamente certo.

Um modelo pedagógico alternativo que pudesse evitar a exclusão ou a legitimação do fracasso escolar não é apresentado por Bourdieu em “A Reprodução”, elaborado em conjunto com Passeron, mas em obra anterior, “Os herdeiros” (publicado na França em 1964. No Brasil, a primeira edição é de 2009), os dois autores vislumbram a possibilidade de uma “pedagogia racional”, que atentasse sem preconceitos do senso comum para a desigualdade de capital cultural de diferentes tipos de estudantes, e estivesse fundada em um exercício de relações recíprocas entre professores e alunos, objetivando difundir e possibilitar a apropriação de capital cultural legítimo por alunos que não o teriam originalmente herdado por socialização familiar, combatendo a desigualdade de classe, algo por sua vez somente efetivamente possível em sociedades realmente democráticas. Uma

“pedagogia racional” que se contrapusesse ao conservadorismo pedagógico fortemente presente no campo educacional das sociedades modernas. Essas proposições sobre as possibilidades de uma “pedagogia racional” não desconsiderariam que como todo campo social as contradições e tensões entre agentes sociais (e, obrigatoriamente, entre as classes sociais) se fariam presentes. Assim, as análises de Bourdieu e Passeron críticas a expectativas ingênuas de “democratização” dos sistemas de ensino, se tornam fundamentais para que se possa viabilizar novo modelo de ensino que tenha como objetivo a apropriação pelos socialmente dominados do capital cultural legítimo, contrapondo-se aos exercícios de poder simbólico que legitimam a dominação de classe nas sociedades modernas.

As análises de Bourdieu sobre relações entre escolarização, dominação de classe e reprodução da ordem social, nas quais se salienta a posse de capital cultural como um significativo, ainda que não determinante, fator propiciador da continuidade da hierarquia entre as classes. Consequentemente, o entendimento das relações entre campo educacional e campo da produção de bens culturais passa a ser cada vez mais significativo para a compreensão das dinâmicas presentes nas sociedades modernas, sobretudo em virtude das transformações, ocorridas desde o final do século XIX na produção – e consumo – de bens culturais. Por sua vez, a ampliação da abrangência e extensão temporal dos processos de escolarização contribuiu significativamente para a própria produção de bens culturais como, especialmente, o consumo desses bens. Nesse sentido, poderíamos dizer metaforicamente que há uma “intersecção” entre esses dois campos, fazendo com que, mesmo que indiretamente, mudanças ocorridas em um deles provoque efeitos sobre o outro.

Essa “intersecção” ocupa posição primeira em nosso estudo, pois o jornalismo (origem do Grupo Globo) tal como este veio a se conformar no século XX é parte da indústria cultural dada sua condição de meio de comunicação de massa. A indústria cultural e a cultura de massa foram objeto de atenção especial pela “Escola de Frankfurt”, cujos trabalhos de seus principais representantes salientam a existência de relações dialéticas entre indústria cultural, cultura de massa, alienação e conhecimento, expressando a tradição marxista, lida em chave própria, a que estariam relacionados esses trabalhos¹⁹.

Na perspectiva frankfurtiana (também chamada de Teoria Crítica), indústria cultural e cultura de massas são conceitos imbricados, pois, nas sociedades modernas a

¹⁹ A obra “Dialética do Esclarecimento”, de 1944, dos autores Theodor Adorno e Max Horkheimer, é a publicação em que “indústria cultural” se configura enquanto conceito explicativo das sociedades modernas.

produção de bens culturais, sobretudo os artísticos, de um modo praticamente artesanal passaria a ser realizada em “nível industrial”. Essa mudança transformaria profundamente a relação dos agentes sociais com a cultura legítima, tradicionalmente denominada erudita. Dada, por exemplo, a capacidade de reproduzir “em massa” uma imagem antes única, como a de uma pintura (como a Mona Lisa), haveria perda da anterior aura consagratória, bem como os efeitos de dignificação daqueles únicos que poderiam a ela ter tido acesso. Por consequência, junto à perda da aura da cultura erudita, teríamos a “banalização” da cultura, em vista da possibilidade, ao menos potencial, de todos poderem a ela terem acesso. Os novos meios de comunicação como o rádio, o cinema, a imprensa moderna, afora aqueles que somente seriam universalizados a partir da segunda metade do século XX, como televisão e hoje redes *online*, são produtores de novos bens culturais assemelhados em parte aos classificados como artísticos, mas que teriam um novo objetivo: o lazer das “massas”, se diferenciando completamente do antigo usufruir dos objetos artísticos, prática que por si mesma se constituiria em forma de distinção social, de distinção de classe.

Além de se constituírem em novos meios de acumulação de capital, a semelhança da grande indústria, (em momentos diversos há comparações entre a produção cinematográfica dos estúdios de Hollywood com a produção fabril), na ótica frankfurtiana as formas de lazer relacionada à indústria cultural e à cultura de massas, são, de maneira geral, tidos como elementos afirmadores de alienação na medida que o usufruto de bens culturais como mero exercício de lazer. Ocupariam os intervalos de tempo entre jornadas de trabalho, também alienantes, pois o trabalho sob relações capitalistas seria tendencialmente alienado. A cultura de massa não teria como objetivo proporcionar ampliação de conhecimento, mas somente possibilitar relaxamento, divertimento. Produzir, sub-repticiamente, a reafirmação do senso comum e da alienação (falta de consciência da realidade).

A emergência da indústria cultural, como característica de mudanças marcantes no campo da produção cultural, não poderia deixar de ser analisada em enfoque mais estritamente político. No âmbito do marxismo, Gramsci em suas considerações sobre o Estado Moderno como “estado ampliado”, salientaria a importância da cultura – consequentemente do conhecimento – seja como elemento de dominação burguesa (o exercício da hegemonia), seja como elemento para o empreendimento de outra forma de hegemonia sob égide da classe operária. Ainda que absolutamente distantes entre si,

inclusive pelo desconhecimento mútuo²⁰, as preocupações dos frankfurtianos como as originais observações de Gramsci, são sinais da importância que vem a ter nas sociedades modernas a indústria cultural e dos elos indiretos desta com o crescimento da escolarização, não só, mas principalmente da população de áreas urbanas.

O argumento mais forte é de que a indústria cultural se alimenta de um todo social empobrecido em termos de consciência de classe e, enquanto individuação, ao mesmo tempo impinge o consumismo como forma de saneamento de ânsias individuais de diferentes gêneros, incluindo cultural. Demonstrando que para a racionalização institucional, em prol da ordem econômica (anarquia da produção), dissuadir o campo educacional é crucial na medida que este tem estreita relação também com mundo do trabalho, ambiente onde se potencializa a reificação²¹ do indivíduo e é inerente ao sistema econômico.

Embora Bourdieu também faça alusões, de modo direto ou não, aos frankfurtianos em trabalhos sobre gosto social, estilo de vida e hierarquia entre as classes sociais, como, por exemplo, em “A Distinção” (BOURDIEU, 2008) ou em trabalhos onde a produção do conhecimento em ciências sociais (BOURDIEU, P; WACQUANT, L.2005). O tema da alienação em contraponto a algum tipo de “consciência verdadeira”, o afastaria da abordagem frankfurtiana, para Bourdieu os produtos da indústria cultural não são primordialmente tratados como elementos de alguma maneira fomentadores de alienação. Antes disto, ainda que possam ter efeitos no sentido de contribuir para um conformismo político, os produtos da indústria cultural seriam em geral parte do capital cultural dos socialmente dominados nas sociedades capitalistas e como tal um capital cultural socialmente menos legitimado, empobrecido e seu consumo tendo o objetivo imediato de ser “prazeroso”, em um sentido mais sensorial e não intelectual e/ou refinado. Seria, poderíamos dizer, resultante de efeitos de escassa escolarização e apropriado àqueles inseridos em relações de trabalho de mais intensa exploração e, conseqüentemente, submetidos a formas mais violentas (físicas ou simbólicas) de dominação social.

Como capital cultural mais próprio do gosto dos socialmente dominados, os produtos da indústria cultural se encontrariam dentro do “mercado de bens simbólicos”

²⁰ Quando os famosos “cadernos do cárcere” começaram a ser publicados, as obras de Adorno, Horkheimer, Marcuse e outros representantes da “Escola de Frankfurt” já tinham produzido seus principais trabalhos. Além disso, Gramsci nunca teve conhecimento das iniciais reflexões, ainda na Alemanha, dos frankfurtianos.

²¹ A Escola de Frankfurt possui como uma das principais referências marxistas, o teórico Georg Lukács, fundamentalmente por ter desenvolvido o conceito de “reificação”, elencado algumas vezes por Marx, utilizando-o como ferramenta teórica no aprofundamento da análise sobre a indústria cultural.

(BOURDIEU, 2007), pois todo bem cultural possui algum valor simbólico, consagrando ou profanando aqueles que os consomem. A posse ou consumo de determinados bens culturais implica em distinção social. A busca pela distinção social é inerente às relações entre os agentes sociais. O estilo de vida é a expressão do grau de distinção social - de posse e modo de consumo de determinados bens culturais - que agentes sociais atingem na sociedade, expressando suas posições de classe conforme diferentes momentos históricos. Particularmente nas sociedades capitalistas, a distinção social e o correlato domínio social possuiria estreita relação com os processos de escolarização, apresentando uma alta funcionalidade, pois “sem dúvida alguma, é a instituição escolar que, mais do que nenhuma outra, legitima e reproduz a hierarquia cultural” (BOURDIEU, apud BONNEWITZ, 2003, p. 111).

A afirmação dos efeitos de dominação de classe – e de sua contínua reprodução – decorrentes das práticas predominantes nos sistemas de ensino nos permite quanto a este aspecto, aproximar as análises de Bourdieu das considerações de Gramsci sobre a dualidade dos sistemas de ensino²². Para Gramsci (2016), o dualismo escolar se materializaria pela divisão referente à modalidade de currículo: a “cultura geral” reservada para as “classes dominantes” e cultura “técnico-profissionalizantes” para as “classes instrumentais”, dominadas. A análise de Bourdieu sublinha esse aspecto relativo às práticas institucionais, o qual resultaria na segmentação apontada por Gramsci, ainda que na análise gramsciana sobre propostas de reforma do ensino italiano a segmentação denunciada era claramente explícita, enquanto na análise de Bourdieu, a segmentação pode ocorrer sem ser um objetivo formal explícito. Procedimentos presentes nas instituições de ensino, de modos aparentemente não discricionários, permitiriam legitimar o modo (capitalista) de divisão social do trabalho, pois “a função mais dissimulada e mais específica do sistema de ensino consiste em esconder sua função objetiva, isto é, dissimular sua verdade objetiva de sua relação com a estrutura das relações de classes” (BOURDIEU, 1992, p. 216).

1.2 Campo político e o campo educacional: dominação, hegemonia e *habitus* de classes

Na análise de Bourdieu, a posse de capital cultural é, concomitantemente, sinal indicativo de características dos dispositivos sociais que conformam o *habitus* de classe dos

²² Nos anos da curta vida de Gramsci, como em outros países europeus em que o capitalismo se firma mais tardiamente, a exceção da Alemanha, os processos de universalização do acesso à escola ganhavam dimensão na Itália.

agentes sociais em elemento fundamental para a dominação de classe nas sociedades modernas. Por sua vez, em relação às classes dominadas, como acima mencionamos, seus integrantes quase que exclusivamente pela via escolar poderiam, ao menos formalmente e com inúmeros obstáculos de dimensão variada, tentar, não necessariamente com êxito, se apropriarem do capital cultural legítimo institucionalizado.

O acento às possibilidades, mesmo muito restritas, da escolarização como meio de obtenção de capital cultural legítimo pelas classes dominadas, explica, em parte, as preocupações e críticas de Bourdieu do que denominou “imperialismo cultural” e do “multiculturalismo”. Se a crítica ao “multiculturalismo” ocupa parte de seus trabalhos, a qual se centra em certa afirmação ingênua de “culturas dominadas”, que desconsideraria elementos estruturais da dominação no campo intelectual, ela é bem mais constante em trabalhos sobre o campo científico. Dessa maneira suas críticas ao “imperialismo cultural” se dirigia a transposição mecânica de formulações teóricas concebidas para explicar fenômenos presentes em determinadas sociedades, empregadas para analisar situações presentes em sociedades distintas. Seus questionamentos se concentram particularmente sobre a adoção acrítica de formulações das perspectivas da economia neoclássica (especialmente a figura do *homo economicus* como norma universal de agente social e presente em todas as sociedades e em todos os momentos da história humana) e de teorias de origem anglo-saxã que se afirmavam na “ciência política” durante os anos 1970 e 1980, produzindo consequências semelhantes à universalização do agente econômico racional dos neoclássicos, ou seja, produzindo o desconhecimento de relações sociais concretas, terminando por reafirmar sob forma erudita visões estereotipadas do senso comum.

As considerações de Bourdieu, tanto quanto as possibilidades, mesmo que mínimas, de apropriação de capital cultural legítimo pelas classes dominadas, bem como aos efeitos relativos às disputas em subcampo do campo científico, como o das ciências sociais, onde a predominância de certas perspectivas teóricas pode ter efeitos funcionais quanto à dominação social, legitimando-a, ainda que de modo indireto, nos possibilitam, mais uma vez, realizar uma aproximação²³ com as reflexões de Gramsci. Agora as aproximações se fazem em torno da teoria da hegemonia do marxista italiano (GRAMSCI, 2020). Aproximação que envolve os conceitos de campo político, campo do poder e campo

²³ Não discutiremos em nosso trabalho as críticas de Bourdieu à categoria de “intelectual orgânico” empregada por Gramsci. Nesse sentido, veja-se Bourdieu (1989).

econômico, afora o de campo educacional.

Essa aproximação tem em conta a análise marxista das relações entre estrutura e superestruturas no capitalismo e as influências de Lenin nas notas de Gramsci sobre o “princípio da maioria” e a visão da sociedade como um “todo orgânico”²⁴. Na ótica marxista as relações de poder se encontram, em última instância, determinadas pelas relações de produção pertinentes a um modo de produção específico. Entendendo-se, por decorrência, que a constituição das classes sociais se faz concomitantemente à configuração desse complexo de relações, envolvendo também todas as formas de classificação da realidade social, em uma terminologia mais comum ao marxismo: as ideologias ou “consciências de classe”.

As formas de dominação política, como os modos de produção, são historicamente variadas. Para Gramsci, o conceito de hegemonia²⁵ está relacionado à dominação de classe da burguesia nas sociedades capitalistas em que a concentração de capital se intensifica, ampliando consequentemente a proletarização de grande parte dos socialmente dominados e onde formas de organização liberal do Estado se afirmam. A hegemonia de classe se realizaria mediante a constituição de um consenso na sociedade sobre a legitimidade atribuída à ordem política, exigindo, portanto, um consentimento da maioria da sociedade.

Assim sendo, o convencimento político é imprescindível para a concretização da hegemonia. Para Gramsci, a obtenção de consenso não poderia mais ser proveniente do uso direto e quase exclusivo da força (da violência física empreendida pelos órgãos do Estado), mas sim por vias ideológicas ou “culturais”. O entendimento de como essa nova característica da dominação burguesa levou Gramsci a formular sua concepção de “Estado ampliado”, em que o Estado, não é constituído somente por órgãos ou aparelhos de domínio direto, a “sociedade política” (de administração, de justiça, de segurança), mas também por um amplo conjunto de “aparelhos públicos e/ou privados” voltados para disseminar em todo o conjunto da sociedade visões de mundo pertinentes à reprodução da ordem social. Aparelhos que configurariam a “sociedade civil”. Esse conjunto de aparelhos atuaria

²⁴ Conforme é salientado por Gruppi em seu famoso trabalho sobre o conceito de hegemonia em Gramsci (GRUPPI, 1979).

²⁵ Cabe observar que o conceito de hegemonia está relacionado ao embate de Gramsci com influências do positivismo entre a esquerda socialista italiana e de interpretações e inspiração na fenomenologia, por representarem visões históricas que desconsideravam possibilidades de revolução da ordem social, além de terminarem sendo, em essência, fundadas em princípios a-históricos.

educando a sociedade, engendrando um tipo de institucionalidade inédito, necessariamente coercitiva, dada a permanência do monopólio do exercício legítimo da violência física pelo Estado, porém configurando um equilíbrio sempre ténue e marcado por “situações-limite”, em função de tensões entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”. A adequação assimétrica de interesse de diferentes classes (e frações de classe) da sociedade obrigaria a classe dominante (ou seus representantes) a realizar permanentemente a hegemonia, ou seja, a promover estratégias de construção do consenso pelos mais diversos meios, entre eles os diretamente educacionais, como a escolarização, cada vez mais acessível às diferentes classes sociais.

Distintamente de supremacia, ou de qualquer forma de poder “totalitário”, a hegemonia não se impõe imperiosamente na sociedade. Ela é um processo de condução, de convencimento e de conquista intelectual e política. Segundo Gramsci: “a hegemonia se realiza enquanto descobre mediações, ligações com outras forças sociais, enquanto encontra vínculos também culturais e faz valer no campo cultural as próprias posições” (GRAMSCI, apud GRUPPI, 1978, p. 63).

Dada a sua condição de intelectual e dirigente político comunista, as reflexões de Gramsci sobre a hegemonia burguesa tinham um objetivo não só teórico como político: possibilitar uma nova hegemonia em contraposição à burguesa, a hegemonia dos subalternos, centrada nas ações da classe operária. Para Gramsci (202), seria justamente a partir da desmistificação do mundo social (das visões de mundo conservadoras: burguesas ou tradicionais), construindo-se uma “consciência de classe” pelos subalternos, mediante a proposição de um método de ação política a fim de gerar outro consenso, com base em uma “nova maioria”, aquela possuidora de uma “nova cultura” (novas visões de mundo), tendo um novo horizonte ideológico e político visando a superação da ordem social capitalista.

Esse “novo método de ação política” deveria considerar a realidade social concreta, isto é, as formas como se constituíam efetivamente as relações sociais, os cotidianos das diversas classes e segmentos de classe dos socialmente subalternos, negando toda forma de ação meramente doutrinária, a qual tendia a desconsiderar os interesses mais imediatos dos socialmente subalternos.

A teoria gramsciana da hegemonia, incorporando elementos dos debates presentes nos campos intelectual e político europeus das primeiras décadas do século XX, tem nos conceitos de “intelectuais” e “bloco histórico” alguns de seus fundamentos. O “bloco

histórico” almejado por Gramsci deveria abranger política e culturalmente, portanto tendo na “sociedade civil” um de seus principais espaços de ação, as classes dominadas em especial, mas não unicamente, a classe operária e o campesinato. A constituição do “novo bloco histórico” iria se contrapor ao “bloco no poder” conformado pelas classes dominantes. A ruptura do poder coercitivo das classes dominantes, especialmente no âmbito da sociedade civil, necessitaria atrair politicamente os intelectuais, cujas ações tradicionalmente possibilitariam a realização e reprodução da hegemonia das classes dominantes. Inculcando e legitimando as ideias dominantes.

As lutas pela hegemonia atribuíam no pensamento de Gramsci, de modo inédito para a tradição socialista italiana, um papel estratégico para a cultura em geral (aqui entendida como o espaço das “visões de mundo” em suas variadas facetas, inclusive aquelas pertinentes à nascente indústria cultural) e a educação escolar em particular. Quanto a ações dos representantes intelectuais do “novo bloco histórico”, essas lutas deveriam ser caracterizadas por um esforço de persuasão permanente e coletiva visando superar o conformismo e a submissão dos subalternos. Mesmo considerando aspectos inéditos das formulações – e propostas políticas – de Gramsci, essas permaneciam vinculadas ao paradigma presente na tradição marxista sobre a consciência de classe: à dicotomia “consciência em si” e “consciência para si”, em que a condição da subalternidade está relacionada à ausência de consciência de classe.

Colocando em segundo plano a pertinência analítica das categorias “classe em si” e “classe para si”, temos novas possibilidades de aproximação entre as formulações de Gramsci com a análise sociológica de Bourdieu se observarmos especialmente o conceito de *habitus* de classe, o qual para Bourdieu deveria ser empregado a partir de explicações materialistas das práticas sociais, visto que empiricamente o social se constitui de práticas de agentes singulares em interações contínuas.

Por sua vez, o objetivo de produzir uma compreensão materialista e dialética da realidade social, em especial das relações entre pensamento e ação, entre individualidade e sociabilidade, é traço marcante da tradição marxista, afirmado em primeiro lugar pelo próprio Marx: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 48). Essa ênfase em construir explicações para os modos como os indivíduos construiriam suas percepções sobre o mundo em que estão inseridos se fez igualmente presentes entre aqueles que advogaram

para si o instrumental teórico de Marx, notadamente quando o agir político vinha a ser o objeto primeiro a analisar. Entretanto, buscar explicações materialistas sobre o pensar dos indivíduos não implicaria em um determinismo mecânico. Ao contrário, deveria resultar de análises de maior complexidade. Por exemplo, ao procurar compreender o que seria a “consciência política” da classe, Lenin buscou construir todo um quadro de variáveis que poderiam produzir percepções distintas daquelas mais tradicionais e que reafirmariam de algum modo a ordem social existente:

“A consciência política de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior, isto é, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões. A única esfera de onde se poderá extrair esses conhecimentos é a das relações de todas as classes e camadas com o Estado e o governo, na esfera das relações de todas as classes entre si” (LENIN, 2015, p.135).

Temos, portanto, no reconhecimento das complexidades do agir dos homens em sociedade, que não poderia ser explicado por causas mecânicas, pontos de proximidade entre tradição marxista e Bourdieu, o que não significa desconsiderar toda a importância que Max Weber, como o próprio Bourdieu salientou tantas vezes, teve para suas formulações sociológicas.

Para Bourdieu o conceito de *habitus* - possuidor de importante complemento delimitador: de classe - deve ser sempre considerado como uma condição adquirida pelos processos de socialização. Essa condição é necessária para que o agente social consiga se relacionar com outros agentes sociais em diferentes campos sociais. Ao mesmo tempo, como já referimos acima, o *habitus* de classe de todo agente social sofre os efeitos de situações vivenciadas nos campos sociais. Efeitos que podem ter características de reafirmação de dispositivos constituintes do *habitus* antes incorporados, mas também efeitos transformadores, mesmo que em grau limitado. E como as relações entre os diferentes campos expressam a hierarquia existente entre eles, alguns campos, como o político e o econômico, exercem maior poder de intervenção sobre os demais, ampliando ou diminuindo o grau de autonomia que podem vir historicamente a alcançar. As relações pertinentes a esses dois campos – e de seus efeitos sobre os demais – reafirmam a importância de apreender mediações e interseccionalidades entre os campos sociais, mesmo quando o objeto de estudo vem a se localizar, a princípio, entre campos distintos, como, em nosso caso, o educacional e

o campo da produção de bens culturais.

A atenção aqui enfatizada aos campos econômico e político não significa minimizar a importância de outros aspectos, que embora exercendo efeitos políticos, não seriam imediatamente referidos às relações de poder, mas que podem ser fundamentais para a concretização das relações políticas presentes na sociedade, em especial, as relações de classe. Nesse sentido, a construção de identidades sociais é fundamental para o exercício do poder. A importância da construção de identidades sociais será realçada por Bourdieu quando, rejeitando a identificação das classes sociais exclusivamente a características econômicas, empregou a expressão “classe construída” (BOURDIEU, 2008). Ao assim fazê-lo, sublinhava que as práticas dos agentes sociais possuem elementos de ordem simbólica (culturais), que possibilitam identificações coletivas (pertencimento a um mesmo conjunto de agentes sociais) e ao mesmo tempo de distinção, ou seja, de diferenciação quanto a outros agentes tidos como inferiores. Essa identificação e as práticas de distinção análogas conformam os *habitus* de classe dos agentes sociais.

O exercício de distinção dos socialmente dominantes é, portanto, inseparável da realização de violências simbólicas sobre os demais agentes sociais. O reconhecimento conformado por parte dos subalternos pode ser em sociedades capitalistas a configuração de processos de hegemonia, que assegurariam a reprodução da legitimidade da ordem social. Como Bourdieu apontou:

“A cultura dominante contribui para integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distingui-los das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.” (BOURDIEU, 1989, p. 10)

Nessa perspectiva, o conceito de campo social só pode ser analisado a partir do recorte das relações sociais em que está envolvido o agente social, bem como, sua classe social. Em seus trabalhos sobre os sistemas de ensino, Bourdieu analisou como as instituições pertencentes a esses sistemas ao reafirmarem a legitimidade do capital cultural por elas transmitido – e tradicionalmente herdado por via familiar pelos socialmente dominantes – reafirmavam a legitimidade da hierarquia social e, conseqüentemente, da

divisão do trabalho social e das relações de classe. Assim, a cultura das instituições de ensino, inclusive da escola básica, aquela à qual a maioria dos socialmente dominados vem a ter acesso, tendencialmente reforçaria nas sociedades capitalistas contemporâneas a hegemonia como forma de dominação política.

Por ser comumente apresentada como instituição democrática na qual todos não somente podem como devem ingressar o mais cedo possível, predomina no espaço escolar o apoliticismo como característica fundamental de seu *ethos*, de sua cultura institucional. A busca pela distinção social através do desempenho escolar (ou acadêmico) tende a ser pouco compreendida em sua específica problemática política, em suas dimensões mais amplas no campo do poder, bem como em relação à configuração (ou reconfiguração) dos *habitus* de classe dos agentes sociais devidamente escolarizados.

1.3 Um debate político-econômico no Brasil: educação e capitalismo dependente

As considerações até aqui apresentadas têm por objetivo expor os elementos teóricos que empregamos para compreender as críticas desenvolvidas pelo Grupo Globo ao I PEE. Contudo, consideramos também ser necessário para melhor apreender essas críticas, classificar simbolicamente o I PEE como herdeiro do ideário desenvolvimentista em vista dos anteriores percursos políticos e intelectuais de seus idealizadores. De outra parte, devemos observar, embora não em maiores pormenores, que figuras expressivas do Grupo Globo, em primeiro lugar Roberto Marinho, foram tradicionais críticos do ideário desenvolvimentista, exceto em sua vertente conservadora, a qual veio a ser dominante em determinados momentos do período ditatorial militar.

Temos, em perspectiva institucional internacional, como um dos marcos do ideário desenvolvimentista latino-americano a criação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)²⁶, em 1948. No Brasil, de forma similar, encontramos a fundação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)²⁷, em 1955. Com relação às ciências sociais, a expressão latino-americana maior veio a ser a “Teoria da Dependência”, nos anos 1960 e 1970, apresentando como suas principais categorias analíticas as de “centro” e “periferia”, questionando as de “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”.

²⁶ Órgão das Nações Unidas. O seu segundo secretário geral, Raúl Prebisch, (a partir de 1950), foi responsável pelo primeiro estudo do desenvolvimento econômico na América Latina

²⁷ Órgão ligado ao Ministério de Educação e Cultura, no Governo Juscelino Kubitschek.

O ideário desenvolvimentista latino-americano em suas diferentes vertentes está relacionado ao contexto mundial imediato ao pós-segunda guerra mundial. Neste contexto, se afirmaram de maneira exponencial os conglomerados transnacionais industriais e financeiros (as chamadas empresas multinacionais); desapareceriam os impérios coloniais na África, Ásia e Oceania, salvo exceções pontuais, surgindo em seu lugar novos Estados politicamente independentes, mas de maneira geral economicamente vinculados às suas antigas metrópoles; os EUA assumiriam no cenário internacional a posição dominante anteriormente ocupada pela Inglaterra; o capitalismo monopolista de domínio do capital financeiro se consolidaria e a “guerra fria” entre EUA e o bloco soviético marcaria as relações internacionais, em um mundo, à primeira vista, dividido em países industrializados e países de mínima ou nenhuma industrialização, produtores de matérias primas e importadores de produtos industrializados.

A situação desse último conjunto de países, genericamente denominados de “subdesenvolvidos”, foi objeto de perspectivas teóricas econômicas e sociológicas, que procuravam não somente explicar as causas da situação em que se encontravam como formas de politicamente superar a condição de “atraso” ou de “subdesenvolvimento” e de empreender “processos de modernização”. Algumas dessas teorias, principalmente aquelas que buscavam explicar a condição de “subdesenvolvimento” dos países não industrializados, em particular antigas colônias europeias, devido ao possível fato de estarem em uma “etapa anterior”, advogavam que os governos de países “subdesenvolvidos” deveriam realizar determinadas ações para atingirem de forma mais rápida o estágio de “desenvolvimento”.

Analistas de alguma forma vinculados às teorias da modernização salientavam que os países “subdesenvolvidos” apresentariam o fenômeno do dualismo estrutural, como veio a ser o caso de Jacques Lambert, famoso por seu trabalho sobre o Brasil (LAMBERT, 1959), dividindo esses países em duas partes: uma “moderna” ou em “processo de modernização” e outra “tradicional”, com padrões de sociabilidade arcaicos, defendia que ações modernizadoras, ainda que pontuais, poderiam gerar o que era então denominado de “efeito demonstração”, estimulando a população desses países assumirem comportamentos modernos e abandonando hábitos tradicionais. Contudo, não raramente, a reprodução de hábitos modernos, quase sempre estritamente relacionados a padrões de consumo dos países capitalistas centrais, implicavam em intensificação das importações, reduzindo possíveis recursos para investimento econômico local, além do fato do consumo “moderno” somente

ser possível para pequena parcela da população em função da elevada desigualdade social, característica da maioria dos “subdesenvolvidos”.

Autores como Paul Baran²⁸, criticariam essas explicações, analisando a situação das relações entre os “desenvolvidos” (capitalistas avançados) e os “subdesenvolvidos” a partir de outros pressupostos teóricos, como o marxismo. Para Baran, os primeiros controlariam (comercial e financeiramente) o excedente econômico produzidos pelos segundos, excedente decorrente da produção de matérias primas agrícolas ou minerais, tornando a transição de país subdesenvolvido para país desenvolvido inviável. Somente a alteração dos modos de apropriação e utilização do excedente econômico gerado nos países subdesenvolvidos alteraria a condição desses últimos. A relação assimétrica entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” foi também objeto de emblemática personalidade da CEPAL, o economista argentino Raul Prebisch, formulador da teoria do intercâmbio desigual, que pautou as primeiras elaborações da CEPAL e foi incorporada ao pensamento econômico brasileiro por Celso Furtado²⁹. Furtado (1974) problematizaria as categorias de “subdesenvolvido” e “desenvolvido”, considerando pouco explicativas, sem que antes fossem analisadas as relações entre centro e periferia no capitalismo, as quais envolveriam os diferentes atores do cenário econômico e político internacional. Criticando tanto as perspectivas das “etapas ou estágios para o desenvolvimento” como a do “dualismo estrutural”, os teóricos da dependência iriam considerar em primeiro lugar a estreita interação das sociedades dependentes no sistema internacional capitalista. As sociedades dependentes não seriam partes estanques e isoladas desse sistema. Ao contrário, estariam interligadas ao sistema internacional e internamente desenvolveriam processos de acumulação de capital, porém definidos pelas características próprias do capitalismo dependente.

Os “teóricos da dependência” ao mesmo tempo em que buscavam formas alternativas para pensar os elementos determinantes da situação de dependência também eram propositores de alternativas para superá-la, o que os levavam a privilegiar determinados

²⁸ Paul A. Baran, um dos principais economistas norte-americanos marxistas, analisou criticamente vários autores representantes das da teoria da modernização e de concepções sobre desenvolvimento econômico no século 20, como em sua obra “A Economia Política do Desenvolvimento”, publicada em 1956.

²⁹ Celso Furtado, possui um extenso currículo, entrou para a CEPAL em 1949, foi presidente do Grupo Misto CEPAL-BNDES no início da década de 1950, criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foi nomeado ministro do Planejamento do Brasil no governo João Goulart, foi ministro da Cultura no governo José Sarney, entre 1986 e 1988, e por fim, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1997.

elementos característicos das sociedades latino-americanas. Entre essas características, sobretudo em vista das situações vivenciadas por grande parte da população da América Latina, se destacaram as relações entre capital e trabalho e as entre campo e cidade (foram objetos privilegiados de análise).

As características dos processos de trabalho nas sociedades dependentes resultariam de modelo de produção de excedente econômico, resultante da divisão internacional do trabalho, onde seria dominante nesta divisão a dos países capitalistas avançados, em especial, após a segunda guerra mundial, dos Estados Unidos. Para um dos principais representantes da teoria da dependência, Ruy Marini (2011), cuja análise reivindicava mais estritamente o marxismo como seu fundamento teórico, principalmente as análises sobre a acumulação capitalistas desenvolvidas em *O Capital*, nos países da América Latina, de modo geral e diferentemente dos países capitalistas centrais, a “quantidade” de trabalho presente nos processos de produção locais e extraída pelo capital não se limitaria a formas usuais nos países centrais (seja sob a forma de mais valia relativa ou absoluta). Os processos de trabalho nas sociedades latino-americanas se caracterizariam por um aprofundamento da exploração da força de trabalho, por uma superexploração do trabalho, uma intensificação da extração de mais valia absoluta, dada a relação desigual de apropriação de mais valia entre as burguesias (e demais classes dominantes) locais e as burguesias dos países capitalistas centrais. Como segue:

“O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual "o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital", implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente.” (MARINI, 2011, p. 157)

Para Marini, esses processos não somente se manteriam como tenderiam a se ampliar em função do crescimento do mercado mundial e a inserção subalterna dos países latino-americanos: “a expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão

internacional do trabalho entre as nações industriais e as não industriais, mas a contrapartida dessa divisão é a ampliação do mercado mundial” (MARINI, 2011, p. 142). A inserção subalterna não induziria ao desenvolvimento interno da capacidade produtiva nas sociedades dependentes, pois se manteriam as trocas desiguais entre manufatura e matéria prima e, em certos países, como o Brasil, México e Argentina, entre manufaturas localmente produzidas e bens de capital. De toda forma também se manteria a tendência à superexploração do trabalho.

Resultante, segundo a análise de Marini, da necessidade de permanente intensificação da exploração da força de trabalho, a desigualdade social nas sociedades dependentes não seria elemento conjuntural, mas sim estrutural do capitalismo dependente e das formas locais de dominação social. Independente de maiores considerações sobre o trabalho de Marini ³⁰, Cardoso e Faletto (2011) sublinhariam que as formas de dominação social presentes nas sociedades latino-americanas estariam relacionadas às alianças das classes dominantes locais aos centro de poder externos, mesmo quando ocorressem mudanças na estrutura social – com efeitos nas relações políticas internas – por força do crescimento econômico em circunstâncias de manutenção da condição dependente, exemplificado no caso brasileiro.

A combinação entre a persistência da reprodução da dependência com mudanças econômicas, principalmente processos de industrialização e aumento do setor de serviços, implicaria em uma identificação mais ou menos conformado. Em contrapartida, em senso comum de extração desenvolvimentista, a superação do “subdesenvolvimento” se manifestaria na defesa da industrialização, dos “interesses nacionais” contra a “exploração estrangeira” e na afirmação da cultura nacional, em especial em suas características populares. O acesso da população à educação escolar também seria elemento estratégico para vencer o “subdesenvolvimento”. Entretanto, somente modificações de ordem econômica sem alteração das condições de vida não eram suficientes, como demonstra tanto a permanência de minimização das desigualdades sociais por ação de “políticos comprometidos com o povo” como as críticas ao desenvolvimento de um capitalismo tardio que promoveria modernizações que atenderiam aos interesses de minorias ricas, como foram boa parte das críticas dos segmentos subalternos aos governos durante o período da ditadura militar, que apregoava como um de seus objetivos o “desenvolvimento do país”.

³⁰ Cardoso veio a ser um forte crítico da tese da superexploração da força de trabalho de Marini.

As rápidas observações relativas à teoria da dependência e às problemáticas do desenvolvimento latino-americano que apresentamos não têm como objetivo enunciar a possibilidade de empregá-la como base teórica de nosso objeto de estudo. Ao contrário, apenas as registramos para salientar que as propostas educacionais de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro eram, de uma forma ou outra, herdeiras das formulações dessas perspectivas teóricas, ainda que, quando buscaram implementar o I PEE, não significassem uma reprodução *ipsis litteris* dos conteúdos delas, inclusive porque raramente a educação escolar foi objeto de atenção maior³¹. Observação semelhante pode ser feita em relação aos que seriam responsáveis pela execução do PEE em diferentes pontos do Rio de Janeiro, sobretudo atuando diretamente nos CIEPs.

Em sentido inverso, o Grupo Globo, como a grande imprensa brasileira em geral, salvo raras exceções, progressivamente a partir do final dos anos 1970 e ao curso da década de 1980, incorporaria o ideário neoliberal. Este seria responsável pelas maiores críticas ao estado do bem-estar social (e a todo tipo de formulação de inspiração socialista), as quais se acentuariam a partir da crise econômica emergente nos anos 1970. A economia global, a defesa do livre fluxo de capital e a desregulação dos mercados com o conseqüente fim dos “protecionismos” passaram a integrar o imaginário das classes dominantes e de seus representantes. Qualquer veleidade desenvolvimentista ou de defesa de nacionalismo econômico aparentava ser um anacronismo a ser de todas as maneiras excluídas da pauta política, principalmente quando o regime ditatorial entrava em colapso e uma nova ordenação política parecia ser iminente. O I PEE além de propiciar, mesmo indiretamente olhares menos negativos sobre o desenvolvimento nacional não dependente e visões menos ingênuas sobre a produção e em especial o consumo de bens culturais se encontrava em sentido contrário a aspectos centrais do capital cultural legitimado pelos socialmente dominantes, tornando-se inevitavelmente objeto de fortes contestações em diferentes campos sociais, como o do jornalismo, o político e o educacional.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRAJETÓRIAS: GLOBO E CIEP

Um preâmbulo das trajetórias do Grupo Globo em relação à indústria cultural e do Projeto CIEP em relação à educação popular, é importante para se verificar contextos e situações passíveis de incorporar tensões entre o Grupo Globo e o Projeto CIEP. Neste

³¹ Ainda que representantes das ciências sociais brasileiras tivessem tratado de temas educacionais como Florestan Fernandes e o próprio Darcy Ribeiro, até a experiência dos CIEPs a educação superior era o objeto mais discutido.

sentido, é possível dizer que o crescimento e a diversificação da indústria cultural de forma pujante ocorrem a partir da “Revolução de 1930” com o início da “Era Vargas”, juntamente com a expansão do processo de industrialização. O símbolo maior no setor da indústria cultural foi a Rádio Nacional do Rio de Janeiro³², fundada em 1936, período no qual o Grupo Globo era germinal. De modo similar, é possível dizer que os primórdios da educação popular como política de Estado, e até mesmo o ensaio do Projeto CIEP, tem início no mesmo período, sendo seu símbolo maior as iniciativas preconizadas pelo educador Anísio Teixeira, referência de Darcy Ribeiro, nomeado secretário de educação do Rio de Janeiro, em 1931, e signatário líder do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932.

Esses inícios de trajetórias tornam visível para uma primeira observação: a estruturação dos campos sociais da produção da cultura e da educação na sociedade brasileira se fez de forma, poderíamos dizer concomitante, de modo que os seus específicos objetivos se transpassassem, estreitando as relações entre os dois campos. Esta situação possibilitou a constituição de uma contradição singular, ou seja, a contradição entre as formas de acesso aos tipos e modalidades de capital cultural legítimo pertinentes a esses campos, favorecendo privilégios de determinados segmentos sociais em ambos os campos. A trajetória simultânea – entre a escolarização tornada obrigatória e a ampliação da indústria cultural – se constitui e se reproduz em períodos de aceleração da modernização do Estado e da sociedade brasileira, apesar das tentativas de alteração da dualidade de acesso aos tipos de capital cultural referentes aos dois campos sociais – mais formal do que efetivo no campo educacional e quase irrestrito no campo da produção cultural, ao menos para a população das maiores cidades - tenham se feito presentes nas décadas seguintes à “Revolução de Trinta”, por força da configuração de projeto de política de Estado em prol do desenvolvimento nacional, cristalizado sobretudo no segundo governo do Getúlio Vargas.

Em termos gerais, pode-se dizer que para os “desenvolvimentistas” das primeiras décadas da segunda metade do século XX deveria ser prescrito como política de Estado a defesa de uma indústria cultural de capital nacional com afirmação de elementos da cultura

³² A Rádio Nacional foi fundada pelo jornal A Noite, em 12 de setembro de 1936, bem após a saída do Irineu Marinho, um de seus antigos sócios, em 1925, para fundar o jornal O Globo. O jornal A noite então dirigido pelo jornalista Geraldo Rocha, foi comprado em 1931 pela Companhia Estrada e Ferro São Paulo – Rio Grande, do investidor norte-americano Percival Farguhar, que em dívida com o governo federal, acabou cedendo-a para encampação pelo governo Getúlio Vargas através do decreto-lei nº 2.073, de 08 de março de 1940, o qual criou as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União. Foi na gestão do jornalista Geraldo Rocha que foram lançadas as revistas Vamos Ler, A Noite Ilustrada e Carioca, fazendo com que a empresa demonstrasse sua força através construção do maior edifício (arranha céu) do Brasil (à época), iniciada em 1927 e concluída em 1929, localizado na Praça Mauá nº7. Iniciativa que gerou empréstimos (dívidas) com empresas estrangeiras.

brasileira³³ e a implantação de uma educação pública e laica, sob os princípios da chamada “Escola Nova”, em oposição à pedagogia tradicional vinculada ao modelo político e de sociedade advindo da “República Velha”, com traços aristocráticos.

Em vista da concomitância da estruturação em traços mais definidos dos dois campos mencionados, ao menos em relação às décadas de mais intensa modernização da sociedade brasileira, torna-se necessário e fundamental incorporar em nossa análise elementos dos campos econômico e político, considerando-se em especial, os efeitos decorrentes da posição do Brasil no contexto da ordem mundial. O país que vivenciou desde a conquista portuguesa a relação de espoliação colonial e mesmo após a independência política permaneceu subalterno às principais potências imperialistas. A partir da década 1930 embora se mantenha a condição dependente, o Brasil altera sua posição nas relações internacionais, visto ter se tornado o país latino-americano de maior industrialização.

Além de todos os efeitos da segunda-guerra mundial, principalmente: o de tornar os EUA o novo mandatário do capitalismo global; a conformação do *welfare-state* (Estado de Bem-estar Social) como modelo de sociedade capitalista moderna e o estabelecimento da “guerra fria” como elemento central das relações internacionais, se afirmaram condições no Brasil o ideal de desenvolvimento econômico e social nacional. Esse ideal, pode-se dizer, que se encontrava implícito em parte dos movimentos que desencadearam a Revolução de 1930, viesse a ser predominante, ainda que o objetivo do desenvolvimento fosse compreendido de diferentes e mesmo antagônicas formas, à esquerda e à direita, expressando as contradições entre os interesses de classe existentes. O ideal desenvolvimentista permeou toda a década de 1950, e foi ponto central e marcante na instável governança daqueles anos, em que ameaças à limitada democracia liberal existente³⁴ foram permanentes, até chegarmos à sua supressão de fato após o golpe militar de 1964.

É justamente no início da década de 1960 que podemos observar sinais de importantes elementos indicativos do conflito, que estaria por vir na década de 1980, entre

³³ A afirmação do que seriam aspectos e valores da cultura nacional foi objeto tanto de iniciativas de maior teor conservador, exemplificadas historicamente em ações do antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), existente entre 1939 e 1945, como de projetos de teor popular e democrático como os Centros de Cultura Popular desenvolvidos pela União Nacional dos Estudantes (UNE) no início dos anos 1960 ou os shows do Teatro Opinião no Rio de Janeiro, logo após o golpe de estado de abril de 1964.

³⁴ Em termos políticos, o regime democrático liberal estabelecido no Brasil após o fim do período ditatorial do Estado Novo logo se caracterizou por seus limites quando o então mais ascendente partido de esquerda do país, o Partido Comunista do Brasil (PCB), foi proscrito, excluindo-se do parlamento nacional e dos legislativos regionais, todos os seus representantes em 1947, um dos primeiros efeitos locais da emergente “Guerra Fria”.

Grupo Globo e Projeto CIEP. Pois nos anos 1960, ocorrem diversos acontecimentos, a princípio, não relacionáveis entre si, mas que dada as relações entre os campos educacional, da produção cultural, do político e do econômico, terminariam por produzir interpenetrações entre estes, em virtude de ações de agentes sociais que, de uma maneira ou outra, transitariam por todos eles. Assim, temos que em 1962, ano posterior à Lei de Diretrizes e Bases (LDB/61), Lei nº 4024/1961), Darcy Ribeiro é nomeado ministro da educação e cultura, implantando o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Conselho Nacional de Educação. Esses atos, expressando grande investimento político na educação pública, produzem grande impacto no campo educacional; podemos mesmo dizer que seriam “extremamente estruturantes”. Por outro lado, é o ano em que o Grupo Globo recebe investimento financeiro da empresa norte-americana de publicidade, *Time Life*. Assim, finalmente pode pôr em prática seu projeto de construir uma emissora de televisão, algo que só ocorreria em 1965, já sob o estado de exceção, isto é, sob a ditadura militar se concretizam as bases para a formação da maior rede de canais de tv do Brasil e da América do Sul.

Os elementos propiciadores de mudanças nos campos educacional e da produção cultural que se manifestariam explicitamente em anos posteriores, não somente já estariam presentes na primeira metade da década de 1960, como as confluências e em especial contradições, entre as ações realizadas em um e outro campo. Essas ações expressariam também os graus de autonomia relativa que os dois campos teriam frente ao campo econômico e ao campo do poder. As expectativas de mudanças de teor democrático e desenvolvimentista no campo político se viram frustradas pelas novas relações presentes no campo do poder com o golpe de 1964. Nas estratégias pertinentes aos projetos de modernização conservadora que foram empreendidos ou que se buscaram empreender pelos governos ditatoriais, as mudanças no campo educacional eram, em pequeno grau, apenas reativas a demandas presentes na sociedade brasileira, em especial aqueles referentes a acesso aos diferentes níveis de ensino (do primário ao superior). Foram respondidas de maneira pontual, com uso de recursos orçamentários mínimos, práticas pedagógicas questionáveis³⁵ e favorecimento do empreendimento particular em detrimento da educação pública, restringindo de forma calamitosa as possibilidades de acesso ao capital cultural legítimo passível de ser, ainda que de maneira restrita, apropriado pelas classes sociais dominadas pela via da escolarização.

³⁵ No período ditatorial conviveram, não raro nas mesmas redes de ensino ou mesmo nos mesmos estabelecimentos, práticas de inspiração tecnicistas e aquelas típicas do tradicionalismo pedagógico.

As restrições, orçamentárias e políticas, impostas aos agentes sociais no campo educacional dada a acentuada subordinação deste ao campo do poder, se diferenciam do estímulo ocorrido em relação ao campo da produção cultural. Neste, ainda que também sob demarcações políticas conservadoras, as ações de agentes que nele cada vez mais ocupariam posições superiores, como os dirigentes do Grupo Globo, em particular Roberto Marinho, possibilitariam o estabelecimento de alianças estratégicas entre integrantes das classes dominantes para a concretização de objetivos e interesses distintos, porém complementares. Os objetivos mais imediatos dos dominantes no campo de poder de eliminar ou ao menos minimizar ao máximo, os focos de contestação presentes na sociedade brasileira teriam, tão ou mais do que as práticas de censores oficiais, um importante instrumento de afirmação desses interesses no campo da produção cultural, sobretudo quando a extrema direita se tornaria, mesmo que conjunturalmente, força dirigente do Estado brasileiro, com o AI-5 e o posterior governo Médici.

No campo da produção cultural, acirrou-se a concorrência entre os grupos atuantes na televisão brasileira, então ainda bastante embrionária e muito restrita ao eixo Rio-São Paulo. Redes e emissoras fundadas nos anos 1950 (Tupi, Record, Paulista, Continental) ou bem no início dos 1960 (Excelsior), enfrentaram fortes crises a partir dos anos setenta (ou mesmo antes, sendo o caso da TV Paulista, em cujos antigos estúdios se instalou a TV Globo em São Paulo) num acirrado e prolongado processo de competição, terminando por sucumbir diante das redes emergentes de propriedade dos Grupos Globo e Sílvio Santos. Estes contavam com significativo capital político, dado o apoio e proximidade com figuras importantes do campo do poder durante a ditadura militar. E assumiram posições dominantes no campo da produção cultural no setor televisivo e, no caso do Grupo Globo, também na imprensa e no setor radiofônico, com efeitos econômicos expressivos. As relações entre o campo da produção cultural e o campo político na sociedade brasileira foram e são bastante estreitas, provocando tanto ascensões como declínios vertiginosos de empresários atuantes no primeiro campo. De todo modo, ao contrário do campo educacional, ainda que detentor de grau de autonomia relativo, sua posição na sociedade brasileira não veio a ser tão subalterna como o campo educacional, dada a sua importância estratégica em termos de reprodução da dominação social e pelas características econômicas que o distinguem do campo educacional³⁶.

³⁶ Ainda que no campo educacional brasileiro haja a presença de grupos empresariais estes, por investimentos exclusivamente neste campo, não conseguem obter o nível de acumulação de capital que os grupos empresariais

Em síntese, ambos os campos, da educação popular (público) e do entretenimento midiático (privado), tiveram uma intersecção importante com o campo econômico, em termos orçamentários, mas que no campo do poder se efetivou o descenso do campo educacional, e da democracia, e a ascensão do campo da indústria cultural, via Estado de exceção. Vinte anos depois, em 1982, essa crise se cristalizou num evento político muito específico que são as eleições para o governo do estado do Rio de Janeiro. Onde o Grupo Globo claramente posicionada politicamente, aliada do regime militar, escolheu um lado nas eleições estaduais, ao atuar em campanha para o então candidato Moreira Franco (PDS). Enquanto, do outro lado, estava o candidato Leonel Brizola (PDT), que tinha como principal bandeira eleitoral a defesa de um projeto de educação pública, laica e integral que mais tarde se chamaria o I PEE-CIEP. A atuação do Grupo Globo foi uma atuação aberta e militante, tentando influenciar no campo político, já como maior expressão midiática nacional.

Ao tomarmos por base nosso referencial teórico de análise, em especial a teoria dos campos sociais, é possível verificar no tocante à indústria cultural no Brasil, o que Pierre Bourdieu considera uma homologia entre campos sociais distintos em que ocorre “todos os encontros entre a lógica da produção de bens e a lógica da produção dos gostos através dos quais se constitui o universo das coisas apropriadas, objetos, pessoas, saberes, lembranças, etc.” (BOURDIEU, 2008, p.225). A observação de Bourdieu procura sinalizar e demonstrar que as relações sociais em que se constituem os *habitus* de classe dos agentes sociais não se restringem meramente a relações estritamente econômicas de oferta e demanda de bens culturais, mas são integrantes de dinâmicas de campos sociais nas quais não só ocorre a produção de bens culturais (algum tipo de capital cultural) como também a consequente produção de “gostos”. Embora esses para o senso comum sejam “pessoais”, são efetivamente sociais, sendo gostos de classe, efeitos das relações entre as classes nos diferentes campos sociais.

Nessa perspectiva, podemos dizer que o campo da produção cultural tem uma relação estreita com a produção e reprodução de gostos sociais, dos gostos de classe, sobretudo aqueles relativos aos produtos de maior consumo dessa indústria como: livros, jornais, revistas, filmes, músicas, programas de televisão, objetos de decoração, entre outros tantos. Com relação ao Brasil, apesar da forte presença de produtos de origem norte-

que se tornaram dominantes no campo da produção cultural, em especial no setor televisivo, a partir dos anos 1980, setor na prática hoje oligopolizado por quatro grupos: Globo, Record (sob a direção de Edir Macedo, que adquiriu a antiga Record), Sílvio Santos e Bandeirantes.

americana (principalmente filmes) e europeus ocidentais (literatura ficcional, peças de teatro, músicas “populares”), de forma sumária podemos estabelecer, independente de objetivos políticos implícitos nas produções realizadas, uma tipologia tomando por critério primeiro a ação do Estado no campo e segundo, o principal meio de comunicação de massa no Brasil até a década de 1970: o rádio. Assim, considerando esse meio de comunicação de massa e principalmente as relações entre o campo do poder e o campo da produção cultural, teríamos cronologicamente um tipo de produção entre a décadas de 1930 até meados da de 1960 e outro progressivamente dominante a partir da década de 1970.

O primeiro tipo, germinal, se caracterizaria por propriedades “nacionalistas” e mesmo “estatizantes”. Isto porque, como o rádio, de ondas AM (amplitude modulada), estava sujeito mais diretamente a ação do Estado, seja por efeito de concessão do sinal das emissoras, seja por intervenção direta da censura oficial, o que contribuiu, direta ou indiretamente, tanto para a valorização e difusão da música brasileira popular urbana, como para o ideário nacionalista do primeiro governo Vargas. Confluíram interesses econômicos (dos proprietários de emissoras de rádio) e políticos (dos integrantes do campo do poder), que conformariam e legitimariam a presença de uma arte musical “nacional-popular”³⁷.

O segundo tipo, afirmado a partir sobretudo da década de 1970, embora sinais claros de sua presença já se manifestassem desde a década de 1950 e 1960, concorreria e iria se sobrepor ao primeiro. Ao contrário deste, de características mais “nacionalistas”, sua legitimação, ainda quando “em versão nacional” se caracterizaria pela incorporação de produtos culturais de origem estrangeira, notadamente anglo-saxã, afirmando-se como moderno, inovador e mesmo contestador de comportamentos tradicionais³⁸.

No setor fonográfico brasileiro, predominantemente ligado à música popular, o domínio histórico de empresas de origem norte-americana, portanto vinculadas a um mercado de dimensão cada vez mais internacional, por motivações comerciais alocaria em

³⁷ Roquette-Pinto grande difusor do rádio no Brasil e fundador da primeira rádio do Rio de Janeiro considerava que o rádio tinha um papel eminentemente educativo e que em termos musicais deveria somente difundir obras “de qualidade”, poderíamos dizer pertinentes a um capital cultural legítimo, portanto “eruditas” e não a “música ligeira”, popular como sambas, maxixes, choros, frevos, marchas carnavalescas. Com certo ressentimento viu o crescimento do rádio comercial somente voltado para a difusão da música popular em lugar das produções eruditas.

³⁸ A expressão maior da incorporação da produção cultural não nacional como manifestação de massa seria na área musical do rock, cuja versão local e mais popular seria a “jovem guarda”, predominante inicialmente em camadas da pequena burguesia e posteriormente por efeitos de mimetismo social nas demais camadas das classes trabalhadoras. Afirmaria o “moderno” contra o antigo, visto pejorativamente como antiquado, ultrapassado, anacrônico, por fim, no linguajar popular, “brega”.

segundo plano a produção nacional. Ainda que a chamada MPB, que de algum modo viria a incorporar a “bossa nova” surgida ao final dos anos 1950, tivesse presença marcante; esta, porém, sempre ocupou dimensão menor, salvo pontuais exceções de sucesso mais longo. Em outras áreas em que a “indústria cultural” teria campo de atuação no país como o cinema, a produção – e o consumo – da cinematografia brasileira vivenciaria, afora a desigual concorrência internacional, predominantemente norte-americana, dois grandes problemas, cujas origens se situariam no campo político, mas também no campo educacional.

No campo político, a partir da ditadura militar, os cineastas brasileiros, salvo exceções aderentes, foram tratados por vários e vários anos, como potenciais e perigosos inimigos políticos da ordem estabelecida. Dificuldades de vários tipos incidiram sob a cinematografia nacional: da censura a obstáculos na obtenção de financiamento público³⁹. Por sua vez, a produção nacional mais reconhecida internacionalmente – o “cinema novo” surgido entre o final dos anos 1950 e início dos 1960 -salvo filmes que foram sucessos de bilheteria, como “O Pagador de Promessas”, se confrontava com reações negativas de plateias potenciais. Dada o hiato entre as produções realizadas e o capital cultural do grande público brasileiro, de seu “gosto”, expressão da dominação cultural a que historicamente se via submetida grande parte da população, inclusive aquela que mesmo mais dotada de capital econômico e mais escolarizada não dispunha de efetivo capital cultural. Fosse isto por força do predominante tradicionalismo pedagógico, seja pela precariedade do ensino ofertado, tanto em redes públicas como em instituições particulares.

Dessa forma, os dois integrantes da tipologia por nós proposta e vivenciando efeitos diversos se desenvolveram sob a órbita da condição de dependência do país. Mas o primeiro de algum modo se não claramente afirmaria a defesa da soberania nacional, proporia a valorização da cultura popular nacional, ao contrário do segundo tipo mais diretamente sob a lógica liberal do circuito midiático internacional e seus padrões de consumo cultural. A configuração do campo da produção cultural na sociedade brasileira, aqui muito rapidamente referida, sinaliza para a predominância da empresa que terminaria sempre por privilegiar algum tipo de compartilhamento ou associação ao capital

³⁹ Apesar de criada em plena ditadura militar, a EMBRAFILME (Empresa Brasileira de Filmes S.A.), tendo por objetivo o apoio à produção e distribuição do cinema brasileiro, foi constante objeto de críticas, em particular quanto aos métodos de concessão de financiamento. Denúncias de clientelismo e compadrio foram constantes, além de questionamentos quanto à qualidade das produções nacionais, quando, por força da censura ditatorial, a chamada “pornochanchada” passou a ser popularmente quase sinônimo de “cinema brasileiro”. O primeiro governo brasileiro, de características tipicamente neoliberais, o de Collor de Mello a extinguiu em 1990 sob a alegação de que o cinema não seria objeto privilegiado da ação estatal.

internacional. Igualmente indica a ocupação do polo superior do campo da produção cultural de uma fração burguesa de origem nacional cujos principais integrantes, especialmente a partir das três últimas décadas do século XX, intensificaram suas possibilidades de acumulação de capital, como será o caso do Grupo Globo. Este, a partir da década de 1980 se consolidava como ocupante da posição de principal produtor midiático de bens culturais, “hegemônico” na produção de gostos, isto é, no consumo de massa de bens culturais.

Entretanto, as alterações porque passava a sociedade brasileira a partir de meados dos anos 1970 não se restringiam exclusivamente ao campo político, onde era mais intenso a luta pela instituição de nova ordem política de caráter democrático liberal. Elas abrangiam também mudanças no campo econômico, desencadeando rearranjos na morfologia das classes sociais, em especial no tocante às classes subalternas urbanas. Suas manifestações em meio as “lutas pela redemocratização” expressavam demandas antigas e novas. Não unicamente em relação a oportunidades de trabalho, valorização salarial, moradia, mas também pertinentes ao campo educacional, as quais significavam demanda pela posse da capital cultural legítimo, ainda que essas eram explicitadas sob as divisas da luta por mais direitos e melhor educação, ou seja, mais escolas, mais vagas para crianças e adolescentes.

Nesse sentido, as demandas por escolarização, por mudanças nas relações presentes no campo educacional ou mesmo sua reestruturação tenderiam, em maior em menor prazo, a provocar efeitos no campo da produção cultural, particularmente no que diria respeito ao consumo de bens culturais. Se tratando das classes subalternas, esse consumo era o de bens da indústria cultural, geralmente entendidos pelos agentes dessas classes como meios possíveis de lazer após suas jornadas de trabalho.

Ao menos como possível tendência futura, se vislumbravam expectativas de redefinições no campo da produção cultural por força não somente de provável concretização de maior escolarização da população como de potenciais alterações curriculares positivas nos, então, I e II graus⁴⁰. Modificações no campo educacional, ao menos a médio prazo, poderiam produzir impactos no campo da produção, em especial quanto ao gosto das classes subalternas, principais consumidoras de produto os televisivos. A predominância de um

⁴⁰ Desde o final dos anos 1970 as críticas ao tradicionalismo pedagógico, ao tecnicismo, enfim às “alienações” decorrentes de uma escola que não atenderia aos interesses da sociedade em busca de democracia e da realização dos interesses dos socialmente subalternos criavam expectativas de possíveis mudanças concretizáveis, sobretudo quando os governos estaduais não mais seriam indicações do governo ditatorial, mas sim resultantes do voto direto da população. Não sem motivo, a educação escolar seria objeto de quase todas as campanhas eleitorais de 1982.

grupo empresarial, como o Grupo Globo, que cresceu em estreita ligação e defesa do regime ditatorial e já objeto de críticas cada vez mais frequentes e intensas no campo educacional, ao menos em tese, poderia ser de alguma forma abalada. Um “embate simbólico e político” envolvendo agentes integrantes dos campos da produção cultural e do educacional não seria uma hipótese de toda improvável e com consequências políticas nada desprezíveis⁴¹.

2.1 Trajetórias e Considerações: A indústria cultural e o Grupo Globo

Ao tratar da trajetória institucional do Grupo Globo é preciso ter em mente, a priori, que refletir sobre ela, como vimos buscando fazer, é refletir sobre o campo da produção cultural e, em particular, da indústria cultural no Brasil, diante do alto grau de imbricamento entre a trajetória particular do Grupo Globo e o campo da produção cultural dos últimos setenta anos. Assim, como até buscamos apontar, é necessário compreender, em diálogo com as análises sobre os campos político e o econômico, que a indústria cultural brasileira não é um fenômeno problematizável de modo similar a desenvolvida em sociedades capitalistas avançadas como a norte-americana ou a francesa, mas que surge em meio a uma sociedade de capitalismo tardio, dependente dos países centrais em capital e tecnologia, sob influência do mercado de bens culturais internacional, principalmente norte-americano.

Esta influência não se restringiu ao consumo direto de bens culturais, mas por reprodução interna, sob a forma de adaptação de modelos midiáticos, além de casos em que a confluência entre o campo político, aqui entendido em sua dimensão internacional, e o campo da produção cultural local. No caso brasileiro, talvez o exemplo mais emblemático tenha sido a produção pelos *Studios Walt Disney* do personagem, de estórias em quadrinhos “Zé Carioca”⁴². A influência norte-americana se consolidaria nacionalmente com a ditadura miliar, principalmente a partir da década de em 1970.

A origem do Grupo Globo ocorre num período ainda bastante limitado da

⁴¹ Devemos observar que no final da década de 1970, iniciando-se em São Paulo e ocorrendo em inúmeros estados do país, principalmente entre os mais populosos, houve verdadeira onda de greves do magistério das redes estaduais e das capitais, que confrontavam governadores e prefeitos umbilicalmente vinculados ao governo militar. Para o caso específico do Rio de Janeiro, veja-se Masson (1988).

⁴² Personagem mítico criado pela Walt Disney para representar o “malandro carioca”. Há versões sobre a origem do personagem que atribuem a Paulo da Portela a inspiração para a criação de Disney. Origens inspiradoras à parte, Zé Carioca foi resultado da política de aproximação (econômica e cultural) dos EUA com o governo Vargas no início dos anos 1940, com o objetivo de evitar a neutralidade brasileira ou a proximidade com a Alemanha hitlerista na 2ª Guerra Mundial.

radiodifusão brasileira, sendo a imprensa (jornais e revistas) o principal meio de comunicação de massa. Esta não apresentava as características de oligopólio posteriormente existentes. Havia nas primeiras décadas do século XX diversos jornais nas capitais e maiores cidades brasileiras, voltados principalmente para o mercado local. Fundar um jornal era um empreendimento realizável mediante investimentos de montante mediano, embora o precoce desaparecimento de iniciativas jornalísticas também fosse algo incomum. Em 1925, era lançado o jornal O Globo, no Rio de Janeiro. Pode-se dizer que foi, consequência de um anterior projeto de imprensa, de 1911: o jornal, A Noite, que tinha entre seus fundadores o pai de Roberto Marinho, Irineu Marinho (1876-1925), profissional da imprensa carioca desde 1894. Em 1924, dissensões entre os sócios fundadores levaram Irineu a condição societária minoritária e seu posterior afastamento de A Noite. No ano seguinte, criaria O Globo, primeiro jornal vespertino do Rio de Janeiro, morrendo no mesmo ano de fundação do jornal. Roberto Marinho, filho mais velho, somente em 1931, assumiria a direção do jornal, que antes ficou sob a direção do jornalista principal assessor de Irineu.

A evolução empresarial do jornal O Globo e o crescimento da radiodifusão no Brasil a partir nos anos 1930 propiciaram à fundação da Rádio Globo em dezembro de 1944. Esta seria emissora pioneira do que mais tarde, agregaria rádios locais do Rio de Janeiro e de outros estados do país. Em 1952, Marinho criaria na capital sua primeira rádio paulista. Essas diversas emissoras em AM constituiriam posteriormente o “Sistema Globo de Rádio”. A principal emissora do “sistema” seria a Globo carioca, cujos programas em parte eram retransmitidos por afiliadas de outras cidades.

Gradativamente, o “Sistema Globo”, segmentaria a programação das emissoras componentes conforme as características de ouvintes específicos, diferenciados por uma relação entre “gosto” (conforme determinadas características sociais, da faixa etária a posição de classe) e programas transmitidos. Algumas emissoras ficariam assim famosas pelo tipo de música que era privilegiado na programação. Entre as emissoras cariocas do “sistema”, a Mundial se tornaria símbolo de “música jovem” (*rock in roll*), divulgando lançamentos internacionais. A Eldorado seria por sua vez sinônimo de música “de orquestra”, com *hits* de orquestras francesas, norte-americanas, tocando grandes sucessos internacionais e temas de grandes filmes, em especial os hollywoodianos. Contudo, a principal emissora, a Rádio Globo do Rio de Janeiro, teria como centro de sua programação jornalismo e transmissões esportivas.

Embora tenha ocupado nos anos seguintes à sua fundação, posição de importância a Rádio Globo não conseguiu superar durante toda a década de 1950 a Rádio Nacional, emissora do governo federal que liderou a audiência carioca do final dos anos 1930 aos anos 1961. A Rádio Nacional estabeleceu padrões de radiodifusão brasileira. Isto em termos de radiojornalismo (“O Repórter Esso, lançado durante a 2ª guerra mundial, criou novo modo de fazer radiojornalismo), de musicais (durante quase três décadas os musicais transmitidos ao vivo enchiam o auditório da emissora e foram depois modelo para os primeiros programas da televisão brasileira), de rádio e teatro (com a sequência também por décadas de radionovelas, gênero inaugurado pela emissora) e humorismo, que também posteriormente seria modelo para os programas de televisão dos anos 1960 e mesmo 1970, incorporando parte dos atores que atuavam em rádio. Junto com outras emissoras, como a Rádio Mayrink Veiga e a Rádio Tupi, a Globo vinha a ser concorrentes locais da Nacional. A estratégia de crescimento do radialismo das empresas de Roberto Marinho foi inicialmente similar a dos “Diários Associados” de Assis Chateaubriand: criar redes de emissoras, sendo que as pertencentes a Marinho seguiam orientações mais empresarialmente definidas do que na rede de Chateaubriand.

No radiojornalismo, a Globo se pronunciaria claramente em consonância com a política externa norte-americana, num claro efeito da “guerra fria” que surgia no cenário internacional. Internamente, sobretudo com a eleição de Vargas em 1950, a emissora se oporia as políticas de teor nacionalista e de mais intenso planejamento estatal, como o “Plano Salte” (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) e a criação da Petrobrás e o monopólio estatal sobre a extração de petróleo no país, iniciativas de Vargas.

A Globo veio a ser um espaço aberto para representantes da oposição a Vargas, em especial dirigentes partidários e parlamentares da UDN (União Democrática Nacional) e mesmo de profissionais que, a princípio, seriam seus concorrentes no campo jornalístico como Carlos Lacerda (fundador e editor de A Tribuna da Imprensa). Nos dias que antecederam ao suicídio de Vargas, por diversas vezes Lacerda se pronunciou na emissora de Roberto Marinho, criticando abertamente o governo federal, acusando-o de responsável pela corrupção existente e defendendo sua deposição. Nas manifestações que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro quando se divulgou o suicídio do presidente, houve tentativas por parte de grande número de populares de invasão da sede da emissora (localizada então na Avenida Rio Branco) bem como da do jornal. Essas tentativas foram impedidas pela intervenção de

tropas do exército que cercariam os prédios da rádio e do jornal evitando o que seria o “empastelamento” das suas sedes.

Já bem situado na imprensa e no radiojornalismo, Roberto Marinho buscou ampliar sua presença no campo da comunicação investindo em televisão, logo após ser inaugurada por Assis Chateaubriand a primeira emissora comercial de televisão brasileira, a TV Tupi de São Paulo, em 1950⁴³. As ações iniciais de Roberto Marinho no setor de televisão terminaram se constituindo em longo e demorado *imbróglio*, com diversas idas e vindas, concessões, recusas e novas concessões. A primeira solicitação para obtenção de sinal para canal de televisão por Marinho ocorreu no final do governo Gaspar Dutra (1946-1951), em janeiro de 1951, mas foi recusada no governo de Vargas (1951-1954), que tomou posse em 31 de janeiro de 1951.

Em termos políticos, a recusa pode ser atribuída ao tenso cenário político que marcaria todo o “período democrático” (1946-1964). Particularmente, as posições políticas até então manifestas por Marinho se confrontavam com os objetivos propostos por Vargas durante sua campanha para as eleições presidenciais de 03 de outubro de 1950: desenvolvimento nacional, independência nas relações internacionais e melhoria das condições de vida. Objetivos a serem alcançados mediante a ação do Estado, ou seja, planejamento para assegurar o sucesso de intervenções do Estado na economia nacional. Como mencionado acima nas considerações relativas ao radiojornalismo promovido por Marinho eram antagônicas ao proposto pelo novo governo de Vargas, o qual dificilmente veria de maneira positiva um de seus adversários no campo político ser dotado de mais um instrumento de comunicação de massa, mesmo tendo-se em conta a reduzidíssima audiência da principiante televisão brasileira, que não podia nem mesmo ser considerada “nacional”, pois ao início da década de 1950 apenas São Paulo e Rio de Janeiro tinham emissoras de televisão. Ambas levando ao ar programações de poucas horas de duração e restritas ao espaço geográfico entorno às suas sedes.

A concessão de sinal para emissão televisiva somente seria obtida anos depois. A segunda solicitação de Roberto Marinho seria aprovada em julho de 1957 no governo

⁴³ O Grupo Globo seria o único grupo empresarial no setor de comunicação a ocupar lugar preponderante nos três principais setores de comunicação de massa do Brasil: imprensa, radiodifusão e televisão. Nenhum outro grupo concorrente conseguiu tal feito, nem mesmo os “Diários Associados” de Assis Chateaubriand, que dominou o setor durante quase 40 anos, mas terminou fragmentado em diferentes e independentes empresas, afora aquelas que desapareceriam como “O Jornal”, um dos mais importantes matutinos cariocas.

Juscelino Kubitschek (1956-1961). Era concedido o canal 4 do Rio de Janeiro. No entanto, a emissora de Marinho somente entraria oficialmente no ar em abril de 1965, já no contexto da ditadura militar, da qual Marinho foi apoiador desde a primeira hora e extremamente próximo daqueles que ocupariam o campo do poder brasileiro ao longo dos 21 anos de regime ditatorial.

O funcionamento efetivo da TV Globo, oito anos após a concessão governamental do canal para o Rio de Janeiro, está relacionado aos primeiros vínculos diretos do Grupo Globo com setores financeiros estrangeiros, ligação que viria se realizar em 1962 e que apesar de protestos na época, não foi objeto de quaisquer impedimentos, sendo inclusive defendida por figuras políticas próximas a Marinho. Em 1962 as Organizações Globo (denominação da época para o que é hoje Grupo Globo) estabeleceram contrato com a empresa norte-americana de publicidade e *marketing* nos setores de comunicação e cultura, *Time Life*, do Grupo *Time*. Por esse contrato, se acordava o recebimento de investimento financeiro estrangeiro pujante, consubstanciando-se pré-condições – divisão de percentuais entre as partes de rendimentos decorrentes do investimento – para viabilizar o funcionamento de canal de televisão. Segundo João Arêas: “...A *Time Life* enviou cerca de 6 milhões de dólares à empresa de Marinho entre 1962 e 1966, valor expressivo para a época – a participação do grupo americano era de quase dez vezes o patrimônio da Globo” (ARÊAS, 2012, p.67). Independente do montante do financiamento pela empresa norte-americana, esse tipo de transação (investimento financeiro de origem estrangeira em empresa de comunicação no Brasil) não era previsto na Constituição Federal, na verdade proibido:

“A Constituição brasileira proibia a participação de capital estrangeiro nos meios de comunicação. Uma multinacional não poderia ter participação acionária, fazer parte de direção ou aferir lucro de uma empresa de mídia brasileira. Tais normas não foram respeitadas pelos acordos assinados a partir de 1962 entre Marinho e grupo *Time Life*, no contexto de organização da Rede Globo.” (ARÊAS, 2012, p.67).

Como assinalado por Marcos Dantas (1996), seguiram-se novas ações que constituiriam uma trajetória de aliança “burocrática-empresarial” no ramo de tecnologia de comunicação, que iria do período da ditadura militar até o Governo José Sarney (1985-1989). O Estado brasileiro foi fundamental para que novos acordos relativos ao mercado da

comunicação possibilitassem a massificação da telecomunicação em todo o território nacional e sua contínua expansão. O Grupo Globo esteve à frente das articulações referentes ao “Código de 1962” que possibilitou a criação do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), instituindo o Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT), o qual só foi colocado em prática após o golpe de 1964. Foi criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), em 1965, para operacionalizar o aporte público em rápida e larga escala para a construção de “troncos micro-ondas”. Começando a instalação destes pelo sul do país, permitiu a “discagem direta à distância facilitando a posterior formação das grandes redes nacionais de televisão (DANTAS, 1996).

Desde meados dos anos 1960, no processo, já por nós mencionado, de intensificação da concorrência entre as emissoras de televisão, o Grupo Globo passou a ter privilégios no âmbito da estruturação das telecomunicações nacionais, se tornando a emissora de referência para a inclusão de novas tecnologias. Mediante relações no campo político, conseguiu exclusividade ou posição privilegiada na transmissão de eventos, como programações governamentais ou de grande apelo popular. É exemplo emblemático a posição da emissora no "pool" que realizou a primeira transmissão a cores, via satélite: a copa do mundo de futebol masculino na Alemanha Ocidental em 1974. Antes “pool” semelhante transmitiu, mas não a cores, da Copa do Mundo de Futebol de 1970 no México.

Jornalistas que se debruçaram sobre a história política da comunicação, como Paulo Henrique Amorim (2015), sublinharam as relações estreitas de Roberto Marinho com a direita brasileira e o golpe militar. Relações, como também mencionamos, já presentes nos anos 1940 e 1950. Em seu trabalho, Amorim conclui que havia uma “aliança mútua” entre a direção do Grupo Globo e as forças que empreenderam o fim do governo de João Goulart e o estabeleceram a ditadura militar: “O “Golpe ajudou Marinho – Marinho ajudou o Golpe” (AMORIM, 2015, p.116). A partir de então, o Grupo Globo manteria estreita relação com o governo federal, obtendo grande poder de influência em decisões políticas e em particular, mas não somente, no tocante a políticas de comunicação.

Em nome da liberdade de imprensa e do papel das empresas privadas de comunicação, opções de valorização de emissoras de televisão estatais sempre foram colocadas em segundo plano, se considerando quase que absolutamente normal os seus baixos índices de audiência. Além de expressar em O Globo, nos seus editoriais e colunas principais, como aliás a maioria dos mais lidos jornais brasileiros, opiniões políticas

conservadoras, também em suas emissoras de rádio e na programação de sua rede de televisão, o Grupo Globo se colocou como um importante auxiliar na legitimação dos governos autoritários e de seus representantes, inclusive parlamentares. Nesse sentido, seria exemplo paradigmático o programa “Amaral Neto Repórter”. Com grandes chamadas e transmitido à noite em horário “nobre”, após a exibição de “Jornal Nacional” (um dos mais famosos telejornais da televisão brasileira; somente o extinto “Repórter Esso”, transmitido pela TV Tupi, lhe é comparável em termos de longevidade e, proporcionalmente, em audiência na televisão brasileira) e das telenovelas da noite.

O programa, cujo personagem central era o jornalista e deputado federal Amaral Netto⁴⁴, uma espécie de “porta-voz não oficial” dos governos militares. Criado em 1968 na Tv Tupi, passou a ser exibido na Globo em 1969, ficando no ar até 1985. Com reportagens sobre locais “exóticos” do Brasil, sobretudo a Amazônia⁴⁵, e de países estrangeiros, principalmente os da África, e regiões polares⁴⁶. Segundo Krause (2016), produzido por fontes financiadoras externas à Rede Globo, foi “imposto” aos dirigentes da emissora e a longa permanência do programa pode ser classificada como manifestação da contrapartida da emissora aos auxílios recebidos do regime.

Além do papel de legitimação da ditadura militar e de suas proposições de modernização conservadora, o Grupo Globo interveio em processos eleitorais a favor de candidaturas conservadoras relacionadas ao governo militar, em especial, quando no longo processo de transição política foram reestabelecidas as eleições de governadores estaduais por meio do voto direto, suspensas desde a imposição do AI-3 (Ato Institucional nº3) em fevereiro de 1966.

A desenvoltura do Grupo Globo no meio político é fortemente exemplificada nas eleições de 1982, dado seu envolvimento no polêmico e conturbado processamento de votos

⁴⁴ Jornalista desde os anos 1940, foi fundador junto com Carlos Lacerda, em 1949, de “A Tribuna da Imprensa”, jornal carioca conservador que marcou o campo jornalístico durante duas décadas. Foi o principal instrumento da direita na imprensa brasileira durante o segundo governo de Vargas. Fez oposição direta a Juscelino Kubitschek e João Goulart e ativo defensor do golpe de abril de 1964 e da ditadura militar. Elegeram-se deputado estadual da Guanabara em 1960 e federal em 1962 pela UDN. Com o bipartidarismo imposto em 1965, ingressou no MDB por onde foi reeleito deputado federal, mas logo passou para a ARENA por onde foi eleito em 1970, 1974 e pelo partido que a sucedeu, o PDS, em 1982. Faleceu em 1985.

⁴⁵ Grande divulgador e defensor da política de modernização conservadora dos governos ditatoriais, Amaral Neto propagandeou por anos a figura de Mário Andreazza, ministro dos transportes de 1966 a 1974, e da construção da Rodovia Transamazônica, apresentada como a expressão maior da “integração nacional”.

⁴⁶ Em seus últimos anos, essas reportagens, especialmente as que tinham por tema regiões fora do Brasil, passaram a ser objeto de críticas e questionamento sobre a realização efetiva das viagens do jornalista e se as reportagens não seriam montagens cinematográficas feitas em estúdios no Brasil.

pela empresa Proconsult, de computação. Esta empresa, ligada à Marinha brasileira e ao SNI (Serviço Nacional de Informação), tinha sido designada pela Justiça Eleitoral para apuração de votos no Rio de Janeiro. Iniciado o processo de contagem dos votos para o cargo de governador do estado, a emissora reportava notícias tendenciosas sobre os resultados eleitorais provisórios, privilegiando regiões interioranas onde a opção por Leonel Brizola era menor, não divulgando votos apurados em áreas de maior urbanização como a capital, a Baixada Fluminense e a região sul do estado onde era maior, como em Volta Redonda, a concentração operária. A forma do processo de apuração e divulgação dos votos tinha por objetivo gerar um clima de vitória do candidato Moreira Franco (PDS). Diante da situação paradoxal, Brizola fez pronunciamentos junto a representantes de órgãos de imprensa internacional que acompanhavam as eleições brasileiras, denunciando o que ocorria como uma manobra para impedir sua vitória. Ao final, foram abertos inquérito e auditoria, a pedido do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Rio de Janeiro à Polícia Federal, por pressão da opinião pública e da coordenação de campanha de Leonel Brizola. Finalmente, a vitória de Brizola foi confirmada, obtendo o percentual de 34,17% dos votos⁴⁷ (AMORIM, 2005)⁴⁸.

Fonseca (2005), ao analisar a tendência majoritária na grande imprensa brasileira desde a década de 1980 em direção à defesa de políticas econômicas que viriam a ser classificadas como pertencentes ao espectro neoliberal, faz interessante exposição da trajetória do Grupo Globo, tendo como base os editoriais do jornal O Globo. Em sua tese, elabora a categoria de “governismo inveterado” para caracterizar as relações do Grupo Globo com o governo federal no período ditatorial e posteriormente com o governo Sarney. A análise de Fonseca tem por material empírico basicamente os editoriais do jornal, os quais lhes permite exemplificar o apoio ao regime militar e posteriormente o apoio ao processo de transição política capitaneado pelo presidenciável Tancredo Neves, após o insucesso da campanha das “Diretas Já”.

Com a morte deste, logo posterior à eleição pelo Congresso Nacional, o Grupo Globo apoiaria o sucessor de Tancredo Neves, José Sarney, vice-presidente na chapa de Tancredo (aliança PMDB/PFL). Fonseca não deixa de assinalar que Roberto Marinho não o

⁴⁷ Moreira Franco (PDS), com o apoio majoritário de frações locais das classes dominantes, ficou em segunda colocação com o percentual de 30,60% dos votos, seguido por Miro Teixeira (PMDB), apoiado pelo chaguismo e por setores de esquerda, cujas organizações partidárias ainda eram clandestinas: PCB, PC do B e MR-8. Com o percentual de 21,46% dos votos. Sandra Cavalcanti (PTB) obteve 10,72% e Lysâneas Maciel, 3,05%, conforme dados disponibilizados pelo TRE-RJ.

⁴⁸ O livro “Plim-plim: a peleja de Brizola contra a fraude eleitoral”, do jornalista Paulo Henrique Amorim, trata especificamente desse assunto.

deixou antes de se aproximar, numa espécie de “flerte político” com Paulo Maluf, candidato escolhido pelo PSD, formalmente o partido de apoio ao regime militar, mas que não era o candidato da preferência do alto comando militar⁴⁹. Finda a ditadura, eleita a Assembleia Constituinte que elaboraria a Constituição Federal de 1988, o Grupo Globo continuaria, como até hoje, exercendo forte influência política, tendo sido decisivo para a construção da candidatura e posterior eleição de Fernando Collor de Mello, nas eleições de 1989, a primeira pelo voto popular direto depois de quase trinta anos⁵⁰.

Mas, ainda no período que antecede quase imediatamente ao governo de José Sarney e durante todo este, 1985-1990, houve mudança na opção política do Grupo Globo. O governo Sarney foi defendido incondicionalmente, sinal de redefinição da posição de Marinho após a derrota da campanha “Das Diretas Já”⁵¹. Redefinição que significou apoio à transição política mediante a eleição do futuro presidente da república por voto indireto e fim do regime militar. Todo o processo de adoecimento de Tancredo Neves e logo depois de seu falecimento foi objeto de cobertura praticamente permanente e o funeral de Tancredo Neves foi transmitido durante todo o dia por todas as emissoras de televisão do Grupo. O apoio à posse de Sarney quando se estabeleceram dúvidas sobre o procedimento político a ser seguido após a morte de Tancredo Neves, que não chegou a efetivamente tomar posse do cargo de presidente da república pelo Grupo Globo foi praticamente imediato, contribuindo para eliminar quaisquer dúvidas sobre a legitimidade de Sarney no comando do governo federal.

Estabelecido o governo de Sarney, o símbolo maior da aliança entre este e o Grupo Globo era a estreita relação de Roberto Marinho com o então Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães⁵². Posto adquirido pelo político que, como

⁴⁹ O candidato apoiado pelo alto comando militar e o “setor de informações” (SNI) era Mário Andreazza, que, no entanto, foi derrotado na convenção nacional do PDS de 11 de agosto de 1984.

⁵⁰ Significativamente, Collor suplantaria no primeiro turno daquela eleição três candidatos de partidos expressivos: Ulisses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT) e Luís Inácio Lula da Silva (PT). No segundo turno com grande apoio do Grupo Globo derrotaria Lula. Na época Collor era filiado a um pequeno partido de curta existência: o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), criado em 1989.

⁵¹ A “campanha das diretas já” agregou milhões de brasileiros com imensos comícios no Rio de Janeiro e em São Paulo. A partida final do campeonato brasileiro de futebol no Maracanã por manifestações dos torcedores que repetiram por vários minutos o slogan da campanha: “Diretas Já”. Todos os meios de comunicação de massa do Grupo Globo ignoraram a existência da campanha, inclusive porque outro “slogan” fazia parte das manifestações e era pronunciado pelas multidões: “O povo não é bobo. Abaixo a Rede Globo”.

⁵² Como a própria tese do Fonseca (2005) relata, o Antônio Carlos Magalhães “era justamente um prócer do regime militar que veio a ser um dos líderes da “Frente Liberal””. Sua origem política era a extinta e ultraconservadora Unidade Democrática Nacional (UDN). Com o bipartidarismo ingressou na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), dando sustentação ao regime militar. Com o fim da ARENA, filiou-se ao PDS (sendo inicialmente apoiador de Paulo Maluf). Quando assumiu o ministério já integrava a ala dissidente que

demonstra Herz (1988), é resultante de um imbróglio entre chantagens, atropelos e conciliações, que envolve desde a oposição do próprio PMDB, até a construção de base para Tancredo Neves na disputa pela presidência contra Paulo Maluf. Conforme Herz:

“A escolha de Magalhães para o Ministério das Comunicações deriva deste quadro politicamente complexo. Por um lado, um conservador com o passado de Magalhães, empresário da área de comunicação, surgiu como um nome confiável – talvez o único que desponta tão “naturalmente” – e credenciado para receber o apoio militante de Roberto Marinho. Por outro lado, as razões para a escolha de Magalhães também são buscadas na natureza do processo de conciliação, nas condições inerentes às coligações que levaram Tancredo Neves ao poder. O futuro iria mostrar que Magalhães, o imprescindível aliado de Tancredo era mesmo o melhor nome para representar os interesses de Roberto Marinho no Ministério das Comunicações” (HERZ, 1988, p. 46)

Analisando o contexto político que segue à posse de Sarney, Fonseca (*opus* citado), sublinha que “o jornal O Globo é o motor e espelho ideológico das Organizações Globo”, e procura demonstrar que, apesar da defesa de Sarney que caracterizaria a posição do jornal até as eleições de 1989, no início do governo José Sarney, os editoriais são marcados por ambiguidades, ora defendendo e ora se opondo à intervenção do Estado na economia, com o argumento de que a intervenção do Estado estaria marcada pelo autoritarismo de outrora, ou seja, dos tempos da ditadura militar que o mesmo Grupo Globo apoiara e promovera anteriormente.

“O Globo” defendia a eficiência empresarial e a desestatização sem desnacionalização, ao mesmo tempo que produzia discursos retóricos a favor da privatização apenas das empresas “desnecessárias, improdutivas e redundantes” (FONSECA, *opus* citado, p. 142). Na realidade, a posição do jornal se referia principalmente às empresas ligadas ao setor de telecomunicação, seja para fazer lóbi de empresas quando defendia o investimento de capital estrangeiro, seja pela busca de privilégios em concessões de subsidiárias e favorecimentos para futura compra de empresas do setor.

A relação entre Roberto Marinho e Antônio Carlos Magalhães, logo se materializaria em efetivo tráfico de influência, conforme assinala Arêas:

comporia o PFL (depois transformado no Democratas, DEM e hoje União Brasil, UB), onde concluiu sua carreira.

“Em 1986, o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, após consultar o então presidente Sarney, cancelou encomendas no valor de milhões de dólares da NEC do Brasil, cujo proprietário de 51% das ações era o grupo Brasilinvest. O cancelamento deixou o grupo em dificuldades; em outubro Roberto Marinho comprou o capital da NEC pertencente à Brasilinvest. No mesmo mês, empresas subordinadas ao ministério das comunicações normalizaram os pagamentos à NEC do Brasil. Em janeiro de 1987, Marinho demonstra sua gratidão: passava da TV Aratu para a TV Bahia, de propriedade da família Magalhães, o direito de transmitir a TV Globo no estado.” (ARÊAS, p. 90, 2012)

Segundo Fonseca (2005), o acontecimento que marca a transição da postura ideológica, do pragmatismo conjuntural para a agenda neoliberal, do Grupo Globo foi a decretação do “Plano Cruzado” em 1986. Embora essa transição tenha sido feita de forma ambígua, sem expressar mais imediatamente a definitiva mudança de posição do Grupo. Quando o Plano Cruzado foi anunciado pelo governo Sarney, o Grupo, em especial através de sua rede de emissoras de televisão e rádio, o defendeu intransigentemente. Porém, com o aprofundamento da crise econômica e a eleição de novos governadores estaduais, a defesa da privatização nos editoriais de O Globo se tornou mais contundente. Nos anos de 1987 e 1988, o Grupo Globo assume de modo claro a agenda ultraliberal. De maneira categórica, os argumentos, nitidamente ideológicos, sobre o que seriam as vantagens das privatizações, foram expressos em editoriais, entre os quais é exemplo o de 31 de março de 1988, em apoio explícito e irrestrito ao decreto do Programa Federal de Desestatização.

Depois de se colocar como um ator importante e qualificado para a “formatação” da agenda econômica liberal no Brasil, o Grupo Globo, apadrinou politicamente Fernando Collor de Mello, elegendo-o representante dessa agenda. “A aposta em Collor, promovendo-o e lhe dando sustentação, demonstra não apenas a fragilidade do sistema político brasileiro naquele momento como, principalmente, o enorme poder do *Sistema Globo*” (FONSECA, 2005, p. 289). Empresarialmente o Grupo Globo, que já era a principal empresa de informação e entretenimento do Brasil, ascendeu ainda mais na década 1990, buscando atualizações tecnológicas e domínios de produção até alcançar a condição de maior conglomerado de mídia da América Latina e das maiores redes de televisão aberta do mundo.

Atualmente compõem o Grupo Globo⁵³: a Rede Globo, a Editora Globo, o Sistema Globo de Rádio, a Globo Ventures e a Fundação Roberto Marinho, alimentadas por um conjunto de empresas de comunicação subsidiárias e afiliadas. Financeiramente, o resultado da trajetória deste grupo empresarial é singular. Os herdeiros de Roberto Marinho, seus filhos (José Roberto Marinho, José Irineu Marinho e João Roberto Marinho), proprietários e dirigentes do Grupo, são, como foi Marinho, os bilionários brasileiros com maior permanência e estabilidade na lista da Forbes, ainda que não sejam os maiores do mundo no ramo de mídia e entretenimento, setor este com volatilidades e alternâncias.

A programação televisiva da Rede Globo se tornou o canal pelo qual o Grupo Globo consolidou em ponto maior sua influência na indústria cultural brasileira. Áreas que suas concorrentes sempre estiveram um passo atrás. A conquista dessa posição privilegiada se iniciou na década de 1970 e ao longo dos anos 1980 vem a ser consolidada. Programas apresentados e personalidades ligadas ao Grupo se tornariam icônicos no imaginário popular como, por exemplo, o premiado e criativo programa infantil-juvenil “Sítio do Pica Pau Amarelo”, além de outros mais emblemáticos como suas telenovelas, divididas entre aquelas voltadas para a realidade presente imediata e as “históricas”, programas de auditório, humorísticos, esportivos, jornalísticos, de variedades como “Fantástico”, símbolo da noite na de domingo na televisão brasileira, além de transmissões exclusivas - e portanto de muitas disputas com as emissoras concorrentes⁵⁴

A obtenção dessa posição no cenário da televisão brasileira expôs ao grande público a importância do setor de criação e produção da Rede Globo e de seus dirigentes, que se tornaram figuras públicas e que conquistaram reconhecimento manifesto pelos prêmios e

⁵³ Divulgadas pelo site do Grupo Globo: www.grupoglobo.globo.com

⁵⁴ As redes Globo e Manchete disputaram a exclusividade da transmissão para todo o Brasil e internacionalmente os desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro durante toda a década de 1980 e até o início da de 1990. A Rede Manchete transmitiu os desfiles entre 1984 e 1987. posteriormente de 1989 a 1992 e por fim entre 1994 e 1997, quando a Rede Manchete encerrou suas atividades. Embora as disputas pela transmissão estivessem diretamente ligadas ao relacionamento, não raro tenso, entre as redes e os representantes das entidades das escolas de samba, em particular a LIESA (Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro), não é possível deixar de assinalar o fato de que determinados períodos em que a Rede Manchete obteve o direito à transmissão coincidiram com governos de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, observando-se ainda as ações de aproximação de Brizola junto às escolas de samba, sobretudo o projeto de criação da “Passarela do Samba”, o “Sambódromo”, projeto arquitetônico de Oscar Niemayer, que originalmente tinha por objetivos servir de espaço para os desfiles carnavalescos (e shows na “Praça da Apoteose”) e de escolas da rede pública estadual, que ficariam situadas nos camarotes e outras dependências internas das arquibancadas, afora o “Museu do Carnaval” também instalado no conjunto arquitetônico do Sambódromo.

honorárias que receberam no campo jornalístico como: Walter Clark⁵⁵, José Bonifácio (Boni)⁵⁶, Armando Nogueira⁵⁷, entre outros.

Contudo, apesar da fama alcançada pelos programas e conseqüentemente pelos responsáveis pela sua produção, esses foram objeto de críticas áspéras por profissionais concorrentes, fossem esses da área de televisão, fossem do campo jornalístico propriamente dito. Essas críticas classificavam os dirigentes televisivos da Globo como “profissionais da cópia”, que reproduziam localmente programas de entretenimento, não só, mas sobretudo norte-americano, algo ainda presente até hoje, em especial no tocante à programação dos canais abertos da rede⁵⁸, excetuando-se as telenovelas, consideradas um produto que não originalmente brasileiro, ganhou características próprias que permitiu presença de sucesso em diferentes países europeus e latino-americanos⁵⁹.

Ao alcançar a posição tão predominante na indústria cultural, de maneira especial por meio da Rede Globo, com todos os seus efeitos econômicos e políticos – não se desconsiderando as conseqüências advindas dessa posição no mercado publicitário nacional – o Grupo Globo, situando-se acima no polo superior do campo da produção cultural na sociedade brasileira, exerce significativo papel educacional na sociedade brasileira, promovendo, portanto classificando positivamente, como igualmente desclassificando, determinados comportamentos e atitudes, em singulares tentativas de exercício de hegemonia⁶⁰.

Afora o papel educativo da produção da Rede Globo, como as telenovelas, em leituras tanto de uma perspectiva gramscianiana como durkheimiana, além de todas as considerações acerca do “poder simbólico”, conforme Pierre Bourdieu, que essas produções seriam dotadas, é importante assinalar que projetos promocionais (e educativos dada sua forma exemplar) foram preocupações antigas de Roberto Marinho. “O Globo” patrocinaria

⁵⁵ Com extensa carreira na Globo, foi o primeiro diretor executivo ascendendo rapidamente a diretor geral.

⁵⁶ Superintendente de produção e programação (convidado por Clark em 1967), idealizador do programa jornalístico intercalado por duas novelas no horário nobre.

⁵⁷ Idealizador do Jornal Nacional.

⁵⁸ Exemplo maior é o *reality show* Big Brother Brasil, que, ao contrário de iniciativas similares em emissoras concorrentes, é exibido desde 2002, manifestando uma longevidade proporcionalmente a outros sucessos da Rede como Jornal Nacional, Globo Repórter, fantástico, afora as transmissões de futebol às quartas (à noite) e domingo (à tarde).

⁵⁹ Foi amplamente divulgado na imprensa brasileira o sucesso em Cuba da telenovela “A Escrava Isaura”, uma das mais consideradas produções do gênero da Rede Globo.

desde 1955, a campanha “Operário Padrão”, na qual eram escolhidos os “melhores trabalhadores”, mais produtivos e adequados ao processo de industrialização que se intensificava no Brasil. Nascido no Rio de Janeiro a campanha se espalhou por todo o país, vindo a se transformar no final do século XX no Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho

Nesse sentido, é importante observar que o Grupo Globo, não só, mas em especial pela Rede Globo, progressivamente ocuparia espaço no que é comumente denominado de “tv educativa”. Dos telecurtos supletivos apresentados logo ao início das manhãs à criação de canais especializados como o “Futura” e os projetos da Fundação Roberto Marinho na esfera da educação ambiental sinalizam para uma disputa, ao primeiro olhar indireta, por posições no campo educacional o que abre novas possibilidades de entendimento do conflito que veio a ser travado com Leonel Brizola e Darcy Ribeiro e as propostas do I PEE.

2.2 Trajetória e Considerações: A Educação Popular e o I PEE-CIEP

A educação popular se perfaz de certa forma, em “educações”, por existirem diferentes experiências, origens e propostas. No âmbito do campo político, as preocupações e experiências pioneiras de “educação popular”, aqui entendida não como práticas educacionais, como a de alfabetização, fora do espaço oficial da escola, mas sim como educação das classes populares, nas quais, observando-se as características dos países latino-americanos e do Brasil até a primeira metade do século XX, expressivos contingentes de seus integrantes não era nem mesmo alfabetizados.

Nessa perspectiva podemos considerar que a temática da educação popular, ou das classes populares, no Brasil se fazem presente com maior vigor a partir dos anos 1920, com a difusão de elementos do ideário da “Escola Nova”⁶¹, produto da ação da geração em que a figura Anísio Teixeira foi a expressão maior. Em termos legais, essas preocupações orientam a definição da educação, como prática obrigatória para realização da qual o Estado não poderia eximir-se como definido na Constituição de 1934. Essa, no que se refere à educação escolar, também veio a ser singular por definir que o Estado brasileiro deveria definir diretrizes para a educação nacional e ser responsável pela elaboração de um plano nacional de educação.

⁶¹ Com influência dos preceitos do pensamento do filósofo norte-americano John Dewey, no que tange a aproximação entre educação e democracia.

Como sabemos, dados os contraditórios interesses de classe e frações de classe que marcariam o campo político e o campo do poder no Brasil da segunda metade da década de 1930, ocorrendo em 1937 o golpe de estado que estabeleceria o “Estado Novo”, com críticos efeitos sobre o debate nacional sobre educação, concomitante a afirmação do pensamento conservador expresso no campo educacional por figuras como Francisco Campos e Gustavo Capanema, postergaram o indicado na constituição de 1934. Assim, proposições sobre uma legislação que norteasse as “diretrizes e bases” ou estabelecesse um “plano nacional” só reapareceriam nos debates da Assembleia Constituinte de 1946, composta pelos parlamentares eleitos para as duas casas do congresso nacional após o fim do Estado Novo.

Porém, apesar de constitucionalmente prevista, a legislação sobre as “diretrizes e bases” somente foi estabelecida ao fim de 1961, com a aprovação pelo congresso brasileiro da Lei nº 4.024 (Lei de Diretrizes e Bases, de 20 de dezembro de 1961). Como analisado na extensa literatura sobre o processo de elaboração da LDB, defensores das instituições privadas de ensino e da maior presença do Estado na oferta da educação escolar se defrontaram de diversas maneiras, destacando-se entre esses últimos, além de antigos “pioneiros da educação” como Anísio Teixeira, integrantes de novas gerações de intelectuais como Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, entre vários outros. Nas palavras de Darcy Ribeiro: “... a inteligência nacional se dividiu em duas correntes: a privatista liderada por Carlos Lacerda e Dom Hélder Câmara e a de defesa à escola pública, em que a maioria dos educadores era liderada por Anísio Teixeira” (RIBEIRO, 1992, p. 25).

Inserida no conjunto das questões a serem objeto das “reformas de base” defendidas por forças políticas situadas mais à esquerda no campo político brasileiro e incorporadas pelo governo João Goulart, as aspirações democratizantes no campo educacional intensificaram em agosto de 1962, com a nomeação do Darcy Ribeiro, ainda durante o curto período de vigência do parlamentarismo, para o cargo de ministro da educação e cultura⁶². No cargo, Darcy criou o Conselho Federal de Educação e aprovou o Plano Nacional de Educação. Neste último se estabeleceu que nos orçamentos dos entes federados (união, estados e municípios), percentuais de 12% (no caso da União) e 20% (no caso dos municípios) deveriam ser destinados à educação pública. Como descreve Gomes:

⁶² Posteriormente, sob o presidencialismo, Darcy Ribeiro foi nomeado na Casa Civil (18 junho de 1963 a 31 março de 1964).

“(…) o evento de maior importância foi o recebimento pelo ministro, em 21 de setembro de 1962, do Plano Nacional de Educação, regulador da aplicação dos Fundos Nacionais de Ensino Primário, de Ensino Médio e de Ensino Superior, elaborados pelo Conselho Federal de Educação. Como titular da Pasta, determinou logo que, ao Plano, fossem adicionados os elementos básicos da sua elaboração e os trabalhos consequentes, incluindo a Proposta de Emenda ao Projeto de Lei Orçamentária, para que fossem encaminhados ao presidente da República, ao Conselho de Ministros e ao Poder Legislativo. O planejamento era inédito para o Brasil: além de cobrir o período de 1963 a 1970, estendendo-se a mais de um governo, associava metas e recursos”. (GOMES, 2010, p. 43)

Um dos temas mais importantes no campo educacional à época era o do analfabetismo. As novas regras legislativas, como a LDB que estabelecia ser direito de todo brasileiro ter acesso à educação e obrigação do estado possibilitar o acesso, implicitamente se tornavam instrumento de combate ao analfabetismo e legitimavam todos os esforços em prol da alfabetização do elevado percentual de adultos não letrados. Este novo quadro do campo educacional fez com que discussões de ordem pedagógica, mas intrinsecamente políticas, se disseminassem tendo por tema básico a promoção (rápida) da alfabetização da população iletrada, constituída majoritariamente por indivíduos pobres e localizados em áreas rurais, ainda que o analfabetismo urbano também fosse fenômeno expressivo, igualmente relacionado às populações de trabalhadores manuais mal remunerados.

Nesse cenário, Paulo Freire realizou suas primeiras experiências de alfabetização de adultos, ocorridas no Nordeste. Suas reflexões sobre modos de superação do analfabetismo literário, mas também político, o levariam a desenvolver a categoria de “educação libertadora” em contraposição à “educação bancária” e as consequentes observações sobre as relações de dominação (as relações entre opressores e oprimidos) tanto no campo educacional como na sociedade em geral⁶³. Findando o parlamentarismo e com João Goulart estando dotado do efetivo exercício do poder executivo, medidas com intuítos progressistas foram realizadas tanto no que diria respeito à educação (em particular com relação à alfabetização de adultos e à educação superior) e à estruturação dos cargos mais diretamente afeitos à presidência da república. Nesse sentido, Darcy Ribeiro foi nomeado

⁶³ Elaborado quando se encontrava exilado no Chile e publicado em 1968 em espanhol, “Pedagogia do Oprimido” é o mais conhecido livro de Paulo Freire no mundo, onde apresenta pela primeira vez de modo mais sistemático os elementos filosóficos constituintes de suas proposições educacionais.

para a Casa Civil, e Paulo de Tarso⁶⁴ para o cargo de ministro de educação e cultura. A educação popular, agora entendida principalmente como educação extraescolar direcionada à superação do analfabetismo ganhava dimensão inédita, como aponta Carvalho:

“A Educação Popular deu suporte a um dos mais ambiciosos programas brasileiros de alfabetização, proposto pelo então ministro da Educação Paulo de Tarso, no Governo João Goulart. Denominado Programa Nacional de Alfabetização (PNA) e sob a coordenação do educador Paulo Freire, a partir do qual, utilizando seu método, pretendia alfabetizar cinco milhões de adultos em mais de 20 mil Círculos de Cultura em todo o País.” (CARVALHO, p.5, 2014)

Desde então, a educação popular se tornou presente no conteúdo político dos movimentos sociais que reivindicam alternativas – dentro ou fora dos espaços escolares – a modelos pedagógicos tradicionais presentes nos sistemas oficiais de ensino. A educação popular segundo seus proponentes deve ser, objetiva e intrinsecamente, uma iniciativa de ação no âmbito das classes populares e para a concretização dos interesses dessas classes. Não sendo somente uma iniciativa de origem estatal, ao contrário, sempre foi mais promovida por agências não governamentais, tendo como referência os “Círculos de Cultura”, promovidos pelos Centro de Cultura Popular (CPCs), da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizados entre 1962 e 1964 e também dos eventos artístico-políticos da “UNE Volante”, realizados entre 1961 e 1964, em diversos estados do país (até a ocorrência do golpe de estado). Divulgando a necessidade de realização das reformas de base, entre as quais a “reforma universitária”, pela democratização do acesso mediante a ampliação de vagas nos cursos universitários e ampliação do direito de representação dos estudantes nos órgãos de direção das universidades. Em outras palavras. As marcas da tradição de exclusão social da educação brasileira, em especial a universitária. Exemplo, o qual, segundo Arantes⁶⁵:

“No teatro, foram escritas inúmeras peças, entre as quais o Auto dos 99%, de Vianinha. Essa peça, apresentada durante a UNE Volante, denunciava o caráter elitista e arcaico da universidade brasileira.

⁶⁴ Paulo de Tarso Santos de Tarso, falecido em 2019, aos 96 anos, além de ministro da educação e cultura, foi vereador e deputado federal por São Paulo pelo Partido Democrata Cristão e próximo a Jânio Quadros a quem apoiou em suas diversas campanhas nos anos 1950. Foi o primeiro prefeito de Brasília, preso com o golpe de estado de 1964 e sem direitos políticos, exilou-se. Anos depois com a Anistia de 1979, retornou ao Brasil e participaria do governo de Franco Montoro em São Paulo como secretário de educação, sendo depois membro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

⁶⁵ Aldo Arantes foi presidente da UNE entre 1961 e 1962.

Num dos trechos afirmava: Colegas, estudar é um privilégio dos que foram para o colégio às custas do papai e da mamãe. Colegas, nenhum de nós é operário, nenhum de nós é camponês. Estudamos dos salários dos filhos dos operários, dos filhos dos camponeses. Colegas, cabide de emprego, lugar de sossego. O colega, pode crer, o colega há de saber.” (ARANTES, 2013, p. 81)

O Golpe Militar de 1964 depôs o presidente João Goulart e exilou proponentes da modernização democrática do Estado brasileiro. Perseguiu todos os agentes politicamente progressistas do campo educacional, sobretudo após edição do AI-5 em 1968. As reações conservadoras – e típicas da extrema direita - no campo educacional após o golpe de abril podem ser situadas como próprias da tentativa de eliminação da contestação política. Em especial àquelas provenientes das classes trabalhadoras (operária e camponesa), que não vieram a ter grande significado, inclusive em virtude da posição de pequena importância dada à escolarização nos confusos projetos de modernização conservadora que inspiraram os governos ditatoriais⁶⁶.

Em vista disso, pode-se dizer que as ações governamentais no período ditatorial, em particular nos seus anos iniciais, com ou sem a presença de assessores norte-americanos, foram muito mais medidas reativas que buscaram de alguma maneira reduzir as demandas sociais existentes, que no campo educacional, eram predominantemente provenientes da pequena burguesia urbana (ampliação do acesso à educação superior, o que foi favorecido pelo estímulo à iniciativa privada a partir da segunda metade da década de 1960), mas também das classes populares: maiores oportunidades de escolarização básica e ampliação dos percursos escolares.

Ainda assim, os agentes sociais signatários pela alfabetização no Brasil lançaram a Campanha do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que perdurou entre meados da década de 1960 e 1985, com influência pedagógica na metodologia freireana, e que ganhou aderência nacional não necessariamente conseguindo erradicar o analfabetismo (FREITAS; RAMOFLY, 2022). Sendo este absorvido pela ditadura militar através da Lei 5.379, de dezembro de 1967, que implantou o MOBRAL, porém mais uma vez não em sua

⁶⁶ Excetuando-se parcialmente o governo Geisel, os demais governos militares oscilaram entre diferentes direções em termos de política econômica como sinalizam as controvérsias entre ministros das áreas de fazenda e planejamento envolvendo Delfim Netto e Mário Simonsen. Pode-se dizer que um elemento comum fosse o reconhecimento da necessidade de ação do Estado, geralmente concretizável a partir de recursos externos, na montagem de elementos da infraestrutura da economia como transporte, energia elétrica e comunicação para o favorecimento das empresas, principalmente as multinacionais instaladas no país.

integridade pedagógica, e inclusive perseguindo seus representantes, situação amenizada conforme o regime dava sinais de colapso. Uma das características do MOBRAL no período de sua implantação era:

“Dessa forma, é necessária uma organização da instituição em vários aspectos e de maneira que fossem distinguidas a centralização e as coordenações a níveis estaduais, bem como as comissões a níveis municipais e que correspondiam aos setores com poderes de execução do movimento, além da promoção de reuniões entre os envolvidos, num esforço para mobilizar os interessados em se alfabetizar, bem como os alfabetizadores. Outro encargo da organização era a alocação das aulas, quase sempre noturnas, em espaços cedidos, com templos, sindicatos, outras instituições ou prédios escolares, cabendo à centralização do Mobral realizar convênios com comissões municipais, oferecendo material didático, orientação técnica e recurso para o pagamento de alfabetizadores.” (BICALHO; FREITAS, 2022, p.141)

No caso das “demandas populares” (ampliação do acesso à escola e dos percursos escolares) por ampliação da escolarização básica⁶⁷, a resposta dos governos ditatoriais foi a promulgação da Lei 5.692/71, no governo Médici. A lei, uma espécie de reforma do ensino, através da junção do “ensino primário”⁶⁸ com o antigo “ginásio”⁶⁹, constituiu o 1º grau (geralmente grafado como I Grau). A este nível, se seguiria o 2º grau (II Grau), que tendo três séries anuais de duração (excepcionalmente em alguns casos poderia haver um “quarto ano”), incorporava os cursos do segundo ciclo do “antigo secundário” (científico e clássico), o “normal” de formação para o magistério do antigo “primário”, os diferentes cursos técnicos, industriais, agrários e administrativos. Essas diferentes modalidades foram mantidas, ainda que com modificações formais de denominação. A reforma formalmente prescrevia um processo de ensino que teria como elemento principal uma verticalização rígida, como analisa Queirós (2013).

⁶⁷ Retoricamente veio a ser - e continua sendo - comum em discursos de empresários e seus porta-vozes o apelo a maior e melhor escolarização da população brasileira, porém dado que a acumulação capitalista no país se fez muita mais mediante a extorsão de mais valia absoluta, com reduzido valor agregado decorrente da qualificação dos vendedores de força de trabalho, mudanças mais efetivas na qualidade do ensino ofertado foi quase sempre procrastinado sem maiores reações negativas das classes dominantes brasileiras. Nesse sentido, veja-se Masson (1997).

⁶⁸ A duração do antigo “ensino primário” variou diversas vezes ao longo do século XX (de quatro a seis anos), sendo também por vezes, definida pelo poder regional, isto é, por governos estaduais

⁶⁹ Com duração de quatro anos, se constituía no primeiro nível do “ensino secundário”. Havia um “ciclo ginásial” específico para determinadas modalidades posteriores de ensino: o “básico comercial” para aqueles que se destinavam ao curso técnico de contabilidade e correlatos.

Formalmente, porque nem as condições econômicas do país de fato demandavam, nem as características das instituições de ensino permitiam, se estabelecendo como “projeto educacional nacional” a generalização da profissionalização técnica: todo concluinte do II Grau deveria ser portador de um certificado de profissional de nível técnico. Contudo, dado o total fracasso dessa intenção formal da reforma do ensino básico (I e II Graus), se eliminou a exigência formal da certificação profissionalizante, reconhecendo-se implicitamente a tradicional predominância da característica do “ensino secundário”, tenha este a denominação de II Grau, secundário ou médio.

Conforme, Dermeval Saviani (2009), a concretização experimental da educação popular, em meio a trajetória das ideias pedagógicas, só vai ocorrer - no que ele categoriza de “ensaio contra hegemônicos” - efetivamente entre 1980 e 1990, no intervalo entre a dominância do produtivismo tradicional (para este autor, dominante entre de 1969 a 1980), e o neoprodutivismo (predominante entre de 1991 e 2001). Os anos 1980, em meio a ascensão das lutas pela democratização política, pelos direitos sociais foram momento que a defesa dos objetivos e princípios da educação popular alcança seu apogeu nos meios institucionais

Nesse sentido, o I PEE-CIEP (1984-1987), simboliza uma experiência de prática educacional popular e de “intenções contra-hegemônicas”⁷⁰, empreendido a partir da vitória eleitoral do Leonel Brizola, em 1982, que como já mencionado teve por formulador Darcy Ribeiro. Darcy, foi nomeado vice-governador⁷¹ e presidente da Comissão de Educação e Cultura (de 1983 a 1987). Como presidente da Comissão, Darcy era responsável pela constituição da equipe que se encarregaria da implementação do I PEE e conseqüentemente do Projeto CIEP, ou seja, concretizar o planejamento político-pedagógico e orçamentário do projeto. Integrariam a equipe ocupantes dos cargos de secretário estadual de educação e secretário municipal de educação da capital, respectivamente: Iara Lopes Vargas e Maria Yedda Linhares.

O Projeto CIEP ganhou maior concretude a partir da realização de um encontro

⁷⁰ Emprega-se aqui a expressão “contra-hegemônica” não para afirmar, em um sentido gramsciano, a existência, muito questionável em se tratando de uma sociedade periférica e dependente ainda que “modernizada”, como a brasileira, de um “clássico” processo de hegemonia como forma de dominação social empreendida pela alta burguesia, mas sim para afirmar a existência de práticas pedagógicas que de algum modo questionariam os procedimentos mais tradicionais das práticas predominantes em instituições escolares e os preconceitos de classe nelas também tendencialmente predominantes.

⁷¹ Nas eleições de 1982, de modo distinto de eleições ocorridas o cargo de vice-governador não era objeto do voto direto. O eleito governador, uma vez empossado, nomeava seu vice. O mesmo acontecia com o cargo de prefeito da capital, que também era nomeado pelo governador do estado.

estadual sobre educação, chamado “Encontro de Mendes”, patrocinado pelo governo estadual ocorrido nos dias 26 e 27 de novembro de 1983. Este encontro era uma iniciativa governamental objetivando estabelecer um debate entre poder público e o magistério da rede estadual sobre as propostas do governo, em especial o lançamento do I PEE, dentre outras pautas pertinentes à esfera do ensino. Ali aglutinou-se representantes de professores da rede estadual⁷², gestores de escolas e intelectuais próximos ao governo estadual. Foram estipuladas 19 metas para a educação pública do Rio de Janeiro, sendo a 11ª meta a implantação do I PEE-CIEP, ou seja, um projeto de escola pública de tempo integral, cujas referências históricas, como antes mencionamos, era a experiência pioneira da “Escola Parque”, formulada por Anísio Teixeira. Também neste encontro, seria incorporada à equipe do I PEE-CIEP, a professora Lia Faria, convidada publicamente por Darcy Ribeiro para fazer ingressar na comissão responsável. Lia Faria seria coordenadora pedagógica dos CIEPs durante todo o primeiro governo de Leonel Brizola⁷³.

A escola de horário integral proposta deveria ter um projeto arquitetônico inovador, que como é sabido ficou ao encargo de Oscar Niemeyer⁷⁴. A inauguração oficial ocorre em 1985, com o CIEP do bairro Catete homenageando Tancredo Neves⁷⁵. Segundo Lia Faria (1991), o I PEE-CIEP deixou em funcionamento no ano 1987 o total de 127 CIEPs (fora os que estavam em construção e processo de implantação, e as escolas reformadas), sendo 51 deles na capital carioca. Foi o maior orçamento já visto na história do Brasil para um programa de ensino, sendo, 39%, 25% do governo estadual e 43% do governo da capital,

⁷² Por iniciativa oficial do governo estadual, através das secretarias de educação (do estado e da capital), deveriam ser escolhidos entre professores representantes dos integrantes de cada escola para participarem do Encontro, o que era uma iniciativa de estabelecer relações entre governo e magistério público muito conflituosas nos dois governos anteriores (Faria Lima, 1975-1979 e Chagas Freitas, 1979-1983).

⁷³ Lia Faria se tornaria muito conhecida no meio do professorado carioca e fluminense a partir das greves de 1979 quando foi uma das lideranças do magistério de Nova Friburgo e municípios próximos. Ingressou no Partido dos Trabalhadores, tendo sido candidata a prefeito de Nova Friburgo. No momento do convite feito por Darcy era diretora do então Centro de Professores do Rio de Janeiro (hoje Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro). Posteriormente ingressou no PDT e foi vice-secretária e secretária estadual do Rio de Janeiro e também secretária municipal de educação de Niterói. Graduada em história e doutora em educação é professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, onde foi também diretora da Faculdade de Educação.

⁷⁴ A escolha de Niemeyer como responsável pelo projeto arquitetônico, além de proximidades políticas entre este e Brizola e Darcy, também vinha ser uma forma de mostrar à “opinião pública” (nacional e internacional) que a educação escolar, relegada pela ditadura militar, voltava a ser no Brasil um tema político da maior importância sendo um compromisso de antigas figuras políticas perseguidas e caluniadas durante o período ditatorial com os interesses das classes populares.

⁷⁵ O CIEP Tancredo Neves foi inaugurado no dia 8 de maio de 1985, quatro meses após eleição federal indireta que consumou o processo de redemocratização do país. Com a presença do então presidente, José Sarney, pois Tancredo Neves faleceu dias antes da posse, deixando a vaga para o respectivo sucessor.

do Rio de Janeiro, em 1986.

Segundo Lia Faria, o projeto dos CIEPs tinha diretrizes definidas, ao contrário das considerações dos críticos do projeto. Para ela: “na proposta político pedagógica dos CIEPs, o objetivo integrador das disciplinas é a formação e o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos, através da elaboração de conceitos” (FARIA, 1991, p 55). Essa elaboração teria por referência sete eixos de ação pedagógica cotidiana, isto é, ações pertinentes aos integrantes dos CIEPs e que poderiam ser sintetizados por algumas proposições, a saber: “Vontade Política”, expressando a necessidade do reconhecimento da realidade social e cultural dos alunos; “Linguagem e Alfabetização”, tendo por baseado as proposições de Paulo Freire acerca da importância da capacidade de “ler o mundo”; “Integração Educação e Cultura”, a ser concretizada principalmente por via das atividades envolvendo os animadores culturais; Composição de uma “Direção Colegiada” objetivando a democratização das relações cotidianas de poder no interior da escola; “Avaliação”, realizada com metodologia e caráter coletivo a fim de suplantiar o modelo unilateral tradicional predominante nas escolas; “Essencialização dos conteúdos e interdisciplinaridade”, objetivando padronização mínima na grade curricular; e “Treinamento Permanente dos Professores” (FARIA, *opus* citado, p.46).

Faria (1991), ressalta que a implantação dos CIEPs teve duas fases. A primeira de planejamento e discussão, entre 1983 e 1985, tendo como marca e símbolo o referido Encontro de Mendes. A segunda, de implantação, deveria ser entre 1985 e 1988, porém em 1987, ocorre o que a autora denomina de “descaminho” do programa, ocorrido a partir da sua gestão pelo governo de Moreira Franco (PMDB), entre 1987 e 1991. Nas eleições de 1986, dado que não era prevista a possibilidade reeleição dos governadores, Darcy Ribeiro se candidata ao cargo de governador, porém derrotado por Moreira, que teve grande apoio do Grupo Globo.

Conforme ainda Faria, no governo Moreira Franco, o I PEE-CIEP deixou de ter orçamento próprio; as escolas (os CIEPs) passaram a funcionar com mais de um turno e houve desvio de funcionalidade da capacitação dos professores: “o argumento de descaracterizar o CIEP como “rede paralela” levou à proposta de interligá-lo ao Programa de Capacitação” (FARIA, *opus* citado, p.38). Essa situação, somada à crise política e orçamentária então vivenciada pela prefeitura do Rio de Janeiro em 1987, impediu na prática a permanência da equipe, garantindo apenas a institucionalização do I PEE-CIEP, mantendo-

se algumas das propostas curriculares na rede da SME, mas não o programa em sua plenitude.

No âmbito das críticas, oriundas de diferentes setores da sociedade, ainda durante o primeiro governo Brizola a problemática em torno da gestão do I PEE-CIEP ganhou corpo, sendo uma das mais fortes de que no Brizola os CIEPs tinham “adquirido” o caráter de “rede paralela”. Isto porque das equipes que atuavam junto aos CIEPs (afora a existência de uma “comissão especial”) não atendiam o conjunto da rede oficial do Rio de Janeiro, deixando as demais escolas em segundo plano. Mas, além dessas que poderiam ser atribuídas a questões do funcionamento burocrático dos órgãos responsáveis pela rede de ensino estadual (e municipal da capital), surgiram as críticas de viés ideológico mais propriamente conservador. Nesse sentido, podemos situar dois conjuntos principais de críticas às iniciativas de Brizola e Darcy. Àquelas provenientes de integrantes do “chaguismo”, corrente política então dominante no Rio de Janeiro e que tinha sido derrotada por Brizola. Essas críticas tinham por objetivo possibilitar o retorno, por força de futuras eleições, ao que poderia ser chamado de anteriores “deturpações chaguistas” na administração de órgãos públicos. As outras críticas, que buscavam argumentos não clientelísticos, se baseavam em polêmicas interpretações do que seria princípios do federalismo presente na ordem institucional brasileira”⁷⁶.

Procurando combater as críticas “chaguistas”, o governo Brizola se justificava denunciando o altíssimo nível de precarização do ensino oferecido por governos anteriores, o que seria, conforme Ribeiro (1984) uma realidade visível nos prédios escolares da rede estadual, alguns deles apelidados pela população de “barracões”. No Rio de Janeiro de meados da década de 1960 e, ao longo dos anos 1970, a mais sólida expressão do clientelismo político veio a ser o “chaguismo”, ou seja, a predominância política da corrente política liderada por Chagas Freitas⁷⁷, jornalista e governador do Estado da Guanabara (1971-1975) e do Rio de Janeiro (1979-1983). A lógica política do chaguismo não se

⁷⁶ Parte das críticas buscavam argumento no direito à igualdade de acesso aos serviços públicos, em especial na oferta qualitativamente igualitária desses serviços, o que não estaria ocorrendo porque os estudantes das “escolas comuns” não receberiam o mesmo tratamento oferecidos aos que estivessem matriculados nos CIEPs.

⁷⁷ Chaga Freitas tem origem política na extrema direita brasileira, apoiou o Golpe Militar de 1964, e aos poucos em termos partidários foi se tornando um “camaleão” (ou uma espécie de “coringa”), vendo que não havia como sustentar a legalidade do governo militar. Foi governador do estado da Guanabara, em 1970, pelo MDB, e governador do Rio de Janeiro, em 1979, pelo Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com grandes tensões partidárias internas. Construindo adversários, e especialmente uma polarização regional com o Amaral Peixoto, padrinho político do Moreira Franco, no PDS. Até se tornar um forte cabo eleitoral de Miro Teixeira (PMDB) nas eleições estaduais do Rio de Janeiro, em 1982, e posteriormente jogando papel na vitória eleitoral do Moreira Franco, nas eleições de 1986, que por sua vez havia ingressado no PMDB anos antes.

diferenciava muito do clientelismo tradicional, exceto por ser realizada na esfera urbana, como na capital, e pela intensidade e abrangência de ações na esfera dos órgãos aparelhados por “chefes locais”. Estes últimos, que poderiam ser vereadores, deputados (estaduais e federais) ou simplesmente “cabos eleitorais de bairro” eram responsáveis pela realização (ou impedimento) de toda medida na esfera pública regional. Serviços públicos que legalmente seriam direitos corriqueiros de todo cidadão somente eram obtidos mediante ação do ‘chefe local’ ou seus representantes. Na educação pública demandas individuais como transferência de escola somente eram concretizadas por intervenção arbitrária de algum integrante da rede de influência e poder político. Do mesmo modo, o ingresso em órgãos burocráticos distintos das escolas também era objeto de futuros favores em momentos políticos estratégicos. Mesmo matrículas em escolas não escapavam à barganha política (FARIA, 2011).

Com relação às críticas “federalistas”, essas se centravam em diferentes objetos de polêmicas que alimentariam controvérsias relacionadas ao Projeto CIEP. Entre esses, teríamos a questão da municipalização do ensino de I Grau (hoje “ensino fundamental”) também foi objeto de crítica. No momento de lançamento do Projeto CIEP a municipalização do ensino ainda não era estabelecida na legislação sobre educação, como objetivo a ser alcançado, mas apenas desejável quando possível. A educação pública ainda vivia sob a égide da Lei 5.692/71. O primeiro governo Brizola buscou demonstrar que, até mesmo por força agenda política da época, que não haveria tempo hábil para iniciar um necessariamente prolongado processo de municipalização do ensino de I Grau e implementar o Projeto dos CIEPs. A “municipalização do I Grau” terminaria inviabilizando o Projeto que era a principal iniciativa governamental em educação. Quando houve a mudança na legislação, por meio do definido na Constituição de 1988, já era governo Moreira Franco (PMDB), o qual não tinha a intenção de atuar em sinergia de gestão com os prefeitos da capital eleitos pelo PDT: Saturnino Braga, 1986-1989, e Marcello Alencar, 1989-1993.

Com as possibilidades legais permitindo de forma democrática a municipalização do ensino fundamental, os CIEPs localizados na cidade do Rio de Janeiro passaram a ser de gestão direta do poder municipal. Porém, dadas as alterações promovidas pelo Governo Moreira Franco na gestão do I PEE-CIEP, veio a ocorrer uma ruptura estrutural com as características pedagógicas anteriores do projeto. O conflito que daí decorreriam na esfera da administração da educação pública no Rio de Janeiro era reforçado pela nova correlação das forças político-partidárias locais, o que colocava o Projeto CIEP no foco do conflito, pois ele

era dotado de expressivo valor simbólico e por consequência político. Portanto um “instrumento” de lutas no campo político. Lutas que devem ser analisadas tomando em consideração as observações de Pierre Bourdieu:

“Toda a análise de luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os ‘agentes politicamente ativos’ e os ‘agentes politicamente passivos’ e a constituir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital.” (BOURDIEU, 2003, p.163).

Uma sistematização dos “prós e contras” do I PEE-CIEP foi apresentada por Maurício (2006), que levanta um conjunto de avaliações de aspecto crítico, notadamente de agentes vinculados a “comunidades escolares” ou ao campo educacional de forma mais ampla. E para demonstrar o quanto a experiência do I PEE-CIEP foi “paradigmática” por todo um período em que as experiências de transformação da realidade da educação pública brasileira se encontravam na “ordem do dia”, Maurício apresenta a autocrítica de Zaia Brandão referente ao seu criticismo em relação ao Projeto CIEP, reconhecendo pelo relato de Brandão que “sua reação reflete preconceitos e vícios da academia” (BRANDÃO, apud MAURÍCIO, 2006, p.57), e que “Zaia Brandão conclui que o CIEP representou ousadia para romper com a tradição, apesar das mazelas enfrentadas por causa da urgência da implantação” (MAURÍCIO, 2006, p.58).

Em nossa perspectiva, os nexos importantes no enquadramento dos “descaminhos do I PEE”, como a crise política de 1987, as discontinuidades nas políticas públicas e a trajetória do pensamento político-pedagógico, neste último incluído os conteúdos das críticas, demonstraram que a problematização do I PEE-CIEP não foi somente sobre o seu modelo de gestão ou nele não haver tido planejamento quanto à sua implementação, como foi afirmado de maneira genérica, inclusive em O Globo. Ao contrário, as polêmicas acerca do Projeto CIEPs expressam contradições presentes no pensamento conservador e nas ações dos representantes desse último, que apostaram, primeiro, na manipulação da opinião pública e, depois quando isto era conjunturalmente favorável, no controle institucional e com isto assegurar a persistência de um ensino retrógrado.

Novamente registrando que o “Livro Preto”, como é conhecido “O livro dos CIEPs”, publicado em 1986, produzido pela gestão Brizola/Darcy Riberio, apresentou o dado do Censo Nacional, daquele período, em que 26% da população brasileira, entre 15 anos de idade ou mais, equivalente a 19 milhões de pessoas eram analfabetas. Algo que considerando o nível de modernização, mesmo que conservadora, atingido pela economia do país, era uma situação calamitosa. Assim, o conteúdo do livro é enfático na crítica e na identificação da origem da educação antipopular e do analfabetismo, como exposto no trecho que se segue:

“Tamanho fracasso educacional não se explica, obviamente, pela falta de escolas – elas aí estão, numerosíssimas – nem por falta de escolaridade, uma vez que estão repletas de alunos, sobretudo na primeira série, que absorve quase metade da matrícula. Muitos fatores contribuem para este fracasso, como procuraremos demonstrar a seguir. Só queremos adiantar agora que a razão causal verdadeira não reside em nenhuma prática pedagógica. Reside, isto sim, na atitude das classes dominantes brasileiras com o nosso povo.” (RIBEIRO, 1986, p.13)

Os exemplos da proposta política pedagógica progressistas do Projeto CIEP são inúmeros, possibilitando reflexões sobre os fundamentos teóricos das proposições pedagógicas do projeto, entre os quais poderia se perceber, como assinala Fernandes, a presença de que: “Lev Vygotsky, com sua concepção das relações entre a psique humana e cultura é outro pensador que está por trás do projeto pedagógico de Darcy Ribeiro para os CIEPs, e particularmente da proposta do animador cultural” (FERNANDES, 2020, p.253). No entanto, observações dessa ordem não se contrapõem ao reconhecimento de que a política pedagógica do projeto teria como referência primeira a preocupação intelectual Paulo Freire acerca da educação ser a condição de se “ler o mundo”. Ou seja, as práticas pedagógicas deveriam se caracterizar por um reconhecimento abrangente da realidade social e, concomitantemente, da cultura nacional indo contra os postulados e objetivos implícitos de modelos produtivistas, de viés tecnicista, produtores da baixa qualidade do ensino oferecido às classes populares.

Neste sentido, se reafirmam as considerações de Demerval Saviani (2009), relativas à concretização de experiências em educação popular, no período que categorizou de “ensaios contra hegemônicos”, entre 1980 e 1990. Época em que a defesa da educação popular alcançou seu apogeu institucional e político, destacando o papel da educação

pública, laica e de qualidade como elemento de consciência crítica e social. O I PEE-CIEP simbolizou uma das experiências de prática educacional popular e contra hegemônica, talvez a de maior dimensão empreendidas por um governo estadual eleito pelo voto popular. Portanto, o Projeto CIEP é uma referência para o diálogo entre a educação popular e a primazia da soberania nacional e do Estado democrático de direito.

3 O CONFLITO: GRUPO GLOBO VERSUS PROJETO CIEP

As observações antes apresentadas sobre as respectivas trajetórias do Grupo Globo e do I PEE-Projeto CIEP, demonstram que as eleições do Rio de Janeiro de 1982 foram a primeira sinalização do confronto entre o Grupo Globo e o Projeto CIEP à medida que o comportamento do primeiro se tornou visivelmente de oposição ao governo Brizola.

Uma das manifestações primeiras da situação conflituosa que se prolongaria durante todo o primeiro governo Brizola se relaciona à crítica implícita ao I PEE-CIEP, mas que nos momentos iniciais daquele governo ainda se localizaria nos bastidores dos espaços do campo poder. Tal crítica, ao menos a uma leitura preliminar poderia indicar sinais do tradicional pragmatismo político dos dirigentes do Grupo Globo, exemplificado nos seus posteriores posicionamentos diante dos momentos finais da ditadura militar aos quais já nos referimos.

Tal pragmatismo seria exposto na declaração atribuída a Roberto Marinho pelo jornalista Luiz Augusto Erthal⁷⁸, na qual o dirigente do Grupo Globo teria tentado fazer Brizola descartar o projeto educacional de Darcy Ribeiro, substituindo-o pela construção de escola de menor porte e em menor número, o que teria sido relatado pelo próprio governador ao jornalista segundo este último⁷⁹. No mesmo artigo, Luiz Erthal assinalaria a importância que assumia a disputa pela informação e o novo papel que era atribuída à imprensa ao Diário Oficial (D.O):

“Cheguei em 1984 para participar de um projeto jornalístico, cujo objetivo era criar um caderno noticioso dentro do Diário Oficial do Estado, o D.O. Notícias, como ficou conhecido, é uma estratégia para tentar enfrentar o cerco da mídia contra o governo. Fui designado pelo editor, Fernando Brito, mais tarde assessor-chefe de imprensa do

⁷⁸ Luiz Erthal foi assessor do poder executivo e relator da imprensa oficial no primeiro governo Leonel Brizola.

⁷⁹ Publicado na primeira edição do jornal impresso “Toda Palavra”, em abril de 2015, pelo próprio Luiz Erthal. Posteriormente foi publicado em outros canais da mídia digital, como, Tijoloço, Forum etc. Com, o título, “Marinho a Brizola: construir escolas está bem..., mas não precisa disso... faça umas escolinhas”.

governador, para cobrir as áreas de educação e esportes.” (ERTHAL, opus citado)

Podemos ponderar que a preocupação do governador Leonel Brizola com a imprensa ilustra, dentre outros fatores, a necessidade de difundir informações sobre as políticas do governo e questões mais gerais do Rio de Janeiro através de um órgão público de imprensa. Essa preocupação de Leonel Brizola estaria relacionada à situação a que órgãos estatais de comunicação, salvo pontual exceção, ficaram relegados. A iniciativa de Brizola, no âmbito da imprensa oficial (do Diário Oficial do Estado), factualmente demarcava a existência do conflito com o Grupo Globo. Conflito que teria ainda outras expressões no campo jornalístico como a publicação sob formato de coluna de opinião, no próprio O Globo⁸⁰ de artigos intitulados “Esclarecendo a População”, da autoria do governador.

Como procuramos demonstrar nas próximas seções deste trabalho o conflito entre O Globo e o governo Leonel Brizola prosseguiria em singular escalada midiática. O Grupo Globo produziria, nas edições de O Globo, em 1986, 834 páginas com matérias que continham o tema CIEP. Essas matérias denotam comportamento crítico ao Projeto, sob forma de exposição publicitária articulada a movimentos políticos, no caso, contrários ao governo Brizola e à candidatura de Darcy Ribeiro a governador do Rio de Janeiro.

Por ser a segunda eleição em que a escolha de governadores se faria pelo voto direto e se antevia inevitável serem as futuras eleições presidenciais decididas pelo voto direto, a de 1986. Inclusive pelo anterior desgaste do Grupo Globo por seu comportamento frente à campanha das “Diretas Já”, pode ser vista como uma espécie de experiência em “laboratório de comunicação”, no qual foi testada e aprimorada a expertise midiática do Grupo Globo, em especial no tocante ao jornal O Globo. Neste, não só pela quantidade de matérias noticiadas sobre o I PEE-CIEP, como pela qualidade dessas, fossem reportagens ou artigos de opinião, se fortaleciam narrativas críticas ao Projeto CIEP e ao governo que o tinha patrocinado, para o qual o projeto era uma das suas principais, senão a mais importante de suas realizações.

A derrota do partido de Leonel Brizola na eleição de 1986 vinha a ser demonstração que a expertise fora bem-sucedida, sendo alcançados os objetivos esperados

⁸⁰ Não por concessão de O Globo, mas como matéria paga ou espaço requerido pelo poder público.

pela direção do Grupo Globo, como as palavras do próprio Roberto Marinho, em declaração ao *The New York Times*, no ano de 1987, conforme é transcrito por Arêas:

“Em determinado momento, me convenci que o Sr. Leonel Brizola era um mau governador. Ele transformou a cidade maravilhosa que é o Rio de Janeiro em uma cidade de mendigos e vendedores ambulantes. Passei a considerar o Sr. Brizola, daninho e perigoso, lutei contra ele. Realmente usei todas as possibilidades para derrotá-lo nas eleições.” (*The New York Times*, 1987, apud ARÊAS, 2012, p. 87)

Esta declaração, afora uma expressão implícita de satisfação com a vitória política alcançada, reafirma tradicionais visões sobre a pobreza e a cristalização da desigualdade social, no caso, a presente no Rio de Janeiro em meados da década de 1980. Desigualdade que não poderia se tornar um dado visível, sendo sua aparição pública ser de algum modo reprimida ou ocultada. Endossaria, mesmo implicitamente, a narrativa de “governança” do candidato Moreira Franco da chapa “Aliança Popular Democrática” nas eleições de 1986.

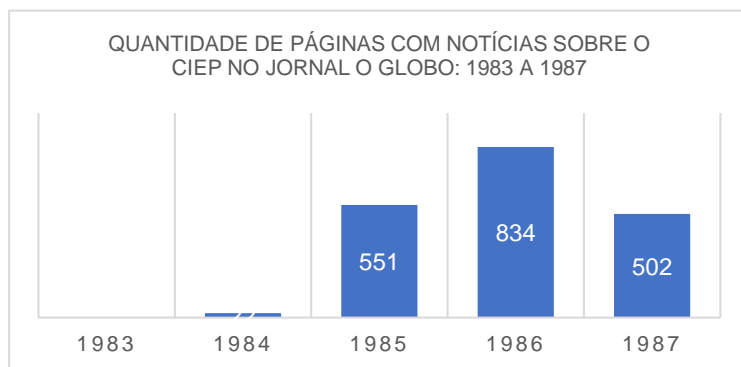
É factível interpretar essa narrativa sobre a governança como compreensão superficial do processo de empobrecimento da população carioca e brasileira, o qual atingia em especial as classes populares. Muito distinta das afirmações de Leonel Brizola, no final de seu mandato, sobre a dívida externa brasileira ser um fator impeditivo de investimentos que combateriam a pobreza crescente. Menos do que o exame de elementos de ordem estrutural geradores da pobreza, a disseminação de discursos ingênuos sobre a realidade em curso afirmava interesses dos socialmente dominantes. Afinal, além da “cidade maravilhosa” ser considerada um *case* turístico mundial, era, por sua vez, também a cidade da sede matriz do Grupo Globo.

3.1 Análise dos dados das páginas do O Globo em relação ao I PEE-CIEP

Temos concordância com Fonseca (2005, p. 137), de que, “Em verdade, toda vez que nos referimos ao jornal O Globo, estamos, por extensão, nos referindo ao Sistema Globo de Comunicação, o que inclui a poderosa Rede Globo de Televisão”. Isto porque o jornal é considerado o guia ideológico, a cristalização dos interesses e a compilação dos espaços sociais aos quais o Grupo Globo tem inserção, ou sofre influência.

Assim, geramos um banco de dados com as 1543 páginas do jornal O Globo que noticiam o I PEE-CIEP, desde a data do surgimento destas, 25 de julho de 1984, até o último dia do primeiro governo Leonel Brizola, 15 de março de 1987. A partir do material coletado, construímos categorias de análise que nos serviram de instrumentos para investigação e avaliação do significado das notícias integrantes de nosso banco de dados. Procuramos apreender tendências (positivas ou negativas) do posicionamento do jornal com relação ao Projeto CIEP. Procuramos também demonstrar como se construíam pautas jornalísticas mais relevantes e candentes em relação ao nosso objeto em pesquisa.

Inicialmente, apresentamos o gráfico com o panorama geral relativo à quantidade de notícias sobre I PEE-CIEP, entre 1983 e 1987, objetivando indicar a dimensão proporcional que as notícias tiveram nesse período, conforme exposto no Quadro I. Tal como o conjunto dos dados que iremos apresentar em diversos momentos deste trabalho, eles foram obtidos em pesquisa no Acervo Digital do próprio O Globo como em acervo sobre jornais brasileiros da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



*Dados acessados e conferidos a partir do Acervo Digital O Globo⁸¹

Apenas por este quadro já é possível realizar observações conjunturais importantes em relação ao CIEP. Sendo elas: no ano de 1983 é demonstrado que ainda não

⁸¹A quantidade de páginas apresentadas no Quadro 1 são as que foram confirmadas pela presente pesquisa, em relação ao total apresentado pelo Acervo Digital do Jornal O Globo. Exceto no ano de 1987, no qual o limite editorial do nosso interesse foi até o dia 15 de março de 1987, e para um critério de exposição e equivalência proporcional, reduzimos em 9% o dado quantitativo do total de páginas de 1987, em relação ao total apresentado pelo Acervo/Globo. Pois, no Acervo/Globo os números de páginas nos anos 1985 e 1986 (anos que possuem densidade em quantidade de páginas com o termo/tema) obteve uma baixa em torno da média de 9% na nossa conferência, por razões técnicas de configuração, gerando situações de páginas repetidas, do tema CIEP simplesmente não estar na página, ou em razão do termo não condizer com o tema. É uma redução relativamente curta, numa clicada inicial no acervo.oglobo.globo.com (feita no período desta pesquisa) foram apresentadas 4 páginas em 1983, 28 páginas em 1984 páginas, 590 páginas em 1985, 946 páginas em 1986 e 552 páginas em 1987.

era uma ideia corrente, o próprio Encontro de Mendes só havia acontecido em novembro daquele ano; no ano de 1984 o tema ainda está na órbita do planejamento e visivelmente foi evitado; no ano de 1985 significou uma explosão de matérias consequência da inauguração, da abertura do ano letivo e das eleições municipais; no ano de 1986 ganhou densidade por questões como a liberação de orçamento pujante para a educação e a eleição estadual; e, no ano de 1987, ocorre um declínio acentuado da quantidade de matérias, num contexto de primeiro ano do governo Moreira Franco e ano não eleitoral.

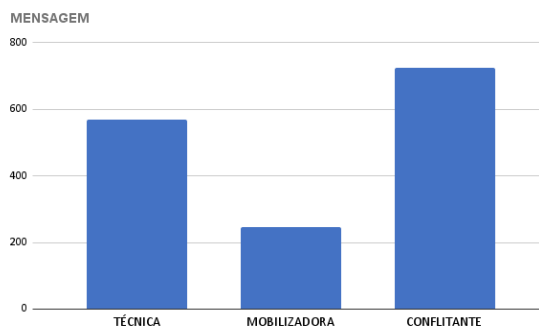
Para o detalhamento e subseqüentes classificações dos dados coletados, estabelecemos uma metodologia de trabalho que possuía três “frentes”, quer dizer, modos de identificação das matérias publicadas.

A primeira “frente” englobava a localização editorial (caderno do jornal), a tipologia editorial (se são matérias grande, média, curta e curtíssima; ou se é coluna, editorial, carta de leitor, anúncio e menção noticiada), e se utiliza a sigla CIEP no título em tais edições (exceto para menção).

A segunda “frente” era a classificação temática, onde destacamos se o conteúdo das citações ao CIEP está na esfera da administração (gestão pública), do político (eleições e ideologias), da mídia que circunscreve anúncios e opiniões (exceto quando a opinião é explicitamente política, pois prescreve a esfera política), juntamente com temas que interseccionam tais conteúdos e que possuem valor específico, como as esferas do funcionamento (escolar), das obras (construção civil), da diplomacia, da cultura, da pedagogia, dos concursos, das greves, do esporte, do transporte e da segurança.

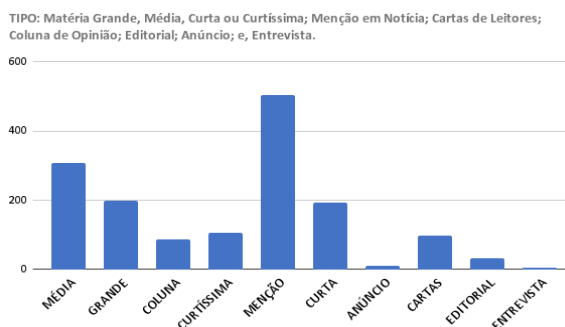
A terceira e última “frente” correspondia a matérias que poderiam ser consideradas como sendo “mensagens” ao público sobre os CIEPs, que se distinguiriam por serem “mobilizadoras” (qualificadoras positivamente do projeto no todo ou em parte), “técnicas” (informativas) ou “conflitantes” (desqualificadoras, apontando aspectos negativos do projeto).

Todas as denominações atribuídas às matérias decorrem de caráter interpretativo, salientamos que procuramos nos aproximar o mais possível do que poderia ser depreendido das matérias publicadas em relação ao I PEE-CIEP. Assim, em relação a condição de “Mensagem” das matérias temos a seguinte distribuição exposta no Quadro 2:



Pelo quadro 2, fica visível que não só o volume de notícias, compreendidas como “mensagens” em relação ao IPEE-CIEP era denso, como o de matérias críticas também. Vale ressaltar, que dentre as mensagens mobilizadoras estão presentes anúncios do governo e colunas do governador Brizola. Segundo os dados por nós coletados, o embate envolvendo as matérias classificadas sob o formato de “Mensagens”, a elevação do quantitativo das mesmas e da tensão conflitiva, em termos mensais, proporcionalmente se acentuava nos meses em que ocorreriam eleições.

No Quadro 3, apresentamos um quadro geral do formato editorial das matérias, por “Tipo”:



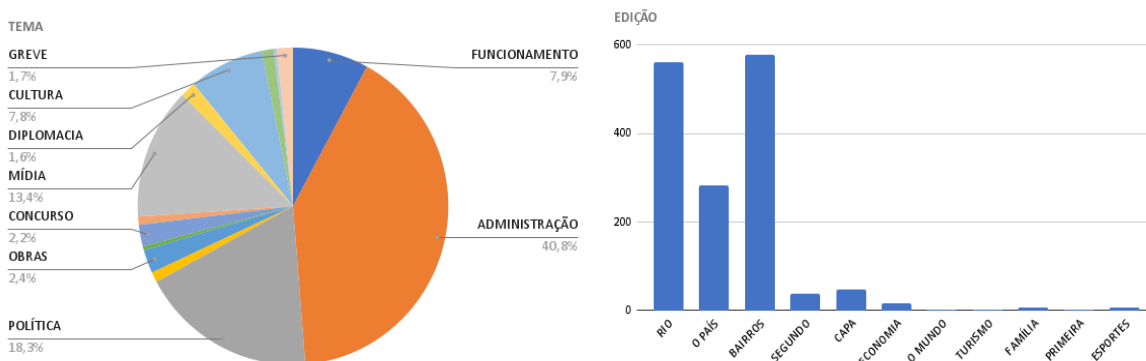
Neste quadro se destaca a quantidade do item Menção (noticiada), sendo um pouco inferior ao conjunto de matérias quando as agrupamos por seus diferentes tamanhos. Fica explícito o grande envolvimento dos leitores através do item “Cartas” (relativo à seção do jornal em que era publicada a opinião dos leitores sobre assuntos diversos em curtos textos). Os itens Editorial, Anúncio e Entrevista, abrangiam pequena quantidade de publicações, porém o item “Entrevistas”, embora bastante baixo possuíam muita importância dado se referirem ao campo político (inclusive no que dizia respeito a aspectos administrativos governamentais) e à esfera midiática. Pudemos verificar que em 1986 houve

modificações sobre o que poderíamos denominar de “prioridades editoriais” em relação a temas como “mídia” e “política”, o mesmo ocorrendo principalmente em relação ao item “Coluna”. Um aumento considerável em relação à 1985.

O item “Menção” se refere a matérias que são fundamentalmente estratos relacionados a todos os temas mencionados. Por esse motivo, apresenta um destaque de ordem quantitativa. Para registro da forma editorial, optamos por verificar nos outros itens de análise a quantidade de títulos que utilizavam a sigla CIEP.

Com isto o item Menção se faz presente em 503 páginas/notícias e constatamos que das 1040 páginas/notícias com matérias que poderiam ter utilizado o termo CIEP no título, isto só veio a ocorrer em 356. Dessas, a grande maioria se constituía de “Mensagens” de caráter conflitante, em oposição ao projeto. Era o caso, por exemplo, de editoriais que empregavam destacadamente a sigla CIEP em seus títulos, o faziam buscando empregá-la como mecanismo de desqualificação do I PEE-CIEP. A leitura das matérias permitiu-nos verificar que termos alternativos surgiam progressivamente com maior constância, substituindo a sigla CIEP ou do programa governamental (I PEE). Assim, são cada vez mais encontráveis expressões, de caráter pejorativo, para denominar as unidades escolares do programa: “Brizolão” e “Escolão”.

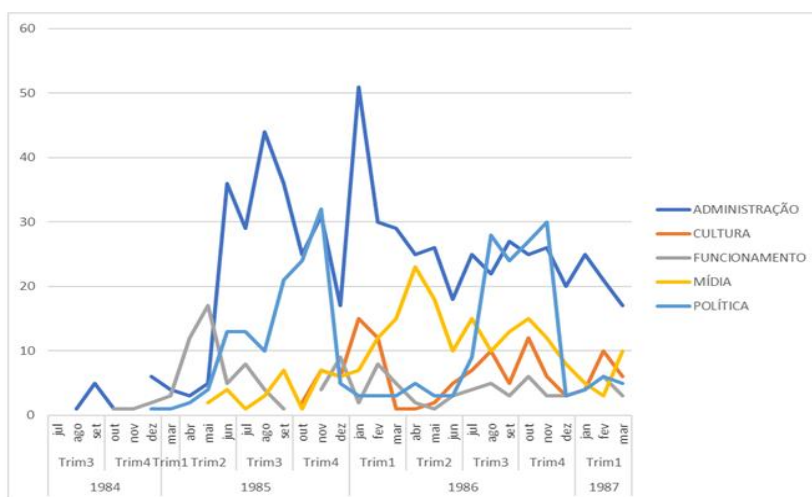
No Quadro 4, apresentamos o item “Tema”, isto é o assunto principal da matéria, e no Quadro 5, a distribuição das matérias por localização editorial:



Uma observação importante era o fato do caderno “Jornal dos Bairros”⁸² ser a seção do jornal em que vinha a ser maior número de notícias sobre o I PEE-CIEP, a mesma em que demandas ou problemas cotidianos da população com relação à gestão de serviços públicos eram objeto de notícia. Nesse sentido, a presença expressiva de matérias classificadas no item Administração envolvendo os CIEPs corresponde sintomaticamente ao caderno em que o projeto era mais noticiado. Sendo tradicional nesse tipo de publicação jornalística, sobretudo quando direcionada a locais de moradia das classes populares, a menção a “problemas” enfrentados pela população, a tendência quase natural era correlacionar os CIEPs a algum tipo de problema de ordem escolar local.

Outras localizações editoriais onde havia mais notícias relativas ao projeto, como os cadernos e seções “Grande Rio” e “O País”, apresentavam temas mais amplos do que o cotidiano imediato – como o que era publicado no “Jornal dos Bairros” – principalmente em relação à administração governamental e à política nacional. Em ambos os cadernos/seções a maioria das matérias são “Mensagens” de caráter conflitante em relação aos CIEPs.

Por fim, temos no Quadro 06, os dados dos cinco Temas mais encontrados na série histórica que construímos:



O quadro demonstra a agressividade da informação: tendo em vista as observações já referidas quanto ao tema Administração e ao tema Política nos meses eleitorais. De modo mais distinto, o tema Mídia apresentava menor determinação imediata,

⁸² Caderno específico para notícias sobre assuntos pertinentes a bairros do Rio de Janeiro. Cada região, cuja composição era definida pela direção do jornal, recebia uma edição específica, direcionada a leitores daquela região.

com picos de matérias publicadas tanto em meses eleitorais como em não eleitorais.

Cabe registrar que o tema “Cultura” foi o único a destoar do teor dominante nos demais temas. Em relação a este tema encontramos majoritariamente mensagens “Mobilizadoras”, superando quantitativamente (embora por diminuta diferença) o tema “Funcionamento”. Situação similar, por vezes, ocorreu em relação aos temas “Política” e “Mídia”, a partir do início do projeto, do calendário de implantação do programa pedagógico, não se restringindo a situações de inauguração e algum CIEP específico.

3.2 Observações das notícias do I PEE-CIEP: de 1984

O anúncio oficial do I PEE-CIEP, pelo governador Leonel Brizola, ocorreu em 1 de setembro de 1984, no Palácio do Guanabara, dado em coletiva de imprensa, com presenças de autoridades, incluindo o Ministro de Planejamento de Angola, Lopo do Nascimento. No anúncio foram apresentadas as primeiras informações relativas ao planejamento do montante de escolas a construir, o funcionamento do programa, seu orçamento e a criação do “escolódromo” (fábrica de escolas). Na ocasião, Brizola fez um discurso crítico sobre a situação da educação pública. A matéria do O Globo que relatou o evento, é intitulada “Governador anuncia plano de duas escolas por dia”, de 02 de setembro.

O título e o tom da matéria iriam ensejar o uso de espaço em jornais, as colunas que antes fizemos menção denominadas, de Leonel Brizola: “Esclarecendo à População”. Por elas, o governo dava início a difundir do Projeto CIEP, a começar por “Esclarecendo a população: austeridade e moralização”, de 09 de setembro de 1984. Nesta publicação, Brizola discorreria criticamente sobre o que poderíamos chamar dos resquícios ou vícios “chaguistas” na máquina pública, denunciava as “caixinhas” cobradas a funcionários públicos para o partido de Chagas Freitas; valores exigidos sob a forma de propinas e “gorjetas”, as “comissões” em licitações e, por vezes, aos próprios cidadãos por serviços públicos prestados. Argumentava que seu partido, o PDT⁸³, tinha deliberado resolução congressual pelo combate a este tipo de atividade corruptora, além de institucionalizar a contribuição financeira dos seus membros comissionados no governo. O I PEE-CIEP seria conteúdo de outra coluna “Esclarecendo a População” publicada, cujo subtítulo era: “Escolas

⁸³ O PDT (carioca), para além do súbito aumento de representantes no parlamento federal e estadual, tamanho seu sucesso eleitoral em 1982, elegeu também os dois primeiros prefeitos do Rio de Janeiro pelo voto popular a partir das eleições diretas para prefeito iniciadas em 1985.

de Verdade”, trazendo maiores esclarecimentos sobre os detalhes técnicos do programa e do projeto dos CIEPs.

Deve-se destacar que as primeiras matérias sobre o I PEE-CIEP em O Globo, como acima mencionamos, publicadas desde o seu lançamento no segundo semestre de 1984, somam um total de 22 matérias e nenhum dos títulos utiliza a sigla “CIEP”, mas sempre “Brizolões” ou “Escolões. As matérias se eximiam de apresentar maiores detalhes quanto às propostas do governo em termos de política educacional. Seus títulos e conteúdos aparentavam ser o objeto da publicação ser de menor interesse público. Não raro as matérias mesclavam vários assuntos. Ressalte-se a diferença, em relação aos dias atuais, da qualidade da redação das matérias e da organização editorial visivelmente inferior.

Nesse sentido, as matérias publicadas em 1984, excetuando-se a relativa ao lançamento do programa e as colunas de Brizola com críticas ao chaguismo e informações sobre o programa, são bastante simbólicas e representam o pouco interesse que a temática educacional tinha na imprensa brasileira e em O Globo em particular. Exemplo desse menor interesse por assuntos relativos à educação é a curtíssima reportagem sob o título, “Niemeyer e Darcy apresentam maquete de 60 “brizolões”, de 19 de setembro, demonstrando a menor importância dada pelo jornal à parceria entre o consagrado arquiteto e o governo estadual. A matéria privilegiava assuntos como obras na cidade do Rio de Janeiro e a dimensão da oferta de vagas escolares no estado em relação à demanda existente.

Essas primeiras matérias de O Globo sobre os CIEPs se concentravam em decisões referentes a obras vinculadas ao projeto tema. De maneira geral, ressaltavam aos leitores, não de modo positivo, o caráter inusitado das iniciativas governamentais, secundarizando aspectos pedagógicos que eram pertinentes a um projeto que tinha como objetivo principal a oferta de um ensino de qualidade ao público das redes públicas: as classes populares.

Essa desconsideração por questões relativas à educação que não fossem aquelas orçamentárias, envolvendo os recursos a serem aplicados na construção de novas escolas, não decorria por força de menor divulgação governamental de suas preocupações relativas à obtenção de melhor desempenho do alunato e das condições das escolas. Essas preocupações – e os objetivos a alcançar a elas concernentes – tinham sido elencadas no “Encontro de Mendes”, em novembro de 1983, e Constavam dos princípios e compromissos divulgados

durante a campanha eleitoral de 1982.

Os primeiros sinais do sensacionalismo midiático aparecem com o anúncio da construção de um CIEP no Sambódromo. A construção do Sambódromo parecia se refletir como um diapasão, tamanho o significado que uma inovação na estrutura do carnaval tinha para a gestão pública do Rio de Janeiro e, com a proposta de fazer um CIEP naquela área atendendo duplo objetivo (o carnaval e o ensino), demonstrava também os objetivos de renovação do governo estadual em termos educacionais.

Além da abertura de vagas escolares e do aumento exponencial da demanda de profissionais na área de educação, problematizadas pelas reportagens sobre educação e os projetos educacionais governamentais para a educação, um tema que vai ganhar maior dimensão em matérias de O Globo veio a ser o “Escolódromo”, apelido dado à Fábrica de Escolas, iniciativa governamental para produção de peças pré-moldadas para a construção dos CIEPs.

Em matéria confusa - “Habilitadas empresas que farão Brizolãos”, de 26 de setembro – era informada a construção do próprio “Escolódromo” e dos 60 primeiros CIEPs, por duas empresas licitadas, e, que quando pronto o “Escolódromo” produziria mais 150 “Casas das Crianças” (prédios destinados à educação infantil) e 150 “Escolas Isoladas” (termo utilizado pelo O Globo para as escolas convencionais). A matéria divulgava que tudo estaria pronto para inauguração em 15 de fevereiro de 1985.

O emprego de recursos públicos em projetos de construção civil era preocupação latente em O Globo. A prioridade dada pelo governo Brizola à construção de escolas se transformava em assunto polêmico para o jornal. A matéria, “Rio, só uma grande obra: o ‘Sambódromo’”, de 9 de dezembro, ilustrava bem esta situação, em que o Sambódromo juntamente com o I PEE-CIEP sinalizavam a prioridade de investimentos daquele ano, chegando a existir redação que peremptoriamente mescla os dois temas, demonstrando que até aquele momento a problematização com a demanda educacional era meramente um conflito setorial no qual envolvia demandas urbanas.

Os dispositivos orçamentários anunciados pelo governo eram contundentes, e se apresentou em duas matérias, a primeira⁸⁴ intitulada “Orçamento do Estado aumenta 313 por

⁸⁴ A título de curiosidade, ironicamente, esta importante matéria está numa página de notícias policiais.

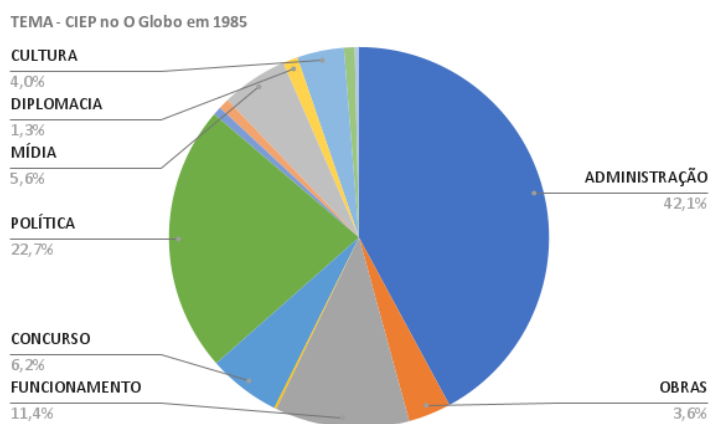
cento”, de 29 de setembro, onde notícia a distribuição de verbas e o modelo de gestão através da carta orçamentária enviada pelo governador à ALERJ. Nesta, o governador descreve o I PEE-CIEP é descrito como uma das políticas prioritárias na pasta de Educação, a qual seria a mais dotada de recursos em seu governo, e conclamava enfrentar a crise econômica com criatividade.

A segunda matéria, intitulada “Planejamento faz balanço e anuncia mais 100 ‘escolões’”, de 27 de dezembro, tratava de declarações de Fernando Lopes, Secretário de Planejamento, sobre a reserva de orçamento da educação para construção de mais 100 CIEPs e da opinião do secretário sobre as relações do governo Brizola com o possível futuro governo Tancredo Neves, que para ele em nada seria dificultada em razão de Brizola, como governador, dialogar com o governo federal, cujo presidente era o general João Batista Figueiredo, demonstrando otimismo quanto a futuros investimentos federais no Rio de Janeiro.

Essas matérias, no ano que antecedeu ao início oficial do I PEE-CIEP, sinalizavam para os futuros níveis de tensão e conflito que estariam por vir e marcariam as pautas de O Globo nos anos imediatamente posteriores.

3.3 Observações das notícias do I PEE-CIEP: de 1985

Os temas das notícias que circunscrevem o CIEP em O Globo, em 1985, demonstravam um volume maior relativo aos temas, que são correlatos, “Administração” “Política”, como exposto no Quadro 7:



3.3.1 Temas: Esporte, Transporte, Segurança, Saúde, Pedagogia e Obras

O tema esporte é o menos relacionado nas citações sobre o projeto dos CIEP. Só uma única matéria, tendo como título “Programa prevê mais esporte no primeiro grau”, de 08 de janeiro. Curtíssima, uma mensagem “técnica”, tratando de implantação de programa de educação física pela secretaria municipal de educação do Rio de Janeiro, em escolas públicas e particulares. O programa objetivava tornar as escolas centros catalisadores de ação comunitária. A notícia apontava ser maior dificuldade para a realização do programa, a condição das instalações prediais e que o CIEP, por suas condições, poderia respaldar o programa, que envolvia ainda parcerias com entidades esportivas.

O tema do transporte também é diminuto, mas impactante, pois o governo Leonel Brizola decidiu em dezembro daquele ano encampar (estabelecer a gestão, não a propriedade, das empresas pelo poder público estadual) 16 empresas de ônibus através da venda de ações da Petrobrás. Assim, o processo de tramitação e auditoria relativa à encampação aconteceu de forma hábil, coordenada pelo Secretário da Fazenda, César Maia, com mediação do Banerj.

As duas menções ao CIEP nas duas grandes matérias sobre o assunto, eram conflitantes, pois o especulam sobre o direcionamento de parte dos lucros das futuras empresas de transporte público sobre gestão do Estado e sobre o destino de dos terrenos que eram propriedades dessas empresas.

É nítido o sensualismo presente nas matérias, que chegava ao ponto de apresentar certa ironia, como acentuar que um dos imóveis dessas empresas vinha a ser um motel situado na Baixada Fluminense e que os empregados de uma empresa, em protesto se manifestavam empregando uma palavra de ordem aparentemente inusitada: “queremos o padrão”. A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) e a Confederação Nacional dos Transportes Terrestres (CNTT), foram as principais entidades empresariais que se opuseram à encampação, afirmando que ela visava estimular uma pressão nacional sobre o assunto e que duvidavam da eficiência do transporte público (sob gestão estatal), posição também compartilhada por O Globo.

No tema “Saúde”, as mensagens aparecem de forma técnica. São menções aos CIEPs como possível participante de política pública para o setor, pois iria oferecer atendimento odontológico em diferentes regiões onde se localizariam. Era mencionado também que essas iniciativas teriam como modelo de ação, convênio então realizado entre a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a comunidade da Mangueira. Na ocasião

da realização do convênio – que era efetivamente com a Escola de Samba Estação Primeira - o secretário da saúde, Eduardo Costa, afirmou ser possível instalar no local um consultório dentário equivalente ao dos CIEPs. Ainda Sendo em curta e única matéria sobre o tema se noticiava o anúncio pelo secretário da saúde da implantação do Projeto Vital Brasil, responsável pela instalação dos consultórios dentários no CIEP, com orçamento previsto via BNDES. Este orçamento seria da ordem de de CR\$ 1 trilhão (um trilhão de cruzeiro) e que, até que liberasse dos recursos pelo BNDES, a execução do projeto se faria com recursos do orçamento do governo estadual.

Quanto ao tema “Pedagogia”, não encontramos maior aprofundamento do mesmo. Isto se exemplifica em matérias como a sobre o arqueólogo Alfredo Mendonça, que foi um dos responsáveis pela implantação das bibliotecas nos CIEPs; na entrevista, em mensagem de caráter conflitante, sobre literatura. Nesta matéria, o Centro Interescolar Municipal Anísio Teixeira (CIMAT) aparece como referência de metodologia pedagógica do CIEP e que esta enfatizaria a concepção da “Pedagogia do confronto em cima da liberação da linguagem”. Uma notícia de mensagem “Mobilizadora” tratava da educação para preservação ecológica, por meio de parceria entre a Associação de Mobilização Ecológica (AME) com o CIEP do bairro Portão Rosa, em São Gonçalo. Outra matéria era sobre a possibilidade da Fundação Estadual de Educação do Menor (FEEM) aplicar política pedagógica equivalente à do CIEP. Há, também, uma matéria grande, de mensagem técnica, com o título “História e Geografia: enfim separadas”, de 25 de agosto, sobre a separação das disciplinas de história e de geografia, anunciado pela secretária municipal de educação, Maria Yedda Linhares, na qual o termo CIEP não adentrou a matéria em si, mas é inerente ao assunto⁸⁵.

O tema “Segurança Pública” foi objeto de cinco matérias sobre a violência urbana. Todas elas no caderno “Grande Rio”, publicadas no mês de novembro, nelas o CIEP era o tema principal de matéria ou mencionado por estar próximo a locais em que tinham ocorrido crimes brutais. Nesse sentido, três matérias sobre tiroteios na Vila Pinheiro, em Manguinhos, nos quais houve mortes, difundiam a sensação de insegurança no entorno do CIEP-Gustavo Capanema e que o diretor optara por fechá-lo temporariamente. A sensação de insegurança e a ênfase no *imbróglio* em relação à atitude do diretor de fechar o CIEP

⁸⁵ Oficialmente pela Lei 5692/71, no I Grau, as disciplinas história e geografia, que tradicionalmente desde os tempos do Império eram ministradas passavam a compor, à semelhança de currículos norte-americanos, uma única disciplina: “Estudos Sociais”.

caracterizava as mensagens como “conflitantes”. Estas foram publicadas antes das eleições que ocorreram no dia 15 de novembro. Outras duas menções, publicadas após as eleições, eram mensagens “técnicas”, noticiando que no entorno do CIEP do bairro Portão Rosa, em São Gonçalo, houve um assassinato tendo como detalhe o fato do cadáver estar com as mãos amarradas com fio de nylon, e, que um aluno do CIEP-Sambódromo fora baleado e morto pelas costas, por engano, em tiroteio durante as férias, tornando-se um fato que comoveu a comunidade escolar.

O tema “Obras”, se concentrava quase todo em expectativas sobre andamento das construções dos primeiros CIEPs. Boa parte delas eram “Mobilizadoras”. Iniciando o ano, uma matéria de 4 de janeiro enfatizava o entusiasmo do presidente da Associação dos Moradores do Amarelinho, na região de Fazenda Botafogo e Irajá, quanto ao avanço das obras do CIEP na localidade. Assim, se sucederam notícias sobre obras nos bairros de Niterói, de São Gonçalo e do Rio de Janeiro, com mais destaque para as obras de CIEP nas regiões da Fazenda Botafogo, Inhaúma, Irajá, Vila Pinheiro (Maré) e Ipanema.

As matérias publicadas seguem “Mobilizadoras” até que aparecem matérias “conflitantes”, envolvendo disputas entre a prefeitura de Niterói e o governo do Rio de Janeiro quanto a disponibilidade de terrenos para a construção de CIEPs e a estimativa de atraso quanto ao prazo de entrega do CIEP no bairro Catete e os de bairros em São Gonçalo. Outras matérias “conflitantes” foram sobre adiamento da abertura de matrículas e contratação de professores em função do atraso nas obras do CIEP-Ramos, e do CIEP do Sambódromo, havendo até protestos populares interditando a Avenida do Brasil. Todas as matérias ocorreram no primeiro semestre, exceto a última, de 04 de julho, chamada “Escola demolida deixa 500 crianças sem escola a um ano”, de tamanho grande expressando sensacionalismo quanto à expectativa da construção do CIEP de Ramos. Na matéria se divulgava que as mães não estavam confiantes quanto a conclusão das obras a no segundo semestre. Somava em uma única matéria a problemática relação oferta e demanda escolar na região, reforçada pela demolição da Escola Armando Salles, motivada pela deterioração na estrutura predial e por falta de terreno para construção de nova escola, segundo as autoridades governamentais.

3.3.2 A incipiente mobilização no tema Cultura

As matérias referentes ao tema da cultura surgem todas a partir do segundo

semestre de 1985 em função de já terem CIEPs em funcionamento, e possui a curiosidade que nenhuma delas transmite mensagem conflitante, são na maioria mobilizadoras e na minoria técnicas. Dirigindo-se principalmente a eventos culturais que passam a existir nas instalações do CIEP, através de iniciativas da secretaria de educação e cultura, como: o CIEP de Irajá, que corresponde também a região da Fazenda Botafogo e Inhaúma, que sediou o Encontro Estadual de Bandas e de um dos eventos de comemoração da Semana da Pátria; o CIEP-Tancredo Neves, que sediou a exposição do acervo de artes plásticas da Tarsila do Amaral, e o projeto “Águila a todo pincel”, com 14 exposições e do lançamento do Guia Folclórico intitulado Mineiro Pau; e, o CIEP-Laranjal, que sediou a abertura de inscrições para a “Semana de Artes Plásticas de São Gonçalo”, em que na matéria há ainda declaração de um animador cultural defendendo o aproveitamento da produção da comunidade no entorno.

E dos projetos culturais e pedagógicos como o Festival de Cinema Carioca (FESTRIO), no qual a secretaria de cultura fez um convênio para que os alunos do CIEP fizessem excursões para assistir filmes infantis, lotando cinemas. Sendo a cinematografia também explorada para a conscientização da Semana da Consciência Negra, com projeção de filmes no CIEP. Do projeto “Circo Eletrônico” sendo a visita dos alunos do CIEP ao Hotel Nacional, com *stands* de filmes, registrando na notícia a sensação das crianças que declararam nunca ter ido ao cinema na vida. Da menção em matéria que trata do movimento “Teatro a Ilha quer”, sendo integrado por animadores culturais do CIEP. Da iniciativa do CIEP-Acari, potencializando o Dia da Consciência Negra, no dia 20 de novembro, com atividades tendo como convidados jornalistas e artistas angolanos. Tema que se estende para atividade de final do ano letivo daquele CIEP, intitulado “Negro te queremos negro”, o nomeando de CIEP-Quilombo, e ainda, no próprio, houve a convocação de assembleia de técnicos da Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro (FUNARJ) com pauta no Teatro Municipal.

Outra pauta candente do tema foi a relação com o carnaval, a começar pelo fato da Orquestra Sinfônica Brasileira, que circulava os CIEPs, fazerem uma visita também à quadra da Mangueira e produzirem um evento, patrocinado pelo Banerj, expressando-se no título da matéria de 04 de dezembro, “Pandeiros e Violinos”. E, em especial, pelo fato de o governo gerar a Escola de Samba Mirim, chamada “Corações Unidos do CIEP”, incorporado por alunos do CIEP-Sambódromo, com o objetivo de desfilar junto a outras escolas de samba

mirins antes das grandes escolas de samba. De outra forma, o convênio com o Museu de Astronomia do Valongo, em evento para assistir o cometa Harley, onde estavam inscritos professores e alunos junto a um público que somou 15 mil inscrições. O entusiasmo com o CIEP é também expresso no grupo de teatro “Tá Na Rua” que fazia trabalhos com os meninos das ruas do centro e um de seus integrantes declarou ter vontade de matriculá-los no CIEP da Lapa. Por fim, matéria sobre o desmembramento de Secretaria de Educação e Cultura, onde o novo secretário de cultura, Antônio Pedro, juntamente com o prefeito recém-eleito, Saturnino Braga, declara implantar um Fórum Permanente com artistas, e faz menção ao CIEP dizendo que vai dar continuidade aos projetos culturais deflagrados.

3.3.3 O tema Mídia é desconsiderado

No tema Mídia, as notícias geralmente estão no caderno O País, e nelas estão os editoriais, as colunas de opinião, as cartas de leitores e os anúncios, que para nossa pesquisa se referem ou mencionam o CIEP fora da órbita da política (eleitoral). Assim, no ano de 1985, visualizamos apenas 23 situações, destas apenas uma coluna, de mensagem mobilizadora, e um editorial, de mensagem conflitante, cinco anúncios de mensagens mobilizadoras, e o restante são 15 cartas de leitores e três menções em cartas, na maioria conflitantes. Tem início com o editorial intitulado “A prioridade esquecida”, de 26 de julho, tratando da greve dos médicos, e expressando que seria motivada pela interferência do governo Leonel Brizola nas políticas ao priorizar o orçamento para o CIEP e relegar a saúde. Na sequência, um tópico no Jornal do Ibrahim, chamado “Yara Vargas defende os Cieps”, de 05 de agosto, onde há um comentário da secretária defendendo o CIEP conceitualmente e historicamente. Já os anúncios tratam de divulgação das empreiteiras responsáveis pela inauguração do CIEP Catete e do CIEP Padre Miguel, e outros, patrocinados pelo governo, na seguintes situações: exaltando o CIEP via transcrição de matéria de Revista Alemã, com “CIEPs, talvez uma das concepções mais revolucionárias de educação no Terceiro Mundo”, de 15 de agosto; divulgando o programa “Hora do Governador”, com pauta no CIEP, no chamado “TV Manchete Hoje”, de 28 de agosto; noticiando que o CIEP é uma das razões do porque o estado tinha menor desemprego do país naquele período, com “Quando você terminar de ler este anúncio...”, de 19 de setembro; e de prestação de contas da prefeitura quanto ao investimento em educação, onde o CIEP é mencionado na quantificação de 16 entregas recentes, além do totalizante da reforma de 279 escolas e a construção de 18 novas escolas desde 1983, com “A prefeitura está entregando mais duas escolas reformadas”, de 13

de setembro.

Nas Cartas dos Leitores, as mensagens conflitantes tratam: da questão do menor abandonado; de problematização da demanda do CIEP no debate no Mesa Redonda promovido pela TV Globo; de críticas ao concurso para professor; de crítica do CIEP como rede paralela; de questionamento do ensino; de questionamento dos locais para a construção do CIEP nos bairros Ipanema, Tijuca, Barra da Tijuca; e da mobilização dos moradores da Saens Peña, representados pela Associação de Moradores e Amigos da Praça Saens Peña (AMOAPRA), contra o local da construção do CIEP. E as mensagens mobilizadoras: tratando da expectativa da associação de moradores do bairro Portuguesa, na Ilha do Governador, quanto a receberem um CIEP; e em cartas respostas e de esclarecimentos de autoridades públicas aos questionamentos do O Globo.

3.3.4 O tema Concurso é o elo com o professorado

O tema concurso pode ser considerado o que mais se aproxima da pauta do professorado no período inicial de implantação do CIEP, trata-se da oferta de 5 mil vagas de professores para lecionarem nas cinco primeiras séries. E por incrível que pareça não há nenhuma notícia com mensagem mobilizadora, conferindo 17 conflitantes e 19 técnicas, o que de certa forma expressa a falta de entusiasmo midiático do O Globo. A matéria de abertura é intitulada “Professores: concurso ainda não tem data nos Brizolões”, do dia 11 de janeiro, trazendo duas problematizações, uma de que o concurso era para ter ocorrido em dezembro, ainda que com o argumento do secretário especial de educação, Darcy Ribeiro, que o atraso foi motivado por estar em análise se era melhor um modelo de concurso estadual ou municipais, e, a outra, que o Centro Estadual de Professores (CEP) reivindicava que os professores aprovados fossem contratados no regime Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT) e não na forma de bolsistas-estagiários como propunha o governo, e além disso efetivasse os 7.500 professores convocados pelo governo do estado em 1984.

Podemos constatar nas mensagens conflitantes no tema: especulações de desentendimento entre as secretarias municipal e estadual de educação; críticas na política educacional como um todo; especulação de conflito entre poder público e CEP; adiamento da data do concurso; especulação de conflito entre o governador e o vice-governador; problematização do modelo de participação de professoras grávidas; problematização do modelo de entrevistas com concursados aprovados; de super expor o debate sobre os critérios

de seleção entre CEP e o governo; de classificar a prova como muito simples e fácil; problematização da parte técnica da prova quanto a necessidade de anulação de algumas questões; de matérias só com declarações críticas do CEP em relação ao concurso; problematização de que os classificados só vão começar a trabalhar em 1986; das celeumas entre a FESP-RJ (Fundação Escola de Serviço Público), órgão público estadual responsável pela aplicação da prova, que teve a recusa do convite feito ao CEP para participar da banca de avaliação e da organização do concurso; sobre a abertura de recursos dos reprovados que passam enviar cartas ao jornal O Globo, no período que o governo anunciou os 5 mil classificados; e, da problematização de setores do professorado quanto ao recrutamento de professores do ensino normal pelo CIEP, gerando inclusive protesto.

Vale registrar a especificidade das notícias nesta temática que é de ocorrerem todas no primeiro semestre, evidenciando intensidade midiática. E, em que pese, haja uma pequeníssima margem a mais de matérias de caráter técnica, estas ganhavam um caráter de certa forma viciado, pois são tendencialmente negativas, reforçado para além de qualquer questão quanto ao concurso, pela oposição política incisiva do CEP. Há registros de episódios como o carro de Darcy Ribeiro ser cercado por manifestantes em passeata nos corredores do Maracanã, local da primeira etapa do concurso⁸⁶, na qual o CEP pedia anulação de toda a parte inicial, em matéria datada de 23 de fevereiro, numa página inteira dedicada a problematizar a política educacional do Rio de Janeiro.

3.3.5 O tema Funcionamento é problematizado

O tema funcionamento foi gerado para criar uma maior discricionamento principalmente entre as citações ao CIEP que estão vinculados às questões administrativas, e se até especificamente aos temas internos escolares. Sendo assim, naturalmente as notícias são na grande maioria técnica que tratam de inaugurações, de matrículas, de inscrição de professores, de calendário escolar, cotidiano escolar, de características escolares, fornecimento de merenda e treinamento de professores. Com maior ensejo nas notícias de funcionamento vinculado ao CIEP Catete, por ter sido o primeiro a ser inaugurado, e com

⁸⁶ Além disso, o período revela grande tensão entre o governo Leonel Brizola e o Grupo Globo, na temática política, em que o jornal O globo chega publicar uma coluna com o título "Brizola diz que O Globo é tendencioso", frase dita pelo governador em uma coletiva no Palácio do Guanabara quanto ao que considera haver uma ofensiva crítica do Grupo Globo ao seu governo.

pompas ao ter a presença do Presidente José Sarney, e, pela assinatura do ex-prefeito Marcello Alencar ao dá-lo o nome oficial de Tancredo Neves. De forma, que as mensagens mobilizadoras, em menor número que as conflitantes, tratam de declarações de alguns dos novos diretores escolares como os do CIEP-Ipanema e CIEP-Fazenda do Botafogo, de declaração de presidente de associação de moradores como a de Irajá, ou de eleição de diretoria, instalação de biblioteca e aulas de música como no CIEP-Acari.

As notícias com mensagens conflitantes iniciam com um conteúdo de muito simbolismo ao problematizar a classe social atendida nas inscrições das vagas para os CIEPs da Zona Sul, na matéria “As matrículas estão abertas até fevereiro: ainda há vagas na rede municipal”, do dia 08 de janeiro, expressando que o CIEP se destinava às classes populares ao tempo que gerava interesse de pais de estudantes da classe média. E, além disso, expõe abertamente uma sensação de concorrência, pois na mesma página contém anúncios das escolas do ensino privado, Peixoto e São Vicente, que naturalmente seriam alguns dos destinos desses estudantes. Outro destaque de problematização é para com as inaugurações e perfil do CIEP-Sambódromo (ou CIEP-Passarela), por ter sido instalado na Avenida dos Desfiles, e no qual para além da característica “sambódromo”, há questionamentos sobre oferta e demanda de vagas e o adiamento da inauguração gerado por enchente na região que inundou algumas de suas instalações. Adiamento de inaugurações de alguns CIEPs por falta de contratação de funcionários e professores também são problematizadas, juntamente com a existência de cotização de manutenção e material entre os funcionários na fase inicial, no qual o CIEP-Tancredo Neves e outro em São Gonçalo são mencionados. Por outro lado, também neste tema, aparece notícia com crítica do CIEP em contraste com as escolas tradicionais dando o sentido de “rede paralela”, intitulada “O quadro 'negro' das escolas do interior do estado”, de 09 de junho. E, por fim, menção em Carta de Leitor, de mãe dizendo que a escola Dídya Machado Fontes, inaugurada em dezembro de 1984, tem o mesmo padrão do CIEP em matéria que trata de exoneração da diretora Suely Castro e Silva, ou Tia Suely, por irregularidades, tornando-se um problema administrativo.

3.3.6 Na Política há conflito

O tema política é o segundo com maior densidade de notícias naquele ano, na maioria com mensagens conflitantes, com quase inexistência de mensagens técnicas, e de que as mensagens mobilizadoras surgem em parte como recurso de reação de representantes

dos governos estadual e municipais às críticas. Ganhando a característica de embate, pois ocorrem com maior densidade no período eleitoral, e por esse motivo optamos por observá-las conjuntamente em três fases, o pré-eleitoral, o durante as eleições e o pós-eleições, numa sequência que trata das notícias com os principais candidatos à prefeituras.

As notícias de mensagens conflitantes no período pré-eleitoral têm três pautas principais, e para cada qual tem uma coluna crítica. A primeira pauta está relacionada a matéria “La-Fayette: negociações se arrastam há três anos”, de 02 de abril, e é em torno do prédio do antigo instituto La-Fayette decretado como de utilidade pública em 1982 (pelo governador Chagas Freitas), em que acionistas do instituto e a Associação de Moradores e Amigos da Praça Saens Peña (AMOAPRA) politizam e reivindicam a desapropriação pelo governo estadual, que por seu lado alega o alto custo do procedimento, e assim a celeuma vai na direção de que o governo prefere construir um CIEP na região. A coluna vinculada é do Milton Temer, com o artigo “Só vale o que dá voto?”, de 02 de abril, tratando o CIEP como projeto eleitoral.

Posteriormente, com a matéria “Clemir denuncia pressões no PDT”, de 21 de maio, a pauta avança para acusar o CIEP de cabide emprego para favorecimento do Saturnino Braga nas prévias partidárias do PDT, endossado em forma de denúncia pelo deputado federal Clemir Ramos, do mesmo partido, e que cita a secretária municipal de educação, Maria Yedda, buscando a desestabilização da chapa defendida por Leonel Brizola. Sendo reforçado pelo artigo do PST, “O Partido Social Trabalhista e as eleições para a prefeitura do Rio de Janeiro”, de 17 de junho, buscando desencorajar o Saturnino Braga de disputar as eleições, e tentando convencê-lo de que o CIEP não passava de uma marca publicitária. A coluna vinculada, ainda que antecedente, é do Tarcísio Baltar, com o artigo “Slogans e prioridade para a educação é o governo do Rio”, de 26 de fevereiro, polemizando a concretização das promessas feitas pela gestão do governador Leonel Brizola.

E, por fim, a problematização do CIEP como rede paralela em relação à rede oficial, aberta pela declaração do Chico Alencar, para o jornal O Globo, na entrevista de sua posse na presidência da Federação das Associações de Moradores Estado Rio de Janeiro (FAMERJ), na qual declarou também oposição ao CIEP, como trata a matéria, “Francisco Alencar ganha eleição para Famerj”, de 03 de junho. A coluna vinculada novamente é do Milton Temer, com o artigo “Universidade não dá voto?”, de 18 de junho, problematizando sobre a política educacional em geral do governo Brizola, destacando o contraste entre

escolas tradicionais e o CIEP. Aqui cabe registrar que a matéria “Cieps: Prefeito promete reunião com Famerj sobre locais”, de 06 de setembro, com mensagem considerada técnica pela presente pesquisa, o então presidente da FAMERJ, Chico Alencar, declarou não ser mais contra o CIEP, mas que havia a necessidade de conversar com a população sobre a forma de implantação. Essa pauta se articula indiretamente com a matéria “Professores e patrões farão última tentativa para chegar a um acordo”, de 24 de maio, que faz menção pública ao CIEP-Catete o tendo como concorrente do ensino privado, e noticia a greve dos professores de escolas particulares.

As mensagens mobilizadoras na temática política pré-eleitoral são diminutas, e inicia com a coluna de opinião política do Governador Leonel Brizola, de 31 de janeiro, no qual o CIEP é mencionado no subtítulo "Mais 15.860 professores já", que trata das especificações de concurso para professores com 10.000 vagas no estado, e 5.860 vagas no município. Há também a coluna do Sérgio Cabral (pai), “A prioridade esquecida”, de 15 de março, relatando sua conversa com o prefeito Marcello Alencar, no barracão de Ramos, informando que a reivindicação da associação dos moradores do bairro Cavalcanti é um CIEP e uma Casa da Criança. E, por fim, a matéria curtíssima chamada “Pimenta conversa sobre exílio e mostra entusiasmo quanto aos Cieps”, de 12 de junho, tratando da visita do ministro da cultura, Aluísio Pimenta, ao Palácio Guanabara para conversar com o Brizola e o Darcy na qual declarou considerar o projeto CIEP “genuinamente nacional e revolucionário”.

No período eleitoral as mensagens conflitantes têm como referências notícias sobre os candidatos e membros das respectivas chapas opositoras ao então candidato Saturnino Braga. E, de antemão, é possível identificar uma campanha extremamente turbulenta e “suja” no sentido de acusações, processos, calúnias e formato dos embates ideológicos. Que foram protagonizados pelas chapas do segundo e do terceiro lugar naquelas eleições⁸⁷, respectivamente pelos candidatos Rubem Medina, do Partido da Frente Liberal (PFL), e Jorge Leite, do PMDB, e na qual ambos em algum momento defendem a ruptura do I PEE-CIEP. Sendo aproveitado pelo O Globo que adensa a tensão com editoriais, e opiniões críticas de dois colunistas em especial, Ibrahim Sued, declaradamente conectado à campanha do Jorge Leite, e do Edgard Clare, declaradamente “lacerdista” e próximo ao Rubem Medina.

⁸⁷ Diferentemente, o candidato Marcelo Cerqueira, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e sua chapa, que ficaram em quarto colocados nas eleições, se opuseram ao Saturnino Braga pautando a segurança pública e não criticando o I PEE-CIEP (com exceção de em uma matéria onde questionam uma das empresas de licitação que fornece equipamentos escolares por ser de outro estado), mesmo assim aparece em pouquíssimas notícias.

A pauta da oposição do Rubem Medina, noticiado pelo O Globo, explora em especial a crítica ao I PEE-CIEP como contraste, ou seja, a crítica de rede paralela em relação à rede oficial, mas no sentido de taxá-lo como projeto elitista. Para, além disso, apoiado pelo empresário Mauro Magalhães, do PFL, o Rubem Medina soma-se a reivindicação e, proposta, apresentada pelo vice do candidato do Marcelo Cerqueira, João Saldanha (PCB), na defesa pela autonomia do município em relação ao governo estadual como justificativa para sanar o déficit orçamentário da capital, tratado no editorial “A autonomia do Rio”, de 23 de junho, enfatizando que município tinha um déficit de Cr\$ 21 bilhões.

As notícias estritamente eleitorais têm início com a matéria “PFL-MEDINA: Saturnino não teria autonomia”, de 04 de agosto, na qual o candidato Rubem Medina critica o CIEP na questão do orçamento o taxando como projeto eleitoreiro, baseado numa notícia⁸⁸ do O Globo sobre o PDT, buscando criar atrito entre Leonel Brizola e Saturnino Braga. Com uma sequência de matérias e notícias nas seguintes situações: “Nery critica o Saturnino: É o Roque Santeiro do Rio, um morto-vivo”⁸⁹, de 16 de agosto, tratando da crítica do deputado federal Sebastião Nery, vice na chapa do Rubem Medina, ao Saturnino Braga como alguém ligado ao regime aproveitando para acusar que as matérias do New York Times e da revista alemã "Der Spiegel" foram pagas pelo governador Leonel Brizola; com crítica do candidato Rubem Medina ao orçamento do CIEP, e à gestão do governo Leonel Brizola na Ilha do Governador; com crítica do candidato Rubem Medina de que o governo Leonel Brizola ao priorizar o CIEP relegou os outros setores; de carta-leitor opinando sobre os motivos pelo qual trocará Leonel Brizola por Rubem Medina, onde classifica o CIEP como mero refeitórios; com acusação⁹⁰ do vice do candidato Rubem Medina, Sebastião Nery, de corrupção nas obras do CIEP; de matéria com crítica do candidato Rubem Medina ao governador Leonel Brizola por ter levado o presidente da França a CIEP; com, “Deputado denuncia corrupção em Ciep”, de 28 de outubro, tratando da acusação de Sebastião Nery de

⁸⁸ Na mesma página, em matéria subsequente chamada “Governador faz críticas ao O Globo”, é publicada uma nota de repúdio do governador a tal notícia do O Globo, contendo uma réplica do próprio jornal às informações dadas pela nota.

⁸⁹ Na matéria, “Cieps: moradores fazem protesto contra local escolhido”, de 17 de agosto, há a notícia de que o governador Leonel Brizola rebateu a crítica de que as matérias internacionais sobre o CIEP tenham sido contratadas.

⁹⁰ Na mesma edição há matéria sobre a rejeição do PDT à pesquisa do Workplace Consulting & Global Research (Gallup), que deu empate técnico entre Saturnino Braga e Rubem Medina, e o governador Leonel Brizola se manifesta confrontando institucionalmente o acusando de servir a Central Intelligence Agency (CIA).

que Darcy Ribeiro e o filho do governador, João Otávio, recebem 4,2 por cento de cada obra construída; e, “Nery insiste em que se apure compra de fazenda em São João da Barra” , de 09 de novembro, novamente com acusações do Sebastião Nery de que o governador teria fazenda à custa de ilícitos e que cobrava “caixinhas” em todos os órgãos, aproveitando para o provocá-lo no sentido de que se quisesse prender seus oponentes teria de transformar o CIEP em penitenciárias. Já as colunas críticas se dão com o Edgard Clare, dizendo: que o CIEP e o Sambódromo são fruto do "brizolismo" populista; de que o CIEP é marketing eleitoral; e que o CIEP será mais algumas escolas futuramente esquecidas.

Nas notícias da oposição do candidato Jorge Leite ganha destaque as críticas de âmbito orçamentário através de acusações de corrupção em licitações. As quais se tornam um imbróglio cristalizado por matérias e notícias com o candidato Jorge Leite protagonizando a acusação de empresa sonegar ISS, estimular inquéritos parlamentares, e, ameaçar ter posse de documento que aponta irregularidades nas licitações e o transformando em material de campanha dizendo no programa eleitoral da TV Globo que tem um dossiê. Assim, reforçou as situações como o pedido de instauração de CPI pelo vereador Nelson Ortiz, do PMDB, na prefeitura para apurar gastos com as construções do CIEP. De acusações sem provas de candidato Furtado resultando na situação e matéria jornalística, “TRE tira do ar programas de Furtado”, de 11 de outubro. E, por fim, chegando ao cume com a acusação de corrupção no CIEP por dois fiscais ao conselheiro Heitor Schiller, fazendo com que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) marcasse inspeção e depois cancelasse em comum acordo com o juiz Erasmo Martin, por entenderem que a denúncia estava sendo utilizada eleitoralmente, fato esse que repercutiu no editorial “O mais igual”, de 31 de outubro, que questiona os direitos institucionais do governador Leonel Brizola em função da suspeição de inspeção pelo TCE no CIEP.

Outras matérias e notícias em torno da campanha do candidato Jorge Leite tratam das seguintes situações⁹¹: polemizar a relação do governo estadual com o Metrô por ser acionista majoritário com 70%, e algumas das áreas do Metrô serem escalados para construção do CIEP; acusação do deputado estadual Godofredo Pinto, do PMDB, de que

⁹¹ Há também a notícia, de mensagem técnica, que está relacionada indiretamente com a campanha do candidato Jorge Leite, na matéria “Cieps: Brizola admite voltar atrás na localização”, de 27 de agosto, tratando do posicionamento autocrítico do governador Leonel Brizola quanto as localidades de implantação dos CIEPs, onde diz que analisará cada caso, mas salienta que algumas situações fazem parte de onda política, como AMOAPRA que está dentro do grupo político controlado pelo PMDB e que se opõe a seu governo.

havia 1200 funcionários contratados sem concurso no estado, na época que foi vice-presidente da Confederação dos Professores do Brasil; protesto dos moradores do bairro Padre-Miguel organizado por vereador do PMDB contra o local escolhido; divulgação/convocação para reunião da AMOAPRA com tema na paralisação das obras de CIEP; bate-boca entre o presidente da associação do Morro do Salgueiro, José dos Santos, com o presidente da associação dos moradores da AMOAPRA, Hermano Frit, em relação ao local do CIEP; denúncia do deputado Godofredo Pinto, do PMDB, de que uma criança teria sido internada na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) por sugestão da diretora do CIEP-Tancredo Neves, sendo que ambas as direções discordam; reunião da ex-deputada Ligia Lessa com candidato Jorge Leite, em que ela defende o CIEP e ainda assim apoia Jorge Leite, que por sua vez contesta a visão da colega sobre o CIEP; e, por fim, de matéria relatando o programa de TV eleitoral com declaração de oponentes quanto à intenção de interrupção do I PEE-CIEP, sendo mais explícito o Jorge Leite. Já as colunas críticas se dão com o, Ibrahim Sued, tratando de: polemizar a pauta da relação CIEP-Tancredo Neves e à área do Metrô; especular que caso a proposta do presidente José Sarney de unir orçamentos fosse colocado em prática, saber-se-ia de verdade o quanto custou o CIEP e o Sambódromo; opinar que o governo gasta demais com propaganda do CIEP enquanto crianças morrem; e, por fim, exaltar a crítica do Jorge Leite no debate eleitoral da TV Globo.

As notícias e matérias de mensagens conflitantes que tratam do CIEP não necessariamente relacionado aos principais candidatos opositores, tratam de situações como: crítica do presidente do Sindicato dos Médicos, Chabo, quanto à contratação de médicos e dentistas no CIEP sem concurso, em meio a uma crise geradora de greve de profissionais de saúde no município do Rio; problematização em que cita que CIEP no bairro dos Bancários não solucionará o problema de vagas; descontentamento de associações de moradores, em Niterói e São Gonçalo, com a demora nas inaugurações e concursos do CIEP, e na qual a vereadora Sônia Saturnino Braga, do PDT, chama a secretaria estadual de educação de incompetente; de carta-leitor com opinião em que diz acreditar que o Saturnino Braga se blinda de acusação de corrupção no CIEP; carta do presidente da associação de moradores de Boa Vista a favor dos critérios do concurso para os cargos administrativos do CIEP, e com crítica dizendo que funcionam melhor para "privilegiados" próximo aos políticos; de crítica do prefeitável Álvaro Valle quanto ao orçamento do CIEP; problematização do ex-estudante da FUNABEM, José Carlos de Oliveira, de que o CIEP deveria receber garotos abandonados, e que o menor abandonado é uma questão política; declarações do prefeitável e

deputado federal, Fernando Carvalho, do PTB, criticando o CIEP por ser muito caro, e que o orçamento deveria ser despendido para os mendigos; do prefeito e deputado federal, Clemir Ramos, que transitou para o Partido Democrata Cristão (PDC), tachando o CIEP de clientelismo; e, por fim, a matéria “Miriam, do PT, foi aposentada pelo AI-5”, de 06 de outubro, em que é divulgado a aposentadoria da professora Miriam Limoeiro pela ditadura, tida como fundadora do PT, na qual a mesma faz declarações tratando a “Nova República” como um pacto social das elites, e que o CIEP representa um projeto autoritário via o que considera populismo de direita do brizolismo.

As notícias e matérias com mensagens mobilizadoras perpassam situações como: o prefeitável Saturnino Braga defendendo que o CIEP é o principal projeto educacional no Brasil; entrevista com o prefeitável Marcelo Cerqueira da Frente Democrática do Rio (PSB, PCdoB, PCB), em que menciona o CIEP como obra de arte e único investimento importante dos governos do PDT; de uma segunda entrevista com o prefeitável Marcelo Cerqueira, reafirmando seu posicionamento em relação ao CIEP, e taxando o candidato Jorge Leite como “chaguista”, o prefeitável Rubem Medina como “conservador entreguista” e o Saturnino Braga como alguém que não aderiu a Nova República e que teria parte com o regime; de subtítulo da coluna do governador onde denuncia o BNDS, presidido por André Franco Montoro, por desfavorecimento orçamentário ao Rio; coluna do governador onde rebate seus oponentes eleitorais, chamando o candidato Jorge Leite de “chaguista típico e confesso” que propõe interromper o CIEP, o candidato Rubem Medina de “cúmplice da ditadura” e o candidato Heitor Furtado de “malufista”; carta de Oscar Niemeyer, de 01 de outubro, em defesa do CIEP e do vice-governador Darcy Ribeiro, se manifestando contra os ataques dos candidatos opositores ao CIEP os quais considera reacionários; II Encontro Estadual dos Professores ocorrido em Nova Friburgo em que uma das reivindicações é a ampliação do CIEP, tendo presença da secretária estadual de educação Iara Vargas no encerramento; artigo do vice-governador Darcy Ribeiro em defesa do CIEP e contra os ataques dos candidatos opositores, em especial do Jorge Leite, afirmando que nenhum caluniador vai conseguir desmerecer o Projeto CIEP; artigo do vice-governador Darcy Ribeiro intitulado “Esclarecimento”, de 03 de novembro, declarando que as acusações de irregularidades no CIEP são eleitoreiras; racha na chapa de Jorge Leite, com rebelião de sua vice Lygia Lessa, por discordar da postura do candidato em relação ao CIEP; Saturnino Braga em campanha na Baixa do Sapateiro onde está sendo construído CIEP; campanha do candidato Rubem Medina na Cidade de Deus em que ironicamente dentre as reivindicações

dos moradores apresentadas ao candidato estava a construção de CIEP; declaração de campanha do Saturnino Braga elogiando a política educacional do governo do estado e o CIEP; do prefeito Marcello Alencar defendendo o CIEP dos ataques do candidato Jorge Leite feitos em comício; e, por fim, a matéria “Último prefeito nomeado avalia administração”, de 15 de novembro, no dia das eleições sobre a gestão do prefeito Marcello Alencar, na qual ele declara que a implantação do CIEP e o respeito aos órgãos públicos são seus principais legados.

As matérias e notícias pós-eleitorais de mensagens conflitantes, e que representam àquelas situações chamadas de “ressaca eleitoral”, tamanho o tensionamento existente, trata de situações como: a vitória apertada do prefeito eleito Saturnino Braga, com 37%, diante da somatória dos outros 19 candidatos; acusação da chapa do Rubem Medina em relação às propagandas televisivas do governo do estado, sobre o convênio Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ) e CIEP, com o slogan “BANERJ NA CABEÇA”; carta-leitor dizendo que quem ganhou a eleição foi o governador com a moeda de troca “Refeitório-CIEP”; carta-leitor louvando a provocação da Mesa Redonda, da TV Globo, referente à aproximação de políticas entre CIEP e FUNABEM, e que os políticos deveriam falar “bem” do CIEP; a Coluna Política (editorial), no tópico chamado “Sem dinheiro”, de 27 de novembro, ironizando o fato do governador Leonel Brizola e o presidente José Sarney dividirem uma Coca-Cola na inauguração do CIEP-Nova Aurora, em Nova Iguaçu, porque o governador estaria somente com “pesos uruguaios” e a assessoria estaria sem dinheiro; o senador Nelson Carneiro pregando o “antibrizolismo”, e que se deve corrigir o erro daquela campanha em atacar demasiadamente o CIEP; e, problematização do prefeito de Campos quanto o CIEP ser a única política que o governo do estado levou para a sua cidade.

As matérias e notícias pós-eleitorais de mensagens mobilizadoras, trata de situações como: anúncio do prefeito eleito de Duque de Caxias, Juberlan de Oliveira, do PDT, que entre as primeiras medidas planeja implantar 17 CIEPs na cidade; resposta do Darcy Ribeiro sobre especulação de que seria o sucessor do Leonel Brizola no governo do estado, na qual declara de que em verdade deseja “ser o ministro da educação para espalhar pelo menos 10 mil CIEPs pelo Brasil”; página discutindo a sucessão do Leonel Brizola e especulando o nome do secretário da fazenda, César Maia, o qual não perde tempo em expor sua visão social-liberal, e do José Colagrossi, dizendo que não há candidato natural mas que o Darcy Ribeiro e o CIEP foram bem-sucedidos; visita do presidente José Sarney ao Rio de

Janeiro onde participou da inauguração do CIEP-Nova Aurora, em Nova Iguaçu, no qual assina juntamente com o governador o convênio no valor de Cr\$ 120 milhões destinado a obras de saneamento básico na baixada fluminense, de 27 de novembro; resposta do governador Leonel Brizola ao editorial do O Globo, que o chamou de populista, onde questiona “que populismo é este que constrói CIEPs? com os CIEPs estamos indo à raiz do problema”, com título “Registro-governador crítica editorial”, de 07 de dezembro; página com tema sobre o novo secretariado da prefeitura do Rio de Janeiro, em que divulga também a filiação do prefeito da cidade de Rio Bonito ao PDT, declarando que quer pelo menos um CIEP na cidade; declaração do prefeito eleito em Porto Alegre-RS em que declara buscar implantar modelo de ensino com referência no Projeto CIEP; e, por fim, filiação da liderança do PMDB, na Câmara Federal, ao PDT, ato no qual declara que o Projeto CIEP é uma grande proposta para a solução dos problemas sociais.

Já as matérias e notícias com mensagens técnicas ficaram em questões que envolvem informações referente a eventos políticos, tendo como exemplos do pré, durante e pós eleições, respectivamente: o enunciado da visita do presidente José Sarney ao Rio de Janeiro, na qual participou de evento de inauguração do CIEP-Tancredo Neves; da projeção do “Globo Eleições” em que alguns CIEPs começam aparecer como locais de votação; e da coluna do Carlos Swan noticiando que o PFL e o PMDB não gostaram do convite do governo Leonel Brizola ao presidente José Sarney para participação da inauguração do CIEP-Nova Aurora, em Nova Iguaçu.

3.3.7 O foco na Administração

O tema administração é preponderante em nossa estratificação temática, portanto, entendendo que também nos outros temas há intersecções com o tema administração e parte da pauta já ter sido apresentada, afinal, em última instância todas elas se referem aos governos do estado e dos municípios do Rio de Janeiro, é apresentada então de forma otimizada.

As notícias conflitantes entre janeiro e maio são poucas, sendo a maioria delas em janeiro e fevereiro que têm por característica a desqualificação do CIEP em pautas que se relacionam com orçamento, expectativas, atrasos em obras, falta de 15 mil professores na rede, atraso na inauguração, e atraso no início do eletivo de outras 130 escolas, havendo o destaque da primeira matéria com a sigla do CIEP no título, com “Prefeito de Barra Mansa

opõe-se a CIEP em área bem servida de escolas”, de 27 de janeiro. Em março, há apenas uma matéria, chamada “Ainda há vagas para alunos no sambódromo”, do dia 2, especulando uma possível falta de procura por pais de alunos por matrículas no CIEP-Sambódromo. E, em abril, também com apenas uma matéria, chamada “Assistência ao menor, embora prioritária, tem poucos progressos”⁹², do dia 07, mencionando o CIEP como expectativa de solução de menores infratores. Em maio não há notícias com mensagens conflitantes no tema administração.

Em junho, tem início a crítica ao CIEP como “rede paralela”, e na qual se problematiza pautas como diferença no suprimento de materiais didáticos tendo como referência o CIEP-Tancredo Neves (nº1), o abandono de antigas escolas e a “modernidade versus o tradicional”. Além disso, adentra em pautas como a problematização de licitações, com “Cieps: concorrência reúne 14 firmas”, de 20 de junho, onde levanta a suspeita manifesta ao O Globo, pelo presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, Luís Roberto Ponte, apoiado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil, Jorge Bittar, quanto ao critério de pontuação maior para empresas que já tenham experiência com pré-moldados. E, posteriormente, no resultado é ressaltado a discordância do diretor da empresa Serving, Paulo Penito, dizendo que houve favorecimento, pois sua empresa tem no hall com pré-moldados e não estava entre as seis vencedoras, impetrando denúncia e mandado de segurança ainda que sem base comprobatória. Na pauta, da UERJ, com a matéria “Uerj abandonada: sem verbas, salários baixos”, de 21 de junho, em que o vice-presidente da Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ASDUERJ) faz um comparativo da universidade com o que considera alto investimento no CIEP, tema que se expande em outras matérias. Na pauta, do La-Fayette, tendo a primeira situação de perspectiva territorial no tema, com a matéria intitulada “La-Fayette: caso continua sem solução”, de 24 de junho, sobre o Instituto La-Fayette, na Tijuca, em que diferentes representantes opinam, entre eles um acionista do Instituto dizendo que o governo Brizola não tem interesse na desapropriação porque tem prioridade no CIEP, sendo que há falta de acordo entre acionistas e o governo quanto ao valor de indenização da desapropriação no valor de Cr\$ 20 bilhões. E outras matérias subsequentes com característica regional como, “Governo não está dando 'bolas' para problemas das associações”, de 25 de

⁹² Na mesma página há uma matéria crítica sobre a relação violência criminal de menores e a gestão estadual, via seminário “Rio Contra o Crime”, promovido pela TV Globo.

junho, entre elas a da Associação de Moradores Amigos da Rua Romero Zander, onde o CIEP é previsto para um de seus terrenos; e de menção ao CIEP como uma das reivindicações das Associações de Moradores da Ilha do Governador, em página dedicada toda a FAMERJ.

No mês de julho às notícias começam aparecer com maior densidade, iniciando com “Estado dá mais dinheiro que as três secretarias juntas”, de 01 de julho, que problematiza o fato do orçamento do CIEP (ou da educação) ser superior ao orçamento das secretarias da Saúde Pública, Polícia Civil e Polícia Militar juntas, além de relativizar a meta a ser alcançada pelo CIEP, fazendo a conta de que os três CIEPs em funcionamento naquele momento não atingiram o atendimento à 1000 alunos, e sim à 500 alunos, problematizando o que se alcançará com os 160 CIEPs previstos para aquele ano. E na sequência, tendo característica institucional, aparecem as seguintes situações: problematização do convênio entre governo e FAPERJ na licitação das obras do CIEP; carta-leitor manifestando ser a favor de investimento nas secretarias de polícias militar e civil, com tom de retaliação ao CIEP; e, de enunciado que trata do empréstimo consagrado do Estado com o Banco Central, tendo na sequência a matéria com o conselheiro do TCE, Heitor Schiller, problematizando a forma do uso do orçamento para com o CIEP. Posteriormente, tendo característica territorial, aparecem as seguintes situações: notícia de que no CIEP-Tancredo Neves a falta material escolar, de manutenção e salário atrasado gerou manifestação dos funcionários; questionamento do edital do terreno do Metrô; que o futuro CIEP em São Gonçalo causa revolta em 500 alunos da FFP-Faculdade de Formação de Professores; abaixo-assinado de 64 times de futebol, com apoio de vereador, contra a construção de CIEP em área do Campo de Futebol do Metalúrgico, com a alegação de que seria construído ao lado de outra escola; desapropriação do abrigo para idosos Cristo Redentor, em São Gonçalo, pelo Estado e que ainda não estava pago; matéria com erros do jornal O Globo quanto a legislação dos terrenos de São Gonçalo, em que a Coordenadoria de Comunicação Social, Marta Alencar, enviou carta ao O Globo para retificá-lo em relação a origem dos terrenos; oposição da AMOAPRA quanto à construção de CIEP no terreno do Metrô; presidente da AMOAPRA argumentando em manifestação de moradores o decreto do ex-governador Chagas Freitas, que destina os terrenos do Metrô para as comunidades, que por sua vez querem outro tipo de urbanização; e, na Cidade de Deus, em que presidente da associação problematiza a demanda e o funcionamento de CIEP, previsto para 1986, com capacidade para mil vagas.

Em agosto⁹³, mês em que efetivamente têm-se início da campanha eleitoral, algumas pautas se perpetuam como a matéria com crítica aberta do conselheiro do TCE, Heitor Schiller, ao CIEP, argumentando progressivo aumento do orçamento e retirada de outros setores como segurança pública. Ainda no tema do orçamento com matéria intitulada “Caixa única, as dívidas em atraso como regra geral”, de 25 de agosto, onde menciona-se o investimento de Cr\$ 300bi no CIEP, fazendo uma comparação de proporcionalidade com a dívida do Estado de Cr \$344 bi. E, problematizações administrativas, como as que envolvem a falta de professores para início das aulas estão relacionadas ao fato de que 2.000 professores concursados ainda não foram contratados. Apresentando-se mais contundente o tema territorial nas seguintes situações: decreto do Brizola com a destinação de terrenos para o CIEP sendo rejeitado por algumas comunidades com o argumento de que o governo do estado impõe mudanças na paisagem para erguer CIEP, gerando a sensação em algumas notícias de polarização entre Bairros e CIEP; da oposição da AMOAPRA em relação ao terreno do Metrô ser destinado para CIEP, e preferirem área de lazer; por contestação da AMOAPRA quanto a opinião do secretário de planejamento; do Hermano Frid, presidente da AMOAPRA questionar também o terreno para a Salgueiro e para a Casa da Cultura, classificando o governo como autoritário; de carta de moradora da Tijuca criticando o governo do Estado pelo abandono da cidade do Rio de Janeiro enquanto gasta fortuna com CIEP; de declarações do Chico Alencar, pela FAMERJ, que assina carta em defesa do La-Fayette, na qual reivindica também sua reforma; de abaixo-assinado da Tijuca que pede paralisação das obras do CIEP; do colunista Ibrahim Suedi dando apoio aos "tjucanos" na pauta do terreno do Metrô e do La-Fayette; em São Gonçalo, do prefeito Hairson Monteiro (PDS) decidir não mais doar terrenos para CIEP, dizendo que se sentiu traído com o decreto do governador por declarar de interesse público de uso escolar o Estádio Municipal Manna Júnior; de dono do Circo Las Vegas recorrer à justiça contra a interdição judicial, e posteriormente conseguir continuar com as apresentações; de celeuma envolvendo a desapropriação do Abrigo Cristo Redentor; na Ilha do Governador, problematização envolvendo moradores em se construir CIEP no Parque Manuel Bandeira; e na Zona Sul, tratando-se de divergências entre associações quanto à construção de CIEP na praça Jardim de Alah, no Leblon.

No mês de setembro entra em destaque a pauta da FUNABEM , começando com

⁹³ No qual registra-se página tratando da missa de 60 anos da Rede Globo, na edição do dia 05.

a matéria “Ciep: Funabem impede visita a menor aluno do Catete”, de 19 de setembro, que trata da proibição da visita do deputado federal Godofredo Pinto ao menor, pela diretoria da instituição e, posteriormente, a reversão da decisão com a matéria “Juiz autoriza visita a menino em Funabem”, tratando da autorização de juiz para o deputado visitar o menino do morro Santo Amaro que foi para o FUNABEM, de 20 de setembro, e, “CIEP: Menor internado no Funabem quer ir para a escola”, de 21 de setembro, tratando de visita do deputado Godofredo ao FUNABEM, no qual o menino declara querer voltar para a escola (CIEP-Tancredo Neves). Em relação as matéria e notícias com ênfase regional aparecem as seguintes situações diversas: no caso do Jacarezinho, com “Jacarézinho só se une contra Ciep”, e da matéria em si, “Santinho e Josué só concordam num ponto: são contra o Ciep”, de 19 de setembro, destacando que os dois presidenciáveis em conflito da associação de moradores do Jacarezinho se uniram para contestar o local proposto para a construção do CIEP, numa outra matéria enfatiza-se que os presidenciáveis teriam prioridade por resolver a questão de saneamento básico; no caso da área do Metrô em Saens Peña, com tensão cristalizada nas matérias “Moradores entram firme na batalha contra o CIEP”, e “Terrenos do Metrô: a associação quer briga e ameaça ir ao Palácio”, ambas de 03 de setembro; em São Gonçalo, com “São Gonçalo: Professores vão para Cieps e turmas ficam sem aulas”, de 04 de setembro, tratando que a Escola Estadual Mauá ficou sem professores para 5ª a 8ª série porque 15 professores foram para o CIEP-Laranjal, relatando que moradora ligou para resolver problema e atendente disse “não ser deus”; em Barreto, com “Ciep está pronto, mas critério não agrada moradores do Barreto”, de 05 de setembro, destacando discordância da associação dos moradores quanto às séries de atendimento lá instalada priorizar 5ª a 8ª séries, quando eles prefeririam 4ª a 8ª séries; em Ramos, problematiza-se o I Encontro Regional dos Conselhos de Escola-Comunidade (CEC) que ocorreu no auditório do CIEP-Ramos; na Ilha do Governador, problematiza-se a mudança de local da construção do CIEP em comum acordo entre Marcello Alencar e associações; em Boa Vista, Campo Grande, com “Mulher compra casa, paga a 60 prestações e não recebe escritura”, de 08 de setembro, tratando de menção crítica ao CIEP, o qual moradores repudiam porque só atende o 1º grau; em Irajá, problematiza-se o deslizamento que gerou a morte de menino, com “Moradores protestam por morte de menino”, de 08 de setembro, que responsabiliza o governo por não ter demolido o barranco; no Horto, problematiza-se que 12 professoras que trabalharam na inscrição de matrículas foram devolvidas à escola de origem por falta de regulamentação adequada; na tradicional escola Raul Vidal, que em confraternização e encontro da comunidade escolar, a

direção acusa desconsideração do Governo por privilegiar o CIEP; e, em Caxias, com “Ciep Caxias-Moradores fazem protesto na instalação do escolão”, de 25 de setembro, relatando manifestação de moradores com cartazes para o Brizola presidir o Uruguai.

Em outubro, mês que a campanha eleitoral ganha ritmo acelerado vemos notícias diminutas no espectro da administração, e estão nas seguintes situações diversas, com ênfase regional: carta-leitor dizendo que o governo negligencia segurança pública por dar prioridade ao CIEP; de operários da construtora CBPO Engenharia, do Grupo Odebrecht, responsável pela obra de três CIEPs, reivindicarem piso salarial e contrato de trabalho; em Petrópolis, moradores não querem CIEP próximo à área do Club; na Portuguesa, moradores não querem CIEP próximo à área de lazer; na Ilha do Governador, no bairro Motoró, moradores não querem CIEP próximo ao espaço de campo e quadras de futebol; e, no bairro Botafogo, Zona Sul, problematiza-se que obras do CIEP é a causa de engarrafamento na avenida Humaitá.

No mês eleitoral, novembro, aparecem as seguintes situações diversas, com ênfase regional: com, “PM é inspetor escolar no CIEP da Praça Seca”, de 02 de novembro, trata do programa de moradia de PM em CIEP, problematizando que na Praça Seca o PM virou inspetor de aluno; de matéria subsequente com tema do PM que se tornou inspetor de alunos na Praça Seca, acusando desvio de funcionalidade do PM; na Ilha do Governador, com “Um homem sozinho luta contra a construção de um novo colégio”, de 10 de novembro, em que o terreno onde é proposto para o terreno fica o barraco de uma pessoa; na Vila Pinheiro, Manguinhos, professoras reivindicarem reintegração do diretor do CIEP-Gustavo Capanema, gerando um conflito com a secretária Maria Yedda; no bairro Piedade, lideranças comunitárias criticam o governo por só ter dinheiro para construir CIEP, à revelia de outros problemas; com “Moradores esperam asfalto há 40 anos”, de 15 de novembro, dia da eleição; no CIEP-Sambódromo, cinco merendeiras serem presas por roubarem alimento; em Saens Peña, especulando tensão entre moradores do bairro e o novo prefeito eleito, Sartunino Braga, no caso La-Fayette e outros; com “Bairros cobrarão Saturnino promessas de campanha”, de 29 de novembro; e, na Vila Pinheiro, com “Ciep reabriu, mas medo continua em Manguinhos”, de 29 de novembro, tratando da posse da nova diretora, Regina Coelho, em que declara ter um sentimento de normalidade e segurança, não temendo mudar o modelo de direção da escola.

Por fim, no mês de dezembro, aparecem as seguintes situações diversas: de que secretaria da fazenda aplicará política de austeridade a qual o secretário César Maia apelidou

de “lipoaspiração”, com o objetivo de reduzir despesas com vistas a manutenção do CIEP; com, “Critérios políticos provocam dificuldades”, de 02 de dezembro, especula-se e problematiza-se o fator indicação política para funcionários do CIEP; com opinião da direção do Centro Interescolar Orlandini, de ensino particular, que são eles os responsáveis por inovar com peças teatrais e não o ensino público; em Irajá, problematizando o não recuo das associações dos moradores quanto a reivindicação da localidade para construção de novo CIEP; e, na Ilha do Governador, em que uma das duas construções dos CIEPs na região não agrada a comunidade.

É possível registrar as notícias com mensagens mobilizadoras, de forma sequencial, nas seguintes situações diversas: com, “Secretária garante que onde houver crianças, no Estado, haverá escola”, 17 de fevereiro, a secretária Iara Vargas apresenta dados e garante que o governo suprirá a demanda escolar para as crianças; com, “Bohemios dá a volta por cima e faz homenagem ao governador”, de 15 de fevereiro, sobre bloco Bohemios de Irajá homenagear o governador Brizola pela construção de CIEP na região; com, “Darcy anuncia 300 CIEPs”, de 31 de março, sobre a declaração de Darcy de que há projeto para construir 150 Casas das Crianças; em abril, com a importante matéria “Maciel anuncia liberação de verbas a partir de hoje”, de 10 de abril, sobre liberação de verba federal pelo ministério da educação, em que relata a profunda carência da educação, sobre a primeira reunião do ministério com secretários e a valoração do investimento no CIEP, com direito a declaração do chefe de gabinete do ministério, Cláudio Lembo, na qual diz que “a realidade até então dos secretários é disputar a pobreza”; com, "Nas novas escolas do Brasil primeira aula é café da manhã", do dia 23 de julho, trata-se de uma transcrição de matéria publica no "The New York Times", com declarações de Darcy Ribeiro; ainda em julho, com matéria tratando da inauguração do CIEP-Amarelinho, em Irajá, pelo presidente da associação junto à comunidade, com comunicado no qual o CEASA passaria distribuir refeições na região; da defesa pelo presidente da associação do Santa Bárbara da construção de um CIEP na região como solução de problema; de expectativa da associação do Morro Santa Marta para a construção de um CIEP por lá; do título “II Semana da Comunidade, o Morro dos Cabritos reivindica um CIEP na região”, de 16 de setembro, em que associação diz que o receberia um CIEP com festa; de doação de terreno pela Ceasa para que os alunos do CIEP Irajá possam trabalhar e usufruir para horta; com, “Orçamento: Proposta de 86 cresce 337% em relação a 85”, de 28 de setembro, tratando do aumento orçamentário em Cr\$ 3 trilhões a serem aplicados em 1986 na terceira fase de implantação do CIEP; do programa estadual de

alfabetização com turnos ampliados; de que no bairro Santa Isabel, em Niterói, construção de CIEP é comemorado por moradores; de que no bairro Andaraí associação de moradores reivindicam que terreno do exército à venda para particulares seja para construção de CIEP; de no bairro Camorim, associação de moradores fazer pedágio como protesto tendo como reivindicação um CIEP; do programa Mesa Redonda promovido pela parceria TV Globo e IBRAFAM, em que o presidente do FUNABEM, Nelson Aguiar, declarou que o CIEP é fundamental para o fim do menor desassistido; com, “Habitação: Favelados do Engenho Novo ganham títulos”, de 04 de novembro, na qual além dos títulos os moradores reivindicaram um CIEP, em que o prefeito Marcello Alencar prometeu conversar com o governador; da felicidade dos moradores do Engenho Novo, e a promessa do prefeito Marcello Alencar que o bairro terá um CIEP; com, “Sarney no Rio: visita e homenagem a Ciep”, de 26 de novembro⁹⁴, tratando da visita do presidente José Sarney ao Rio de Janeiro na qual prestigia a inauguração do CIEP-Nova Aurora, em Nova Iguaçu, e anuncia a assinatura entre o presidente e o governador de convênio no valor de Cr\$ 120 milhões para saneamento básico na baixada; da divulgação do projeto hidroviário da ligação Rio-São Gonçalo, em aniversário do sesquicentenário da ligação Rio-Niterói, em que 260 alunos do CIEP foram passageiros na barca simbólica de comemoração; de anúncio do governo do estado para construção de mais 200 CIEPs, com meta de funcionamento a partir de 1987; em Irajá, associação de moradores reivindicar a construção de CIEP em área que consideram propícia; de, no Engenho de Dentro, moradores também reivindicarem CIEP; de secretário de educação de Nova Friburgo reclamar a necessidade de ampliação escolar, e que a secretária Iara Vargas anunciou a construção de mais dois CIEPs; de, no bairro Cruzada, haver expectativa por parte dos moradores por um CIEP; de, em Santa Teresa, a Associação dos Moradores e Amigos do Santa Teresa (AMAST) defender o tombamento do bairro e reivindicarem um CIEP na Rua Fallet, que fica entre os morros Prazeres, Fogueteiro, Sobradinho e Ocidental; de, no Engenho Novo, se fundar uma associação tendo como umas das reivindicações um CIEP; de, no Irajá, associação dos moradores fazerem festa dos Dia das Crianças no CIEP; de, na ILHA do Governador, o CIEP-Tubiacanga agradar comunidade graças a urbanização do entorno; de, em Ipanema, o CIEP ser mencionado como necessidade para o pessoal não depredar as praias; e, por fim, a matéria “Zico sugere que Cieps tenham aulas de futebol”, de 31 de dezembro, tratando de visita de Zico e João Nogueira ao Palácio

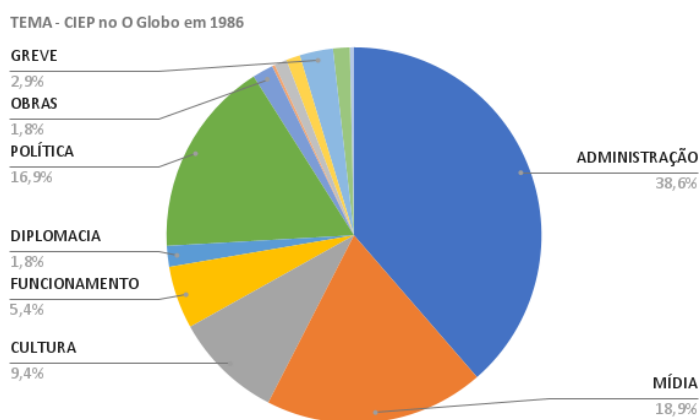
⁹⁴ No pós-eleições as mensagens mobilizadoras no tema administração são maioria.

Guanabara para discutirem projetos de Futebol e MPB no CIEP.

Em relação às mensagens técnicas destaca-se: a aprovação do orçamento de Cr\$ 4 trilhões do município do Rio de Janeiro para a educação e a construção de mais 76 CIEP, na matéria “Orçamento do Município para 86 é aprovado”, de 20 de novembro (seria uma mensagem mobilizadora, não fosse tão curta, e pouco destacada na página); notícias sobre o déficit de escolas no estado com exposição de dados pela secretária Iara Vargas e o vice-governador Darcy Ribeiro, na matéria “Yara prevê déficit de escolas”, de 22 de novembro; e, que o secretário da fazenda César Maia declara que em 1987 o maior gasto será com pessoal do CIEP.

3.4 Observações das notícias do I PEE-CIEP: de 1986 ao fim

O ano de 1986 possui 834 páginas com notícias que circunscrevem o CIEP segundo nossa pesquisa, e com o objetivo de analisarmos até o final do primeiro governo Leonel Brizola, ou seja, 15 de março de 1987, soma-se mais 135 páginas, totalizando 969 páginas ou notícias. Então, por uma questão do material ser extenso, foi necessário otimizar as notícias nas formas descritiva, listada e/ou pinçada. De, antemão, é possível verificar uma diferença crucial das edições de 1986 em relação às edições de 1985, que é quantidade do tema mídia, como demonstrado no Quadro 8: (fator destacado mais adiante)



3.4.1 Temas: Transporte, Esporte, Diplomacia, Saúde, Obras, Pedagogia e Segurança

Os temas em que os CIEPs são menos citados, na respectiva ordem quantitativamente crescente são transporte, esporte, diplomacia, obras, pedagogia e segurança. O tema transporte é o menos relacionado, e de mensagens conflitantes, porém

emblemático por vincular-se à complexa situação da encampação/estatização de seis empresas de ônibus pelo governo estadual em 1985. Complexo, porque é um setor extremamente forte e as empresas encampadas ficaram descontentes, tornando-se parte da oposição ao governador Leonel Brizola. As poucas notícias problematizam uma possível piora da qualidade no transporte, numa delas chamada “Moradores reclamam que Estrela piorou”, de 06 de abril, possui depoimento de funcionário do CIEP-Boa Vista, de que a empresa de ônibus encampada que faz o trajeto da região do CIEP no bairro Boa Vista estaria na condição de calamidade pública.

No tema esporte, o fato de se construir um centro esportivo próximo ao CIEP-Ramos foi visto com grande entusiasmo, porém nas trajetórias das notícias nesse tema fica perceptível que é uma experiência muito particular. Pois, o que se apresenta de problemático tem por pauta mais geral o questionamento de que campos de futebol de várzea estariam sendo vislumbrados, ou concorridos, para obras do CIEP nos bairros, como na matéria “Uma pena: campos de várzea estão acabando”, de 20 de agosto, que para além da problemática expressa diferentes sensações entre expectativas e frustrações, e, por outro lado a intensidade (ou meio) da inserção do jornalismo nas questões territoriais. Já, no ano de 1987, a matéria de mensagem técnica, “Obra do corredor esportivo começa já”, de 01 de março, trata do anúncio do futuro secretário de esporte, Sérgio Cabral, para implantação de corredor esportivo em que um dos parques ficará ao lado de um CIEP, na Ilha do Governador.

O tema diplomacia pode ser considerado uma intersecção entre política e administração, e ocorre em função da presença de autoridades ou missões estrangeiras, no Rio de Janeiro, serem geralmente recepcionados pelo governador Leonel Brizola, que costumeiramente incluía visitas ao CIEP no cronograma. Em função disso, na maioria das vezes são mensagens mobilizadoras ou técnicas, e na minoria conflitantes. Como as matérias e notícias: “Kennedy defende tratamento político para dívida”, de 09 de janeiro, trata da visita do senador Edward Kennedy, que em sua chegada declara que o Brasil dá exemplo de democracia, e, divulga que no cronograma diplomático há visita ao CIEP, se efetivando na visita ao CIEP-Ipanema e na participação da inauguração do CIEP-Thomas Jefferson, no bairro Realengo, noticiando que o senador Kennedy almoça em bandejão e de que ao subir o Morro Cantagalo para abrir Centro de Cultural Comunitário promete bolsa de estudos para um dos alunos nos EUA, encerrando com a matéria “Senador ganha de Brizola álbum de fotos de sua visita ao Rio”, de 13 de janeiro, tratando da despedida do senador Robert

Kennedy; “Um programa para quatro dias”, de 02 de março, tratando de divulgar a vinda da Princesa Anne, inglesa, (irmã do príncipe Charles) na qual o CIEP-Ipanema está no cronograma, juntamente com uma sequência de matérias e notícias tratando da sua estadia, noticiando que acompanhada do vice-governador Darcy Ribeiro e da secretária Maria Yedda, visitou o CIEP-Ipanema e subiu o Morro do Cantagalo, onde foi homenageada por estudantes, e posteriormente ainda enviou computadores para o Centro Comunitário do Cantagalo; “Nicarágua pede ao Brasil que vigie suas fronteiras”, de 04 de março, tratando de visita de ministro nicaraguense que tem no cronograma visita ao CIEP-Ipanema, e, “Tomá Borges inaugura Cieps em Nilópolis”, de 05 de março⁹⁵, tratando da participação do Ministro do Interior da Nicarágua, Tomá Borges, na inauguração do CIEP-Augusto César Sandino, em Nilópolis, onde cozinhou e fez elogios; “México ganha escola criada por Niemeyer”, de 19 de março, tratando de catástrofe natural no México e que o Brasil se solidarizou disponibilizando uma escola desenhada pelo arquiteto Oscar Niemeyer; “Brizola recebe deputados dos EUA e os leva a Ciep”, de 30 de março, tratando da missão de autoridades políticas americanas em visita ao CIEP-Tancredo Neves, essa de mensagem conflitante pelo fato de ter sido proibida a cobertura de imprensa; “Singuinetti inaugura CIEP e janta em Laranjeiras”, de 14 de agosto, tratando de visita do presidente Uruguaio ao CIEP-Lavradio; “Chuva tumultua a missa por JK e leva Brossard por situação insólita”, de 23 de agosto, tratando de homenagem ao dia da morte de Juscelino Kubitschek em que gestores e políticos municipais organizaram um ato simbólico no CIEP-Juscelino Kubitschek; e, por fim, no ano de 1987, três matérias tratando da visita do poeta russo Eunge Euvtchenko ao Rio de Janeiro, que declara apoiar Gorbachev e a abertura soviética, e participa da inauguração do CIEP-Yuri Gagarin, sendo uma delas intitulada “Ciep inaugurado com presença de poeta soviético”, de 25 de fevereiro.

No tema saúde as notícias vinculantes se dão pelo fato de projeto para instalação de postos médicos e consultórios dentários no CIEP. Praticamente todas elas de mensagens técnicas, mas demonstrando pujança de iniciativa na saúde pública. As quais perpassam a entrevista com o secretário municipal da Saúde, José Eberienos Assad, sobre as prioridades da pasta; de assinatura de convênio de gestores para que o Hospital Pedro Ernesto atenda situações ambulatoriais de alunos do CIEP; do convênio com o Instituto Vital Brasil, órgão

⁹⁵ Obs: na mesma página tem uma matéria do aniversário de 72 anos do político Chagas Freitas, no qual registra-se que o ex-ministro da Justiça, Armando Falcão, leu a justificativa de ausência e votos de saúde e paz do empresário Roberto Marinho.

público responsável pelo atendimento à saúde no CIEP; de movimento de saúde pública antipólio sediado no CIEP-Ipanema; de reinauguração do Centro Ambulatorial Stoffel para atendimento aos alunos do CIEP e treinamento de novos médicos e estagiários, essa de mensagem mobilizadora; da FAMERJ reivindicando que o modelo ambulatorial que atende alunos do CIEP seja implementado nos hospitais; e de diretor de posto de saúde negando o “Habite-se” para o CIEP-Araruama por não ter esgoto.

O tema obras tem trajetória curiosa no sentido de as matérias começarem com mensagens técnicas, a respeito de prazos para conclusões CIEPs e urbanizações que se referem até mesmo a remoção de lixão em suas proximidades, porém, a partir de uma matéria que envolve um atrito com a TV Globo, publicado pelo próprio jornal O Globo, as mensagens se tornam todas conflitantes. A referida matéria é “Obras do CIEP se arrastam um ano em Venda Velha”, de 03 de abril, que explora um atraso de obra publicando a justificativa dos engenheiros da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) que o problema estava contornado, mas que estes pediram que os operários não parem de trabalhar e que não deixem a TV Globo entrar na obra. Posteriormente, uma outra matéria acusa e polemiza o fato de 60% do orçamento ser destinado às obras do CIEP⁹⁶. Outras duas matérias tratam de acidentes com caminhões que carregavam peças pré-moldadas das obras do CIEP, e o restante problematiza a urbanização do CIEP nos bairros Catete, Leblon, Austin e Parque Paulista. E, em 1987, há uma menção com mensagem técnica informando que as obras do ginásio do CIEP-Sambódromo haviam sido concluídas.

No tema pedagogia as notícias são majoritariamente estruturantes e de ações pedagógicas, com mensagens na maioria das vezes técnicas, tendo como exemplo a matéria intitulada “Biblioteca Estadual: acervo será de 100 mil exemplares”, de 21 de fevereiro, em que o vice-governador Darcy Ribeiro assina contrato para exemplares de livros destinados às bibliotecas do CIEP. E de projetos específicos, como o abastecimento de brinquedos no CIEP-Ipanema; o ensinamento da constituinte nas escolas no projeto intitulado “Olho na Constituinte”; da semana do meio ambiente com forte mobilização de estudantes juntamente com os menores da FUNABEM; de visita dos alunos do CIEP-Del Castilho à Globo; de

⁹⁶ O secretário de planejamento municipal do Rio publicou uma Carta-Esclarecimento (Caderno Jornal do Bairro), de 28 de abril, com o conteúdo de que não são 60% do orçamento despendido às obras do CIEP, são 40%, aproveitando para questionar o restante da reportagem do O Globo.

projeto anunciado pelo ministro da educação, Jorge Bornhausen (1986-1987), para estudantes excepcionais; de projeto piloto para acolhida de menor abandonado promovido no CIEP-Sambódromo; e da notícia que foi promovido o 1º Encontro de Educação Popular da Federação das Associações de Moradores de Niterói (FIMNIT).

O tema segurança aparece no âmbito da violência urbana em notícias que o CIEP aparece na proximidade dos fatos, sendo que até mesmo o salário de operários do CIEP era assaltado em obras. E, principalmente, referente a mobilização da sociedade civil contra a violência urbana iniciada através de passeata em Ipanema com parentes de vítimas, estudantes e lideranças políticas, e desembocando em assembleia, no CIEP-Lavradio, organizada pela FAMERJ, com tema na segurança pública e na pena de morte, tendo a participação do chefe de polícia, Nilo Batista, em matéria intitulada “Pena de morte volta a ser discutida”, de 01 de julho. E nas matérias, subsequentes, que passam a problematizar a falta de investimento na segurança pública em função da maior parte do orçamento ser destinado ao CIEP. Num episódio, em especial, através da matéria “Polícia prende Gordo e frustra assalto em banco”, de 11 de julho, há uma entrevista com um assaltante que ao ser preso faz declarações contra o governador onde classifica que o CIEP não funciona. E, em setembro, uma matéria com o governo anunciando o programa de segurança nas escolas chamado “Patrulhamento Motorizado Escolar”.

3.4.2 O tema Greve é o elo com o servidor público

No tema greve há mais de uma greve, com diferentes categorias profissionais e são predominantemente de mensagens conflitantes. A mais importante delas é a greve geral de professores iniciada em março, em que tanto o governador Leonel Brizola quanto o prefeito Saturnino Braga se recusam a negociar de imediato com o CEP argumentando que são governos que estão fazendo bastante pela educação. A primeira matéria é intitulada “Professores param e apenas um aluno procura CIEP”, de 21 de março, com fotografia do CIEP-Sambódromo, tratando da greve dos professores. As matérias subsequentes tratam de: consequências dessa mesma greve, como: preocupação de pais de alunos; de filas dos alunos pela merenda; questionamento do CEP quanto a contratação de professores; adesão de apoio da FAMERJ à greve; apoio de grupo de alunos à greve; abertura de negociação pelo governo; medida do governo de substituição de professores em greve; mobilização por parte do governo para que alunos vão ao CIEP; e, finalmente, do retorno esporádico dos

professores às salas de aula após negociação.

Em seguida começa a greve parcial dos funcionários não contratados do CIEP, demonstrando indignação quanto à situação trabalhista caótica em pelo menos 14 CIEPs no estado, sendo o conteúdo da matéria “Cieps: Funcionários não contratados param”, de 14 de maio. Nas matérias subsequentes trata-se das consequências desta nova greve em que se apresenta a palavra de ordem “Brizola faz escolas, funcionários pedem esmolas”. Em agosto é iniciada a greve da construção civil em Volta Redonda, Barra Mansa e Resende atingindo obras de quatro CIEPs, sendo o conteúdo da matéria “Registro: construção civil para”, de 13 de agosto. Na sequência, nova greve de funcionários de CIEP exigindo carteira assinada em matéria intitulada “Empregados de apoio ao Ciep decidem parar”, de 21 de setembro, com matérias subsequentes como o fato de a greve ter chegado em Niterói. E, greve de operários de obra de CIEP em São João de Mirim, com matéria intitulada “Operários do CIEP param obra”, de 10 de outubro. A última, é de 1987, “Empregados dos CIEPs farão greve”, de 08 de março, de mensagem técnica que noticia a previsão de greve de 4.600 funcionários no estado.

3.4.3 O tema Funcionamento é problematizado

No tema funcionamento é possível elencar os conteúdos das notícias em formato sequencial, com caráter de informação, e conferem necessidades, execuções, problemas e reclamações do dia a dia do CIEP. As notícias na maioria das vezes são de mensagens conflitantes e a minoria mobilizadora. As mensagens mobilizadoras tratam de: vantagens da Colônia de Férias no CIEP-Irajá; inauguração do CIEP-Tijuca; expectativa com primeiro dia de aula no CIEP-Tijuca; e, de professora da escola modelo do Leblon opinando que o CIEP é uma “coisa linda”. As notícias com mensagens técnicas tratam de: sinalização em passarela de CIEP-Galo Branco (Niterói); calendário de matrículas escolares; inauguração do CIEP-Tijuca; escoamento de esgoto do CIEP em São Gonçalo; reinício das aulas municipais e estaduais; falha mecânica no elevador do CIEP-Ipanema; deslizamento de morro próximo ao CIEP-Caju; projeto para identificar dependência química entre alunos do CIEP; estreia do projeto para acolhimento de menor no CIEP-Sambódromo; de urbanização do CIEP-Humaitá; e, de festa beneficente organizada em CIEP. E, em 1987, de: possível atraso no início das aulas do CIEP-Ipanema em função de estragos feitos por temporal; retorno das aulas no CIEP; matrículas completadas no CIEP-Tancredo Neves; inauguração do CIEP-

Humaitá; e expectativa de inauguração de CIEP em Bonsucesso.

Já as de mensagens conflitantes começa por o jornal O Globo servir de receptor e divulgador das reclamações e frustração de mães em relação a data equivocada para matrículas divulgada pelo próprio O Globo, com informação da secretaria da educação. O restante trata de: AMOAPRA polemizando preenchimento de vagas para funcionários no CIEP-Tijuca, e encaminhando à Diretoria Regional Pedagógica Regional de Ensino (DEC) a própria lista com moradores da região; problematização pelo CIEP da Praça Seca ser ocupado com alegorias de quatro blocos de carnaval; problematização do funcionamento e obras nos CIEPs Ipanema e Humaitá, sendo que o primeiro foi atingido por vendaval e o segundo está com algumas salas de aula sem quadros negros, adiando o início das aulas; mães reclamarem a falta de professores no CIEP-Gragoatá; pais reclamando da merenda e da falta de estrutura do CIEP-Fonte Santa, em Teresópolis; não conclusão da área de lazer e urbanização no entorno do CIEP-Sambódromo; intoxicação de 30 crianças por merenda em CIEP de Nova Iguaçu; associação reclamar que o CIEP-Barro Vermelho não atende crianças menores de 7 anos; confusão nas matrículas no CIEP-Tijuca; que o CIEP-Heitor Brandão não supre a demanda da região; que falta de passarela no CIEP-Realengo causou morte de alunos; que está ocorrendo missa no CIEP-Cocotá em função dos fiéis estarem aguardando a conclusão das obras da paróquia; acidente de trânsito próximo ao CIEP-Fazenda Botafogo; ausência de professores no CIEP-Sambódromo por alteração no quadro de funcionários; comunidade de lavradores em Itaboraí contra a transferência dos seus professores para o CIEP, na matéria “Lavradores vão fazer ato dia 23 na Assembleia”, de 19 de setembro; denúncia de merenda improvisada no CIEP-Irajá; divulgação de suposto excesso da diretora, Eli Santos, do CIEP-Olga Benário, em sua festa de aniversário junta a amigos e amigas; problemas na sinalização de trânsito do CIEP-Heitor Brandão; defeitos em logística de merenda; associação de moradores em Cocotá ser contra o CIEP na praça Manoel Bandeira; e do problema de abastecimento de água no CIEP-Portão Rosa, em São Gonçalo. E, em 1987, de: problematização no adiamento das aulas no CIEP-Ipanema em função do vendaval; e adiamento de inauguração do CIEP-Humaitá.

3.4.4 O tema Cultura é mobilizador

O tema cultura ganhou maior densidade de notícias no ano de 1986, tendo como motivo o avanço de CIEPs inaugurados, e neles haver não só projetos de cultura ligados ao

programa pedagógico, como sediaram eventos culturais fazendo que sejam citados nas páginas de cultura (Segundo Caderno) do O Globo. A intensidade da relação do CIEP com a cultura demonstra que para um projeto inicial o potencial era gigantesco e multifacetado, e de certo, como resultado produzia uma estreita relação entre educação e cultura, sendo a própria existência de animadores culturais no CIEP um projeto em si.

Havia, também, projetos culturais do CIEP que se relacionavam com agendas mais amplas, e de forma direta, tendo como exemplo a criação da Escola de Samba Mirim Corações Unidos do CIEP, com integrantes majoritariamente de alunos do CIEP-Sambódromo, do qual participaram ativamente da abertura dos desfiles juntamente com a Império Mirim (Escola Mirim da Império Serrano), gerando um resultado positivo mesmo embaixo de chuva. E de forma indireta como o fato do cantor Caetano Veloso em visita à apoteose, para reconhecimento do seu show previsto para setembro, ser cercado com entusiasmo pelos alunos do CIEP-Sambódromo. Bem como, pela promoção do Festival Olímpico pela Paz, com corrida, em que o ponto de largada foi o CIEP-Catete e o ponto de chegada o CIEP-Sambódromo.

Os projetos em si seguiam um amplo leque de políticas públicas, como o projeto de Colônia de Férias no CIEP, no qual havia programação cultural executada pelos animadores culturais, e estreados pelos CIEPs de Curicica, Praça Seca, Ipanema e Cocotá. No CIEP-Ipanema criou-se um Centro Infantil para Cultura (CIC), gerando apresentações musicais, cursos de artesanato dentre outros. O projeto Profazer, de artesanatos e passeios, do 9º DEC, abrangendo seis CIEPs e 32 escolas. O projeto “Escola vai ao Cinema”, que levou ao cinema mais de 2 mil crianças naquele ano. O programa “Dança Rio” para levar apresentações ao CIEP durante o ano. O programa “Banda vai à Escola”⁹⁷ (estreado no CIEP-Gragoatá). O projeto “Chuva Teatral” levou a apresentações ao CIEP, estreado no CIEP-Cocotá, e que em determinado momento circulavam cinco peças simultaneamente. O projeto II Festival de Música, no qual a final ocorreu no CIEP-Cidade de Deus, e o vencedor foi o grupo de samba Garra. O projeto de Teatro de Marionetes estreou no CIEP-Sambódromo. E programas de oficinas de fotografia, grafite e balé com especialistas.

Em questões estruturantes, passa a existir situações como a proposta do

⁹⁷ Chegou a existir parceria entre a Secretaria Estadual de Ciência e Cultura com a Globo, no Festival de Bandas do CIEP-Mangueira, em Nova Iguaçu, na apresentação da banda vencedora, resultando na matéria “Banda de Música ABEU vence em Nova Iguaçu”, de 04 de agosto.

secretário estadual de ciência e cultura, Guilherme Zarvos, de implantação de centros culturais a níveis municipais. De movimentos de cultura do bairro da Penha reivindicar CIEP para potencialização da cultura na região, propondo até o terreno. Da reforma de um dos três últimos cinemas da cidade do Rio de Janeiro, no bairro Tijuca, ser vinculado à obra do CIEP e, a partir disso, surgir o projeto para criar um corredor cultural na Tijuca, incluindo um Museu. No Méier, por iniciativa da secretaria, a Biblioteca passou a oferecer cursos que eram aproveitados pelos professores. Em Cocotá, na Ilha do Governador, a tentativa de instalação de um Teatro através de projeto de urbanização juntamente com o CIEP. Ainda, na Ilha do Governador, o dramaturgo Augusto Boal levando sua peça de teatro ao CIEP-João Mangabeira e sendo recepcionado com entusiasmo. Assim, como, a peça “Ateneu” estreou o anfiteatro do CIEP-Ipanema. Do CIEP-Juscelino Kubitschek, em Manguinhos, recebendo um monumento de artista francês. E, por fim, em 1987, com o samba-enredo “Da carência à apoteose”, a Escola de Samba Mirim Corações Unidos do CIEP incorporou 200 jovens da FUNABEM.

Dentre as poucas matérias com mensagens conflitantes nesse tema, está o orçamento de financiamento da Escola de Samba Mirim Corações Unidos do CIEP, no valor segundo O Globo de Cr\$ 500 milhões, através da RioTur (órgão da secretaria estadual de turismo), como por exemplo a matéria “Presidente da Riotur defende criação de Escola Mirim com dinheiro público”, de 26 de janeiro. E o fato da Escola de Samba Império Mirim (da Império Serrano) desfilar com um samba enredo crítico ao governo do estado, e mais diretamente do governador Leonel Brizola, com a imprensa tentando acentuar um certo clima de concorrência. E outras, como alguns moradores da Ilha do Governador que reivindicam anfiteatro para ter a resposta do secretário Guilherme Zarvos quanto a construir palcos no CIEP para ajudar suprir a demanda da comunidade. De declarações do arquiteto responsável pelo monumento da Praça Três Poderes, na gestão Emílio Garrastazu Médici, dizendo que ele pode fazer estética conforme a política independente do cliente, e dá como exemplo o CIEP. E, por fim, um episódio envolvendo diretamente o jornalismo da Globo que ao ir fazer uma entrevista com o Mestre de Capoeira, Poeira, que pratica oficinas no CIEP-Americano Freire, em Padre Miguel, foi impedida de entrar e executou a reportagem atraindo o Mestre, a professora Nely, alunos e jovens da comunidade para uma apresentação fora da escola, como se verifica na matéria “Mestre Poeira, uma lenda viva para a comunidade”, de 31 de agosto.

Já as matérias com mensagens técnicas na maioria das vezes circunscrevem as

notícias já mencionadas, e predominantemente sobre o carnaval. As que se diferenciam dão conta de grande encontro de associação de moradores de Duque de Caxias que terá apresentações de animadores culturais do CIEP. Do teatro, Armando Gonzaga, que abriu temporada de programação infantil atraindo professores e alunos do CIEP. Em discussão arquitetônica, de Laranjeiras, no qual também o CIEP passa a ser visto como rimbo e memória a preservar. Da criação da Escola de Samba Mirim da FUNABEM. E de Festa da Criança com show da Xuxa e participação da Escola de Samba Mirim Corações Unidos do CIEP, no Sambódromo.

3.4.5 O tema Política é conflituoso

A política é certamente um direcionador e catalisador das problemáticas da sociedade vigente, e enquanto tema na presente pesquisa, ele também se apresenta majoritariamente com mensagens conflitantes, e em quantidade pujante, sendo o terceiro tema mais discutido nas edições do O Globo, naquele ano, que é eleitoral, e tem como peculiaridade a característica de nenhum colunista ou editorial formatarem um texto mobilizador quanto ao CIEP, ao governo Leonel Brizola, ou a chapa do candidato Darcy Ribeiro, são todos declaradamente de oposição. Assim, focaremos nas matérias de mensagens conflitantes, entendendo que as matérias com mensagens técnicas e mobilizadoras são correlatas às pautas em conflito, que tratam da evolução do CIEP, das eleições e da gestão política, se diferenciando em redação e origem e que inclusive em alguns casos são originadas pelos próprios protagonistas dos eventos.

A título de informação, destacamos uma matéria de mensagem mobilizadora e outra de mensagem técnica, que por si só dizem muita coisa. Sendo a de mensagem mobilizadora, “Brizola já admite que pretende ser presidente”, de 24 de maio, tratando da declaração do governador Leonel Brizola de disputar a presidência, e afirmando que ele tirará dois anos dos juros da dívida externa para investir no Projeto CIEP. E a de mensagem técnica, “Por trás desse nome tem uma história”, de 09 de novembro, em página inteira e com foto do Rubem Medina, do PFL, junto ao empresário Roberto Marinho, na qual o político exalta a Aliança Democrática Popular, declarando apoio ao programa político do Moreira Franco, inclusive a continuidade da implantação do CIEP.

Adentrando a relação de mensagens conflitantes, o tema da política se abre com uma matéria muito simbólica chamada “Prefeitura socialista exigida por Saturnino é repelida

por políticos”, de 12 de janeiro, em que o prefeito declarar uma prefeitura de verve socialista pelo fator encampação de empresa de ônibus e o próprio CIEP, é criticado por adversários, e que de fundo parecia uma postura em querer se blindar da pecha gerada pela esquerda de ser um representante do pacto social para a “nova república”. Matéria essa que se relaciona com a subsequente⁹⁸, “Nelson só perde esperança para vaga no Rio, se Ulysses ligar e disser: não deu”, de 06 de fevereiro, tratando do presidente do PMDB-Rio, Nelson Carneiro, a respeito de articulações pré-eleitorais no qual questiona o fato do governador Leonel Brizola fazer oposição à gestão federal do presidente José Sarney e ainda assim conseguir orçamento para seus projetos, inclusive o CIEP, e no caso, o Ulysses Guimarães era o presidente nacional do PMDB.

Além dos editoriais, o início do ano também há registros midiáticos que demarcam politicamente, como o colunista Carlos Swann, começando por “Olho Grande”, de 31 de janeiro, problematizando o fato da prefeitura de Camaçari, governada pelo PCdoB, ter a intenção de copiar o CIEP por lá, e uma segunda, chamada “Na Serra”, de 23 de fevereiro, problematizando o fato do prefeito de Petrópolis, que é do PMDB, ter garantido cinco CIEPs nas cidades, mas que a aproximação com o governo estadual é por governança. E nas matérias sobre a conjuntura política, surgem as notícias como o do anúncio do ministro Jorge Bornhausen da destinação de Cr\$ 3 bilhões para construção de escolas de pequeno porte no interior, ou seja, os CIEPs não seriam o destino do orçamento federal da educação. E de vereadores do Rio de Janeiro acusando o governo estadual de desviar verbas da polícia (segurança pública) para os CIEPs.

A demonstração de como as eleições são estruturantes para os objetivos políticos e midiáticos é o fato de que as matérias pré-eleitorais já começaram no mês de março, passando por explorar as tensões no governo Leonel Brizola e na construção da chapa sucessora pelo PDT. Ao ponto de situações registrado em matérias, das declarações do governador dizendo que seu enterro foi pago, pelo fato da oposição em manifestação ter deixado um caixão para ele e para o Saturnino Braga na porta de seu prédio, e, de que que era especulação que deixaria de apoiar Darcy Ribeiro como sucessor. De crítica do deputado do PDT, Araújo Jorge, acusando o governador de fazer campanha dependurado no CIEP e

⁹⁸ A notícia ainda contém a informação de alteração no Ministério da Educação, com a ida de Marco Maciel para a Casa Civil, o posto é direcionado ao PFL, assumido pelo Jorge Bornhausen, o que em termos políticos significa um setor mais conservador assumindo a política educacional federal.

que antes dos CIEPs já existia merenda nas escolas. De pressão da bancada do PDT sobre posicionamento do Leonel Brizola em relação às eleições, com risco de cisão. De antecipação de lançamento de Darcy Ribeiro por alguns membros do PDT, em página que anuncia o lançamento da atriz Bete Mendes, do PT, para vice Orestes Quércia, do PMDB, em São Paulo. Do anúncio do Darcy Ribeiro para governador pelo PDT declarando que quer Moreira Franco para Senado, defendendo uma coligação de chapa, em momento que a mesma matéria registra a debandada de alguns deputados do PDT para o PMDB. Concluindo com matéria enfatizando que a convenção que aprovou o nome de Darcy Ribeiro a candidato para governador foi tumultuada.

Na construção da chapa de oposição à chapa do PDT, tem como matérias por exemplo “Prefeitos fazem pacto para fortalecer alianças no Rio”, de 14 de maio, tratando de encontro entre prefeitos discutindo o vice na chapa do PFL, na intitulada “Aliança Popular Democrática”. Do deputado Carrasco do PMDB que acusou o governo do estado de fazer clientelismo com o CIEP. Do anúncio do colunista do O Globo, Ibrahim Sued, em tornar-se candidato a deputado federal pelo PTB, aproveitando o momento para criticar o CIEP-Leblon, dizendo que era incompatível com o ambiente e que é um projeto eleitoreiro e custeado pelo dinheiro do BANERJ. Do cientista político Hélio Jaguaribe recusando o convite para vice na chapa do Moreira Franco, e aceitando ser coordenador do programa político, aproveitando o momento para declarar que o CIEP é excelente, mas mal executado. Momento que efetivamente se estabeleceu a “Aliança Popular Democrática”. E do colunista Carlos Swann, na pílula (nota rápida) “Em família”, de 21 de julho, sugerindo nepotismo e barganha de votos da filha de Cibilis, cunhado de Darcy Ribeiro.

Assim, nas eleições, a chapa do candidato do Darcy Ribeiro está muito mais exposta nas edições de O Globo, com matérias como “Brizola ataca candidato e inaugura obras”, de 5 de agosto, notícia que o governador Leonel Brizola é responsável por empurrar o candidato Moreira Franco para a direita, enquanto o Darcy Ribeiro inaugura um CIEP por semana, dando a interpretação de viés eleitoreiro. Somada a declaração do candidato Moreira Franco de que o candidato Darcy Ribeiro é um rebelde sem causa e que ficou muito tempo fora do Brasil, aproveitando a oportunidade para lançar o lema “Direito a Vida”. Da matéria, “Candidato garanti a empresário que não estatizará os meios de produção”, de 14 de agosto, noticiando que o Darcy Ribeiro queria afastar a pecha de chapa socialista para tranquilizar empresários e fazendo uma inflexão dizendo que 5% dos CIEPs foram construídos em áreas

inadequadas. E do colunista Carlos Swan, na pílula (nota rápida) de “Mais um”, de 19 de agosto, em que acusa a construção de CIEP na estrada Petrópolis-Teresópolis como eleitoreiro.

Nas notícias eleitorais vinculados a “Aliança Popular Democrática” tem matérias como “Saneamento da Baixada, um compromisso de Moreira”, de 22 de agosto, com declarações do candidato Moreira Franco juntamente com seu vice, Francis Amaral, de que a única cidade que o governador levou saneamento básico foi São João do Miriti, e no restante só fez CIEP. De declaração do secretário geral do PCB, Hércules Correa, anunciando a entrada na “Aliança Popular Democrática”, aproveitando a oportunidade para acusar o governador Leonel Brizola de senil e infantil por subir em mesa de CIEP, em São João de Miriti, para fazer discurso. De matéria “Moreira em Caxias: Ciep para todos não para alguns”, de 24 de agosto, conflagrando a notícia de que o Moreira Franco não só apoia o CIEP, mas em declaração diz que transformará todas as escolas públicas da baixada fluminense em CIEP, ao mesmo tempo falando em turno único e não integral. Em matéria subsequente, “Moreira promete revolução pedagógica”, de 26 de agosto, trata-se do candidato Moreira Franco rebatendo ao governador Leonel Brizola e declarando que não é demagogia querer transformar todas as escolas em CIEP, e que jamais deixará os chamar de “Moreirão”, pois não exerce culto à personalidade. E, concluindo, “Se Sinval vencer, Lurdinha influenciará nas decisões”, de 31 de agosto, em página com matéria sobre as mulheres dos candidatos, em que a esposa do candidato Sinval, do PSB, critica o CIEP como sendo rede paralela.

A partir do mês de setembro evidencia-se que as matérias são de confrontos entre os dois principais concorrentes, Darcy Ribeiro e Moreira Franco. Por exemplo a matéria “Moreira: Darcy é o candidato de faz de conta”, de 06 de setembro, com Moreira Franco criticando o Darcy Ribeiro por supostamente dizer que o governo Leonel Brizola fez 500 CIEPs, quando em suas contas só foram feitos ou estão em fase de conclusão o total de 160 CIEPs. Tema que segue em matéria subsequente com “Candidatos cobram de Darcy promessas de Brizola”, de 10 de setembro, acusando mentira de Darcy Ribeiro que são 500 CIEPs construídos. Ou, da problemática em Itaboraí, com “Cieps tiram professores de quatro escolas em Itaboraí”, de 18 de setembro, em que professores da região são transferidos para o novo CIEP, enfatizando a crítica de rede paralela. Tema que é explorado também no “Longe de Brizola, Darcy decepção na Baixada”, 18 de setembro, pelo fato da presença de Darcy

em CIEP ao lado de escola que estava sem água.

Levantando outra problemática, com “TRE proíbe Rádio do estado de transmitir comício”, de 19 de setembro, em razão de pedido de esclarecimento ao candidato Darcy Ribeiro pôr os CIEPs como palco. Com matéria subsequente intitulada “Brizola promove comício para 400 alunos de um Ciep”, de 23 de setembro, sobre o CIEP Cascadura em que o governador foi de helicóptero acompanhado de assessores da campanha do Darcy Ribeiro. E, outras, como “PDT consegue reunir mil pessoas no Ciep de Santa Cruz, de 25 de setembro, enfatizando criticamente que pela primeira vez foi exitosa a tentativa de transformar a inauguração do CIEP em comício, haja visto que tinha a presença do candidato Darcy Ribeiro. E com “Primavera na baixada com muito Rock”, de 24 de setembro, em que o prefeito Paulo Leone declara não utilizar o evento para fim eleitoral como faz o governador por deixar para inaugurar CIEP na reta final do seu governo.

A partir de outubro tem matérias do tema política acentuam-se e tem como referência “Governador nega ligação com jogo do bicho”, de 03 de outubro, pelo fato do Leonel Brizola rebater as acusações de ligação com o jogo do bicho, dizendo que nada tem a ver a presença de membros em inauguração de CIEP na baixada fluminense, e que a chapa do candidato Moreira Franco sim é que tem candidato do jogo do bicho. Em matérias subsequentes há o candidato Moreira Franco dizendo que recebeu reclamação de merendeira do CIEP, que trabalha a três meses e não tem carteira assinada. Do Darcy Ribeiro sendo abordado e cobrado por mãe a matrícula do filho, no comício em Sepetiba e Santa Cruz, no qual assessor diz que é um cabo eleitoral enviada pela campanha do Moreira Franco. De denúncia da campanha de Darcy Ribeiro de que assessor da campanha do Moreira Franco orienta que quem protestar na inauguração do CIEP ganhará vaga. De acusação da campanha do Moreira Franco que o governador o atacou durante 50 minutos em discurso na inauguração de CIEP. Do candidato Moreira Franco subir morro, autorizado pelo criminoso Escadinha, e ouvir reclamação de morador de que o candidato Darcy Ribeiro e o prefeito Saturnino Braga estiveram por lá fazendo promessas e nada fizeram, em matéria com título “Moreira desafia PDT, sobe morro e é aclamado”, de 13 de outubro. De evento de campanha de Darcy Ribeiro em Petrópolis na companhia do governador Leonel Brizola, em que funcionários do CIEP levantam cartazes de reivindicações. Do candidato Moreira Franco na campanha, em Japeri, declarando que nem CIEP foi criado lá, pois as obras estão paradas, e que ganhará as eleições na baixada. E, de greve dos trabalhadores da Fábrica de Escolas,

organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), reforçada pelo sindicato dos bancários, e exigindo que o sindicato dos trabalhadores em construção civil os aceitasse como sindicalizados.

Na reta final, abre-se com o colunista Edgard Clare, que segue publicando em várias edições até 15 de novembro, com referência no ex-governador Carlos Lacerda, no “lacerdismo”, suas colunas gigantescas tinham como título principal, “Radiografia de uma sociedade”, e eram destinadas a criticar e caluniar com agressividade o governador Leonel Brizola, o vice-governador Darcy Ribeiro e o CIEP. Iniciando com tema polêmico intitulado “Planalto define acusações como ato de desespero”, de 05 de novembro, tratando da reação do presidente José Sarney pelo fato do governador Leonel Brizola ter radicalizado as declarações contra o Plano Cruzado e o candidato Moreira Franco. Com subsequente artigo, “Gastos Federais no estado equivalem a 3 mil Cieps”, de 06 de novembro, discutindo o dossiê orçamentário apresentado pelo governo federal em resposta a acusações do governador Leonel Brizola. Suas citações ao CIEP eram acusações como: definiam-se por interesse político; de que eram superfaturados; de que eram uma rede paralela; de que o Darcy Ribeiro era o seu maior oponente por glorificar o CIEP; de que o governador Leonel Brizola era um caudilho de direita e fascista ao impor o CIEP; de quebrar o BANERJ e relegar a segurança pública; e, por fim, de petição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no CIEP. Que vinham juntamente com a propaganda política de seus candidatos como a coluna do dia 11 de novembro, dando um espaço enorme para a candidata a deputada federal Sandra Cavalcanti, do PFL, dissertar sua proposta de educação. Ou, declarando sua chapa inteira, que estava na “Aliança Popular Democrática”.

Ainda na reta final, em 09 de novembro, há a coluna do Domingos Trevisan, “Brizola repete uma velha tática”, em página inteira dedicada a falar sobre a campanha do candidato Moreira Franco no qual enfatiza frase e acusação do próprio de que “brigadas fascistas” lançam boatos de que destruiria o CIEP. E a coluna do José Resende Freitas “Moreira vai dar certo”, exaltando o candidato Moreira Franco, e fazendo uma falsa relação sugerindo que o primeiro CIEP teria sido criado no governo Faria Lima. Em 10 de novembro, há a coluna da Maria Julieta tematizando sobre o voto, e opinando que o CIEP é incapaz de acabar com o abandono das crianças e gerar segurança pública ao mesmo tempo; a coluna do Ibrahim Sued, “Vote com Sarney e Moreira”, exaltando a chapa Aliança Popular Democrática, e criticando o CIEP como eleitores pela gestão relegar outros problemas; e a

matéria/entrevista com a Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas (AMES-Rio), na qual defendem que não deve ser o governador ou prefeito a nomear os diretores do CIEP e sim os estudantes, aproveitando para criticar o fato de todo o orçamento ir para o CIEP. Em 11 de novembro, há a matéria “Caçorolaço de Darcy ocupa toda a Cinelândia”, enfatizando o fato de a manifestação do PDT, na Avenida Rio Branco, o governador Leonel Brizola fazer manifestação em caminhão com formato de CIEP. E, finalmente, 15 de novembro, a matéria do último dia das eleições, com o título “Darcy: uma caminhada pontilhada de obstáculos”, trata das dificuldades da campanha do candidato Darcy Ribeiro e da ênfase nos CIEP.

No pós-eleições têm-se matérias registrando a menor abstenção eleitoral do Rio de Janeiro, com 6%; juiz negando que tenha levado funcionário do CIEP para contagem de votos; e o Chico Amaral, vice do Moreira Franco, relatando que foi incumbido pela campanha para neutralizar o brizolismo na baixada, e acusando o governo Leonel Brizola de ignorar a saúde e o saneamento básico e só fazer CIEP na baixada. Ainda, o editor chefe do O Globo, Luiz Garcia, publicando um artigo chamado “Sobre o futuro da Aliança Popular Democrática”, de 21 de novembro, em que sendo uma chapa com 12 partidos, o PCdoB estaria no segundo escalão e que fora os dois mandatos eleitos, conseguiriam, no máximo, homenagear um CIEP com o nome do “stalinista” Enver Hodja. E o Ibrahim Sued com “O governador e alma carioca”, de 21 de novembro relacionando a derrota do Darcy Ribeiro à alma do carioca que entende que a gestão estadual existe para além de construir CIEP, opinando que os mesmos votos que o elegeram em 1982 o derrotaram em 1986.

No processo de transição, relativo aos meses e dias do governo do Leonel Brizola em 1987, problematiza-se principalmente a relação orçamento e quantidade de CIEPs, sendo o caso da matéria “Cai por terra a promessa do Brizola: construir 500 Cieps até o final do mandato”, de 25 de janeiro, no qual se contabiliza que serão no total 174 CIEPs concluso até 15 de março, final do mandato, com destaque para declarações do presidente da FAMERJ, Chico Alencar, que diz apoiar a filosofia do CIEP, mas que o governo não poderia falhar na promessa pois deixa a população descrente da política. Da matéria “Moreira assume governo com estado arruinado”, de 14 de fevereiro, sobre as finanças herdada pelo governo Moreira Franco, em que o coordenador do programa político Hélio Jaguaribe diz que foi muito dinheiro investido no CIEP para pouco retorno social, calculando que apenas 15% do universo dos estudantes acessa o CIEP. E do curioso título de enunciado de matéria “Brizola deixa sem respostas 351 perguntas de Moreira”, de 17 de fevereiro, tratando de questionário

enviado por assessores do Moreira Franco ao governador Leonel Brizola em que se pede o número de CIEPs construídos, dando a entender que é muita propaganda e orçamento para poucos CIEP. E, por fim, “Moreira não vai pagar os gastos abusivos do Brizola”, de 11 de março, sobre o fato de especular que o governador Leonel Brizola gastou o valor de Cz\$ 10 milhões em propaganda publicitária de seis páginas sobre o CIEP, no Jornal do Rio, e de que o futuro governador Moreira Franco através do seu secretário de comunicação social, Ricardo Boechat, declarou que não vai pagar o custeio.

3.4.6 A exaltação da Mídia

O tema mídia é o segundo que mais notícia o CIEP em 1986, e resplandece como um diferencial jornalístico em relação ao ano de 1985, pelo fato de triplicar-se em quantificação de edições. Em função dessa densidade nosso registro será mediante somente as notícias consideradas de mensagens conflitantes, referendados em aproximadamente 30 editoriais, 50 colunas e 60 cartas de leitores, na maioria das vezes com críticas ácidas.

Os editoriais têm início com o título “Paraíso dos foragidos”, de 04 de janeiro, o qual sugere a culpabilização da fuga do criminoso Escadinha por não se investir em segurança pública. No “Fontes de Inspiração”, de 23 de janeiro, faz alusão de que a iniciativa da Escola de Samba Mirim Corações Unidos do CIEP é de inspiração fascista ao comparar com as mobilizações de crianças na campanha do Getúlio Vargas, sob o Estado Novo, e mobilizações ufanistas de Hitler e Mussolini. O “Bicho S/A – Empresa que se moderniza e muda de mãos”, de 02 de fevereiro, associa a vitória do prefeito Saturnino Braga e a governabilidade de Leonel Brizola ao jogo do bicho, e de que com tal orçamento daria para fazer três CIEPs por dia. No “Tragédia e Imprevidência”, de 19 de fevereiro, polemiza a questão que o governo do estado deveria gestar o hoje e não o amanhã. O “A ética do saque”, de 16 de fevereiro, é uma crítica à gestão do governador Leonel Brizola, em que menciona o CIEP como única prioridade, relegando as outras políticas públicas. No “Brizola luta pelo espaço perdido”⁹⁹, de 07 de março, critica o pronunciamento do governador Leonel Brizola dado em rede nacional, contra a reforma econômica pelo governo federal (Plano Sarney), onde defendia que “as perdas decorrentes do confisco salarial em um ano dariam

⁹⁹ A título de informação, na mesma página do presente editorial há uma divulgação do O Globo onde exalta o recorde de exemplares em circulação, no dia anterior, na bagatela de 814.000 (Capa do caderno Jornal do Bairro, página 1, de 07 de março).

para pagar a dívida externa brasileira e construir milhares de escolas (subentendidas CIEP) para as criancinhas brasileiras.

A trajetória editorial é visivelmente interrompida pela notícia da infelicidade do ato do governador Leonel Brizola ter pedido à líder comunitária, Adna, calar a boca no momento que o interpelou em um dos seus discursos públicos com presença de coletiva de imprensa. Notícia essa que também está no tema da administração e da política. E pelo fato de ser explorado em duas capas e ter dado pouca vazão a autocrítica e as ações de correção do próprio governador, o que gerou uma conotação midiática. A capa “O problema que Brizola não quis conhecer”, de 11 de abril, que trata da biografia da Edna, a capa “Professores enaltece atuação da Líder”, de 12 de abril, que trata de apoio de professores e autoridades à Adna, e as matéria subsequentes “Uma escola para Brizola” e “Fundação enaltece o trabalho de Adna em Nova Iguaçu”, ambas de 12 de abril, enfatizam sobretudo o fato de a líder comunitária ajudar crianças que não estão no CIEP.

No editorial, subsequente, o foco é o governador Leonel Brizola e a publicidade do CIEP com o título “Política mantém audiência no horário nobre da TV”, de 27 de abril, citando o CIEP na propaganda política do PDT como um pronunciamento do governador e não um programa político. Editorial que gera uma certa curiosidade pela problematização de fundo ser o tempo de TV no horário nobre, e que poderia tratar-se hipoteticamente do conflito literal e, em pesquisa, da Globo *versus* CIEP. Na sequência, a questão da publicidade ganha problematização no editorial “MUST”, de 27 de abril, ironizando que o Brasil não é o Japão pelo fato de alguns CIEPs terem ganhado computadores. Com “A Ilusão dos Cieps”, de 04 de maio, faz uma crítica de que a publicidade do CIEP é a única preocupação do governo. Em seguida, os editoriais avançam com temas problematizando o governador, o orçamento e a publicidade, em notícias como a problematização do material de construção indicado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, nas obras dos CIEPs; de existirem luzes acesas em alguns CIEPs durante a noite; de funcionários com contratos sem CLT e sem concurso; e de falta de transparência para com os dados da educação.

No período eleitoral, um editorial com ênfase na crítica a administração e com conotação política, “Radiografia dos Cieps”¹⁰⁰, de 17 de agosto, critica o governo estadual como centralizador e autoritário, utilizando e citando como referência a crítica de “rede

¹⁰⁰ A nomenclatura “Radiografia” seria adotada posteriormente pelo colunista Edgard Clare para os títulos de suas colunas durante as eleições: “Radiografia de uma Sociedade”.

paralela”¹⁰¹, e de que o CIEP serve a uma máquina partidária, dirigindo-se principalmente à secretária municipal Maria Yedda como alguém que se cala diante dessas polêmicas. Seguido de duas entrevistas subsequentes, uma com título “Brasileiro não tem noção de cidadania”, de 07 de setembro, com o antropólogo Gilberto Velho, no qual destaca-se a sua declaração que a educação não pode ser pensada demagogicamente, valorizando a implantação do CIEP, mas questionando o currículo. E a outra com título “Política econômica do Governo Brizola”, de 22 de outubro, com o economista e professor da UFRJ, João Paulo de Almeida Magalhães, na qual critica a política econômica do governo estadual por acreditar ter esvaziado o orçamento do estado, ter posto o BANERJ no ranking de segundo maior endividado com o BACEN, e por ter transferido a FAPERJ, da secretaria de planejamento para a secretaria de cultura, a fazendo atuar somente na construção de CIEP.

Continuando, o editorial “Prioridades”, de 31 de outubro, endossa a ação de moradores em arrancar e deprestar os tapumes das obras do CIEP, em Nova Iguaçu. E, na pílula editorial “Como 2+2”, de 01 de novembro, usa os seguintes termos: “O governador Brizola liberou Cz\$342 milhões para construção de Cieps na Baixada Fluminense e autorizou a construção de uma fábrica de escolas em Nova Iguaçu. Para bons entendedores, ler o Diário Oficial é o mesmo que folhear uma pesquisa de Ibope”. No mês eleitoral abre-se com o editorial “A pajelança às avessas”, de 09 de novembro, criticando o governo Leonel Brizola, dizendo que quem mais vai sofrer são as crianças com os CIEPs não construídos pela incongruência da gestão. E fecha com o editorial “A confissão do governador”, de 10 de novembro, enunciado na capa¹⁰², fazendo duras críticas ao governo estadual e chamando os CIEPs de “Brizolões Eleitores”, que é o próprio O Globo rebatendo a nota do governador Leonel Brizola, chamada “O Rei, O Barão e o Ministro”, em tom de enfrentamento.

No período de transição de governos, em 1987, há o editorial crítico “Informação para o futuro”, de 11 de janeiro, relatando reunião entre secretários da comissão de transição, no qual enfatiza que o governo Leonel Brizola ficará devendo 233 CIEPs, pois prometeu 500, e segundo a secretária Maria Yedda estavam inaugurados 87 no interior e 50 na capital, e em construção 140, o que somaria o montante de 267 CIEPs. E na sequência o editorial “A festa de Narcísio”, de 18 de fevereiro, critica a recusa do governador Leonel Brizola

¹⁰¹ Termo publicitado pioneiramente pelo O Globo através do discurso de posse do Chico Alencar na FAMERJ.

¹⁰² Na mesma capa (página 1) há ainda um enunciado sobre recebimento de medalha, por Roberto Marinho, da Organização Sionista do Brasil.

responder às questões dos assessores de transição do Moreira Franco, pedindo explicação inclusive da quantidade de CIEP, expressando um possível comportamento de álter ego do governador Leonel Brizola, o acusando de impedir uma transição democrática, dando a entender que é impossível a continuidade de políticas públicas entre as gestões.

Os últimos editoriais tratam de lista de signatários que acusam o Livro dos CIEPs de plágio de artigo da professor Marília Amorim; de que o governo Leonel Brizola teria pagado o exorbitante valor de Cz\$10 milhões por uma publicidade de seis páginas no Jornal do Rio; de na mesma notícia com a transcrição da matéria do Estado do São Paulo, no O Globo, com o título “Moreira não pagará a vaidade do caudilho”, de 13 de março. Do editorial “Retrato Fiel”, de 13 de março, que problematiza a municipalização da Fábrica de CIEP¹⁰³. De entrevista intitulada “FAMERJ condena empreguismo de fim de mandato”, de 15 de março, com o presidente da entidade Chico Alencar, condenando a última iniciativa do governador Leonel Brizola de efetivar com CLT todos os servidores públicos do estado, inclusive os funcionários e professores dos CIEPs. E, por fim, “Brizola sai sem cumprir promessas de campanha, de 15 de março, com página¹⁰⁴ inteira sobre o último dia do governo Leonel Brizola, relatando promessas sendo uma delas de se diferenciar do governo Chagas Freitas, e citando o CIEP, na qual da meta de 505, 219 estão concluídos, e destes 161 em funcionamento, sendo que ainda há 66 na fase de pré-moldados e 59 têm apenas o terreno determinado.

Quanto às colunas de opinião, registram-se sobretudo críticas à gestão e gestores do CIEP, muitas delas com caráter ideológico. É o caso do editor chefe de O Globo, Luiz Garcia, que publica um artigo chamado “Os CIEPs de Potemkin”, de 01 de fevereiro, descrevendo o CIEP com o viés politiquero e elaborando uma narrativa praticamente diplomática, ao fazer a alusão do CIEP como programa educacional de fachada, tendo como exemplo ao passeio de barco conduzido pelo Marechal Potemkin com a presença da czarina Catarina II, na Rússia do século XIV, onde criou a vilarejos de papelão numa decoração para dar beleza às margens do Rio Dnieper.

Na sequência, com artigos e pílulas (notícias rápidas) como a do Sérgio Cabral,

¹⁰³ Mesmo com argumento do governo do estado, apresentado na mesma matéria, de que 80% da produção da Fábrica de Escolas se destina ao município do Rio de Janeiro e 20% para o estado.

¹⁰⁴ Com adicional de que na mesma página contém uma carta saudosista do Roberto Medina assinando como cidadão e amigo do governador Moreira Franco.

na coluna chamada Papo de Esquina, com “Para ser Zico, não basta ser apenas bom de bola”, de 14 de março, mencionando que a associação de professores de educação física é contra o aproveitamento de ex-jogadores para serem professores de educação física no CIEP, e, “A CBF, o América e a Vila Isabel”, de 18 de agosto, onde compara a necessidade de importância do América e da Vila Isabel tanto quanto os CIEP. De pílula (notícia rápida), “FOOTING III”, de 20 de março, ironizando a fala da diretora Ana Carmem, de Curicica, “que não adianta pistolão e que nem mesmo o governador Leonel Brizola fura fila em seu CIEP”. Do Milton Temer, “Da boa intenção à demagogia”, de 17 de junho, com uma crítica geral ao governo Leonel Brizola e em especial os dispêndios financeiros com o CIEP, e, “Do debate aberto vem sempre a luz, de 18 de agosto, problematizando o planejamento do CIEP-Leblon. Sérgio Cinelli, na chamada coluna Nossa Gente, com a pílula (notícia rápida) “ACREDITE!”, de 22 de julho, problematizando o CIEP-Tijuca por supostamente ser usado de estacionamento por terceiros. Do Arlindo Lopes Corrêa, “A Síndrome dos Cieps”, de 21 de setembro, com dados da educação no qual os 58 CIEPs em funcionamento atendem no máximo 46 mil estudantes. Do João Paulo de Almeida Magalhães, professor da UERJ, com os artigos “A política social do governo Brizola”, de 31 de outubro, criticando a publicidade do CIEP, é, “Um programa para o sucessor de Brizola”, de 06 de novembro, comparando o governo Lacerda com o governo Brizola, dizendo que o feito do “Guandu Subterrâneo” é superior ao CIEP. E, de 1987, do José Sebastião, “Nossa gente”, de 06 de março, problematizando o fato da inauguração dos dois últimos CIEP homenagearem personalidades estrangeiras, sendo eles Iuri Gagarin e Patrice Lumumba.

Tem o Ibrahim Sued, o colunista candidato, com “Peixe e aipim para a princesa”, de 26 de março, ironizando a recepção do governo Leonel Brizola a Princesa Anne, e mencionando o modelo do CIEP como nenhuma novidade na Inglaterra. Com “Jornal”, de 03 de setembro, criticando o fato do orçamento dos CIEPs ser o dobro do que o anunciado. E com “Custos e Mutreta”, de 05 de setembro, problematizando o orçamento do CIEP, dizendo que dobrou, avançando dos US \$400 para US \$1 milhão.

Entre os colunistas mais assíduos está o jornalista Dênis Moraes citando o CIEP nos artigos: “Violência bate à nossa porta”, de 15 de abril, acusando falta de segurança pública em função da prioridade do governo estadual no CIEP; “ABC para o comandante”, de 07 de maio, elogiando a troca de comando no 3º Batalhão da Polícia Militar, e criticando o orçamento de publicidade do CIEP; “Breve Roteiro de nossos problemas”, de 22 de maio,

problematizando a administração, entre elas o de ter recursos para o CIEP mas não para a educação como um todo; “Vamos agir para deter a violência”, de 29 de junho, criticando a falta de segurança no governo Leonel Brizola por priorizar o orçamento no CIEP; “Lembram-se da promessa de bairro modelo. Pois é...”, de 09 de novembro, problematizando a promessa do governador Leonel Brizola em transformar a Ilha do Governador em bairro modelo, e que construir CIEP na beira da estrada não significa qualidade de vida; “Para funcionar governo terá de ouvir comunidade”, de 07 de dezembro, projetando futuro diálogo entre comunidade e governo, e que as comunidades não aceitarão mais CIEP na beira de estrada; “Metrô, patrimônio que precisa ser cuidado pelo novo governo”, de 9 de dezembro, polarizando cuidado com Metrô e CIEP na beira da estrada; e, “De Laranjeiras ao Humaitá, um roteiro próximo do caos”, de 20 de novembro, acusando trânsito no bairro Botafogo em função calçada do CIEP.

O colunista mais assíduo e destinado a criticar sarcasticamente o CIEP nos moldes midiáticos, era o experiente e popular jornalista Carlos Swann. Em mais de uma dezena de pílulas (notas rápidas) da sua coluna cita o CIEP em: “Sandinista”, de 22 de fevereiro, criticando a homenagem do governo Leonel Brizola ao governo da Nicarágua pela recepção a delegação nicaraguense e nomeando um CIEP de César Augusto Sandino; “Duro de roer”, de 13 de março, que problematiza a compra de cimento de Minas Gerais e não de São Gonçalo para a construção de CIEP; “Zona Franca”, de 30 de abril, de que o governo fluminense vem veiculando anúncio do CIEP no Belém/PA em horário nobre; “Passeio”, de 07 de maio, ironizando a agenda do governador Leonel Brizola junto ao presidente da Nicarágua Napoleon Duarte, na qual inclui visita ao CIEP-Sandinino; “Etnia, de 27 de março, ironizando a visita da princesa Anne ao morro por perguntar a origem do menino “loirinho”; “Brizola x Walter”, de 09 de maio, com sarcasmo ao fato do elogio aos CIEP oriundo do General-Embaixador, ex-CIA, em visita ao Rio de Janeiro; “Cobiçada”, de 29 de agosto, tratando de visita da viúva Hortência Allende, ao Brasil, convidada pelo PMDB, e com possibilidade de ir a uma inauguração de CIEP, num cronograma que inclui também o Rio Grande do Sul a convite do Pedro Simon; “Na planta”, de 04 de setembro, polemizando que a nova penitenciária de Bangu será construída via pré-moldados, como o CIEP, e terá como arquiteto o filho do governador, o João Otávio Brizola; “Visita”, de 9 de setembro, ironizando vice-presidente da Áustria por ter em sua agenda uma visita a CIEP; “Visita”, de 01 de outubro, ironizando a visita do presidente da Argélia por ter em sua agenda visita a CIEP; “Apelo”, de 03 de outubro, ironizando o governo Leonel Brizola por ter dado o nome

de Pixinguinha ao Festival de Música de Nova Iguaçu e não reformar a Escola Municipal Maestro Pixinguinha, em Vila Kosmos; “Desperdício”, de 03 de novembro, no seguintes termos “A Eletrobrás, em campanha nacional, pede que se economize energia, sob pena de racionamento. No Rio, os Cieps ficam iluminados durante toda a noite, quando não sequer uma classe de aula”; “Disque eleições”, de 04 de novembro, divulgando o programa da rádio Globo para tirar dúvidas sobre as eleições, e que já recebeu 3.500 ligações, enfatizando uma denúncia de Jacarepaguá de que se demoliu uma escola para construir CIEP; e, “Nas alterosas”, de 27 de dezembro ironizando o convite do governador Newton Cardoso para implantar CIEP em Minas Gerais. E, em 1987, “Na encolha”, de 10 de janeiro, ironizando o fato de o governador Leonel Brizola receber ministro francês para um cafezinho, sem ter inauguração de CIEP na agenda; e, “Pesquisa Difícil”, de 14 de março, ironizando o fato da FAPERJ custear a publicidade do CIEP, e de que a única pesquisa satisfatória seria encontrar uma escola de verdade.

No espaço editorial “Carta dos Leitores”, que funciona como um arquétipo de mídia social impressa por ser um reflexo das pautas e debates em andamento, e que na maioria das vezes possuem mensagens conflitantes, por serem majoritariamente críticas a ações do governo. De 1986 até fim do governo Leonel Brizola há mais de cinco dezenas de cartas críticas, ao qual sintetizamos na seguinte relação: CIEPs não funcionarão a longo prazo; fiscalização do acesso dos professores ao seus postos (vaga de emprego seus empregos); da falta de condições e governança para se implantar de relegar a segurança pública; de apoio ao artigo do editor chefe do O Globo, Luiz Garcia, “Os Cieps de Potemkin”, questionando a capacidade escolar; da prioridade de matrículas para crianças pobres; dos baixos salários dos professores do CIEP; de relegar os Bombeiros; CIEP é rede ensino paralela; de afirmação de plágio de Darcy Ribeiro no Livro dos CIEPs; de problematização da declaração do Leonel Brizola culpabilizando empresa privada pelo incêndio do edifício Andorinha, pois o governo também faz parceria com a iniciativa privada, dando o exemplo do semáforo do CIEP-Tancredo Neves; da não poda das árvores no entorno do CIEP-Tancredo Neves; da falta de funcionário no CIEP-Ipanema; da escolha do nome Tancredo Neves para CIEP; apoio a greve dos professores do CIEP; de elogio ao editorial “Água incerta”, escrita pelo Roberto Marinho, enfatizando a falta de cuidados básicos do governo estadual em função da prioridade no CIEP; CIEP como outdoor na estrada Niterói-Manilha; CIEPs são mal feitos; excesso de orçamento na publicidade do CIEP; pedido de apoio a Globo para que não deixe o governo transformar o Orfanato São

José em CIEP; defesa que se desative o presídio de Ilha Grande e se construa minipresídios na forma do CIEP; de que o CIEP e as empresas de ônibus são cabides de emprego; defesa dos direitos classe média que são quem pagam os impostos que constroem os CIEPs; nem só de CIEP os estudantes vivem; de CIEP ser uma epidemia no Rio de Janeiro; relegar os aposentados; relegar o curso universitário de letras diurno; aumento do IPVA para bancar CIEP e não asfalto; crítica de ódio da má administração Miguel Couto, classificando o CIEP como amaldiçoados e falidos; sugestão de que CIEP sirva de albergue; de crítica à postura do governador Leonel Brizola por acusar a Globo de insuflar greve dos professores; de relegar o FEEM; problematização do planejamento regional de instalação do CIEP; de distância entre ponto de ônibus e CIEP; de crítica a posição do governador Leonel Brizola frente ao Plano Cruzado, e de que não deveria gastar o dinheiro do BANERJ com o CIEP; defesa das declarações do bandido Gordo em relação ao governador Leonel Brizola, e de que o CIEP não dá retorno efetivo; problematização da alteração do horário de funcionamento do BANERJ para economizar energia, pois não economiza na energia do CIEP; de crítica ao vice-governador Darcy Ribeiro por se colocar como idealizador do CIEP; questionamento se instalação de hidrômetros em Campo Grande faz parte da arrecadação orçamentária do CIEP; do deputado Godofredo Pinto problematizando a festa de aniversário de diretora de CIEP, da Ilha do Governador, provocando que o governo deveria construir hotéis e não CIEP, pois diz que houve bulinagem na praia; problematização da promessa do governador Leonel Brizola de construir mais 70 CIEPs, pois prefere que seja investido no Metrô da baixada fluminense; CIEPs na estrada de Niterói-Rio Bonito com as luzes acesas durante a noite; elogio a Globo sobre programa de iluminação rural, no qual considera inoperante a taxa do imposto, a qual considera síndrome de CIEP; de crítica ao papel da FAPERJ em que ironiza “Cimento também é cultura”; de relegar o Hospital Rocha Maia; de crítica ao programa pedagógico dos CIEP; de crítica a declaração do vice-governador Darcy Ribeiro de que as escolas criadas no governo Carlos Lacerda eram barracões; de que o governador Leonel Brizola fez barracões quando governou o Rio Grande do Sul; de crítica as declarações de Darcy Ribeiro ao legado de outros governos; e, por fim, de que o governo Leonel Brizola fez pouca entrega a classe média, em que pese o CIEP ser faraônico e, que pelo menos fez a ponte Rio-Ilha-Galeão.

3.4.7 O foco na Administração

O tema administração é preponderante em nossa estratificação temática chegando e, portanto, entendendo que também nos outros temas há intersecções com o tema

administração e parte da pauta já ter sido apresentada, afinal, em última instância todas elas se referem ao governo do estado do Rio de Janeiro, filtramos os dados deste componente apenas exemplificando as matérias de tamanho média e grande, ou seja, a partir de 1\4 da página e que por vezes utilizam imagens, totalizando por volta de 80 notícias.

Com título, data e breve descrição as matérias grandes são: “Moradores temem que CIEP altere projeto de casas populares”, de 09 de janeiro, tratando de moradores com medo de redução do projeto de habitação no bairro Rio das Pedras em função da construção de CIEP; “Lazer no Morada Verde: uma ideia, um debate”, de 26 de janeiro, sobre intervenção e mobilização coordenada da FAMERJ para a não construção de CIEP em terreno no bairro Cocotá; “De bola no pé, Cocotá quer manter quadras”, 26 de janeiro, sobre torneio de futebol promovido pela AMA, em defesa da manutenção das quadras e campos no terreno do bairro Cocotá, o qual está previsto a construção de CIEP; “Impasse no Andaraí: CIEP ou área de lazer?”, de 04 de fevereiro, ressaltando as associações de moradores do bairro Andaraí por estarem contra a construção de CIEP na Rua Gastão; “Pais viram a madrugada na porta de CIEP e escolas”, de 07 de fevereiro, problematizando o formato da gestão de matrícula no CIEP, apresentando uma tensão entre oferta e demanda de vagas; “Primeiro dia de aula: pais procuram vagas nos Cieps em vão”, de 19 de fevereiro, sobre excesso de procura por vagas no CIEP-Tancredo Neves; “800 crianças não têm aula a um ano”, de 23 de fevereiro, sobre CIEP em São Gonçalo estar fechado em função de divergência entre Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e FAPERJ no escoamento de esgoto; “Praça ou Ciep na Penalve 15, eis o impasse”, de 08 de abril, sobre divergências quanto ao local de construção de CIEP no bairro Andaraí; “Quem equipa as escolas no Badu são os moradores”, de 13 de abril, de escola em más condições na comunidade Badu, em Duque de Caxias, em que os próprios moradores fazem a manutenção, e a diretora da escola reivindica uma reforma e adaptação nos moldes do CIEP; “UERJ, sem apoio do estado, vive drama financeiro”, de 20 de abril, denunciando situação caótica na UERJ, na qual a crítica recai sobre o vice-governador Darcy Ribeiro por priorizar o ensino básico; “Impasse com a prefeitura impede construção de Cieps”, de 04 de maio, tratando de imbróglio com prefeitura de Niterói para construção de CIEP; “No terreno do Gastão Penalva, nada de Ciep ou área de lazer”, de 13 de maio, tratando de imbróglio entre associações de moradores de morro e asfalto, no Andaraí, quanto a terreno ser para CIEP ou área de lazer, e sendo ameaçado por falta de resolução; “Maria Tereza quer Centro Comunitário”, de 15 de agosto, tratando de cancelamento de CIEP no Jardim Maria Tereza

porque comunidade não queria a demolição de prédio antigo; “Nos Cieps, o perigo de uma rede paralela de ensino”, de 17 de agosto, exaltando a polêmica do CIEP como rede paralela de ensino, com declarações de professores que apontam falhas no programa; “Nem Ciep nem Praça na rua Gastão Penalva”, de 19 de agosto, tratando de embargo de CIEP pela FAPERJ na rua Gastão Penalva, no bairro Andaraí, através reivindicação de moradores do asfalto que queriam ali uma área de lazer, contra o desejo dos moradores do morro; “Lauro Corona: descanso no Recreio”, de 21 de agosto, publicizando o questionamento do ator Lauro Corona, junto a Associação de Moradores do Recreio (AMOR) quanto a razão de se construir um CIEP em frente a outra escola pública, no bairro Recreio; “Grotta em Surucuru não troca Campo por Ciep”, de 24 de agosto, problematizando o fato de escola em Duque de Caxias precisar de manutenção, onde estava prometido CIEP que não chegou porque moradores não querem trocar pelo campo de futebol; “Moradores repudiam Cieps e pedem recuperação de duas outras escolas”, de 25 de agosto, exaltando o pedido de moradores do Bangu para recuperação de escolas e não implantação de CIEP; “Área para Ciep, polêmica na Penha”, de 29 de agosto, tratando de restrição da FAPERJ em terreno destinado a CIEP, no bairro Penha; “Escola Hery Mendonça está em estado lastimável”, de 07 de setembro, tratando de repúdio de moradores à FAPERJ por propor CIEP no lugar da degrada Escola Hery Mendonça, em Niterói; “O que é um Ciep? O menino de rua não sabe dizer”, de 14 de setembro, problematizando a relação CIEP e menor abandonado, sendo que segundo especialistas no Rio existem 800 mil crianças abandonadas e o CIEP não atenuou a situação; “Crianças em Comendador Soares não tem escola”, de 21 de setembro, problematizando a reclamação do presidente de escola comunitária em Comendador Soares de não ter tido retorno do governador Leonel Brizola quanto ao pedido de CIEP para a região; “Alunos do Ciep querem que diretora continue no cargo”, de 23 de setembro, tratando de manifestação de estudantes do CIEP-Sambódromo reivindicando a permanência de professoras vetadas para substituir diretora, sendo que a mesma indicou a professora Ingrid Conti para sua substituição em função de afastamento para disputar cargo eletivo; “O Vicenti Januzzi continua mal”, de 09 de outubro, tratando de precária situação da Escola Vicenti Januzzi, em que representante diz que o orçamento destina-se todo para o CIEP-Realengo, caracterizando-se como uma crítica de rede paralela; “Construção de CIEP renova polêmica na Praça Manoel Bandeira”, de 19 de outubro, tratando da rejeição de moradores do entorno da Praça Manoel Bandeira, na Ilha do Governador, para construção de CIEP no local; “AMARAÍ firme na luta pelo lazer”, de 21 de outubro, tratando da defesa da AMARAÍ para

criação de área de lazer, indo contra o decreto do governo para construção de CIEP no local; “Fórum de São Gonçalo em colapso. Falta espaço.”, de 15 de novembro, problematizando a dificuldade de São Gonçalo renovar o Fórum da cidade, relacionando a orçamento destinado ao CIEP; “Associação reclama de Ciep de Irajá”, de 26 de dezembro, tratando da reclamação da Associação de Moradores de Irajá ao CIEP, por ausência de diretor de escola e funcionários, em que o diretor do CIEP responde dizendo que o presidente da associação está usando um fato isolado, de dia com grande trânsito na escola e atrasos normais de funcionários em geral; “Matrículas são abertas com Cieps já lotados”, de 06 de fevereiro, tratando de alta demanda por vagas nos CIEPs em período de matrículas, problematizando capacidade; “Americano, clube sem campo para rolar a bola”, 11 de fevereiro, problematizando o fato do Esporte Clube Americano, no Cachambi, perder o terreno que seria de campo de futebol para CIEP; e “AMOAPRA quer lazer em área ociosa”, de 24 de fevereiro, problematizando a construção do CIEP na área do Metrô, dizendo que foi gestado de cima para baixo, e reivindicam a área sobrando para lazer.

Com título, data e breve descrição as matérias médias são: “Governo quer Ciep no Clube do Parque, morador prefere hospital”, de 28 de janeiro, problematizando o local de interesse do governo para a construção de CIEP, no Parque Clube Laranjeiras, no qual alguns moradores preferem hospital; “São Gonçalo: Ciep só receberá 500”, 18 de fevereiro, problematizando a quantidade de vagas anunciadas e o que realmente foi matriculado, com acusação de morador que maioria dos funcionários contratados foi por indicação política; “Aulas no Ciep de Ipanema só começam no final do mês. Faltam professores”, de 13 de março, problematizando adiamento do CIEP-Ipanema por falta de professores, em função da falta de liberação de selecionados e de integração; “Esgoto deixa crianças sem aula. Ciep fechado”, de 23 de março, sobre CIEP fechado em São Gonçalo por indefinição de escoamento de esgoto; “Comunidade veta inauguração de CIEP sem rede de esgoto”, de 24 de março, sobre o CIEP-Boa Vista em São Gonçalo estar fechado por divergência entre DENER e FAPERJ em função do escoamento de esgoto, gerando a mobilização da Associação dos Moradores do Alto da Boa Vista (AMOAB); “Vice-governador disse que não há dinheiro”, de 14 de abril, problematizando a declaração do vice-governador Darcy Ribeiro da falta de orçamento para suprir todas as reivindicações dos professores da UERJ, e que é possível caso haja uma reforma do ensino futuramente; “Faltam 86 professores no 15º DEC”, de 17 de abril, trata da demanda escolar e a preocupação de comunidade e da diretora do 15º DEC para quando os CIEPs da região estiverem prontos; “Ciep: almoço

intoxica 30 crianças em Nova Iguaçu, de 17 de maio, tratando de indignação do prefeito Paulo Leone com a intoxicação de 30 crianças por merenda estragada de CIEP; “Funcionários de Cieps em São Gonçalo, Niterói e Rio reclamam salários”, de 23 de maio, tratando de reclamações de funcionários do CIEP referente ao modelo de contratação de trabalho; “Nos planos da ACIL um calçadão em Bonsucesso”, de 23 de maio, tratando de planos divergentes dos moradores e governo de área em Bonsucesso para construção de CIEP; “Merendeiras de escolas públicas fundam sua entidade de classe”, de 25 de maio, tratando das reclamações de funcionários não contratados; “Associações apertam o conselho”, de 27 de maio, tratando da criação do Conselho Governo-Comunidade onde associações fazem pressão por CIEP e terrenos; “Cruzada, estranha polêmica sobre construção do Ciep”, de 24 de junho, tratando da divergência entre a AMA-Cruzada e a AMA-Leblon, ao planejamento de construção do CIEP na região; “Associações não aceitam abandono da Avenida Brasil”, de 27 de junho, tratando de reclamações das associações próximas a Avenida Brasil, com a declaração do governo do estado de entregar a concessão para o governo federal, e pelo fato de só ter orçamento para CIEP; “Projeto obriga crianças a manter os estudos”, de 29 de junho, tratando de opinião de direção do Centro Salasiano do Menor que o CIEP é apenas remendo e que é necessário distribuir melhor a renda; “Vital Brasil sofre com desvio de recursos de verbas para Brizolões”, de 06 de julho, responsabilizando a falta de verba para a produção de antiofídicos pela Vital Brasil, em Niterói, em função do orçamento ir todo para o CIEP; “Escola em São Gonçalo não tem material, funcionários e diretor”, de 17 de julho, problematizando o planejamento da construção de CIEP e relegando outras escolas, em São Gonçalo; “São Gonçalo vai embargar dois CIEPs em dois bairros”, de 19 de julho, tratando de possível embargo de dois CIEPs pelo prefeito Haison Monteiro (PDS), argumentando que comunidade quer terrenos para área de lazer; “CONTI e o projeto pro Cocotá”, de 20 de julho, tratando da suspensão da construção de CIEP no bairro Cocotá, em São Gonçalo, por comunidade querer que seja em outra localidade; “Inauguração não acaba com polêmica sobre o CIEP”, de 29 de julho, problematizando o fato de o CIEP-Tijuca ficar pronto sendo que a AMOAPRA (Saens Peña) era contra sua implantação; “Orfanato São José em casa com mais conforto”, de 31 de julho, problematizando a transferência do Orfanato São José da Cidade de Deus, em função da ida de um CIEP para a comunidade; “Prefeito volta atrás e não embarga os CIEPs”, de 03 de agosto, tratando do cancelamento do embargo dos CIEPs pela prefeitura de São Gonçalo após negociação com a FAPERJ, e registrando que a associação ainda pressiona; “Tragédia

de Vila Socó pode repetir Manguinhos”, 08 de agosto, comparando favelas de encostas de rio, do qual moradora reclama por ter CIEP em Manguinhos e não ter saneamento básico; “Ciep na Penha a maior polêmica”, de 29 de agosto, tratando de celeuma em obra de CIEP no bairro Penha em enunciado de matéria; “Grotta do Surucucu pediu ou não Ciep”, de 31 de agosto, tratando de celeuma em Surucucu, Duque de Caxias, para que CIEP não seja construído em campo de futebol; “Senha para merenda acaba e alunos protestam”, de 10 de setembro, problematizando o fato de a Escola Municipal Pedro Aleixo estar com problemas no fornecimento de merenda e alunos protestarem, enquanto no CIEP ao lado não falta, e reforçando a crítica de rede ensino paralela; “Saída de duas diretoras revolta Ciep da Passarela”, de 12 de setembro, problematizando a saída de duas diretoras e cinco adjuntas do CIEP-Sambódromo por não confiarem na nova secretária de educação Maria Lúcia Camache; “Funcionários de apoio do Ciep podem entrar em greve no dia 22”, de 15 de setembro, divulgando possível greve de funcionários do CIEP em função da não assinatura das carteiras de trabalho; “Forro de escola sem conservação cai e 750 alunos ficam sem aula”, de 16 de setembro, relacionando a situação precária da Escola Manoel de Abreu, com crítica da comunidade escolar ao fato de o CIEP estarem em boas condições, ainda que não sejam contra, e reforçando a ideia de rede de ensino paralela; “Decreto já tem 4 anos mas lazer não chegou nas áreas do Metrô”, de 12 de outubro, tratando vitória da AMOAPRA para que o CIEP não fosse implantado na área do Metrô, trocando o local do CIEP para a rua Heitor Brandão; “Andaraí continua sem saber se vai ter praça”, de 21 de outubro, tratando da defesa da AMARAÍ para criação de área de lazer, indo contra o decreto do governo para construção de CIEP no local; “Em debate, local para construir Ciep”, de 26 de outubro, tratando de divergências dos locais para CIEPs na Ilha do Governador, resultando em agenda para debate entre sociedade civil e governo, no Centro de Desenvolvimento da Ilha (CDI), e que a própria FAMERJ colocou tapumes no local que seria para obra de CIEP no bairro Cocotá; “Dia-a-dia do Cocotá tem sucessão de problemas”, de 26 de outubro, tratando de divergência de moradores do local para construção dos CIEP em Cocotá, na Ilha do Governador, e exaltando a Associação de Moradores e Amigos do Cocotá; “Morador ataca Ciep para ter escola reformada”, de 30 de outubro, tratando de movimento de moradores em Nova Iguaçu que reivindica reforma da Escola Municipal Delclécio Dias, e derrubando os tapumes do local de construção de CIEP; “Estado constrói em terrenos alheios”, de 09 de novembro, acusando o governo do estado de adquirir terrenos indiscriminadamente, e que os proprietários dos lotes sentem que seus terrenos foram desvalorizados com CIEP nas

proximidades; “Passarela do samba sob o vandalismo dos alunos dos Cieps”, de 22 de janeiro, tratando de depredação de banheiros e arquibancadas, em que presidente da Rio Tur acredita que tenha sido atos dos alunos do CIEP; “Ciep atrasa e conjunto fica sem área de lazer”, de 08 de fevereiro, problematizando atraso nas obras de CIEP na estrada Tubiacanga interditando única área lazer na região; “Psicóloga vai à justiça contra plágio de Darcy”, de 19 de fevereiro, tratando da acusação da professora Marília Amorim de plágio de artigo seu no Livro dos CIEPs, escritos quando esteve na Secretaria de Ciência e Cultura, em 1984, sem nenhuma referência ao seu nome no livro; “Plágio de Darcy é confirmado”, de 25 de fevereiro, tratando de que o texto “Fala ao professor: nosso desafio” é um plágio do texto “Para que todas crianças possam aprender”, da professora Marília Amorim, que trabalha com o texto desde 1985 na UFRJ, embora, tenha trabalhado no SME-RJ em 1984 produzindo artigos e o Livro dos CIEPs seja publicado em 1986; “Comunidade e municípios opinarão sobre novos Cieps”, de 07 de março, problematizando critérios técnicos do governo Leonel Brizola, através de consultas às comunidades em que estiverem planejados a implantação de CIEP; e “Novas escolas são bem recebidas, mas número de vagas são insuficientes”, de 15 de março, tratando de excesso de demanda por vaga escolar na Ilha do Governador.

3.5 O conflito em termos reflexivos: política, sindicalismo e educação pública

Como analisado o CIEP foi tema candente nas eleições¹⁰⁵ municipais de 1985, virando um grande símbolo político, constatado pela presente pesquisa¹⁰⁶ como elemento preponderante da vitória eleitoral da chapa apoiada pelo governo Leonel Brizola, a do prefeito eleito Saturnino Braga (PDT), tamanha a adesão popular. Se configurando numa correlação de forças envolvendo a disputa entre 19 candidatos, sob agrura de uma eleição intensamente conflituosa diante de tantas vertentes. O então prefeito Saturnino Braga ganhou as eleições com 37% dos votos, sendo elogiado pelo quarto colocado nas eleições, o candidato de Marcelo Cerqueira (PSB) que representava a chapa à esquerda, da coligação PSB-PCB-PCdoB. E, recebendo a repulsa dos principais candidatos opositores, Rubem Medina, do PFL – Partido da Frente Liberal¹⁰⁷, em segundo lugar com 18% dos votos, e

¹⁰⁵ Todos os dados quanto as eleições supracitadas tem origem na fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ).

¹⁰⁶ Tema dissertado mais adiante na análise dos dados das notícias sobre o I PEE-CIEP, no O Globo, em 1985.

¹⁰⁷ Cabe registrar, que o PFL, fundado em 1985, se tornava o partido aglutinador do “udenismo”, termo utilizado para os partidários da antiga UDN, de extrema direita, nascida do idos da década de 1940, e enraizada especialmente no Rio de Janeiro. Que dentre outras participações no governo estadual está a gestão do jornalista

Jorge Leite (PMDB), em terceiro lugar com 8,7% dos votos, na qual ambos passaram a difundir que oposição teve mais votos que a chapa vitoriosa e, portanto, faltou união.

Conforme analisado na edição do O Globo, do dia 17 de novembro de 1985, no Caderno Grande Rio, que na indignação da oposição radical ao “brizolismo” sobrou até para o Chagas Freitas, politicamente em refluxo, mas que Jorge Leite o acusou de omissão para com as eleições, atitude essa que se cristalizou num racha do candidato com a cúpula do PMDB-RJ. Mas, não foi esse o problema principal que gerou a trajetória derrotista do Jorge Leite identificada por assessores e outros atores políticos, e sim o momento que optou por abrir uma série de críticas e denúncias ao Projeto CIEP. Já o Rubem Medina, discursando em alto e bom som que era a segunda força política da capital carioca, abriu uma denúncia de crime eleitoral juntamente com a sua chapa PFL-PS, no TRE, contra o PDT e as TVs (Globo, Manchete, Bandeirantes, Studio e Record). O argumento era de que o governo do estado promoveu propagandas comerciais contínuas nas emissoras durante o período eleitoral com o slogan “Banerj na Cabeça”, o “Banerj-CIEP”, que era um programa de financiamento público do I PEE-CIEP através do BANERJ.

O contexto eleitoral de 1985, pareceu servir de ensaio para as estratégias e mudanças que viriam a ocorrer nas esferas política, midiática e econômica, pois em 1986, diferentemente, a oposição ao governo Leonel Brizola está com os objetivos muito mais focados. E o exemplo maior é a coligação¹⁰⁸ que se estabeleceu em torno do então candidato, Moreira Franco, representada por doze partidos, na intitulada “Aliança Popular Democrática”, com um escopo ideológico que vai da direita à esquerda, e que advinha com uma narrativa da necessidade da boa governança ou da “ação administrativa”¹⁰⁹. Moreira Franco venceu com 49, 35% dos votos, saindo derrotado em segundo lugar o indicado à sucessão do governador Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, com 35, 88% dos votos, e em terceiro o candidato Fernando Gabeira (PT) com 8,57% dos votos. Ficando clarividente que se a esquerda se soma, ao candidato Darcy Ribeiro, muito dificilmente Moreira Franco teria ganhado as eleições, e em que pese o PDT protagonizar e defender a redemocratização, tinha a oposição

Carlos Lacerda no estado do Guanabara, entre 1960 e 1965. Está nos anais que o lema da UDN era a frase “o preço da liberdade é a eterna vigilância”, com características de extremismo, o modelo de ação dos “udenistas”.

¹⁰⁸ Coligação com doze partidos, sendo eles, PMDB, PFL, PTB, PL, PSC, PDC, PMN, PCB, PCdoB, PTR, PH e PMR.

¹⁰⁹ Termo usado pelo candidato eleito, Moreira Franco, em entrevista ao O Globo, na edição de 18 de novembro do caderno O País.

do PT que eram críticos o pacto social que estabeleceu a ideia da “Nova República”.

É importante enquadrar o I PEE-CIEP nesse redesenho do campo político, não necessariamente espelhado no jogo eleitoral, e um exemplo importante é de que os partidos de esquerda que se fizeram oposição à chapa de Darcy Ribeiro, não necessariamente eram ou foram críticos ao Projeto CIEP. Em que pese a base sindical do professorado, majoritariamente do PT, o próprio CEP era filiado à CUT, abrir por muitas vezes suas divergências com o modo de implantação do I PEE-CIEP. E, em que pese, o próprio candidato Moreira Franco que tinha em suas bases setores de direita ideologicamente contra os Projeto CIEP, não assumir como bandeira a paralisação do I PEE-CIEP, ao contrário disso declarava que ia expandi-lo. Mesmo tendo apresentado o seu programa de governo propondo seis pontos prioritários, respectivamente saúde, transporte, emprego, segurança, finanças e agricultura, onde a educação visivelmente não estava inclusa, argumentando a manutenção do I PEE-CIEP em turno único e não em tempo integral.

Uma questão relevante para a compreensão do campo educacional no período é o nível de organização dos trabalhadores da educação, tendo como parte principal os professores da rede pública de ensino no Rio de Janeiro. Sendo que o direito à sindicalização do setor público só ocorre a partir da Constituição de 1988, e que naquela época portanto a forma de representação sindical se dava através do CEP¹¹⁰, oriundo da fusão, em 1979, do SEP – Sociedade Estadual dos Professores, da União dos Professores do Rio de Janeiro (UPRJ) e da Associação dos Professores do Rio de Janeiro (APRJ). Em meio a atmosfera política da grande greve geral dos professores do estado do Rio de Janeiro, em 1979, servindo para a conscientização da base na luta pela redemocratização, por melhores condições de trabalho e mais qualidade no ensino (FERREIRA, 2021).

Momento esse que refletia a grande unidade dos movimentos sociais pela redemocratização, no caso dos professores pelo combate ao modelo de ensino do Estado de exceção, no qual o próprio Leonel Brizola apoiou e colaborou na legalização do CEP. Consequência também do bipartidarismo do período formatado no MDB (catalisador de setores progressistas) e ARENA (catalisador dos setores reacionários), somente em

¹¹⁰ Sendo que mais tarde, em 1986, se torna Centro Estadual dos Profissionais da Educação (CEPE), e só em 1988, com a nova Constituição foi instaurando o direito de sindicalização do servidor público é que se torna Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE). (SOUZA et al, 2003).

novembro 1979 ocorreu a reforma política restabelecendo o pluripartidarismo, extinguindo ambos e fazendo surgir novos partidos. Sendo que a perseguição era mantida para antigos partidos de esquerda, que só se apresentariam novamente a partir de 1985, após as eleições indiretas que restabeleceram a democracia.

A partir do I PEE-CIEP as divergências entre o Governo Leonel Brizola e o CEP começam a surgir, e os primeiros sinais se dão no processo de conferência que resulta no Encontro de Mendes, tendo como problematização o de que o Governo Estadual levou um projeto já construído para discutir com os professores, e de que das dezenove metas tiradas para a educação pública do estado se priorizou justamente a décima primeira meta, que era a implantação do I PEE-CIEP (CUNHA, 2001). E no qual, se seguiu, a reclamação por parte do professorado juntamente com o CEP, da pouca abertura de diálogo por parte do governo, abrindo precedente para outra dificuldade, o de se pôr em prática as eleições das direções escolares, que era uma prerrogativa do I PEE-CIEP. Com repercussão a nível de:

“Em 1986, os funcionários dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) – servente, merendeira, vigia, animador cultural, administrativo e outros, através da Associação dos Funcionários dos Cieps (Associeps) – entraram em greve reivindicando sua efetivação nos quadros do funcionalismo público e melhores condições de trabalho. A partir daí, os funcionários começam o movimento defendendo sua participação como profissionais da Educação, dando início às discussões com a direção do CEP, visando construir uma entidade que reunisse todos os trabalhadores em Educação das redes públicas de ensino de 1º e 2º grau no Estado do Rio de Janeiro. No II Congresso Estadual do CEP, realizado em 1986, é aprovada a filiação à CUT.” (SOUZA et al, 2003, p. 1060)

É possível dizer que com a abertura política total, consagrando a redemocratização, a unidade popular é transmutada nas disputas eleitorais. O primeiro Governo Leonel Brizola está diametralmente na imbricação desta nova realidade, atuando em forma de políticas públicas com certo nível de estabilidade democrática, durante apenas dois anos de gestão, de março de 1985 a março de 1987. E provavelmente era alimentado pela ânsia e urgência de implementar os direitos correlatos ao povo sobre a órbita da democracia, após duas décadas de Estado de exceção. Sendo que uma grande parte dos gestores daquele governo passou todo esse período resistindo no exílio e construindo projetos e meios alternativos de reconquistar o livre direito de ação política democrática, e o próprio Leonel

Brizola enquanto militante era o principal protagonista.

Diante desta realidade é passível de refutar a crítica ao Projeto CIEP como política eleitoreira, podendo se inverter e fazer a crítica da crítica no mesmo prisma, ou seja, muitas críticas aos CIEPs eram eleitoreiras, inclusive à moda *fake news* da época, que também eram existentes, e de diferentes lados políticos-ideológicos. Da mesma forma é possível relativizar a inculcação de “populismo” do governo Leonel Brizola, visto que estava em um ambiente político de disputa com o “chaguismo” e o “udenismo” com toda a estrutura institucional e cultura política conservadora em seu entorno. É onde entra um fator preponderante para a presente análise, do caráter da mídia hegemônica, e neste caso verificar uma possível oportunidade para o Grupo Globo potencializar sua postura em oposição ao governo Leonel Brizola, mantendo sua trajetória de poder muito específica, que envolve a gestão pública como fator para alcançar e legitimar seus próprios interesses.

Sendo possível elucidar de antemão o quão favorável é o redesenho da esfera política de meados da década de 1980, para os interesses do Grupo Globo, demonstrados em sua trajetória, pois se é bem verdade que há uma nova correlação de forças políticas em vista de um processo democrático com novos atores políticos, a exemplo do PT, é bem verdade que ao analisar friamente, o redesenho do campo político pode ser visto com contradições que por si só são elementos que corroboram com a derrota da chapa do Darcy Ribeiro. Porém, é presumível que estes elementos são consequências de um processo político em constante movimentação, e um ponto forte e elementar era de que o presidente José Sarney pertencia ao PMDB, sendo que o programa de governo da coligação “Aliança Popular Democrática”, da chapa do Moreira Franco em 1986, trazia enfaticamente a demanda de que o estado do Rio de Janeiro deveria participar mais incisivamente do processo decisório do país.

3.6 O conflito em bases teóricas

Tendo em vista o conceito "bourdieusiano" da “estrutura, estruturada, estruturante” podemos visualizar nas trajetórias do Grupo Globo e do Projeto CIEP, como estas instituições foram estruturadas e a que vieram. E, assim, compreender especificamente no conflito destas, do como os campos sociais entram em dinâmica e favorecem um ou outro agente social em determinado contexto histórico. E, neste caso, assistimos diferentes momentos do campo educacional e do campo da indústria cultural em que o campo político

foi determinante no constructo e direcionamento do conflito, garantindo sobremaneira a visão do Grupo Globo em meio às relações que se dão nestes campos, auxiliado pelo campo econômico apresentado sob as concepções que predominaram no período e que se impunham na realidade brasileira avessa ao nacional desenvolvimentismo.

A importância do jornal – tanto O Globo como outros integrantes da chamada “grande imprensa” – em termos de poder simbólico, ou seja, da capacidade de por meio deste instrumento de comunicação se propagarem classificações consideradas socialmente legítimas da realidade, em seu todo ou parte, se relaciona a posição no campo social, a posição de classe, daqueles que consomem mais constantemente esse “produto cultural”. Em face às características econômicas da sociedade brasileira, o consumo de produtos culturais, somente possível através da posse de determinado capital cultural, mas em especial, econômico, e profundamente seletivo. O próprio consumo de determinados bens culturais como, por exemplo um jornal diário, somente vem a ser possível se, além de aspectos pertinentes ao capital cultural de seus consumidores, de recursos financeiros para aquisição constante, preferencialmente diária do produto em questão.

Como a posse tanto de capital econômico como de capital cultural não somente é condição de situarem-se determinados agentes sociais no polo superior do campo social, como é igualmente elementos que legitimam a esse posicionamento superior, naturalizando-a. Em termos de autoridade simbólica, de poder de imposição de visões e compreensões da realidade, em especial da realidade social, a legitimação da posição das classes dominantes é também a legitimação de suas classificações da realidade e da deslegitimação de toda oposição simbólica a essas classificações. São diversos os instrumentos que possibilitam o verdadeiro cultivo dessas classificações e conseqüentemente a legitimidade delas, que, de modo geral, se transformam na “opinião pública”.

Quanto mais seletos, mais dotados de poder de distinção social são esses instrumentos e os que a ele podem usufruir. No campo da produção cultural, um jornal por sua seletividade implícita termina sendo dotado de maior autoridade simbólica (e intelectual) do que instrumentos de comunicação de maior acessibilidade como a televisão. Dessa forma, ainda que de abrangência de consumo imediato menor, um jornal possibilita àqueles que o leem com constância e reconhecimento, portanto gosto, argumentos mais sistemáticos para não só o entendimento da realidade de certa maneira, mas a defesa desse entendimento, de “modos de ver o mundo” específicos. As classes sociais, que mesmo não compoem o

universo das classes dominantes, a essas são mais próximas tendem a incorporar e reproduzir mimeticamente as classificações simbólicas daqueles que se encontram em posição superior, a exceção de situações conjunturais em que os questionamentos da ordem política existente se ampliam em quantidade e grau de contestação.

A resultante do conflito demonstra que a concepção neoliberal passa vigorar no sistema de ensino, para a qual: o custo com o ensino público é muito grande; a perspectiva mercadológica deve se sobrepor na esfera cultural; na economia as privatizações é primazia; e na política a governança gerencialista deve ser um preceito. Somadas, essas condições, é o que estrutura o campo do poder no Estado mínimo, no qual o campo da indústria cultural participa razoavelmente deste poder, retroalimentando-se na ação direta através da comunicação e entretenimento. Cabendo ressaltar, uma vez mais, que a indústria cultural é o ambiente empresarial do Grupo Globo, e é estruturada por ela, mas não é só isso, é através dela, a instrumentalizando, o seu elemento de interseção com o poder.

Que se viabiliza junto a um conjunto de interesses e instituições, também estruturantes de campos sociais, e acumulados durante um determinado período, incluindo ramos profissionais, e nessa perspectiva se insere o *habitus* de classe, enquanto conceito, que perpassa por todas as camadas da sociedade civil envolvendo principalmente, nesse caso, cultura, mídia, educação, saúde, segurança, construção civil, jurisdição, orçamento e gestão pública. Pois, de fato reverberou a sobreposição do Grupo Globo em relação ao Projeto CIEP em termos de estruturação dos campos sociais e do *habitus* de classe, imprimindo a lógica de relações sociais antagônicas ao que prevê o Projeto CIEP em termos societais

O conflito tornou-se um verdadeiro jogo social, e demonstrou uma provável articulação muito bem engendrada no Campo Político, na qual a narrativa midiática do O Globo dava vazão para uma situação de vulnerabilidade do Projeto CIEP. É assim com a narrativa em torno do discurso de “rede paralela”, que passa a ser utilizado por diferentes vertentes políticas, e é assim em boa parte dos imbrólios “territoriais” diante da localização da implantação dos CIEPs (integrante do tema Administração). Pois, é visível que houve um conjunto de setores ou absorvidos ou indutores da narrativa do O Globo, em relação ao Projeto CIEP, que vinham de diferentes esferas ideológicas, do setor empresarial ao movimento social. Por outro lado, o governo Leonel Brizola buscava arregimentar órgãos públicos para a potencialização do governo do estado (e do Estado), numa perspectiva antagônica a cartilha liberal, buscando perfazer um trajeto nacional-desenvolvimentista.

Uma situação curiosa nos editoriais do O Globo é que quando se tratava de questões atreladas ao tema cultura, as mensagens midiáticas em relação ao I PEE-CIEP eram majoritariamente mobilizadoras, e ainda que diminutas proporcionalmente aos principais temas, tornava visível que a cultura era de fato uma virtude do Projeto CIEP. Demonstrando um lugar sensível ao O Globo provavelmente para não buscar atrito aos olhos da sociedade civil, ao público leitor mais geral, para os quais arte e cultura não é um problema, e possivelmente porque em termos de “produto” a cultura é uma matéria prima de interesse do Grupo Globo, o qual não cabe uma dissociação. Diferentemente ocorre com o tema administração que é a grande pedra de toque, quantitativamente e qualitativamente, pois eram densas e ácidas as notícias tratando da institucionalidade do I PEE-CIEP e do governo Leonel Brizola, com a primazia de pautar as demandas buscando incidir sobre elas.

No Campo Econômico, é visível a divergência até porque era expresso pelas próprias colunas do governador Leonel Brizola na sua defesa a soberania nacional, contra dívida externa e contra o Plano Cruzado, questões que o Grupo Globo e o jornal O Globo, expressavam o inverso através de “Editoriais” e seus colunistas, ou seja, acreditavam na relação de harmonia econômica com o EUA e apoiaram o Plano Cruzado desde o início. Cabe registrar, que vigorava uma recessão econômica a nível nacional na década de 1980, acentuada entre os anos de 1987 e 1988 após tentativa fracassada de estabilização da moeda com o Plano Cruzado I (1986), pelo Governo Federal.

E, eis, que o I PEE-CIEP surge como uma das razões do porquê o estado tinha menor desemprego do país naquele período, com dados contundentes através do anúncio do governo intitulado “Quando você terminar de ler este anúncio...”, de 19 de setembro. E que na opinião do O Globo e setores conservadores os problemas nas contas públicas do Rio de Janeiro eram meramente oriundos do I PEE-CIEP. Pois, é o orçamento um dos temas mais polemizados na ação midiática, elemento este de intersecção com o Campo Econômico, sendo um fator importante do porquê o tema administração é preponderante, e que de certa forma dá um sentido mais geral aos interesses do Grupo Globo. Quando analisado as tantas frentes que o I PEE-CIEP estava atuando, em que pese possíveis problemas administrativos, um ente público com tal orçamento não deixa de ser um potencial concorrente em áreas vislumbradas e até mesmo dominadas pelo setor privado.

Os dados apresentados, portanto, são condição do domínio do Grupo Globo na indústria cultural brasileira, em se tratando de comunicação e entretenimento, adquirindo

inclusive o arquétipo de “mídia oficial”. E, mesmo que estejamos nos referindo a um conflito muito específico em termos de contexto e institucionalidade, ainda assim é extremamente simbólico os exemplos das pautas e interesses em jogo a nível nacional no âmbito político. Demonstrando, em destaque, como a política somada à opinião pública é um elo implacável na construção da hegemonia das elites. E reafirmando, nesse caso, conforme Gramsci (1978) no conceito de “hegemonia”, que:

“O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário tentando fazer com que a força apareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício de função hegemônica, apresentando o uso da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias”. (GRAMSCI, 2020, p. 96)

Para reforçar, o tema ainda se soma ao pensamento de que narrativa crítica nem sempre é o que ela transparece enquanto objetivo, conforme Bourdieu e Passeron (1992, p.19), “todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que ao impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força”. Assim coaduna a característica da trajetória do Grupo Globo no seu governismo inveterado, que inicia na década de 1960 com relações sinuosas no campo do poder, transpassando todos os tipos de violências citadas, a do autoritarismo do regime militar, a da corrupção-fraude e da violência simbólica.

Neste sentido, impõe-se analisar o Estado, pelo qual segundo Bourdieu (2012), vigora a gênese da “gestão do universal” a partir da ambientação e da legitimação da política numa relação dialética, o que confere sobretudo que ao universalizar o Estado possui também o “monopólio do universal”. Sendo relevante a compreensão do quão uma determinada política educacional, emancipadora politicamente e socialmente, pode influenciar no caráter

do Estado, conseqüentemente no campo do poder. E, assim, do quão pode interferir (e se retrógrado, participar) dos interesses de um determinado grupo midiático, com as características do Grupo Globo. Ou seja, é muito restrito o espaço de intersecção entre o campo da educação de caráter popular, com o campo da cultura de caráter comercial, assim como uma intersecção de ambos com o campo do poder, como se pudesse fundir no campo do poder um ou outro, e se fizessem antagônicos.

De todos os campos àquele o mais vislumbrado por outros campos é o do poder, em razão do seu elo com o Estado, no qual em tese deve vigorar a voz do povo e o espírito público, em termos de organização da sociedade em uma determinada nação. Acontece que é justamente esse um ponto nevrálgico para análise se levarmos em conta Gramsci (2020, p.47), onde discorre que “também o liberalismo é uma ‘regulamentação’ de caráter Estatal”, ou seja, o Estado está para uma regulamentação interna com um viés liberal, não sendo essa uma corrente ideológica de influência meramente da esfera econômica, mas fundamentalmente da esfera política, a qual é intercedida pela sociedade civil, e mediada pela sociedade política. “Portanto, o liberalismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, a modificar a distribuição de renda nacional” (IBIDEM, p.47).

E, sendo assim, é plausível ponderar que o campo do jornalismo não somente é um mediador entre Estado e sociedade civil, como também um mediador entre o campo político e o campo econômico, e enquanto mediação é mais do que uma relação simplesmente de intersecção, mas que tem o poder de “articular” as intersecções e influenciar as relações sociais internamente aos campos, e assim, forjar o *habitus* de classe. Para efeito de dimensão levemos em conta um ator importante considerado na referência a seguir:

“(...) o universo do jornalismo é um campo, mas que está sob pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência. E esse campo heterônomo, muito fortemente sujeito às pressões comerciais, exerce, ele próprio, uma pressão sobre todos os outros campos, enquanto estrutura.” (BOURDIEU, 1997, p. 177)

Seria dispensável qualquer dúvida quanto à necessidade do levantamento do interesse econômico nas manifestações do referente conflito institucional em análise, mas o trecho citado acima elucida uma síntese relacional que envolve, uma vez mais, a teoria de campos de Bourdieu (2008), alocando o campo econômico numa hierarquia de influência ou

imposição sobre outros campos, sendo o campo midiático um instrumento de realização sobre outros campos. Evidentemente, o autor não está fazendo uma generalização do ofício do jornalismo ou jornalista, mas àqueles que cumprem determinados serviços sem que haja autonomia para o livre pensamento, e isso fica entendido quando salienta o problema das pressões comerciais, inerentes aos tratos e aos produtos desse jornalismo, circunscrito na imprensa oficial ou convencional.

Para registro, novamente, nem mesmo é possível fazer uma generalização de juízo de valor dos empregados do Grupo Globo, do corpo técnico ao artístico, pois ela é precisamente uma fonte de renda, de trabalho e produções diversas. O que se pretende aqui é verificar uma empresa que busca transparência democrática, mas na sua arquitetura institucional e financeira dialoga com o modelo de Estado mínimo, neoliberal, objetivando ganhos financeiros aos moldes da modernização conservadora (gerencialismo), introjetada por variáveis econômicas do rentismo que por si só é inerente à elevada desigualdade social brasileira. E, para tanto, um dos instrumentos midiáticos cruciais é transformar em narrativa o seguinte conteúdo:

“(…) associando eficácia e modernidade à empresa privada, por um lado, arcaísmo e ineficácia ao serviço público, por outro, pretende-se substituir a relação com o cliente, supostamente mais igualitária e mais eficaz, pela relação com o usuário e identifica-se a “modernização” com a transferência para o privado dos serviços públicos mais rentáveis e com a liquidação ou submissão do pessoal subalterno dos serviços públicos, considerado como responsável por toda ineficiência e excesso de formalismo.” (BOURDIEU, 2003, p.217)

O conservadorismo está caracterizado nos interesses privados, e como analisado nesse estudo a estratégia do Grupo Globo se utilizou de um consórcio (ou conjunto) de instituições com representações políticas visando a diminuição estrutural do Estado em setores de políticas públicas e sociais. O ataque é dirigido sobretudo ao ente público, superdimensionado e publicado midiaticamente, estigmatizando a gestão pública preponente do I PEE-CIEP. E, portanto, uma política educacional que gere uma sociedade com consciência de classe, mais exigente quanto aos direitos sociais e incorporada dos valores culturais, pertencimento e visão de mundo cria mais dificuldades entre outras coisas ao controle social garantidores da espoliação de classe que tem como consequência a exclusão

social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível registrar que o próprio O Globo fornece dados concretos para confirmação da hipótese apresentada em nosso diálogo com o referencial teórico no capítulo 1, que juntamente com a análise das trajetórias e a conceituação teórica, consoma positivamente a execução do objetivo geral da presente pesquisa. Demonstrando que a indústria cultural se configura como uma frente de atuação do Grupo Globo, correlato a um campo social que a disponibiliza expansão financeira e poder, no qual em termos de ramo de atividade ela tem domínio nacional. E para alcançar tal objetivo, foi necessário um modelo de gestão pública voltado para o Estado mínimo em áreas estratégicas, incluindo na educação pública, e, portanto, rejeitou o I PEE-CIEP.

Nos nossos resultados, evidencia-se um comportamento crítico nas centenas de matérias do jornal O Globo dirigidas ao I PEE - CIEP, e em relações políticas as quais o Grupo Globo tinha influência. Num contexto em que a economia internacional estava em movimento. E simultaneamente os proponentes do Projeto CIEP não só eram antagônicos em relação à visão econômica liberal, como tinham pretensões de ascender ao governo federal. Ou seja, os determinantes das críticas do Grupo Globo ao Projeto CIEP, perpassam visão de mundo e de sociedade, e são embasados por um conjunto de interesses particulares, que de fundo pautam o setor público pela agenda do setor privado.

O Projeto CIEP para além de atender à educação pública, ampliava seu escopo institucional para outras esferas de políticas sociais (com condição em potencial para uma espécie de empresa pública da educação), tornando-se o alvo da crítica midiática transmutada em opinião pública. Reforçando a constatação que uma política pública que promove o ensino integrado com outras políticas sociais, com orçamento pujante, multidisciplinaridade disciplinar, enfoque cultural, combate à fome e em tempo integral, como propunha o I PEE-CIEP, surge como um problema ao conservadorismo e às elites interdependentes do capital estrangeiro. Comportamento, caracterizado, em termos da trajetória das políticas pedagógicas, tanto na restauração conservadora visando o ensino “produtivista” da década de 70, quanto na modernização conservadora visando o ensino “neoprodutivismo” da década de 90.

Na discussão síntese da descontinuidade do I PEE-CIEP, apresenta-se uma

situação que com certeza facilita estratégias de expansão do ensino privado, no qual a repercussão das “crises” políticas repercute na qualidade do ensino público, podendo ser explicitado no declínio da educação contra hegemônica ascendida no período da redemocratização. E, a subsequente abertura de caminho para a educação neoprodutivista, da década de 90, prevista no caráter de Estado gerencial (HYPÓLITO, 2008). O que torna lógico pensar que o ataque da “restauração conservadora” ao programa CIEP representava também a defesa de um projeto antagônico à educação popular, que em sendo entre 1983 e 1986, podemos citar inclusive o modelo cívico-militar. A educação popular, que por sua vez, se desenvolveu muito em ideias filosóficas e na mobilização política, não obteve ou se cristalizou em um projeto educacional de unidade para o campo educacional, como o SUS é para os profissionais de saúde, por exemplo.

Cabe ressaltar que a educação popular ao estar categoricamente vinculado ao conceito de classe, exige além de um exercício coletivo, mais tempo e mais profundidade diante do elementar conhecimento da realidade social. Enquanto o produtivismo e o neoprodutivismo são categoricamente vinculados à noção de “massa”, garantindo acesso, mas baseado na hierarquia do sistema econômico, na formatação do “exército de reserva” do mercado de trabalho e, portanto, do discurso imediato incorporado de uma realidade fictícia ao não lidar com pautas relativas à relação capital-trabalho, sejam elas de ordem estritamente “econômica” ou “cultural” e incorporando as desigualdades que envolvem as etnias e os sexos.

Elementos estes que respondem aos objetivos específicos: o enquadramento de que o Projeto CIEP é uma política educacional contra hegemônica; de que o conflito impactou nas políticas públicas e no campo educacional negativamente; da comprovação de influência do Grupo Globo não só em ações institucionais dos governos, como também do Estado; do vislumbre do Grupo Globo, na indústria cultural, em atividades que estimulam a “cultura de massas”, principalmente através da influência mercadológica norte-americana; que houve um embate político direto e indireto entre o empresário Roberto Marinho e o governador Leonel Brizola; e de que o Grupo Globo se dispunha indiretamente a representar o ensino privado, se colocar como referencial de formação intelectual, e de que propunha políticas educacionais (públicas e privadas) antagônicas ao Projeto CIEP.

Novamente, e reafirmando, a resposta para os questionamentos relacionados aos objetivos do presente estudo foi adquirido através do referencial teórico com o diálogo entre

Pierre Bourdieu, Antônio Gramsci, o debate da “teoria da dependência”, o debate da “teoria crítica”, e a sociologia da educação brasileira, garantindo uma visão mais aprofundada das relações de poder sobre o objeto. E através dos instrumentos de análise, propostos, como: contextualização e execução do I PEE-CIEP, a partir de revisão bibliográfica; geração do banco de dados das notícias do O Globo sobre o I PEE-CIEP entre 1984 e 1987; entrevistas e diálogos com especialistas e protagonistas nas áreas educacional, jornalística, política e cultural; dados da trajetória educacional no Rio de Janeiro; visitação à CIEPs; e diálogos informais com profissionais e atores sociais que possuem algum vínculo com a educação ou com o Projeto CIEP.

Cabe enfatizar que a geração do banco de dados classificadores das notícias do O Globo, sobre o I PEE-CIEP, foi extremamente funcional à medida que corroborou como instrumental mais detalhado para a interpretação dos fatos, via o conceito de campo social, do teórico Pierre Bourdieu. Compreendendo, o campo mais vislumbrado por outros campos é o do poder, em razão do seu elo com o Estado, no qual em tese deve vigorar a voz do povo e o espírito público, em termos de organização da sociedade em uma determinada Nação. Isto nos faz visualizar com maior nitidez que: o campo educacional foi fragmentado e relegado; o campo midiático foi classificatório, mobilizador e articulador; o campo político foi articulador, mobilizador e decisório; e o campo da indústria cultural (em nível de conceito de hegemonia), aliançado com o campo econômico, foi protegido e priorizado. Revelando o caráter conservador da crítica do jornalismo do O Globo em relação a educação pública, no qual o processo de declínio do Projeto CIEP é uma experiência que rebaixa o campo educacional na hierarquia de campos sociais. Sendo este rebaixamento extremamente importante para efeito de dominação e garantia da reprodução da ordem social hegemônica. Pois, do aspecto empírico ao aspecto teórico é possível perceber indícios de que os determinantes da crítica do Grupo Globo ao I PEE-CIE objetivou a restrição da ação de políticas públicas emancipatórias a nível de Estado.

De outro ponto de vista, o Projeto CIEP sai vitorioso (cai de pé, no dito popular) a partir da vitória eleitoral de Leonel Brizola para a segunda gestão do governo estadual (1991-1994), implantando o Segundo Programa Especial de Educação dos Centros Integrados de Educação Pública (II PEE-CIEP), ratificando o respaldo da outrora gestão nas políticas sociais e consumando a promessa da construção de 506 unidades dos CIEPs. Porém, apesar de tudo, o Projeto CIEP adquiriu a marca de uma política educacional popular

localizado territorialmente e delimitado politicamente, ainda que retoricamente se tenha tornado referência nacional em discursos de atores políticos. Nesta contextualização ganha destaque o aspecto da vontade política, podendo ser encarada também como coragem política quando se trata da instalação de um projeto de políticas públicas da envergadura estratégica e civilizatória.

A proposta do I PEE - CIEP é uma demonstração clara na defesa de mudança incisiva no sistema educacional do Rio de Janeiro, atacando em inovação estrutural, objetivando a educação básica a princípio, e que, portanto, a médio e longo prazo alteraria a cadeia normativa da qualidade e nível educacional, tendo como primeiro elemento o rearranjo da relação aluno e escola. Essa alteração está envolta de um programa pedagógico que em síntese resistia à imposição das relações segregadoras perpetuado pelas classes dominantes, reafirmando inclusive o conteúdo da obra de Darcy Ribeiro, “Nossa escola é uma calamidade”, publicado em 1984. Estando mais próxima de uma “pedagogia racional” e de uma “democracia real” como preconizava o teórico Pierre Bourdieu, como forma de superação da mera reprodução social.

É preciso ter em mente a relevância do Projeto CIEP compreendendo-o que é inerente às relações de classe, e como consequência, na formatação da estrutura social de uma determinada sociedade e, neste caso, pensando o Rio de Janeiro e o país. As críticas do jornal O Globo configurou não só na influência dos rumos políticos, mas também na busca de estabilizar e melhorar a qualidade das próprias condições empresariais do Grupo Globo. Isto porque a alternância de projeto político no governo cristalizou também a mudança ideológica no âmbito do poder, influenciando no papel do Estado, que naturalmente repercutiu no conflito. O Projeto CIEP não se encaixava ao novo programa de governo porque a educação pública precisava ser barata e “produtivista”, assim era preferível suplantando a educação popular, com os seus contornos de pedagogia crítica.

É plausível, portanto, a provocação da relação da ideologia neoliberal e as más condições do ensino no Brasil na atualidade. E, vincular a derrota eleitoral do primeiro governo Leonel Brizola e a subsequente ruptura com o I PEE-CIEP em sinergia com os seus interesses empresariais e corporativos do Grupo Globo que era condicionado pela conformação (ou implantação) do neoliberalismo naquele período. Tendo em vista que o conceito de “cultura de massas” é conectado à indústria cultural, tornando-se factível prever que a ideia de reprodução social com todas as variáveis implícitas é conteúdo de análise e de

suspeição do conflito em questão. No qual o Grupo Globo se enquadra na superestrutura da ordem social de forma multifacetada com alianças políticas. Em resumo, uma experiência a nível governamental, de elementos pedagógicos que compreendem as disposições de elevação do conhecimento e qualificação, geram entraves à superexploração do trabalho.

Fica nítido o quão são raras as referências brasileiras de projetos educacionais do padrão I PEE-CIEP, sendo assim é impossível verificar os resultados da análise dos editoriais e não acusar no mínimo um jornalismo displicente, com comportamento midiático cínico e dissimulado. A discussão econômica demonstrou que a ruptura com determinadas políticas educacionais, não ocorre pelo viés de ser um programa educacional público e laico, mas por ser público, laico, integral e de qualidade, voltado para as camadas populares. Fatores que não se encerram em si, pois sobre eles agem também o pensamento social, e numa expectativa otimista poder-se-ia estar em prol do desenvolvimento sustentável, através de protagonismos nacionais salvaguardando a integração latino-americana, assuntado no conceito de *habitus* de classe.

Pois, os fins do sistema de ensino são paradoxais no sentido de que em perspectiva deveria ser uma instituição agente de transformação social na busca de soluções políticas, sociais e científicas, e produzisse uma humanidade plena em nível de organização social, sem espoliações entre indivíduos e entre classes, ou seja, a educação como força motora da transcendência da consciência social e de uma sociedade justa. Mas não é isso que historicamente se verifica, o sistema de ensino se formata como uma instituição de ideologias, e visivelmente há diferenças em conteúdo e estrutura do ensino escolar entre as diferentes classes sociais. Onde cabe destacar a questão das “ações pedagógicas” por ser ela elemento de comunicação que legitima e qualifica o modelo educacional, e por consequência subsidiar práticas sociais. A cada nova gestão estadual, novos programas e projetos deixam as escolas e o campo educacional à mercê de ideias momentâneas. No caso do Projeto CIEP, tem como fato, que o seu declínio é algo substancial na história do sistema educacional fluminense, e brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- AMORIM, P.H.; **O quarto poder: uma outra história**. São Paulo: Hedra, 2015.
- AMORIM, P. H.; PASSOS, M. H. **Plim-Plim: a peleja de Brizola contra a fraude eleitoral**. São Paulo: Conhad, 2005.
- ARANTES, A. **Alma em fogo: memórias de um militante político**. São Paulo: Anita Garibaldi, Fundação Maurício Grabóis, 2013.
- ARÊAS, J. **Batalhas de O GLOBO (1989-2002): o neoliberalismo em questão**. Niterói: UFF, CEGICHF, 2012.
- BARAN, P. **A Economia Política do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BICALHO, R; FREITAS, M. **História da Educação Brasileira:1964 a 1985**. In: BICALHO, Ramofly (Org.). Políticas públicas de educação do campo: experiências do PET educação do campo e movimentos sociais na UFRRJ. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2022.
- BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 1ª Reimpr. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. **As duas faces do Estado**. 54ª Edª. Le Monde Diplomatique Brasil, 2012.
- _____. **A miséria do mundo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.
- _____. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- _____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J; PASSERON; J. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, P; PASSERON, J. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BOURDIEU, P; PASSERON, J. **Los herederos: los estudiantes y la cultura**. 2ª Ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2009.
- BOURDIEU, P; WACQUANT, L. **Una invitación a la sociología reflexiva**. 1ª Ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.
- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CARVALHO, G. **Introdução**. In: Marco de referência da educação popular para as políticas públicas. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã/SNAS/SG (ORG). 1º Seminário Nacional da Política de Educação Popular/Secretaria-geral da Presidência da

República. Brasília-DF: 2014.

CUNHA, L. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2001.

CAVALIERE, Ana; COELHO, Lígia. **Para onde caminham os CIEPs? Uma análise após 15 anos**. Cadernos de Pesquisa, n. 119, julho de 2003.

DANTAS, M. **A lógica do capital-informação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

FARIA, L. **CIEP, a utopia possível**. São Paulo: Livros Tatu, 1991.

FARIA, L. **Chaguismo e Brizolismo: territorialidades políticas da escola fluminense**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Quartet, 2011.

FERNANDES, M. **Os centros integrados de educação pública: histórias da animação cultural**. In: NASCIMENTO, Jussara; FARIA, Lia (Org.). *Instituições escolares: memórias e narrativas*. Curitiba: CRV, 2020.

FONSECA, F. **O consenso forjado**. São Paulo: Hucitec, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GOMES, A. **Darcy Ribeiro**. Recife: Massangana, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 2**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 3**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

GRUPPI, L. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HERZ, D. **A história secreta da Rede Globo**. Santa Maria - RS: Tchê, 1988.

HYPÓLITO, Á. **Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação**. RBPAE – v.24, n.1, p. 63-78, jan./abr, 2008.

LAMBERT, J. **Os dois Brasis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

LENIN, V. I. **Que fazer: Problemas candentes de nosso movimento**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARINI, R. M. **A Dialética da Dependência**. Roberta Traspadini e João Pedro Stedille (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MASSON, M A. C. **A situação dos professores na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGE, 1997.

MASSON, M. A. C. **Magistério e sindicalismo a trajetória do Centro de Professores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 1988.

MATOS, Sheila. **Nos Bastidores dos CIEPs: Entrevista com Silas Ayres, assessor de**

Maria Yedda Linhares na SME-RJ (1983-1986). RHHE – v. 1, n. 2, p. 285-303, maio/agosto de 2017.

MAURÍCIO, L. O que se diz sobre a escola pública de horário integral. Cadernos Cenpec, n. 2, 2006.

PEREIRA, Bresser. As três interpretações da dependência. Perspectivas, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez, 2010.

PINHEIRO, C et al. A Rádio Nacional: alguns dos momentos que contribuíram para o sucesso da Rádio Nacional. PINHEIRO, Cláudia (Org.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

RIBEIRO, D. Nossa escola é uma calamidade. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

RIBEIRO, D. O livro dos CIEPs. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

RIBEIRO, D. Gabinete do Senador. Carta, n°5. Brasília: Senado Federal, 1992.

QUEIRÓS, V. A Lei Nº 5692/71 e o Ensino de 1º Grau: Concepções e Representações. Curitiba: XI Educere, 2013.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

SOUZA, K; SANTOS, M; PINA, J.; MARIA, B; CARMO, M; JENSEN, M. A trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) Na luta pela saúde no trabalho. Manginhos-RJ, RJ: Cesteh/Ensp/Fiocruz, SOUZA; 2003, p. 1057-1061.

SOUZA, J. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

ANEXOS

Relação de entrevistas - Objetivo: Produzir uma entrevista que contribua com a pesquisa de mestrado do PPGEduc/UFRRJ, sob título, “Os determinantes das críticas do Grupo Globo ao Projeto CIEP: um conflito visando a indústria cultural”. Dialógica, na condição de agregar elementos para a melhor organização e aprofundamento de análise, bem como, expor a experiência vivida nos termos de teoria e prática.

Ano: 2021

Pesquisador: André Lemos - mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contexto Contemporâneos e Demandas Populares – PPGeduc/UFRRJ.

Orientador: Máximo Masson - professor associado de sociologia no IFCS/UFRRJ, e membro do quadro permanente do PPGeduc/UFRRJ.

Entrevistadas: Lia Faria, professora universitária, foi membro da equipe pedagógica do I PEE-CIEP; Denise Lobato, assessora parlamentar, foi professora e diretora de CIEP; e Gilmar Corrêa, empregada doméstica, foi estudante do CIEP-021 General Osório, no bairro Botafogo, em Nova Iguaçu, entre 1986 e 1987.

A - Entrevista com a Lia Faria (ano 2021)

(Obs: presencial/semiestruturada)

André Lemos: Estamos aqui com a professora Lia Faria, para uma pesquisa de mestrado com tema nas críticas do Grupo Globo aos Projeto CIEP, Lia, que é um ícone da luta e política educacional no Rio de Janeiro. Lia Faria: Bom dia, André, é um prazer estar te recebendo. André Lemos: Como avalia a construção do I PEE – Projeto CIEP, e qual sua participação? Lia Faria: As pessoas no exílio ficavam discutindo o Brasil. Os exilados muito unidos. A esquerda no exílio era muito unida. E o Brizola, relatado pelo Darcy, eles ficavam muito preocupados de como iriam retomar o *fio da meada* ou o *fio da história*, com o PDT, através do jornal do partido *O fio da história*, muito ligado ao trabalhismo histórico de Getúlio. E qual seria a grande estratégia política para retomar este país massacrado e silenciado por 20 anos? Ele se convence que só através da educação. Então, no exílio, essas três cabeças. Darcy Ribeiro, Oscar Niemeyer, Brizola, e já começam a desenhar esse projeto. O Centro Integrado de Educação Pública - CIEP, é gestado no meio desse sonho dos exilados, dentre os quais, grandes personagens políticos foram obrigados a deixar o país. O I Programa Especial de Educação - PEE eles criam uma espécie de meta, umas 11 metas, tinham jornalzinho na escola viva - vem para a escola. Quando eles ganham o governo, eles vão fazer o grande encontro Congresso, e enviam essas 11 metas. O objetivo que, todos os professores das redes estadual e municipal, discutissem em suas células locais ou regionais, retirando seus representantes e depois finalmente para discutir em nível nacional no Congresso de Mendes, em outubro de 1983, eles iam discutir todas as 11 metas. Uma delas era o CIEP. O CIEP se torna muito importante pois todos os prefeitos são pressionados a aderirem ao projeto, por ser um grande equipamento social: Uma biblioteca com três mil volumes, alguns com piscina... então, é claro que todos os prefeitos queriam ter CIEP. O CIEP acaba tendo grande visibilidade, exposição política, levando à fúria dos anti-brizolistas, como o Grupo Globo e o grande apoio de outros setores, como professores que se encantaram e querem trabalhar no programa. André Lemos: O Darcy que outrora estava exilado, impressionante! A mídia, e mais especificamente, o Grupo Globo passam a apresentar restrições aos CIEPs a partir de quando e de que forma (ou como você percebe

isso)? (Era visível o embate direto entre Roberto Marinho e Leonel Brizola, ou coisa do tipo “O Globo v.s D.O.”). Lia Faria: Você ao pensar o setor no setor conservador da sociedade brasileira, escravocrata, patriarcal, que a gente já sabe, que sempre excluiu negro, pobre, mulheres e deficientes físicos da educação, esse processo todo da escola pública, vai começar a ser um pouco questionado nos anos 60, com o governo João Goulart, que vai durar muito pouco e depois tudo que ele vai pensar nas reformas de base, nada disso vai à diante! Naquela publicação que o Darcy fez pelo senado federal, carta 1, ele recuperou muitos documentos daquela época, inclusive, num dos tópicos da Carta 1, tem as reformas de base, que o João Goulart leva para o Congresso e apresenta. Tudo isso é abandonado pelo golpe. Ou seja, os setores mais conservadores, inclusive, os da mídia, é quem vão ficar dominantes. É lógico que quando tem eleição direta em 1982, só para os grandes estados, a prefeitura do Rio de Janeiro, ainda foi indireta, o Brizola indica prefeito. Na verdade, esse grupo, era o todo-poderoso, eles enriqueceram e adquiriram um poder extraordinário na ditadura militar. E não é apenas *o Globo*, são diversos setores da mídia e como a gente comentou, muito infelizmente setores da mídia ligados ao PT também tentaram desmoralizar Darcy e Brizola nos CIEPs. Daí já começa uma briga partidária com vistas à eleição de presidente da república em 1989, que primeiro foi o movimento das Diretas, quer dizer, a ideia era já eleger presidente da república e aí vem o pluripartidarismo, com a perspectiva das eleições à presidência, as esquerdas começam a variar e a se devorar, como podemos observar agora para as eleições de 2022, o PT e o PDT dando pancadas um no outro. André Lemos: É outra cabeça. Em que nível a “crise política de 1987” prejudicou os CIEPs? Qual sua avaliação sobre a municipalização dos CIEPs? Lia Faria: Tem outra cabeça. Quando você fala de 87 e da municipalização dos CIEPs, é bom a gente contextualizar cronologicamente. A constituição federal, a constituição cidadã com Ulysses, será em 1988. Na verdade, aquele grande processo da municipalização, ele será pós-constituição federal de 1988. Porque nesta constituição federal de 1988, aparece aquela figura do regime de colaboração. E o que é um regime de colaboração. É que fique determinado um regime de colaboração entre entes federados: união, estados, municípios, o distrito federal, e caberá prioritariamente aos municípios, as creches a educação infantil, ao estado, o ensino médio e que o miolo, o ensino fundamental, primeiro e segunda fases deveriam ser discutidos entre municípios e estados e assumidos coletivamente, se necessário ou não, passar para os municípios você vê que os estados hoje tem passado tudo para os municípios, tanto que, praticamente hoje o estado só tem o ensino médio. Deve ter muita pouca coisa da segunda fase do ginásio, do 6 ao 9 ano, muito pouca coisa. Deve ter se desfeito praticamente tudo. Acho que no ensino fundamental a gente pode contar no dedo. Lia Faria: Isso era uma das críticas que eram feitas, tinha aquele negócio de outdoor, que eles só faziam extratos, e isso é uma mentira. Vários trabalhos comprovam isso. Um trabalho maravilhoso de mestrado do Marcos, que hoje é professor substituto do *campus* Caxias da UERJ, que ele mostra por “A+B” que os terrenos foram adquiridos de forma amplamente democrática, a comunidade era convocada, foi a comunidade quem conseguiu os terrenos, integrado com o prefeito. Então, não é verdade, é demolido esse argumento. O próprio argumento do valor, o professor Ami Carlini ele foi secretário durante 20 anos de americana, em São Paulo, implementou CIEP na rede toda, pedetista, brizolista e ele vai realmente transformar a rede toda para educação integral. André Lemos: Até porque o que existia era decadente. Lia Faria: E ele mostra que ele domina muito essa parte financeira, administrativa, era um grande gestor. Ele também mostra que não é verdade que o CIEP custou uma fortuna. A construção era toda pré-moldada, relativamente barata e muito rápida. Em seis meses você montava um CIEPs. Então, essas críticas mais comuns foram sendo demolidas por esses trabalhos que já existem, mestrado, doutorado e até pós-doutorado. Portanto essa questão da municipalização, vai ser posterior. André Lemos: E facilita a crítica ao Estado... Lia Faria: E além do que... Eu gerencio a minha casa, você

gerencia a sua... Eu já fui diretora de escola. Já fui secretária estadual e municipal. É uma loucura federalizar a educação! Se você não valorizar o local regional, você nunca vai ter o desenvolvimento dos municípios e dos estados. Você olha os Estados Unidos. Os estados têm tanta força quanto a união. Eles têm lei própria. Eles pensam, aqui vai continuar tendo pena de morte... quer dizer, ali, eles decidem coisas seríssimas! André Lemos: Se não me engano, Anísio Teixeira defendia a municipalização. Lia Faria: Mas, claro! Na minha opinião o maior manual intelectual da educação... André Lemos: Ele é o cara. Lia Faria: Ele é o cara. Nunca ninguém pensou a educação básica e o ensino, principalmente o fundamental como Anísio Teixeira. A estrutura do ensino. Só Anísio pensou daquela forma. Você vê, ele já fala de conselhos municipais, ele fala de financiamento da educação. Na verdade, ele fala de Fundeste, Fundeb, fala de conselhos... Ele fala tudo isso, lá atrás! Anos 30, 40. Então, ler Anísio, é fundamental. Por essa questão da estrutura do sistema. Quem realmente pensou a estrutura do sistema, foi ele. André Lemos: Concordo com essa argumentação. Lia Faria: Você vê. O Rio de Janeiro, por exemplo. Como era o antigo estado da Guanabara, teve uma situação atípica. O município do Rio de Janeiro hoje tem mais escolas do estado. Eu fui secretária estadual, peguei duas mil escolas, que hoje estão reduzidas a mil, mil e duzentos. Para você ver o que foi a municipalização. O município do Rio, hoje, tem mais de mil. Porque ele era um estado. Outra coisa. A antiga Guanabara, o município do Rio de Janeiro, sempre funcionou muito bem. Depois destes quatro anos de Crivella, foi detonado, está falido. Mas, tudo no município sempre funcionou muito bem. Pagamentos em dia, um aumento anual, pagamento do décimo terceiro dividido e antecipado. André Lemos: Havia influência do debate de ideias entre o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Escola Superior de Guerra (ESG) no campo educacional do período? Pode-se dizer que havia uma parceria de ideias entre Darcy Ribeiro e Rui Marini. Lia Faria: Isso não existiu. O Rui Marini era um intelectual, provavelmente no exílio se encontraram, mas não houve nenhuma influência direta desses grupos com Darcy e Brizola. André Lemos: Na questão estrita, vocês acham que estavam, na política pedagógica, um passo à frente da constituição? André Lemos: Lia, a LDB de 80. Tinha um debate em torno da Lei... Lia Faria: Para mim, existiam duas LDBENs Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A de 1961, que nunca foi colocada em prática, por conta do golpe. E só depois em 1996 com a lei Darcy Ribeiro. André Lemos: Ficou Darcy e Florestan no meio... Lia Faria: O que teve no meio, foi aquilo que te falei foi assim: Lei para o ensino superior, vamos desmontar. Lei para o ensino médio, vamos botar só tecnologia. Lei para o ensino fundamental, vamos reduzir História, Filosofia...entendeu? Foram leis pontuais, foram “eledebezinhas”. Não foi uma LDBEN. O LDBEN foi em 1961 e depois de 1996, a Lei Darcy Ribeiro. André Lemos: Não é um campo fácil a educação, né? Lia Faria: Fácil? E Muito conservador, né. André Lemos: Na sua visão é possível ratificar a hipótese da relação direta da formação educacional com o consumo cultural e midiático? Seria este um interesse do Grupo Globo? (Se, sim, poderia fornecer uma dica metodológica rsrs brincadeira!) Lia Faria: Olha. Eu acho que a Globo, ela não tem nada de inocente. Ela tem clareza de uma postura ideológica conservadora de direita. Você vê, ela vai botando alguns temas nas novelas, uma hora é autismo, outra hora é homossexualidade... Sempre *en passant*. Lembra aquele primeiro beijo entre dois homens? Foi uma loucura. Depois veio a Fernanda Montenegro com a Nathália Timberg. Ou seja, não é fácil. Daí, o que a direita faz: A direita joga com esses outros preconceitos... Que a sociedade continue tendo todas, vamos combinar. Continua homofóbica, continua machista, é o país que mais mata travesti. Continua tudo igual. Teve a lei Maria da Penha, se mata mulher. Não mudou. Mudar cultura, mudar costume não basta só fazer a lei. É como eu digo que no Brasil tem a lei-vacina. Tem lei que pega, tem lei que não pega. É só ler Gramsci. Pelo amor de deus a direita sempre teve definido. O Roberto Marinho disse, para pobre, escola de pobre. Está definido. Lia Faria: Olha, o nome da educação, do livro da história, *Nossa Escola é uma*

calamidade. Darcy Ribeiro, preste atenção no título.

B - Entrevista com a Denise Lobato (ano 2021)

(Obs: e-mail/semiestruturada)

André Lemos - Em sua visão quais eram as expectativas da população carioca (e fluminense) com relação ao governo Brizola (1983-1987) e se a educação aparecia como uma demanda social presente nessas expectativas? Denise Lobato - A população carioca (não sei a fluminense sempre mais conservadora) sempre teve preocupação com mais educação e educação de qualidade. Acho que havia naquele período a tentativa de romper com resquícios da ditadura. Havia muita demanda por democracia e uma sociedade organizada muito pujante. Como não havia a participação em partidos políticos, os setores progressistas que reconheciam sua força e participação nas conquistas democráticas, o movimento sindical e o movimento comunitário estavam muito atuantes, trocavam figurinhas. A tendência de voto na oposição, na esquerda era muito clara. Foi o conjunto da obra e não apenas a educação que elegeu Brizola. André Lemos - Qual a sua opinião sobre o Projeto CIEP? E qual foi a reação da população frente a proposta e dos grupos políticos do Rio de Janeiro (partidos – inclusive os ainda clandestinos – sindicatos e movimentos sociais não sindicais, como, por exemplo, o movimento de associações de bairros e favelas), e da imprensa carioca de modo geral? Denise Lobato - O CEP era uma entidade muito mais representativa do pensamento médio da categoria – que era mais conservadora e classe média - do que é hoje. O pessoal veio para a luta sindical porque queria melhorias salariais e institucionais. Ninguém aguentava mais o fisiologismo, a incompetência no gerenciamento das secretarias de educação, indicações política para as direções das escolas. A gente queria mais concursos, mais direitos, mais reconhecimento. E as lideranças, as direções tinham enorme preocupação de não se deixarem levar pelo vanguardismo em borá todos nós fôssemos de esquerda, alguns organizados e outros nem tanto. Um ou uma dirigente do CEP tinha que ser profissional de conduta irretocável desde a sua escola. Dito isto nossa primeira percepção foi de profunda desconfiança com o projeto dos CIEPS: queríamos educação de qualidade, crítica e pós ditadura para todos e não para os estudantes que iriam para os CIEPS. O Darcy Ribeiro falava tranquilamente que nossa categoria era um caso perdido: As feias e mal-amadas não poderiam conduzir a revolução que eles queriam para os CIEPS. Os professores dos CIEPS tinham que ser especiais. Nós queríamos uma formação de professores que fosse capaz de fazer a transição entre a ditadura e a democracia e que fosse capaz de fazer com que tivéssemos profunda conexão com a sociedade e seus desafios, um compromisso profundo com a escola pública de qualidade para todos. A população em geral via com bons olhos a escola de tempo integral. O governo falava mais para a sociedade sobre as 3 refeições por dia do que na mudança de eixo da educação que era tão bem representada por aquela arquitetura. A imprensa conservadora batia na tecla de que crianças pobres o dia todo na escola estariam livres de serem adotadas pelo tráfico. Não me lembro de críticas permanentes da imprensa conservadora ao que estava sendo gasto com os CIEPS. Me lembro das críticas à construção do Sambódromo que, graças a elas ganhou um o complexo educacional Avenida dos Desfiles. André Lemos - O CEP se opôs ao governo Brizola e ao Projeto CIEP? Havia falta de diálogo entre governo e sindicato? O Encontro de Mendes não foi bem-sucedido? Denise Lobato - Não sei se o CEP se opôs ao governo Brizola como diziam os professores pedetistas. Mas com certeza ajudamos a direita nesta oposição. Havia muitas disputas entre nós e os pedetistas. Eles achavam que era uma verdadeira traição à esquerda fazer greve contra um governo Brizola. Só que também interessava ao Brizola nos enfraquecer: só ele queria falar de educação. Havia um projeto de enfraquecimento da esquerda pelo Brizola. Ele

não suportava oposição pela esquerda, especialmente o PT, a UND de macacão. Além das provocações do Darcy, a falta de diálogo era a tônica. Fazíamos de tudo pela abertura de negociações, vivíamos à cata de interlocutores. Nossa bronca com o que víamos como tentativa de criação de uma rede paralela não nos movia contra o governo em nossas tentativas de negociação salarial. Até que o Brizola nomeou o Saturnino como interlocutor porque o governo dele não falava com grevistas reacionários. Passamos dias e dias negociando com a magnífica equipe do Saturnino. Negociação séria e comprometida. No final o Brizola não aceitou o negociado. Quanto ao Encontro de Mendes tenho apenas vagas lembranças. André Lemos - Qual a visão entre os grupos presentes no movimento sindical de professores do Rio de Janeiro sobre esta iniciativa e a da criação de “delegados ou representantes de escolas” promovida pelo governo Brizola em âmbito estadual e municipal da cidade do Rio de Janeiro. E sobre a reestruturação das secretarias de educação (estadual e municipal). Denise Lobato - Não me lembro da reestruturação. Lembro que foi criada uma nova secretaria só para administrar os CIEPS. Era a tal Secretaria Especial sei lá do que . Abominamos, claro, a iniciativa. Mas concurso só para professores de CIEPS derrubamos. Quanto à representação por escola, nunca a vimos, pelo menos nós professores do município, com Saturnino prefeito, como tentativa de derrubar o CEP e de negociação direta do governo com os representantes de escolas. (Ainda era CEP?????). Eu era dirigente da entidade e representante da minha escola. Estes representantes tinham pauta diversa da pauta sindical. Estes representantes discutiram, por exemplo, na rede carioca, a primeira forma de democrática escolha de diretores das escolas e o papel dos conselhos escolares dos quais fazíamos parte. André Lemos - Como você enxerga a postura política e empresarial da Globo na década de 80 com relação ao processo de instituição de um regime democrático liberal? E em relação especificamente às iniciativas do governo Brizola no âmbito da educação e outras áreas consideradas de “política social” (como habitação)? E em relação à questão da “segurança pública”? Denise Lobato - As empresas Globo sempre foram inimigas dos governos democráticos de esquerda. O discurso de que com 3 refeições por dia e tempo integral na escola as crianças pobres estariam protegidas do assédio do tráfico fez com que a pancadaria se voltasse mais para as outras questões. A titulação de terras nas comunidades, por exemplo, nunca mais feita por nenhum governo, recebia ferrenha posição de O Globo. A tal política de não intervenção armada nas “favelas” para combater o tráfico igualmente. Era repisado todos os dias que o governo Brizola era conivente com o tráfico porque não o combatia com armas, invadindo as comunidades, como se faz hoje. Brizola não deixava barato e combatia o Globo e a Globo cotidianamente. André Lemos - É possível dizer que em determinado momento uma das estratégias das Organizações Globo para desgastar o Governo Brizola era criticar o Projeto CIEPs e sua execução? E de que a crítica da Globo aos CIEPs também tinha um caráter que não se limitava ao âmbito educacional escolar, podendo ser uma forma de confrontação a políticas educacionais que primassem ou pudessem ser articuladas a algum tipo de projeto político em que se sublinhasse a necessidade de romper com a dependência internacional e favorecer a soberania nacional? Não me lembro desta questão da confrontação ideológica tendo como centro a questão da soberania nacional e do projeto de país representado pelos CIEPS com peso decisivo enquanto estávamos no CEP. Havia críticas pontuais, por exemplo, da imprensa, aos locais onde muitas vezes eram construídos os CIEPS. Diziam que sempre à beira das estradas para serem vistos mesmo que não houvesse demanda não atendida naquela área. André Lemos - Você chegou acompanhar ou tem alguma avaliação política e profissional em relação a transição do governo Leonel Brizola para o governo Moreira Franco, com a derrota de Darcy Ribeiro, com relação à realidade escolar do Rio de Janeiro? E especificamente sobre a continuidade (ou não) do projeto dos CIEPs no governo Moreira Franco? Você considera que havia alguma relação entre as propostas sobre municipalização do ensino e críticas ao Projeto CIEP? Denise

Lobato - A rede já era bastante municipalizada. Os CIEPS foram abandonados enquanto projeto pelos governos que se seguiram. Não quiseram aperfeiçoar, mas destruir. As prefeituras podiam fazer o que quisessem nos prédios que receberam. E a municipalização se ampliou. Já era uma tendência. Os prefeitos queriam mais recursos e mais poder. E a população via com bons olhos escolas abandonadas pelo governo estadual serem municipalizadas. A municipalização foi um projeto de desresponsabilização com a educação. A vitória do Moreira Franco foi uma tragédia. Campanha com foco no combate à violência/ao tráfico. André Lemos - Passados quase 40 anos da experiência do projeto dos CIEPs você considera que houve mudanças nas percepções do magistério do Rio de Janeiro e dos grupos políticos presentes hoje no movimento sindical de professores acerca da política educacional do primeiro governo Brizola? Denise Lobato - O que ficou foi a lembrança do governo que mais investiu em educação pública neste estado. Com todas as nossas divergências, a continuidade de um governo de esquerda traria melhorias tanto na relação política quanto na política educacional. Teríamos mais investimentos no ensino médio, coisa que já defendíamos na época em que o governo só queria saber de Cieps. Teríamos contribuído mais com a política de cotas e com a criação da reder FAETEC. Nosso estado estaria muito melhor não apenas em educação, mas em desenvolvimento econômico.

C - Entrevista com a Gilmara Correa (ano 2021)

(Obs: presencial/semiestruturada)

André Lemos: Então estamos aqui, dando continuidade no nosso roteiro de entrevistas, hoje eu vou entrevistar a Gil, que foi uma estudante dos CIEPs, então antes de tudo, boa tarde Gil. Gostaria que você se apresentasse. Gil: Boa tarde, André. Meu nome é Gilmara de Oliveira Correa, hoje moro no Santa Maria em Belford Roxo e trabalho como babá e diarista. André Lemos: Gil, você mora na baixada desde sempre? E desde quando você trabalha como babá e diarista? Gil: Bom, eu moro na baixada desde 1 ano e pouco de idade e trabalho desde os meus 11 anos de idade. André Lemos: O ano que você esteve nos CIEPs é entre 86 e 87? Gil: Isso, aproximadamente André Lemos: Você tinha 11 anos, nasceu em 1974, né? Gil: Isso. André Lemos: Você lembra o nome dos CIEPs? Gil: CIEP do bairro Botafogo, em Nova Iguaçu. André Lemos: Antes de entrar nos detalhes, você também tem uma história relacionada a questão familiar no âmbito do estudo. Como que foi o seu ingresso no CIEP? Gil: Quando meu pai se separou da minha mãe, ela ficou sem recursos para criar 10 filhos. Então, como ele não ajudava, ela quis colocar pelo menos uma parte num internato, mas ela não teve coragem. Ai, uma pessoa lá no internato mesmo, deu a opção de procurar o CIEP. Ai, ela foi e gostou, o horário era integral, tinha alimentação, café da manhã, almoço e janta. E para ela foi melhor que colocar num internato. Ai, colocou eu e meu irmão lá. André Lemos: Você e seu irmão, qual a escala, a particularidade entre os 10 irmãos Gil: Então, eu sou a sétima, meu irmão o oitavo. André Lemos: Então vocês ingressam nos CIEPs no período praticamente de inauguração. Além disso, você diz também que o CIEP lá do Botafogo, Nova Iguaçu foi um dos primeiros da baixada... Gil: Foi o primeiro da baixada. E era um colégio muito bom, e o governo ia lá pessoalmente visitar, nós os conhecemos cara a cara, o Brizola e o Darcy. André Lemos: Algum outro detalhe dessa questão política, na questão mais discursiva? Gil: Sim, a escola era muito boa né? Eu morava longe, distante da escola, no bairro que hoje é Austin e se eu quisesse, minha mãe permitisse, poderia dormir na escola. André Lemos: Tinha essa opção Gil: Tinha. André Lemos: E você já dormiu alguma vez na escola? Gil: Não, nunca dormi. André Lemos: Teve colegas que dormiram? Gil: Tinham dois alunos que moravam no colégio, com os bombeiros. André Lemos: Sua mãe gostava porque era integral e você ficava o dia inteiro? Gil: Isso, e tinha

colônia de férias também, porque como era uma escola para ajudar as muitas pessoas necessitadas, então nas férias os alunos iam para escola para brincar e se alimentar. Tomava o café da manhã, brincava, tomava banho de mangueiras, diversão. Depois, almoçava e quando ia para casa levava um litro de leite, um biscoito maisena e um bolo Ana Maria. André Lemos: Olha! Gil: Para garantir o lanche da tarde, né? André Lemos: Alimentação garantida. E a atividade cultural era visível? Gil: Sim, tinha, por exemplo... A gente tinha sala de leitura, tinha biblioteca, tinha filmes, a gente brincava mesmo, tinha educação física... André Lemos: Era animador cultural? Como que era a brincadeira? Porque existe o projeto de animador cultural. Você chegou a ter contato com isso? Gil: Não. A gente ia com o professor para sala de leitura e as vezes colocava alguns filmes para gente ver. De todas as festas a gente dançava, porque a professora fazia, né? De dança junina, essas coisas... E tinha educação física, aí tinha o professor. Tinha médico, a gente passava mensalmente pelo médico, dentista, tudo direitinho. André Lemos: Então você acha que nesse aspecto cultural permeava essas aulas externas à sala de aula? Gil: Eu estudei na melhor época do “Brizolão”, foi na fundação e foi pelo Brizola. Depois, conforme foi mudando um pouco foi ficando... horário de intervalo, tipo até 12h, horário da tarde virou uma escola comum. André Lemos: Quando mudou o governo você estudava no CIEP ainda? Gil: Não, mas a minha irmã sim. André Lemos: Você estudou de que ano até que ano? Gil: Eu estudei mais ou menos lá uns dois anos. André Lemos: Ah, 86 e 87. Gil: E depois foram fundando mais, né? Então, em Austin fundou um. Ai esse meu irmão que estudava comigo e mais dois menores já podiam entrar. Porque eles não tinham idade, aí estudaram lá no de Austin e eles também gostavam muito do de lá que ainda era integral. Ai depois foi mudando, mudando que aí foi passando a ser um colégio mais normal, comum, né? André Lemos: Depois que você saiu do CIEP você foi pra onde? Gil: Depois que eu saí do CIEP eu fui para casa de uma tia, ajudar. Que foi de onde eu comecei a trabalhar. Fiquei um montão de tempo sem estudar, aí depois eu fui estudar num colégio com bolsa. Era particular, mas eu era bolsista. E aí eu me formei primeiro grau, segundo grau. Aí passei a trabalhar de carteira assinada, tomando conta de um autista. Ai, depois sai, tomei conta de idosos, aí depois passei a ser só diarista e atualmente também como babá nos dias da semana que venho aqui e na sua cunhada. André Lemos: É isso aí. Bem que eu falei! Que privilégio, hein?... Em ter alguém que me ajuda na minha pesquisa, em casa. E pra não mentir, tá aí ... Quanto ao CIEP, voltando Gil. Como era a relação com os professores? As aulas, independente das aulas externas, das brincadeiras, as aulas em si, o que você achava? Gil: Muito boas. A gente tinha dois turnos de aula, na parte da manhã com a professora Maria José e na parte da tarde com a professora Cláudia. Gosto muito delas até hoje, nem devem lembrar que eu existo, mas eram muito boas. André Lemos: Conceitos gerais, português, matemática, história... Gil: Até inglês tinha. Era muito bom, André André Lemos: Foi uma experiência boa na sua vida. Você se lembra como algo produtivo? Gil: A gente gostava de ir para escola. Não tinha essas maldades de hoje em dia, todo mundo brincava, todo mundo se respeitava, era muito bom. André Lemos: Era educação básica, criançada né? Então... é porque inclusive uma das questões de se criar os CIEPs era criar uma alternativa à vulnerabilidade das crianças e adolescentes diante da criminalidade, né? Pelo jeito, isso nem passou perto, né? À medida que vocês estavam na escola... Gil: Era muito tranquilo, a escola era um pouco afastada, meio que deserto, mas era tranquilo. Era muito bom André Lemos: Que legal, bom saber disso. Gil: É uma época da minha infância que eu gosto de lembrar. Gostava muito de estudar lá. André Lemos: Mais alguma coisa que você gostaria de falar? Gil: Não, só isso mesmo. André Lemos: Então vou registrar seu depoimento, foi um prazer ter te entrevistado como alguém que viveu os CIEP's para dar uma opinião. Valeu Gil!